



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

BELEM - TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

ANO CIII - 105º DA REPÚBLICA - Nº 27.941

Governador do Estado

ALMIR GABRIEL

Vice-Governador do Estado

HÉLIO GUEIROS JUNIOR

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO

Procuradora Geral de Justiça

EDITH MARILIA MAIA CRESPO

Procurador Geral do Estado

JORGE ALEX NUNES ATHIAS

Consultor Geral do Estado

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE

SECRETARIADO

Administração

CARLOS JEHÁ KAYATH

Justiça

ALDIR JORGE VIANA DA SILVA

Fazenda

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO

Obras Públicas

JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO

Saúde Pública

ELISA VIANNA SA

Educação

JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO

Agricultura

HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

Segurança Pública

PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

Planejamento e Coordenação Geral

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Cultura

PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES

Indústria, Comércio e Mineração

DILERMANDO GUEDES CABRAL

Trabalho e Promoção Social

MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL

Transportes

AMARO BARRETO DA ROCHA KLAUTAU

Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

NILSON PINTO DE OLIVEIRA

Casa Militar da Governadoria do Estado

Ten. Cel. - **ROBERTO DA ROCHA KÔS**

Casa Civil da Governadoria do Estado

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA

Comandante Geral da Polícia Militar

Cel. PM **FABIANO JOSÉ DINIZ LOPES**

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar

Cel. BM **JOSÉ RIBAMAR MATOS**

NESTA EDIÇÃO

6 Cadernos

48 Páginas

DECRETOS

Do Governo do Estado

PORTARIAS

Da Casa Militar da Governadoria do Estado, Secretarias de Estado de Administração, Justiça, Fazenda, Obras Públicas, Saúde Pública, Educação e Planejamento e Coordenação Geral

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS

Nº. 004/95; DISPENSA DE LICITAÇÃO E

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/95

Da Companhia de Saneamento do Pará

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E

EXTRAORDINÁRIA

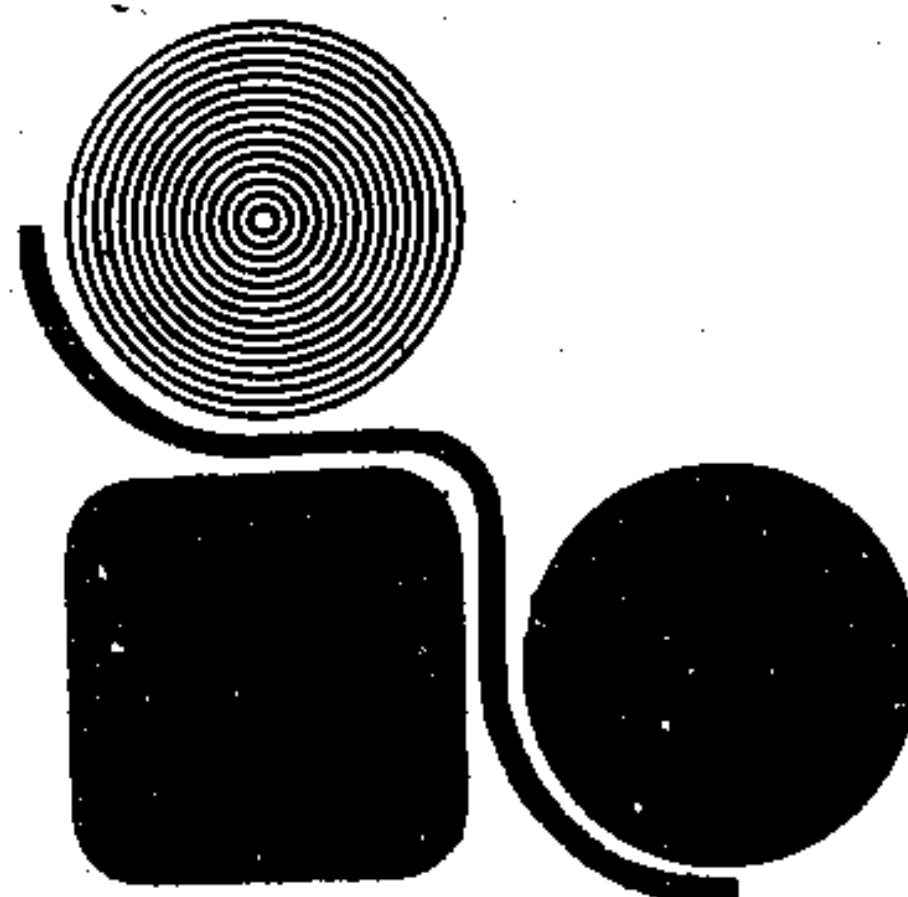
Do Banco do Estado do Pará S/A

AVISO

Avisamos aos clientes e leitores do Diário Oficial do Estado, que o horário de funcionamento para recebimento de matérias, venda de exemplares e renovação de assinaturas é de 08:00h. às 18:00h.

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Para renovar sua assinatura, pedir exemplares avulsos ou fazer reclamações, ligue 226-7888 (ramal 34)



Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO
Poder Executivo

DECRETO Nº 0188 DE 10 DE ABRIL DE 1995

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, itens III, V e VII da Constituição Estadual e,

CONSIDERANDO que a Governadoria do Estado não possui estrutura administrativa condizente com suas reais necessidades;

CONSIDERANDO que a Governadoria do Estado encaminhará a Assembleia Legislativa Projeto de Lei reestruturando e racionalizando os serviços da Governadoria;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter uma estrutura mínima de pessoal para o funcionamento da Governadoria do Estado.

D E C R E T A :

Art. 1º - Nomear ALFREDO PEREIRA DE FIGUEIREDO JUNIOR, para exercer o cargo de Assessor Especial II.

Art. 2º - A presente nomeação vigorará até a sanção da lei que vier de finir a estrutura administrativa da Governadoria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado de Administração

CP95/0031553-3

DECRETO Nº 0198 DE 10 DE ABRIL DE 1995

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do art. 135 item V da Constituição Estadual e,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 1.859, de 16 de setembro de 1995,

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, JOSÉ DOS REMÉDIOS SANTOS REIS, do cargo em comissão de Assessor, Código GEP-DAS-0124, lotado na Governadoria do Estado.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031553-3

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido de acordo com o Decreto nº 4614, de 04.05.76, CARLOS ALBERTO PENEDO SALHEB, de Membro do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031554-8

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Nomear, de acordo com o art. 39, item II do Decreto nº 6938, de 19.06.90, MÂRCIA SOCORRO DE OLIVEIRA MENDES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Imprensa, lotado no Instituto de Terras do Pará, a contar de 13.02.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031512-7

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Nomear, de acordo com a Lei nº 4614, de 04.05.76, pelo período de 02 (dois) anos, ALONSO MARIATH GUIMARÃES, como Membro do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense, na qualidade de representante da Fundação Desportiva Paraense.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031559-0

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Nomear, de acordo com a Lei nº 4617, de 04.05.76, pelo período de 02 (dois) anos, PEDRO ABILIO TORRES DO CARMO, para Membro do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense, na qualidade de representante da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031555-1

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Autorizar o Dr. JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO, Secretário de Estado de Educação, a viajar para a cidade de Fortaleza/CE, no período de 22 a 24 de março do corrente ano, a fim de participar da reunião ordinária do Fórum Nacional de Secretários de Educação, devendo responder pelo expediente do Órgão, durante o impedimento do titular, o Prof. RAIMUNDO NEY SARDINHA DE OLIVEIRA, Subsecretário de Estado de Educação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031532-3

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam exonerados os membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA, de acordo com a entidade que representam, conforme abaixo se descreve:

I - da Ordem dos Advogados do Brasil - JOSÉ NAZARENO NOGUEIRA LIMA, como titular e HELENA CLÁUDIA MIRALHA PINGARILHO, como suplente;

II - da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Pará - MARIVALDO NAZARENO VIEIRA DA SILVA, como titular e BENJAMIM CORRÊA GONÇALVES, como suplente;

III - da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - AIRTON LUIZ FALEIRO, como titular e RITA DA LUZ SERRA, como suplente;

IV - da Secretaria de Estado de Agricultura - PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO, como titular e EMELEOCÍPIO BOTELHO DE ANDRADE, como suplente;

V - da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO, como titular e FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO, como suplente;

VI - da Secretaria de Estado de Saúde Pública - IZAMIR CARNEVALI DE ARAÚJO, como titular e BÊNEDITO PEREIRA DE SOUZA, como suplente;

VII - da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - FRANCISCO FREITAS NETO, como titular e MARIO COUTO FILHO, como suplente.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado de Administração

NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Ciência,
Tecnologia e Meio Ambiente

CP95/0031647-1

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Autorizar a Dra. ELISA VIANNA SÁ, Secretária de Estado de Saúde Pública, a viajar para Brasília, no período de 20 a 22 de março do corrente ano, a fim de participar da reunião Tripartite, devendo responder pelo expediente do Órgão, durante o impedimento do titular, o Dr. ELISEU PAES MARQUES, Secretário Adjunto.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031574-2

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Autorizar o Dr. PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA, Secretário de Estado de Segurança Pública, a viajar no período de 29.03 a 08.04.95, a fim de participar do I Fórum Nacional de Secretários de Segurança Pública do Norte e Nordeste, em João Pessoa-PB a realizar contado de interesse desta Secretaria na cidade de Belo Horizonte-MG.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031515-1

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

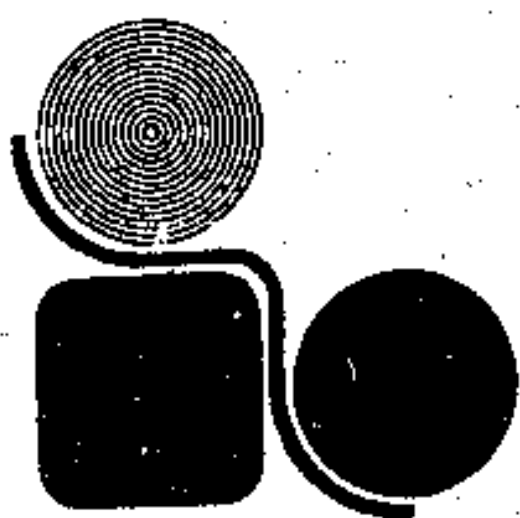
RESOLVE:

Autorizar o Dr. JOÃO BATISTA FIGUEIRA MARQUES, Diretor Superintendente do Departamento Estadual de Trânsito, a viajar para Brasília, a fim de participar no dia 09.03.95, de Reunião Extraordinária na sede da Associação Brasileira de Departamentos de Trânsito, para eleger a Diretoria e Conselho Fiscal, para o exercício de 1995.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração

CP95/0031635-6



Imprensa Oficial

DIRETORIA ADMINISTRAÇÃO REDAÇÃO PARQUE GRÁFICO

Trav. do Chaco, S/N, próximo a Almirante Barroso
Belém - Pará

PBX - 226-7888 (GERAL)
FAX.....226-0556

Diretor Presidente
JOSÉ NÉLIO SILVA PALHETA

Diretor Administrativo e Financeiro
JOSÉ MARIA LEAL PAES

Diretor Técnico
NAZIR RACHID

Diretor de Documentação e Divulgação
LOURIVAL BARBALHO JÚNIOR

Resp. Pela Chefia de Redação
ANTÔNIO CARLOS C. DOS SANTOS

Chefe da Revisão
RAIMUNDO WALDIR B. LOBÃO

Tabela de Assinaturas e Publicações		
ASSINATURA TRIMESTRAL:		
Na Capital	R\$-	25,00
Outros Estados e Municípios	R\$-	78,00
PUBLICAÇÕES:		
Cada centímetro	R\$-	14,00
Preço por página	R\$-	2.772,00
COMPOSIÇÃO:		
(centímetro)	R\$-	2,00
FOTOLITO: (centímetro)	R\$-	1,00

PREÇO DO EXEMPLAR R\$- 0,40

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO
Das 08:00h. às 18:00h. de segunda a sexta-feira.
RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.
OFÍCIOS OU MEMORANDOS: devem acompanhar publicações a cobrar.
ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.
PAGAMENTOS: Sempre em Cheque Nominal para a **IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO**.

OBS.: As assinaturas do **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO** não dão direito ao recebimento de **Caderno Especial**, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60 item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, JOSÉ MARIA MONTEIRO GONÇALVES, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Endemias de Centro Regional (5º CRS), Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, a contar de 17.02.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
ELISA VIANNA SA
Secretária de Estado de Saúde Pública
CP95/0031655-0

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60 item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, OSMAR LISBOA DO ROSÁRIO, do cargo em comissão de Diretor de Centro Regional (13º CRS), Código GEP-DAS-011.4, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, a contar de 14.02.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
ELISA VIANNA SA
Secretária de Estado de Saúde Pública
CP95/0031657-7

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, JACY MODESTO DO ESPÍRITO SANTO, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Dinamização de Programas Assistenciais, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031642-0

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, JOSÉ TADEU DUARTE BASTOS do cargo em comissão de Assessor Jurídico, Código GEP-DAS-012.4, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031620-0

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, RAIMUNDO NEY SARDINHA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Subsecretário de Estado de Educação, Código GEP-DAS-011.6, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031613-5

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, ROSINEI GUERREIRO SALAME, do cargo em comissão de Diretor de Recursos Humanos, Código GEP-DAS-011.5, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031645-5

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, MARIA JOSÉ RIBEIRO BRIGIDO, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Administração de Pessoal, Código GEP-DAS-011.4, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031644-7

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA TRINDADE, do cargo em comissão de Assessor do Departamento de Educação e Assistência ao Estudante, Código GEP-DAS-012.2, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031652-8

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, MARIA CELESTE DOS SANTOS TAVARES, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Aquisição e Distribuição, Código GEP-DAS-011.4, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031651-7

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, MARIA CELESTE ALVES LIMA, do cargo em comissão de Assessor do Departamento de Aquisição e Distribuição, Código GEP-DAS-012.2, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031653-6

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, PAULO ROBERTO DIAS DA COSTA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Recebimento e Armazenagem, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE ABRIL DE 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031637-4

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, AUGUSTO CÉSAR SANTOS SILVA, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Aquisição e Distribuição, Código GEP-DAS-011.4, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031647-8

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar ex-offício GRACIETE DORIS RAMOS NOGUEIRA, do cargo de Professor de 3ª Entrada, lotada na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 31.08.76, considerando os fundamentos de direito contidos no Processo nº 10496/94-SEUD.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031641-2

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido de acordo com o art. 60 inciso II da Lei nº 5810, de 24.01.94, JOÃO LUIZ DA SILVA COSTA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Treinamento e Avaliação, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 17.02.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação
CP95/0031633-1

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **ALCIMAR MARQUES GOMES**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, Código GEP-DAS-012.4, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031525-3

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **MARIA JOSÉ RIBEIRO BRIGIDO**, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Recursos Humanos, Código GEP-DAS-011.5, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031517-3

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **ROSINELI GUERREIRO SALAME**, para exercer o cargo em comissão de Subsecretário de Estado de Educação, Código GEP-DAS-011.6, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031533-3

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **SÉRGIO PAULO PALMQUIST**, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Suporte Administrativo, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 15.03.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031534-0

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **JOSE MARIA DA COSTA REZENDE**, para exercer o cargo em comissão de Secretário da Diretoria de Assistência ao Estudante, Código GEP-DAS-011.1, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 02.01.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031550-1

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **MARIA CELESTE DOS SANTOS TAVARES**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Dinamização de Programas Assistenciais, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031553-7

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **MARIA BERTI ADA DE CASTRO BARBOSA**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Assessor do Departamento de Educação e Assistência ao Estudante, Código GEP-DAS-012.2, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031557-3

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **LIZIA BETTY NOGUEIRA DA SILVA**, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Educação e Assistência ao Estudante, Código GEP-DAS-011.4, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031551-9

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **JACY MODESTO DO ESPÍRITO SANTO**, para exercer o cargo em comissão de Assessor do Departamento de Aquisição e Distribuição, Código GEP-DAS-012.2, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031543-9

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **MARIA CELESTE ALVES LIMA**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Recebimento e Armação, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031535-3

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **MOACIR DA CRUZ ROCHA**, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Aquisição e Distribuição, Código GEP-DAS-011.4, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 01.04.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031550-9

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **ARACELI CARNEIRO ALVES**, para exercer o cargo em comissão de Assessor do Departamento de Ensino de 1º Grau, Código GEP-DAS-012.2, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 10.02.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031671-4

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **MARIA LUIZA LUZ DE JESUS**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Apoio, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 10.02.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031525-7

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **JOSE REINALDO DOS SANTOS REIS**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Treinamento e Avaliação, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 17.02.95.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
Secretário de Estado de Educação

CP 95/0031557-5

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **SIMONE ROCHA LOBATO**, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Código GEP-DAS-012.3, lotado na Secretaria de Estado de Agricultura.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES
Secretário de Estado de Agricultura

CP 95/0031627-7

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **ANA MARIA LEITÃO CARVALHO**, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Código GEP-DAS-012.1, lotado na Secretaria de Estado de Agricultura.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES
Secretário de Estado de Agricultura

CP 95/0031519-8

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Tornar sem efeito o Decreto datado de 06.02.95, que exonerou **BERNARD STILIANI FILHO**, do cargo em comissão de Assessor, Código GEP-DAS-012.4, lotado na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
DILERMANDO GUEDES CABRAL
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

CP 95/0031529-3

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Autorizar o Dr. **ALBERTO ROGÉRIO BENEDITO DA SILVA**, Diretor da Área de Mineração da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, a viajar para Miami-EUA, no período de 27 a 30 de março do corrente ano, a fim de representar o Estado do Pará no encontro denominado **INVESTING IN THE AMERICA**.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
DILERMANDO GUEDES CABRAL
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

CP 95/0031570-6

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 6º item II da Lei nº 5810 de 24.01.94, **RAIMUNDO REGINALDO CARVALHO DA SILVA**, do cargo em comissão de Coordenador de Estudos Técnicos e Científicos, Código GEP-DAS-011.4, lotado na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

CP 95/0031523-5

DECRETO DE 10 DE ABRIL DE 1995
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:
Nomear, de acordo com o art. 6º, item II da Lei nº 5810, de 24.01.94, **RAIMUNDO REGINALDO CARVALHO DA SILVA**, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Código GEP-DAS-012.4, lotado na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 10 de abril de 1995.
ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

CP 95/0031557-2

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

RESUMO DE PORTARIA DE DISPENSA DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

PORTARIA: 081/95 - CMG DE 07/04/1995
MOTIVO: NÃO NECESSITAR MAIS DE SEUS SERVIÇOS
NOME: ANTONIO CARLOS SILVA DOS SANTOS

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

* PORTARIA Nº 0528 DE 14 DE MARÇO DE 1995

CARGO: MOTORISTA
 LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO
 DATA DA DISPENSA: 10.04.1995.
 ROBERTO DA ROCHA KÓS - Ten. Cel. QOPM
 Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
 CP95/0331531-5

RESUMO DE PORTARIA DE DISPENSA DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

PORTARIA: 082/95 - CMG DE 07/04/1995
 MOTIVO: NÃO NECESSITAR MAIS DE SEUS SERVIÇOS
 NOME: WALNEY DOS SANTOS NEVES
 CARGO: MOTORISTA
 LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO
 DATA DA DISPENSA: 10.04.1995.
 ROBERTO DA ROCHA KÓS - Ten. Cel. QOPM
 Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
 CP95/0331624-2

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 001/95-DEPAD/SEAD

INTIMAÇÃO DE DECISÃO
 Intimamos as firmas que participaram do Convite nº 001/95-DEPAD/SEAD da decisão proferida no dia 10.04.95, sendo adotado o tipo de licitação MENOR PREÇO, cumpridas as exigências do Edital, foram vencedoras as empresas:
 - COMPUTER STORE COMÉRCIO LTDA., item 01 com o preço unitário de R\$ 2.780,00;
 - SUPRIDADOS - SUPRIMENTOS EM INFORMÁTICA LTDA., item 02 com o preço unitário de R\$ 989,00 e o item 04 com o preço unitário de R\$ 959,00;
 - GRAFIT - SERVIÇOS E SUPRIMENTOS LTDA., no item 03 com preço unitário de R\$ 45,00.

Belem, 10 de abril de 1995
 JUSTINIANO ALVES JUNIOR
 Presidente da Comissão Especial de Licitação
 CP95/0331545-3

* PORTARIA Nº 0015 DE 06 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,
 CONSIDERANDO o disposto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666 DE 21.06.93;

CONSIDERANDO o despacho do Senhor Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASEP, exarado no Processo nº 3089/95, em que solicita providências contra a empresa BEL-GRAFF OFFSET PAPELARIA E EDITORA LTDA., em razão de não haver cumprido o acordo firmado na TOMADA DE PREÇOS nº 021/93;

CONSIDERANDO que através do Ofício nº 053/95-CO-MAT/DRM/SEAD, esta Secretaria comunicou o fato à empresa facultando-lhe a defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na forma da Lei;

CONSIDERANDO, ainda, que não houve manifestação de defesa por parte da interessada.

RESOLVE:
 Suspender a empresa BEL-GRAFF OFFSET PAPELARIA E EDITORA LTDA., do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, por um período de 06 (seis) meses, a contar da publicação desta Portaria.
 De Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, em 06 de abril de 1995

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

* Republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial do dia 07 de abril de 1995.
 CP95/0331552-5

PORTARIA Nº 0624 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 2249/95-SEAD,

RESOLVE:
 EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 59 da Lei nº 5810, de 24.01.94, GIZELE SANTOS DE ARAÚJO, mat. nº 5066298/010, do cargo de Professor, Código GEP-M-AD4-401, lotado na Secretaria de Estado de Educação - E.E. "Amílcar Alves Tupiassú", a contar de 28.07.94.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331427-4

PORTARIA Nº 0634 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 1261/95-SEAD,

RESOLVE:
 EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 59 da Lei nº 5810, de 24.01.94, MÁRCIA DO SOCORRO BOTELHO CAVALCANTE, mat. nº 5655323/016, do cargo de Professor, Código GEP-M-AD1-401, lotado na Secretaria de Estado de Educação - E.E. "Caldeira Castelo Branco", a contar de 02.03.95.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331435-5

PORTARIA Nº 0670 DE 06 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 3462/95-SEAD,

RESOLVE:
 EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 59 da Lei nº 5810, de 24.01.94, FRANCILEY DOS SANTOS PEREIRA, mat. nº 5692784/014, do cargo de Investigador de Polícia, Código GEP-PC-705.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública, a contar de 03.03.95.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 06 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331451-7

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 2779/95-SEAD,

RESOLVE:
 Colocar à disposição, até ulterior deliberação, da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará, EDILZIA DA SILVA COSTA, mat. nº 0025429-019, ocupante da Função de Técnico "D", lotado na Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, com ônus para o Órgão de origem, a contar de 25.01.95.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 14 de março de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

* Republicado por ter saído com incorreções no D.O. do dia 04.04.95.
 CP95/0331443-5

* PORTARIA Nº 0536 DE 15 DE MARÇO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 2160/95-SEAD,

RESOLVE:
 I - Revogar a Portaria nº 1312, de 12.06.89, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Belém.
 II - Colocar à disposição, até ulterior deliberação, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará, LÚCIA REGINA DA CUNHA TELES, mat. nº 0082201-015, ocupante do cargo de Técnico de Planejamento, Código GEP-PL-1.201.1, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, com ônus para o Órgão de origem.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 15 de março de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

* Republicado por ter saído com incorreções no D.O. do dia 20.03.95.
 CP95/0331515-5

PORTARIA Nº 0618 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 2969/95-SEAD,

RESOLVE:
 Colocar à disposição, até ulterior deliberação, da Fundação de Hemoterapia e Hematologia do Pará, MARIA DO SOCORRO GABY BORGES, Mat. nº 5072891/026, ocupante da função de Enfermeiro, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, com ônus para o Órgão de origem, a contar de 02.01.95.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331455-5

PORTARIA Nº 0621 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 2228/95-SEAD,

RESOLVE:
 Colocar à disposição, até ulterior deliberação, da Secretaria de Estado de Saúde Pública, PAULO MIGUEL GARCIA CAMARA, ocupante do cargo de Administrador Código GEP-ANSAD-617.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública, com ônus para o Órgão de origem.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331434-7

PORTARIA Nº 0626 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 3216/95-SEAD,

RESOLVE:
 Colocar à disposição, até ulterior deliberação, da Secretaria do Trabalho e Promoção Social, ELLEN NAURA GENTIL CAL, Mat. nº 513618/012, ocupante do cargo de Psicólogo, Código GEP-ANSPis-615.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, com ônus para o Órgão de origem, a contar de 22.03.95.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331442-3

PORTARIA Nº 0629 DE 10 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 3104/95-SEAD,

RESOLVE:
 Colocar à disposição, até ulterior deliberação, da Secretaria de Estado de Justiça, pelo período de 06 (seis) meses, CREMILDA NATALINA DE SOUZA MAGALHÃES, Mat. nº 5050286/027, ocupante do cargo de Datilógrafo, Código GEP-SA-902.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública com ônus para o Órgão de origem.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 10 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331450-3

PORTARIA Nº 0680 DE 10 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 03153/95-SEAD,

RESOLVE:
 Colocar à disposição, da Prefeitura Municipal de Palestina do Pará, até ulterior deliberação, LUZINETE FERREIRA NASCIMENTO, Mat. nº 0095079/014, ocupante da função de Agente de Saúde, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública com ônus para o Órgão de origem.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 10 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331453-4

* PORTARIA Nº 0581 DE 30 DE MARÇO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 2799/95-SEAD,

RESOLVE:
 Revogar a cessão para a Secretaria de Estado de Planejamento, do servidor OSVALDO MATIAS COELHO, Mat. nº 0028983/014, ocupante da função de

Técnico "A", lotado no Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, com ônus para o Órgão de origem, a contar de 08.03.95.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 30 de março de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

* Republicado por ter saído com incorreções no D.O. do dia 04.04.95.
 CP95/0331533-4

PORTARIA Nº 0625 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84 e,
 Considerando os termos do Proc. nº 3153/95-SEAD,

RESOLVE:
 Revogar a Port. nº 2598, de 16.10.90, que colocou a disposição da Prefeitura Municipal, de Brejo Grande do Araguaia, LUZINETE FERREIRA NASCIMENTO, Mat. nº 0095079/014, ocupante da função de Agente de Saúde lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331425-3

PORTARIA Nº 0627 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84,
 Considerando os termos do Proc. nº 3207/95-SEAD,

RESOLVE:
 Revogar a Port. nº 1580, de 05.07.91, que colocou à disposição, da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, MARA CECILIA SOUSA DA COSTA, mat. nº 0030597/015, ocupante do cargo de Biblioteconomista, código GEP-ANSEB-603.1, classe "A", lotada na Secretaria de Estado de Cultura.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331524-5

PORTARIA Nº 0628 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84,
 Considerando os termos do Proc. nº 3182/95-SEAD,

RESOLVE:
 Revogar a Port. nº 1330, de 14.06.91, que colocou à disposição, da Governadoria do Estado, JOCELINO FRANCES MEDEIROS, Mat. nº 0022110/017, ocupante da função de Assistente Jurídico, lotado na Secretaria de Estado de Agricultura.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331500-9

PORTARIA Nº 0630 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84,
 Considerando os termos do Proc. nº 2079/95-SEAD,

RESOLVE:
 Revogar a Port. nº 3625, de 27.12.94, que colocou à disposição, do Tribunal de Contas dos Municípios, o servidor ALDO MARCELLO DE SOUZA, ocupante da função de Professor, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331492-4

PORTARIA Nº 0631 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84,
 Considerando os termos do Proc. nº 2079/95-SEAD,

RESOLVE:
 Revogar a Port. nº 3626, de 27.12.94, que colocou à disposição, do Tribunal de Contas dos Municípios, ROSILEA PACHECO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, código GEP-SA-901.1, Classe "A", lotada na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331484-3

PORTARIA Nº 0632 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84,
 Considerando os termos do Proc. nº 2079/95-SEAD,

RESOLVE:
 Revogar a Port. nº 3639, de 20.12.94, que colocou à disposição, do Tribunal de Contas dos Municípios, CLAUDIO JESUS AZEVEDO DA COSTA, ocupante do cargo de Economista, código GEP-ANSE-606.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Cultura.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331475-2

PORTARIA Nº 0633 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84,
 Considerando os termos do Proc. nº 2079/95-SEAD,

RESOLVE:
 Revogar a Port. nº 0522, de 19.05.94, que colocou à disposição, do Tribunal de Contas dos Municípios, MARIA SUELI ARAÚJO CARDOSO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, código GEP-SA-901.1, Classe "A", lotada na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
 Secretário de Estado da Administração

CP95/0331468-1

PORTARIA Nº 0635 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 3359/95-SEAD,

RESOLVE:

Revogar a Port. nº 1671, de 02.07.90, que colocou à disposição, do Governo do Estado de Pernambuco, MARIA DE NAZARÉ RIQUE COSTA, mat. nº 0122700-011, ocupante do cargo de Administrador, Código GEP-ANSAD-617.1, Classe "A", lotada na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031450-5

PORTARIA Nº 0636 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 3240/95-SEAD,

RESOLVE:

Revogar a Port. nº 0059, de 16.01.87, que colocou à disposição, da Casa Civil da Governadoria do Estado, OTÁVIO LOBATO FRANCO, ocupante da Função de Assistente Técnico, Ref. XXVII, lotado na Secretaria de Estado da Administração.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031534-3

PORTARIA Nº 0677 DE 10 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 3007/95-SEAD,

RESOLVE:

Revogar a Port. nº 0080, de 19.01.93, que colocou à disposição, da Universidade Federal do Pará, REGINA CÉLIA CRUZ TRINDADE, mat. nº 0304239/017, ocupante do cargo de Especialista de Educação, Código GEP-M-EE-402-E2, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 10 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031452-5

PORTARIA Nº 0678 DE 10 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 3067/95-SEAD,

RESOLVE:

Revogar a cessão para a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, do servidor MIGUEL DO SOCORRO BRABO BARRETO, mat. nº 3212068/016, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado no Instituto do Desenvolvimento Econômico - Social do Pará.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 10 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031444-4

PORTARIA Nº 0655 DE 05 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 2183/95-SEAD,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Port. nº 0396, de 02.03.95, que revogou a cessão para a Secretaria de Estado de Justiça da servidora EDILA DAS GRAÇAS DA SILVA COSTA, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 05 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031435-3

PORTARIA Nº 0656 DE 05 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 3325/94-SEAD,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Port. nº 2417, de 12.08.94, que colocou à disposição da Secretaria de Estado de Agricultura, no período de 01.07.94, à 31.12.94, MARILIA SOUZA GUTIERREZ, mat. nº 5109485-013, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Código GEP-SA-901.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 05 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031423-2

PORTARIA Nº 0671 DE 06 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 4617/94-SEAD,

RESOLVE:

Transferir de acordo com os arts. 44 item I e 45 da Lei nº 5810, de 24.01.94, da Superintendência do Sistema Penal para a Secretaria de Estado de Justiça, o servidor RAIMUNDO WILSON GAMA RAYOL, Consultor Jurídico.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 06 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031523-2

PORTARIA Nº 0675 DE 07 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 18035/93-SEAD e 712/95-SEAD,

RESOLVE:

Transferir de acordo com os arts. 44 item I e 45 da Lei nº 5810, de 24.01.94, da Secretaria de Estado de Obras Públicas para a Secretaria da Fazenda, WILTON DA SILVA FREITAS, ocupante do cargo de Engenheiro, Código GEP-ANSEng-608.1, Classe "A".

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 07 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031533-4

PORTARIA Nº 0619 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 3480 de 24.10.84, Considerando os termos do Proc. nº 2920/95-SEAD,

RESOLVE:

Cancelar de acordo com o art. 93 § 1º da Lei nº 5810, de 24.01.94, a contar de 01.04.95, a licença sem vencimentos, concedida através da Port. nº 0309, de 02.03.94, ao servidor RICARDO ALVES CARDOSO, Mat. nº 4003047/026, ocupante do cargo de Investigador de Polícia, Código PC-705.1, Classe "A", lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031542-4

PORTARIA Nº 0616 DE 04 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 4463 de 11.09.86,

RESOLVE:

Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo com o art. 52, § 1º, alínea "a" da Lei nº 5251/85, combinado com art. 2º da Lei nº 5681/91, arts. 101, item I e 102 da Lei nº 5251/85, arts. 1º e 2º da Lei nº 5681/91, combinados com o art. 45, §§ 9º e 10º da Constituição Estadual, art. 48, item II da Constituição Estadual, art. 1º, item I e art. 2º, item I, do Decreto nº 2940/83, art. 1º, item I, alínea "b" do Decreto nº 4490/86, art. 1º, alínea "c" do Decreto nº 1916/93, art. 1º, item I do Decreto nº 3266/84, art. 1º do Decreto nº 1461/81, art. 1º do Decreto nº 2696/83, art. 20 da Lei nº 4491/73, com a redação dada pela Lei nº 5231/85, o Tenente Coronel PM RG 15824 - EDGAR NAZARENO CELEIRA DE LIMA MF 3348784-014, pertencente ao efetivo do Quartel do Comando Geral.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 04 de abril de 1995.

CARLOS JEHÁ KAYATH
Secretário de Estado da Administração
CP95/0031550-5

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 054 DE 07 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOSÉ MARIA CASTRO PEDROSO, lotado na Câmara Municipal de Belém, ora à disposição desta SEJU, para responder interinamente pela Chefia de Gabinete do Superintendente, Código GEP.DAS.011.3, até ulterior deliberação, a contar de 10.02.95.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, 07 de abril de 1995.

ALDIR JORGE VIANA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça
(G. Reg. nº 1617)
CP95/0031632-3

PORTARIA Nº 055 DE 10 DE ABRIL DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os termos do OFÍCIO nº 026/95-GAB.CONEE/Pa.

RESOLVE:

CONCEDER duas (2) diárias aos servidores abaixo relacionados, lotados no Conselho Estadual de Entorpecentes, desta SEJU, para participar do Seminário de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, no Município de Benevides, no dia 30.03.95.

Pedro Paulo Oliveira de Vasconcelos - (01 diária)

Augusto Reis Pinheiro - (01 diária)

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, 10 de abril de 1995.

ALDIR JORGE VIANA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça
(G. Reg. nº 1617)
CP95/0031639-0

Poder Judiciário
Justiça Militar do Estado do Pará

RESOLUÇÃO Nº 11

O Juiz-Auditor Militar Titular, da Justiça Militar do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais, e:

Considerando a necessidade em materializar um trabalho silencioso, desenvolvido por tão ilustre Magistrado, exercido, muitas vezes, com o sacrifício da própria saúde, e com pobreza em casa;

Considerando a importância de enaltecer, ainda que "post mortem", méritos irretorquíveis na postura e no desempenho de tão nobre missão;

Considerando o significado inesquecível de suas decisões, prolatadas com tirocinio, acerto e justiça, e que ainda integram e norteiam os caminhos deste foro especial.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica criada no âmbito da Justiça Militar do Estado do Pará a "MEDALHA DO MÉRITO DR. MÁRIO ANTÔNIO AMOEDO DE CARVALHO BRASIL", destinada a galardoar pessoas físicas ou jurídicas que, pelos seus serviços, tenham contribuído para o engrandecimento da Justiça Castrense do Estado do Pará ou que, por mérito excepcional, sejam merecedoras do especial reconhecimento desta Justiça Militar;

Art. 2º - Com o designativo de "MEDALHA DO MÉRITO DR. MÁRIO BRASIL", a honraria de que trata a presente Resolução será cunhada segundo modelo anexo contendo as seguintes características;

ANVERSO: No centro, a efígie da personalidade homenageada (DR. MÁRIO BRASIL), circundada pelos dizeres "MEDALHA DO MÉRITO DR. MÁRIO BRASIL", intercalada por dois símbolos da Justiça;

REVERSO: Circularmente, contendo os dizeres "Justiça Militar do Estado do Pará" e a data 27.06.1950. No centro, horizontalmente, os dizeres "MEDALHA DO MÉRITO DR. MÁRIO BRASIL";

CUNHAGEM: Em ouro de noventa e nove milésimos;

FITA: Em seda chamalotada com 30 mm, dividida em três (03) frisos iguais com as seguintes cores: vermelha, branca e verde.

BARRETA: Terá 10 mm de altura com as mesmas características da fita, com o símbolo da Justiça;

ROSETA: Terá 10 mm de diâmetro nas mesmas características da barreta;

Art. 3º- A concessão da honraria, será aprovada pelo "CONSELHO DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR ESTADUAL", constituído pelos Senhores Membros Natos e Efetivos.

Art. 4º- O Diploma correspondente à MEDALHA DO MÉRITO DR. MÁRIO BRASIL, será assinado pelo Juiz-Auditor Militar Titular do Estado.

Parágrafo Único: O Diploma de que trata o artigo acima, bem como a respectiva Medalha, serão fornecidos sem nenhum ônus para os agraciados.

Art. 5º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justiça Militar do Estado do Pará
Belém-Pará, 03 de Abril de 1995

Dr. FLÁVIO ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
JUIZ-AUDITOR MILITAR TITULAR DA JME/PA

(G. Reg. 1616)

EDITAL DE CITAÇÃO com o prazo de 30 dias de JOSÉ ANTÔNIO LIMA DE SOUZA, na Ação de DESPEJO que lhe move CLUBE DO REMO.

O doutor RICARDO FERREIRA NUNES, Juiz de Direito, em exercício pela 10ª Vara Cível, Comércio e Acidentes do Trabalho da Comarca de Belém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil etc...

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Citação com o prazo de 30 (trinta) dias, virem ou dele tiveram conhecimento, que por sua força fica citada a parte Réu, a quem se dá ciência de que, para comparecer à audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 25/04/95, às 10:00 horas, na sala de audiências deste Juízo, localizada na Praça Felipe Patroni, s/n, Comarca de Belém, Estado do Pará. E para que chegue ao conhecimento de todos e não venha o Réu alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede deste Juízo. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e três dias do mês de março de mil novecentos e noventa e cinco. Eu João Carlos Sarmento, Escrivão, datilografei e subscrevi.

RICARDO FERREIRA NUNES
Juiz de Direito em exercício pela 10ª Vara Cível, Comércio e Acidentes do Trabalho

(Fat. nº 225, Reg. nº 225, Dia: 11/04/95)

**IMPrensa Oficial
DO ESTADO**

PORTARIA Nº 142 DE 10 DE ABRIL DE 1995
O Diretor Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 5.810/94,

RESOLVE:
Conceder à servidora LINDOMAR TAVARES GOUVEIA - Telefonista, sessenta (60) dias de Licença Prêmio, no período de 10/04 a 08/06/1995, referente ao triênio de 11.03.1991 a 11.03.1994.

Registre-se, publique-se e cumpra-se
JOSÉ NÉLIO SILVA PALHETA
Diretor-Presidente

(G. Reg. nº 1615)

CP95/0031656-0

EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO
PARTES: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
GILBERTO RAMOS REZENDE
OBJETO: CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA BASEADA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 07 de 25 de setembro de 1991.

ASSINANTES:
JOSÉ NÉLIO SILVA PALHETA
GILBERTO RAMOS REZENDE

CP95/0031640-4

**HOSPITAL DE CLÍNICAS
GASPAR VIANNA****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 009/95
PARTES: Hospital de Clínicas "Gaspar Vianna" e Empresa de Processamento de Dados do Pará - PRODEPA.
OBJETO: Prestação de serviços especializados de microfilmagem pela contratada.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1375420-4319.
ELEMENTOS DE DESPESA: 3132.00
FONTE: 11.100.
VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 1995.

ORÇ: republicado por ter saído com incorreção no item FONTE no Diário Oficial nº 27.937, de 05 de abril de 1995.

CP95/0035846-8

**RESUMO DE PORTARIA
SUPLENTO DE FUNDOS**

PORTARIA Nº 032/95, de 07 de abril de 1995.
TERMO DA SERVIDORA: ZENEIDE NAZARÉ CUNHA DO AMARAL.
MATRÍCULA: 01013411-016.
VALOR DO SUPLENTO: R\$ 800,00 (oitocentos reais).
ELEMENTOS DE DESPESA: 3132 - CONSUMO (R\$ 500,00).
3132 - TERCEIROS (R\$ 300,00).
PERÍODO DE APLICAÇÃO: 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de sua concessão.
DATA DA CONCESSÃO: 07 de abril de 1995.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE.

Dra. ROSEMARY SILVA DE OLIVEIRA GÓES
Diretora Geral - BGV

CP95/0035847-6

**TRIBUNAL DE CONTAS
DOS MUNICÍPIOS****PAUTA DE JULGAMENTOS**

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no dia 18 de abril de 1995, às 9:00 horas, em sua sede, as seguintes prestações de contas:

01) Processo nº 946751-00
Interessados: MÁRIO PINHEIRO SALOMÃO e RAIMUNDO CARRERA BOTELHO
Origem : Prefeitura Municipal de Maracanã
Assunto : Recurso interposto a decisão nas contas de 1992
Relator : Conselheiro Laudelino Pinto Soares

02) Processo nº 950716-00
Interessado: RAIMUNDO DE NAZARÉ GONÇALVES PANTOJA
Origem : Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru
Assunto : Recurso interposto a decisão nas contas de 1993
Relator : Conselheiro Laércio Franco

03) Processo nº 940823-03
Interessado: PEDRO SOARES DE AMORIM
Origem : Câmara Municipal de São Francisco do Pará
Assunto : prestação de contas de 1993

Relator : Auditora Nair Centeno Oliveira, convocada

04) Processo nº 948447-00
Interessado: RAIMUNDO RIBEIRO DE SOUZA
Origem : Associação Carnavalesca Capricho dos da Cidade Nova
Assunto : prestação de contas de convênio celebrado com a FUMBEL
Relator : Auditora Nair Centeno Oliveira, convocada

05) Processo nº 946901-00
Interessada: IRACEMA CEZAR JARDIM
Origem : Escola de Samba Estação 1ª de Maracajá
Assunto : prestação de contas de convênio celebrado com a FUMBEL
Relator : Auditora Nair Centeno Oliveira, convocada

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 10 de abril de 1995.

a) ANTONIO CARLOS CARVALHO
Secretário Geral

CP95/0031554-4

**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO**

Portaria nº 12.993, de 31.03.95 - Conceder à servidora HELENA MARIA CORREA AYRES SANTOS, matrícula nº 0637537, Assessor de Gabinete TCE-AAGC-502, sessenta (60) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 16.08.81 a 16.08.84, no período de 03.04 a 01.06.95, de acordo com o art. 98 da Lei nº 5.810/94.

Portaria nº 13.009, de 05.04.95 - Conceder ao servidor PAULO CESAR DE LIMA SANTOS, matrícula nº 0966231, Assessor de Gabinete TCE-AAGC-502, trinta (30) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 24.01.84 a 24.01.89, no período de 03.04 a 02.05.95, de acordo com o art. 98 da Lei nº 5.810/94.

Portaria nº 13.010, de 06.04.95 - Fixar as férias relativas ao 2º período de 1994, do Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE, matrícula nº 0178110, para serem gozadas no mês de junho de 1995, conforme decisão do Plenário em sessão do dia 04.04.95.

Portaria nº 13.011, de 07.04.95 - Nomear a servidora PATRÍCIA REGINA ALEXIO FARIAS, Analista do Controle Externo TCE-ATNS-603, matrícula nº 0761361, para exercer em comissão o cargo de Diretor do Controle Interno TCE-CPC-200 NS-02, a partir de 10.04.95.

Portaria nº 13.012, de 07.04.95 - Nomear a servidora PRIMEIRA SUELENA NUNES CHAMA, Analista do Controle Externo TCE-ATNS-603, matrícula nº 0612782, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico de Plenário TCE-CPC-200 NS-02, a partir de 10.04.95.

Portaria nº 13.013, de 07.04.95 - Designar o servidor ANTONIO CARLOS DE FARIAS MEIRELES, Agente Auxiliar do Controle Externo TCE-AA-305, matrícula nº 0100323, para substituir WALTER GONÇALVES CAMPOS, matrícula nº 0179397, no período de 03.04 a 02.05.95.

Portaria nº 13.014, de 07.04.95 - Designar a servidora CECÍLIA AMORIM DE ALMEIDA MESQUITA, Analista do Controle Externo TCE-ATNS-603, matrícula nº 0698130, para exercer em substituição a função de Chefe da Seção Orçamentária e Financeira, durante o impedimento da titular JULIETA FERRAZ RICARDO, matrícula nº 0179591, no período de 10.04 a 07.05.95.

Portaria nº 13.017, de 07.04.95 - Conceder à servidora MARTHA CASTELO BRANCO DE MELO, matrícula nº 0100207, Técnico Auxiliar do Controle Externo TCE-ATI-405, dez (10) dias de licença para assistir pessoa da família, nos termos do Art. 85, da Lei nº 5.810/94 - RJU - no período de 29.03 a 07.04.95.

Portaria nº 13.018, de 07.04.95 - Conceder à servidora RITA HELENA ALVES PESSOA, Técnico Auxiliar do Controle Externo TCE-ATI-405, matrícula nº 0612766, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do Art. 81, da Lei nº 5.810/94 no período de 04 a 13.04.95.

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 100/95

De ordem da Presidenta do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO, notifico a Sra. MARIA DA CRUZ DE ASSIS, Presidente, de que no dia 18.04.95, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 74/51812-6, referente à Tomada de Contas instaurada na ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS NEGROS DO QUILombo PASCOVAL, em face do Convênio FCPN s/nº/92, assinado em 22.07.92.

Belém, 03 de abril de 1995
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES
Secretária

CP95/0031578-2

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 101/95

De ordem da Presidenta do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO, notifico a Sr. ANTONIO LORENZONI, Prefeito, de que no dia 18.04.95, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 74/52187-9, referente à Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO, em face do Convênio SEPLAN 054/93, assinado em 24.08.93.

Belém, 03 de abril de 1995
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES
Secretária

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 102/95

De ordem da Presidenta do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO, notifico a Sr. PEDRO LUCENA AZEVEDO DA SILVA, Prefeito, de que no dia 18.04.95, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o processo nº 74/51943-4, referente à Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI, em face do Convênio SEPLAN 065/93, assinado em 08.09.93.

Belém, 03 de abril de 1995
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES
Secretária

CP95/0031530-7

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 103/95

De ordem da Presidenta do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO, notifico a Sr. ANTONIO FERNANDO GRANGENSE ROSSY, Presidente, de que no dia 18.04.95, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 74/51400-9, referente à Tomada de Contas instaurada na FEDERAÇÃO ESTADUAL DE ATORES, AUTORES E TÉCNICOS DE TEATRO, em face do Convênio FCPN s/nº/93, assinado em 13.12.91.

Belém, 03 de abril de 1995
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES
Secretária

(G. Reg. 1614)

CP95/0031622-6

JUSTIÇA DO TRABALHO**PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM**

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS Nº 048/95
O (A) DOUTO (A) PAULA MARIA PEREIRA SOARES, Juiz do Trabalho, Presidente da 1ª JUCJ de Belém: FAZ SABER a todos quanto o EDITAL virem ou dele noticiados tiverem, que no dia 03.05.95, às 13:50 h será(ão) levado(s) a público o pregão de venda e apremiação, a quem oferecer o maior lance a(s) bem(ns) penhorado(s) na execução movida por ANTONIO CARLOS MACIEL MARQUES, contra MARSTERRA COM. IMP. E REPRESENTAÇÕES LTDA, autos do Processo nº 13. JUCJ-2111/91, bem(ns) esses que e (são) o(s) seguinte(s):

" 01-(Um) Televisor a Cores, Marca CCE, 14 Polegadas Aproximado, Série 0377181, no estado. Valor da Avaliação. R\$-250,00- (DUZENTOS E CINCO REAIS)."

Quem pretender arrematar o(s) dito(s) bem(ns) deverá comparecer no dia e hora acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20%(VINTE POR CENTO) do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, o presente EDITAL, que será publicado na IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, e afixado no local de costume, na Trav. D. Pedro I, nº 750 - 3º Bloco - 2º andar. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos 28 dias do mês de Março do ano de 1995. Eu, JUIZ(A) PAULO MARIA PEREIRA SOARES, Juiz do Trabalho, Presidente da 1ª JUCJ de Belém.

(G. Reg. 1516)

4ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM**EDITAL DE PRAÇA**

(Prazo de Vinte Dias)

O Doutor RAIMUNDO ITANAR IEMOS FERREIRA JUNIOR, Juiz do Trabalho, no exercício da Presidência da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele noticiados tiverem, que no dia 03 de maio de 1995, às 15:00 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, nº 750, será levado à pública venda o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do Processo nº 48. JUCJ-0710/94, em que são partes: EDGAR BORGES DE MIRANDA, exequente e CAIL CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E PROJETOS LTDA, executada, e que e (são) o(s) seguinte(s):

"-DIREITO DE USO E GOZO E SUAS RESPECTIVAS ÁREAS PATRIMONIAIS SOBRE O TERMINAL TELEFÔNICO DÍGITOS "272-3215", INSTALADO NESTA CIDADE, A TV. PADRE PRUDÊNCIO, Nº 61, BAIRRO DO COMÉRCIO..."

- AVALIAÇÃO: SUA COTAÇÃO OFICIAL ESTA SELECIONADA PELO GOVERNO FEDERAL (TELEBRÁS) NO DIA DA REALIZAÇÃO DE SUA PRAÇA.
-01 (UMA) MÁQUINA DATILÓGRÁFICA ELÉTRICA, MARCA IBM, COM CILINDRO, COR AZUL, COM 130 FOLHAS, SEM NÚMERO VESÍVEL DE FABRICAÇÃO, JÁ RECOLHIDA AO DEPOSITO PÚBLICO DEBITO ED. INT-88 REGIÃO, SOB O Nº 449..."

- AVALIAÇÃO: R\$-400,00 (QUATROCENTOS REAIS)

Quem pretender arrematar o(s) bem(ns) deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do valor da arrematação. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, o presente Edital, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará, aos 14 de março de 1995. Eu, JUIZ(A) PAULO MARIA PEREIRA SOARES, Juiz do Trabalho, Presidente da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

RAIMUNDO ITANAR IEMOS FERREIRA JUNIOR
Juiz do Trabalho Substituto

(G. Reg. 1348)

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que no dia 08 de maio de 1995, às 15:00 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, nº 750, será oferecido o maior lance sobre a avaliação do Oficial de Justiça, (s) bem(s) penhorado (s) nos autos do Processo nº 48.001-1562/94, em que são partes, CÍRCULO CARLOS FERREIRA ALVES, exequente, e I.N. CRESPIAN INDUSTRIAL S/A, executada, e que é o seguinte: - "DIREITO DE USO E GOZO E SUAS RESPECTIVAS AÇÕES PATRIMONIAIS SOBRE O TERMINAL TELEFÔNICO DÍGITOS "241-0740", INSTALADO NESTA CIDADE, NA SEDE DA EXECUTADA, SITUADA À TV. MAGNO DE ARAÚJO, 474, BAIRRO DO TELEGRÁFO SEM FIO..."

- AVALIAÇÃO: SUA COTAÇÃO OFICIAL ESTA RELEICIDA PLO GOVERNO FEDERAL (TELEBRAS) NO DIA DA REALIZAÇÃO DE SUA PRACA.//////////

Quem pretender arrematar dito (s) bem (ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando desde logo ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do valor da arrematação. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente Edital que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, no endereço de Belém, Estado do Pará, aos vinte e quatro dias de março do ano de mil e novecentos e noventa e cinco. Eu, *[assinatura]* Expediente Secretaria da Silva, Juiz de Direito, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* Oficial Romana de Jesus Ferreira, Diretora de Secretaria, em subscrição, subscrevi.

RAIMUNDO ITAMAR LEANDRO FERNANDES JUNIOR
Juiz do Trabalho Substituto

(G.Reg.1368)

7ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE PRACA Nº 070/95, com prazo de 20 (vinte) dias.

O Doutor JOSÉ WILSON MALHEIROS DA FONSECA, Juiz do Trabalho, Presidente da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital, ou dele notícia tiverem, que no dia 08-05-95, às 15:00 horas, na sede desta, na Trav. D. Pedro I, 750,30, andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance os bens penhorados nos autos do Processo nº 74. JCU-2470/92, entre partes: BIRD TRANS. CONSTR. CIVIL DE TUBURUI, reclamante e SOCIEDADE DE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA., reclamada, bens esses a seguir descritos:

- 01 (UM) TERRENO, PARTE DESTACADA DE MAIOR PORÇÃO, DESIGNADA PELOS NDS. 01, 02 e 03, SITUADO NA RUA, COQUEIRO-TRAPANA (BL-06), MEDINDO 70,78m DE FRENTE; 40,00m PELA LATERAL DIREITA, CONFINANDO COM A PASSAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA; 33,00m PELA LATERAL ESQUERDA, CONFINANDO COM A PASS. ESPERANTISTA; FUNDOS IRREGULARES FORMADO POR UMA LINHA DE 05 ELEMENTOS, O PRIMEIRO MEDINDO 33,00m, DA DIREITA PARA A ESQUERDA, PARALELO À RODOVIA; O 2º QUINDO, MEDINDO 3,00m PARA DENTRO DO TERRENO EM DIREÇÃO À REFERIDA RODOVIA DO CONCRETO-ASPH. E A TERCEIRA, MEDINDO 3,00m, DE DENTRO DA LATERAL ESQUERDA, PARA ENSA QUE É PARTE DESTACADA DOS LOTES 01 e 02, ANEXO À RUA ARIPI, EM ANANINDEUA, R. OSTRADO, REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE ANANINDEUA, SOB Nº. 225, FLs. 225, LITRA Nº. 2-J; PROPRIEDADE SORLUCOS IMÓV. VCL E COMERCIAL LTDA., COM AS SEGUINTES BENEFITARIAS: 00 BL. DE CONCRETO, TERREO, NO ESTAL. Valor arrematado: R\$-50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS).

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

DADO E PASSADO nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e quatro dias de março do ano de mil e novecentos e noventa e cinco. Eu, *[assinatura]* Expediente Secretaria da Silva, Juiz de Direito, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* Oficial Romana de Jesus Ferreira, Diretora de Secretaria, em subscrição, subscrevi.

JOSÉ WILSON MALHEIROS DA FONSECA
Juiz do Trabalho, Presidente da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

(G.Reg.1515)

EDITAL DE PRACA Nº 74. JCU-2470/92, com prazo de 20 (vinte) dias.

O Doutor JOSÉ WILSON MALHEIROS DA FONSECA, Juiz do Trabalho, Presidente da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital, ou dele notícia tiverem, que no dia 08-05-95, às 15:00 horas, na sede desta, na Trav. D. Pedro I, 750,30, andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance os bens penhorados nos autos do Processo nº 74. JCU-2470/92, entre partes: BIRD TRANS. CONSTR. CIVIL DE TUBURUI, reclamante e SOCIEDADE DE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA., reclamada, bens esses a seguir descritos:

que, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance os bens penhorados nos autos do Processo nº 74. JCU-2470/92, entre partes: BIRD TRANS. CONSTR. CIVIL DE TUBURUI, reclamante e SOCIEDADE DE ENGENHARIA IND. E COM. LTDA., reclamada, bens esses a seguir descritos:

- 01 (UM) VEÍCULO, MARCA GM CHEVROLET, 20 CUSION, TIPO CAMIONETA PICK UP, A DIESEL, NACIONAL, ANO DE FABRICAÇÃO 1993, MODELO 1994, PLACA SC 0400, CHASSIS 7560044000000000, PARTICULAR, EM BOM CONDIÇÃO DE USO. Avaliação em R\$-8.000,00 (OITO MIL REAIS). E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

DADO E PASSADO nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e quatro dias de março do ano de mil e novecentos e noventa e cinco. Eu, *[assinatura]* Expediente Secretaria da Silva, Juiz de Direito, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* Oficial Romana de Jesus Ferreira, Diretora de Secretaria, em subscrição, subscrevi.

JOSÉ WILSON MALHEIROS DA FONSECA
Juiz do Trabalho, Presidente da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

(G.Reg.1514)

EDITAL DE PRACA Nº. 32/93, com prazo de 20 (vinte) dias.

O Doutor JOSÉ WILSON MALHEIROS DA FONSECA, Juiz do Trabalho, Presidente da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital, ou dele notícia tiverem, que no dia 08-05-95, às 15:00 horas, na sede desta, na Trav. D. Pedro I, 750,30, andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance os bens penhorados nos autos do Processo nº 74. JCU-2264/92, entre partes: ISMAEL SILVA BARROS, reclamante, e SOLOCCOS IND. COMERCIO LTDA., reclamada, como a seguir descrito:

- 01 (UM) IMÓVEL, CONSTANTE DE TERRENO E BENEFITARIAS, SENDO OS BLOCOS EM CONCRETO TERREO, NESTA CIDADE, RUA DO COQUEIRO, KM 07, DISTANTE 2.300m DA RUA BL-17, SETOR 05, GRUPO 04, FUNDOS PARA RUA BL-17, COM INÍCIO DE CONSTRUÇÃO DE CONJ. RESIDENCIAL. Avaliação em R\$-22.000,00 (VINTE E DOIS REAIS).

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

DADO E PASSADO nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e quatro dias de março do ano de mil e novecentos e noventa e cinco. Eu, *[assinatura]* Expediente Secretaria da Silva, Juiz de Direito, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* Oficial Romana de Jesus Ferreira, Diretora de Secretaria, em subscrição, subscrevi.

JOSÉ WILSON MALHEIROS DA FONSECA
Juiz do Trabalho, Presidente da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

(G.Reg.1513)

OITAVA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE PRACA - PRAZO 20 DIAS

O Doutor GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO, Juiz Presidente da 8ª JCU de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele notícia tiverem que no dia 08-05-95 às 13:10 horas na sede desta Junta na Trav. D. Pedro I, 750 2º bloco 2º andar será levado a público pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance os bens penhorados na execução movida por ADILA FARIAS DIAS exequente nos autos do proc. 84JCU/20/92 em que é executada BERNARDEIRAS DO PARA S/A bens esses que seguem discriminados:

-Uma máquina de Lalex marca EE-Equipamento Eletrônicos S/A Dental No 0132/91 com base no estado. A Valiada em R\$-700,00.

-Uma máquina de fotocópia marca Sharp modelo Z-55 cor cinza, funcionando. Avaliada em R\$-1.500,00.
-Uma estufa para esterilizar e secar, marca Ollide 24 cor cinza, funcionando. Avaliada em R\$-3.500,00.

Quem pretender arrematar ditos bens deve comparecer no dia e hora e local acima citado ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de 20% (vinte por cento) do seu valor.

E para chegar ao conhecimento dos interessados e passado o presente EDITAL que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos trinta dias do mês de março de 1995. Eu, *[assinatura]* Expediente Secretaria da Silva, Juiz de Direito, lavrei o presente. E eu, *[assinatura]* Oficial Romana de Jesus Ferreira, Diretora de Secretaria, em subscrição, subscrevi.

O Juiz: GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO
Juiz Presidente da JCU de Belém

is

12ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 DIAS
Nº 12ªJCU-010/95

O Doutor CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR, Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da 12ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícias tiverem que no dia 03 (três) do mês de MAIO do ano de 1995, às 15:00 horas, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance, o bem penhorado nos autos do Processo nº 12ªJCU-CPE-532/94, na execução movida por JOÃO BATISTA SANTOS contra CONSTRUÇÃO ESPLANADA LTDA, bem esse, que se encontra nesta cidade, na Trav. Pirajá nº 494 (Pedreira), e que é o seguinte:

-UM TRATOR MASSEY-FERGUSON, DE COR AMARELO, MODELO MF-95-11, NÚMERO DE SÉRIE SNF 1775000179, COM MOTOR DIESEL PERKINS, MOD. A6-357 DE 06 CILINDROS, 92CV, A 200 RPM, COM SISTEMA HIDRÁULICO FERGUSON, PARA ENGATE DE 03 PONTOS, PNEUS DIANT. 7,50X18 E TRASEIROS 15X34. MOTOR Nº 3572812699. EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. AVALIAÇÃO: R\$-25.000 (VINTE E CINCO MIL REAIS).

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia e hora acima mencionados, na sede da 12ª JCU de Belém, sito à Trav. D. Pedro I, 750, 4º bloco, 1º andar, ficando ciente de que deverá garantir o lance com sinal de 20% (vinte por cento) do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial e afixado no lugar de costume na sede desta Junta, no endereço supracitado.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte dias do mês de março do ano de mil e novecentos e noventa e cinco. Eu, *[assinatura]* (ADILSON QUEIROZ SOARES), Oficial de Justiça Avaliador, lavrei o presente. E, eu

E, eu *[assinatura]* (MARIA IVONE ALVES FRAGOSO DA SILVA), Diretora de Secretaria, o conferi e subscrevi.

JUIZ:

CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR
Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da 12ª JCU de Belém.
(G.Reg.1369)



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 2
BELEM — TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995
ANO CIII — 105º DA REPÚBLICA — Nº 27.941

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RESUMO DE PORTARIAS DO GABINETE DO SECRETARIO APLICAR PENA DE SUSPENSAO

Portaria nº 0411, de 07/04/95
Aplicar, na forma do Artigo 124, e seus Parágrafos, da Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a pena de Suspensão por 15 (quinze) dias de suas atividades funcionais com prejuízo de seus vencimentos, ao servidor **HUMBERTO LEAL DA COSTA**, Agente de Portaria, Matrícula nº 0051810-011, lotado na 9ª Região Fiscal, a contar da data da publicação desta.
Ofício nº 003/95 de 17/03/95 da 30ª Zona. CP95/0031532-0

Portaria nº 0412, de 07/04/95
Aplicar, na forma do Artigo 124, e seus Parágrafos, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a pena de Suspensão por 15 (quinze) dias de suas atividades funcionais com prejuízo de seus vencimentos, ao servidor **ADAILSON NAZARENO CAMPOS**, Auxiliar Técnico, Matrícula nº 3244261-016, lotado na DCC/CONT/CONT/Seção de Acompanhamento e Consolidação Setorial, a contar da data da publicação desta.
Ofício nº 003/95 de 17/03/95 da 30ª Zona. CP95/0031533-3

Portaria nº 0413, de 07/04/95
Aplicar, na forma do Artigo 124, e seus Parágrafos, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a pena de Suspensão por 15 (quinze) dias de suas atividades funcionais com prejuízo de seus vencimentos, a servidora **MARIA DO SOCORRO PINHEIRO COHEN**, Agente Tributário, Matrícula nº 3052086-010, lotada na 16ª Região Fiscal, a contar da data da publicação desta.
Ofício nº 003/95 de 17/03/95 da 30ª Zona. CP95/0031533-7

Portaria nº 0414, de 07/04/95
Aplicar, na forma do Artigo 124, e seus Parágrafos, da Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a pena de Suspensão de 15 (quinze) dias de suas atividades funcionais com prejuízo de seus vencimentos, ao servidor **LUIZ CLAUDIO PEREIRA CORREA**, Agente Administrativo, Matrícula nº 0010170-020, lotado na 10ª Região Fiscal, a contar da data da publicação desta.
Ofício nº 003/95 de 17/03/95 da 30ª Zona. CP95/0031737-0

Portaria nº 0415, de 07/04/95
Aplicar, na forma do Artigo 124, e seus Parágrafos, da Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a pena de Suspensão por 15 (quinze) dias de suas atividades funcionais com prejuízo de seus vencimentos, a servidora **MARIA DO ROSARIO OLIVEIRA UCHOA**, Agente Tributário, Matrícula nº 0051357-010, lotada na 1ª Região Fiscal, a contar da data da publicação desta.
Ofício nº 003/95 de 17/03/95 da 30ª Zona. CP95/0031729-3

DISPENSA DE FUNCAO

Portaria nº 0420, de 07/04/95
Nome do servidor: **LILIAN DE JESUS PENHA VIANA NUNES**
Matrícula nº 0700509-027
Cargo/Função/Lotação: Fiscal de Tributos Estaduais/Chefe do Serviço Regional de Fiscalização da 11ª Região Fiscal.
Tipo de Gratificação: Símbolo FG-3
Ofício s/nº datado de 20/02/95 - 14ª Região Fiscal.

Portaria nº 0423, de 07/04/95
Nome do servidor: **GILZA DA SILVA DRAGO**
Matrícula nº 0054054-024
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Chefe do Serviço Regional de Administração da 11ª Região Fiscal.
Tipo de Gratificação: Símbolo FG-3
Ofício s/nº datado de 20/02/95 - 14ª Região Fiscal.

Portaria nº 0424, de 07/04/95
Nome do servidor: **JACIREMA SUELY NASCIMENTO**
Matrícula nº 0049336-013
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Chefe do Serviço Regional de Administração da 14ª Região Fiscal.
Tipo de Gratificação: Símbolo FG-3
Ofício s/nº datado de 20/02/95 - 14ª Região Fiscal.

Portaria nº 0426, de 07/04/95
Nome do servidor: **FREDERICO DO NASCIMENTO PAIVA**
Matrícula nº 5128900-018
Cargo/Função/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização/Chefe da Agência da Fazenda Estadual de Gurupá-14ª Região Fiscal.
Tipo de Gratificação: Símbolo FG-4
Ofício s/nº datado de 20/02/95 - 14ª Região Fiscal.

Portaria nº 0429, de 07/04/95
Nome do servidor: **MARIA MADALENA DE CASTRO GOMES**
Matrícula nº 3253180-015
Cargo/Função/Lotação: Auxiliar Administrativo/Secretária da Diretoria de Administração.
Tipo de Gratificação: Símbolo FG-4
Processo nº 01094/95.

Portaria nº 0430, de 07/04/95
Nome do servidor: **RICARDO MENEZES SIQUEIRA**
Matrícula nº 4003039-024
Cargo/Função/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização/Chefe do Serviço Regional de Arrecadação da 9ª Região Fiscal.
Tipo de Gratificação: Símbolo FG-3
Processo nº 01128/95.

Portaria nº 0434, de 07/04/95
Nome do servidor: **CLEDNICE CARVALHO DE SOUZA**
Matrícula nº 5139612-014
Cargo/Função/Lotação: Agente Administrativo/Chefe do Serviço Regional de Arrecadação da 10ª Região Fiscal.
Tipo de Gratificação: Símbolo FG-3
Ofício nº 008/95 - Gab.Del. - 10ª RF.

Portaria nº 0437, de 07/04/95
Nome do servidor: **NIVALDINA DOS SANTOS CUNHA**
Matrícula nº 0049360-019
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Chefe da Assistência Técnica da 9ª Região Fiscal.

Tipo de Gratificação: Símbolo FG-3
Processo nº 01563/95.

Portaria nº 0440, de 07/04/95
Nome do servidor: **UBIRATAN VEIGA PEREIRA**
Matrícula nº 5097282-016
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Chefe do Posto da Fazenda Estadual do Matadouro Modelo de Castanhal-2ª R.Fiscal.
Tipo de Gratificação: Símbolo FG-3
Ofício nº 024/95 - Gab.Del. - 2ª RF.

REMOCAO DE SERVIDOR ENTRE UNIDADES

Portaria nº 0420, de 07/04/95
Data da remoção: 07/04/95
Nome do servidor: **LILIAN DE JESUS PENHA VIANA NUNES**
Cargo/Lotação: Fiscal de Tributos Estaduais da 14ª R.Fiscal.
Local de remoção: 11ª Região Fiscal

Portaria nº 0423, de 07/04/95
Data da remoção: 07/04/95
Nome do servidor: **GILZA DA SILVA DRAGO**
Cargo/Lotação: Agente Tributário da 14ª Região Fiscal
Local de remoção: 11ª Região Fiscal

Portaria nº 0429, de 07/04/95
Data da remoção: 07/04/95
Nome do servidor: **MARIA MADALENA DE CASTRO GOMES**
Cargo/Lotação: Auxiliar Administrativo da 1ª Região Fiscal
Local de remoção: Diretoria de Administração
Processo nº 01094/95.

Portaria nº 0430, de 07/04/95
Data da remoção: 07/04/95
Nome do servidor: **RICARDO MENEZES SIQUEIRA**
Cargo/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização da 1ª R.F.
Local de remoção: 9ª Região Fiscal.
Processo nº 01128/95.

Portaria nº 0431, de 07/04/95
Data da remoção: 07/04/95
Nome do servidor: **LUIZ GUILHERME DUARTE MAFRA**
Cargo/Lotação: Agente Administrativo da 13ª Região Fiscal
Local de remoção: 9ª Região Fiscal
Ofício nº 025/95-Gab.Del.-13ª RF. e Requerimento do servidor

Portaria nº 0432, de 07/04/95
Data da remoção: 07/04/95
Nome do servidor: **SERGIO GUTEMBERG NUNES DOS SANTOS**
Cargo/Lotação: Agente Tributário da 10ª Região Fiscal
Local de remoção: 8ª Região Fiscal
Ofício nº 010/95 - Gab.Del.-10ª RF.

Portaria nº 0417, de 07/04/95
Data da remoção: 07/04/95
Nome do servidor: **JARVAS JOSE CORDEIRO DIAS**
Cargo/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização da 13ª RF.
Local de remoção: 7ª Região Fiscal.
Ofício nº 012/95 - Gab.Del. - 13ª RF.

Portaria nº 0428, de 07/04/95
Data da remoção: 07/04/95
Nome do servidor: **ISAÍAS FROTA EVANGELISTA**
Cargo/Lotação: Fiscal de Tributos Estaduais da 15ª R.Fiscal
Local de remoção: Coordenadoria de Programação Fiscal/DFI
Ofício nº 032/95 - Gab.Del.- 15ª RF.

DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER POR FG/DAIS

Portaria nº 0431, de 07/04/95
Nome do servidor: **LUIZ GUILHERME DUARTE MAFRA**
Matrícula nº 0050342-013
Cargo/Função/Lotação: Agente Administrativo/Chefe do Serviço Regional de Administração da 13ª Região Fiscal.
Nível de FG - Símbolo FG-3
Ofício nº 025/95 - Gab.Del. da 13ª RF.

Portaria nº 0432, de 07/04/95
Nome do servidor: **SERGIO GUTEMBERG NUNES DOS SANTOS**
Matrícula nº 00045519-015
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Responder pela Delegacia Regional da Fazenda Estadual-10ª Região Fiscal, nas faltas e impedimentos do titular.
Ofício nº 010/95 - Gab.Del. da 10ª Região Fiscal

Portaria nº 0433, de 07/04/95
Nome do servidor: **SERGIO GUTEMBERG NUNES DOS SANTOS**
Matrícula nº 0045519-015
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Chefe do Serviço Regional de Arrecadação da 10ª Região Fiscal.
Nível de FG: Símbolo FG-3
Ofício nº 008/95-Gab.Del. da 10ª RF.

Portaria nº 0430, de 07/04/95
Nome do servidor: **APARO ROBERTO MAUES DIAS**
Matrícula nº 0047724-015
Cargo/Função/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização/Chefe

da Agência da Fazenda Estadual de Igarapé-Açu da 2ª RF.
Nível de FG: Símbolo FG-3
Ofício nº 022/95 - Gab.Del. 2ª RF.

Portaria nº 0439, de 07/04/95 - Ofício nº 020/95-Gab.Del.2ª RF.
Nome do servidor: **ANTONIO JORGE BORGES PORTO**
Matrícula nº 6022340-029
Cargo/Função/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização/Chefe do Posto da Fazenda Estadual em São Francisco do Pará-2ª RF.
Nível de FG: Símbolo FG-3

Portaria nº 0441, de 07/04/95
Nome do servidor: **ANTONIO DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA**
Matrícula nº 5128838-018
Cargo/Função/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização/Chefe do Posto da Fazenda Estadual do Matadouro Modelo da Castanhal-2ª Região Fiscal.
Nível de FG: Símbolo FG-3
Ofício nº 024/95 - Gab. Del. da 2ª RF.

Portaria nº 0417, de 17/04/95
Nome do servidor: **JARVAS JOSE CORDEIRO DIAS**
Matrícula nº 0051853-019
Cargo/Função/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização/Chefe do Posto da Fazenda Estadual em Quatro Bocas-13ª R.Fiscal.
Nível de FG: Símbolo FG-2
Ofício nº 012/95 - Gab. Del. 13ª RF.

Portaria nº 0418, de 07/04/95
Nome do servidor: **WAGNER ALEXANDRINO MALCHER**
Matrícula nº 0049034-012
Cargo/Função/Lotação: Agente Auxiliar de Fiscalização/Chefe do Posto da Fazenda Estadual em Santa Maria do Pará-2ª RF.
Nível de FG: Símbolo FG-3
Ofício nº 021/95 - Gab.Del.-2ª RF.

Portaria nº 0419, de 07/04/95
Nome do servidor: **NADIR MARIA DOS SANTOS**
Matrícula nº 0046337-017
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Santo Antônio do Tauá-2ª Região Fiscal
Nível de FG: Símbolo FG-4

Portaria nº 0421, de 07/04/95
Nome do servidor: **LILIAN DE JESUS PENHA VIANA NUNES**
Matrícula nº 0700509-027
Cargo/Função/Lotação: Fiscal de Tributos Estaduais/Chefe do Serviço Regional de Fiscalização-14ª Região Fiscal.
Nível de FG: Símbolo FG-3

Portaria nº 0422, de 07/04/95
Nome do servidor: **LILIAN DE JESUS PENHA VIANA NUNES**
Matrícula nº 0700509-027
Cargo/Função/Lotação: Fiscal de Tributos Estaduais/Responder pela Delegacia Regional da Fazenda Estadual da 14ª Região Fiscal, nas faltas e impedimentos do titular, a partir de 01/04/95.
Ofício s/nº datado de 20/02/95 - Gab.Del. da 14ª RF.

Portaria nº 0425, de 07/04/95
Nome do servidor: **GILZA DA SILVA DRAGO**
Matrícula nº 0054054-024
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Chefe do Serviço Regional de Administração da 14ª Região Fiscal.
Nível de FG: Símbolo FG-3.

Portaria nº 0427, de 07/04/95
Nome do servidor: **GILBERTO OSAMU YAMAMOTO**
Matrícula nº 5132479-015
Cargo/Função/Lotação: Agente Tributário/Chefe da Agência da Fazenda Estadual de Gurupá-14ª Região Fiscal.
Nível de FG: Símbolo FG-4.

Portaria nº 0428, de 07/04/95
Nome do servidor: **ISAÍAS FROTA EVANGELISTA**
Matrícula nº 5279941-010
Cargo/Função/Lotação: Fiscal de Tributos Estaduais/Chefe de Divisão Regional de Arrecadação-15ª Região Fiscal.
Nível de FG: Símbolo FG-3
Ofício nº 032/95 - Gab.Del. - 15ª Região Fiscal.

Portaria nº 0416, de 07/04/95
Tornar sem efeito a Portaria nº 0184 de 10/02/95, publicada no Diário Oficial do Estado nº 27.904 de 15/02/95.
Item nº 0157/95-DIPES.

Portaria nº 0435, de 07/04/95
Tornar sem efeito a Portaria nº 140, de 02/02/95, publicada no Diário Oficial do Estado nº 27.898, de 07/02/95.
Ofício nº 003/95-CPAD datado de 24/02/95.

Portaria nº 0436, de 07/04/95
Tornar sem efeito a Portaria nº 0026, de 10/01/95, publicada no Diário Oficial do Estado nº 27.880, de 12/01/95.
Ofício nº 001/95 - CPAD, datado de 24/02/95.

Portaria nº 0416, de 07/04/95
Designar os servidores NAZARE, MARIA SA DE AZEVEDO, Consultor Jurídico, matrícula nº 5190851-027, SILVINA MARIA MARTINS DE LIMA, Bibliotecarista, matrícula nº 0715573-016 e ELENÉ CA TARINE FERNANDES DA SILVA, Administrador, matrícula nº 0004380-010.

COMISSAO DE PROCESSO DISCIPLINAR

Portaria nº 0416, de 07/04/95
Designar os servidores NAZARE, MARIA SA DE AZEVEDO, Consultor Jurídico, matrícula nº 5190851-027, SILVINA MARIA MARTINS DE LIMA, Bibliotecarista, matrícula nº 0715573-016 e ELENÉ CA TARINE FERNANDES DA SILVA, Administrador, matrícula nº 0004380-010.

Nome do Presidente da Comissão: NAZARE MARIA SA DE AZEVEDO
Motivo do Inquérito: a fim de apurar os fatos relacionados no Mem. nº 0157/95-DIPES.

Portaria nº 0435, de 07/04/95
Designar os servidores JOAQUIM EUGENIO DA CRUZ DE AMORIM MAC CULLOCH, Fiscal de Tributos Estaduais, matrícula nº 3270459-020, CARLOS AUGUSTO FREDERICO MARTIN DE MELO, Contador, matrícula nº 0049778-015 e AMADEU FADUL TEIXEIRA, Fiscal de Tributos Estaduais, matrícula nº 5279984-017.
Nome do Presidente da Comissão: JOAQUIM EUGENIO DA CRUZ DE AMORIM MAC CULLOCH.

Motivo do Inquérito: a fim de apurar os fatos relacionados no Ofício nº 003/95 - CPAD datado de 24/02/95.

Portaria nº 0436, de 07/04/95
Designar os servidores JOSÉ SALVADOR PENA MARCIANO, Contador, matrícula nº 0049867-017, CARLOS AUGUSTO FREDERICO MARTIN DE MELO, Contador, matrícula nº 0049778-015 e ELENE CATARINE FERNANDES DA SILVA, Administrador, matrícula nº 0004480-010.
Nome do Presidente da Comissão: JOSÉ SALVADOR PENA MARCIANO
Motivo do Inquérito: apurar os fatos relacionados no Processo nº 00304/94.

Portaria nº 0442, de 07/04/95
Designar os servidores NAZARE MARIA SA DE AZEVEDO, Consultor Jurídico, matrícula nº 5190851-027, JOSILENE AMORAS DA COSTA, Juridico, matrícula nº 5190851-027, JOSILENE AMORAS DA COSTA,

Agente Administrativo, matrícula nº 0103799-011 e HILÁRIO - JOSÉ FREITAS BORGES, Agente Administrativo, matrícula nº 0123269-012.

Nome do Presidente da Comissão: NAZARE MARIA SA DE AZEVEDO
Motivo da Sindicância: apurar os fatos relacionados no requerimento datado de 13/03/95.

PRORROGAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Portaria nº 0443, de 07/04/95
Prorrogar, a partir de 13/03/95, de acordo com o Art. 208, da Lei nº 5.810 de 24/01/94, por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 025, de 10/01/95, publicada no Diário Oficial do Estado nº 27.880 de 12.01.95.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a dispensa de licitação para locação do imóvel não residencial, situado à Av. Dionizio Bentes, S/Nº Zona Urbana de Quatro Bocas, no Município de Tomé-Açu -Pará,

de propriedade do Sr. ALVARO AGOSTINI GOMES, com fundamento no Art. 24, X, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, para instalação e funcionamento do Posto Fiscal da Fazenda Estadual de Quatro Bocas, Município de Tomé-Açu, da 13ª Região Fiscal.

Belém, 10 de abril de 1995

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário de Estado da Fazenda

ERRATAS:
Extrato do Quarto Termo Aditivo, publicado no Diário Oficial do Estado nº 27.866 de 23.12.94.
Onde se lê: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial.
Leia-se: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial.

Extrato Quinto Termo Aditivo, publicado no Diário Oficial do Estado nº 27.882 de 16.01.95.
Onde se lê: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial.
Leia-se: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial.

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE

ACÓRDÃO Nº 240

RECURSO Nº 1010 - VOLUNTÁRIO

RECORRENTE: ANGELINA C. B. GUEDES

RECORRIDO: DELEGADO REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 1ª R/FISCAL

RELATOR: CONSELHEIRO SALOMÃO ESSUCY SOARES

EMENTA: - I - ICMS - Auto de Infração

II - Omissão de Saldas apurada através de levantamento fiscal, sujeita o contribuinte as sanções previstas na legislação em vigor;

III - Recurso voluntário desprovido

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso voluntário, em que é recorrente ANGELINA C. B. GUEDES e recorrido o Delegado Regional da Fazenda Estadual - 1ª Região Fiscal, acordam os membros da 1ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, na conformidade da ata de julgamento, relatório e votos que ficam integrando o presente julgamento, por unanimidade, pelo acolhimento e improvimento do recurso, mantendo integral a decisão de primeira instância.

Sala de Reuniões da 1ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, em 05 de abril de 1995.

SALOMÃO ESSUCY SOARES
Relator - Conselheiro

SALOMÃO ESSUCY SOARES
Presidente

Dr. LEOPOLDO RIBEIRO TEIXEIRA
Procurador da Fazenda Estadual

CP95/0035933-1

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE

ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Primeira Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado do Pará, designou o dia dez de maio de 1995, para julgamento do Recurso abaixo mencionado:

RECURSO Nº 1076 - "Ex-Offício", em que é recorrente: Delegado Regional da Fazenda Estadual - 1ª Região Fiscal - Belém Interessado: BELÉM FERRO LTDA. Relator Relator-Conselheiro WALBER DA CONCEIÇÃO FERREIRA;

Secretaria da Primeira Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, em 05 de abril de 1995.

MARIA TEREZA CABEÇA BRAZ
Secretária

CP95/0035893-5

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS

SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA Nº 51/95 DE 10.04.95
NOME: EDNA DE SOUZA FERREIRA
MATRÍCULA: 2017385-020
VALOR DO SUPRIMENTO: R\$-342,18 (TREZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS)
ELEMENTO DE DESPESA: 3132.00
PERÍODO DE APLICAÇÃO: abril de 1995.

CP95/0035891-5

(Fat. nº 212, Reg. nº 212, Dia: 11/04/95)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

RESUMO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº 003/95
EDITAL AUTORIZADO EM: 31.01.95
OBJETO DA LICITAÇÃO: SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO DO PRÉDIO DA UBS NOSSA SENHORA APARECIDA (PE DREIRA).
- FIRMAS VENCEDORA:
01 - A FIRMA DE Nº 01 (ABA), NÃO VENCEU NENHUM ITEM.
02 - A FIRMA DE Nº 02 (MD), NÃO VENCEU NENHUM ITEM.

03 - A FIRMA DE Nº 03 (MVA), NÃO VENCEU NENHUM ITEM.
04 - A FIRMA DE Nº 04 (PORTE), NÃO VENCEU NENHUM ITEM.
05 - A FIRMA DE Nº 05 (CA MOREIRA), NÃO VENCEU NENHUM ITEM.
06 - A FIRMA DE Nº 06 (PRESTEC), FOI A VENCEDORA DO REFERIDO CONVITE, NO TOTAL GLOBAL DE R\$ 7.958,06.
07 - TOTAL GERAL DO CONVITE Nº 003/95 É DE: R\$ 7.958,06 (SETE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS).
BELÉM, 22 DE MARÇO DE 1995.

A COMISSÃO:

ROSELENE TELES LINS - PRESIDENTE

CP95/0035973-5

(Fat. nº 216, Reg. nº 216, Dia: 11/04/95)

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
ORGÃO: HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO
MODALIDADE: CONVITE Nº 012/95 (Carnes em Geral)
FIRMAS VENCEDORAS: MENOR PREÇO
FRIGOPLAN LTDA, ITENS 01 e 02
J.P.D. MORAES, Item 04
A.A.COM.NEG.LTDA: Itens 03, 05, 06
PRESIDENTE DA COMISSÃO: MARIA DO SOCORRO B.SOUSA

CP95/0035932-4

(Fat. nº 223, Reg. nº 223, Dia: 11/04/95)

ORGÃO: HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO
MODALIDADE: CONVITE Nº 013/95 (HORTIFRUTIGRANJEIROS)
FIRMA VENCEDORA: MENOR PREÇO
J.P.D. MORAES: Item 01 - 33 (LOTE)
MASTER DISTRIBUIDORA LTDA: ITEM 34
PRESIDENTE DA COMISSÃO: MARIA DO SOCORRO B. SOUSA

CP95/0035974-3

(Fat. nº 215, Reg. nº 215, Dia: 11/04/95)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL DE MATERIAL DE MAO DE OBRA Nº 001/95.
CARTA CONVITE Nº 010/95
PARTES: SEDUC/FIRMA PORTE ENGENHARIA LTDª.
OBJETO: A CONTRATADA se obriga a executar no regime de execução indireta, por empreitada de Preço Global, a realização da Obra de Recuperação da E.E. MARIA ENCARNADA DE ARADJO, no Município de Ananindeua/PA.
VIGÊNCIA: 03.04.95 a 18.05.95.
VALOR: GLOBAL 6 de R\$-12.149,68 (Doze mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: APLICAÇÃO FINANCEIRA Nº 001/95, RAL/94, (11231), Data: 01.04.95, Valor: R\$-12.149,68, 11/04/95, 11/04/95, 07.3132.00.

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 2

0247 Pág. 3

FORO: Belém/PA.
DATA DA ASSINATURA: 03.04.95.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: DR. RAIMUNDO NEY SARDINHA DE OLIVEIRA-Sub
secretário de Estado de Educação. CP95/003555-4

CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL DE MATERIAL DE MAO DE OBRA
Nº 002/95.
CARTA CONVITE Nº 008/95.
PARTES: SEDUC/FIRMA PORTE ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: A CONTRATADA se obriga a executar no regime de execu-
ção indireta, por Empreitada de Preço Global, a realização da
Obra de Ampliação da E.E. "JOSE MALCHER", no Município de
Muaná.
VIGENCIA: 03.04.95 a 18.05.95.
VALOR: Global é de R\$-28.155,08 (Vinte e oito mil, cento e cin-
quenta e cinco reais e oito centavos).
RECURSOS ORÇAMENTARIOS: APLICAÇÃO FINANCEIRA DO SE/GF. CONVENIO
Nº 1429/FNDE/SE/UC. (11231). Meta: 01. Ação: 02. Códigos: 16.101.
08.42.188.1.507.4110.00-Obra de Instalações no valor de
R\$-6.082,68. CONVENIO Nº 1429/FNDE/SE/UC. (11216). Me-
ta: 01. Ação: 02. Códigos: 16.101.08.42.188.1.507.4110.00- Obras
e Instalações no Valor de R\$- 22.072,40.
FORO: Belém/PA.
DATA DA ASSINATURA: 03.04.95.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: DR. RAIMUNDO NEY SARDINHA DE OLIVEIRA-
Subsecretário de Estado de Educação. CP95/003555-2

CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL DE MATERIAL DE MAO DE OBRA
Nº 003/95.
CARTA CONVITE Nº 009/95.
PARTES: SEDUC/FIRMA E.R.A. SOUSA ENGENHARIA.
OBJETO: A CONTRATADA se obriga a executar no regime de execu-
ção indireta, por Empreitada de Preço Global, a realização da
Obra de Recuperação da E.E. LUIZ NUNES DIREITO, no Município de
Ananindeua/PA.
VIGENCIA: 03.04.95 a 03.05.95.
VALOR: Global é de R\$- 12.716,26 (Doze mil, setecentos e dezes-
seis reais e vinte e seis centavos).
RECURSOS ORÇAMENTARIOS: APLICAÇÃO FINANCEIRA DO SE/GF. CONVE-
NIO Nº 1429/FNDE/SE/UC. (11231). Meta: 01. Ação: 03. Códigos: 16.
101.08.42.188.1.507.3132.00.
FORO: Belém/PA.
DATA DA ASSINATURA: 03.04.95.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: DR. RAIMUNDO NEY SARDINHA DE OLIVEIRA-
Subsecretário de Estado de Educação. CP95/003555-1

(Fat. nº 214, Reg. nº 214, Dia: 11/04/95)

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIAS DIVERSAS
LICENÇA ESPECIAL

PORT: Nº: 2103/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS: 060
NOME: MARIA MADALENA CARVALHO DA SILVA
MATR: 6015492-012
CARGO/LOTACÃO: PROF.º/EE. GERALDO DE CARVALHO// ALTAMIRA
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95
TRIENIO: 01.01.89 a 31.12.91 CP95/0035857-3

PORT: Nº: 2104/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: RAIMUNDA SAAVEDRA DA SILVA
MATR: 5218454/014
CARGO/LOTACÃO: SERVENTE/EE PROF. TEREZINHA B. SIQUEIRA/
CAPITÃO POÇO
TRIENIO: 01.11.91 a 31.10.94

PORT: Nº 2107/95 de 28.03.95 CP95/0035941-7
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: MARIA CONSTANTINO MORAES CORDEIRO
MATR: 0483281/013
CARGO/LOTACÃO: SERVENTE/EE CONEGO CALADO/IGARAPÉ AÇU
TRIENIO: 25.02.89 a 24.02.92
PERIODO: 02.01.95 a 02.03.95

PORT: Nº 2108-95 de 28.03.95 CP95/0035947-2
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: TEREZA LUCIA COELHO FREITAS
MATR: 6333494.010
CARGO/LOTACÃO: ESCR.DATIL./162 URE DO MUNIC. DE CAPANEMA
PERIODO: 20.02.95 a 20.04.95
TRIENIO: 01.02.91 a 31.01.94

PORT: Nº: 2109/95 de 28.03.95 CP95/0035923-5
Nº DE DIAS: 060
NOME: ELZA PAIXÃO DE OLIVEIRA
MATR: 0484474.014
CARGO/LOTACÃO: SERV./EE. NÍLO DE OLIVEIRA// IGARAPÉ AÇU
PERIODO: 07.02.95 a 07.04.95
TRIENIO: 25.07.89 a 24.07.92

PORT: Nº: 2110/95 de 28.03.95 CP95/0035931-5
Nº DE DIAS: 060
NOME: MARIA PINHEIRO DOS SANTOS
MATR: 0658731.017
CARGO/LOTACÃO: SERVENTE/EE. INOCENCIO SOARES//PRIMAVERA
PERIODO: 06.02.95 a 06.04.95
TRIENIO: 17.06.90 a 16.06.93

PORT: Nº: 2111/95 de 28.03.95 CP95/0035977-3
Nº DE DIAS: 120
NOME: RAIMUNDA FERREIRA DO NASCIMENTO
MATR: 0685275.011
CARGO/LOTACÃO: PROFESSOR/EE. JOÃO SANTOS// CAPANEMA
PERIODO: 01.02.95 a 01.04.95 / 02.04.95 a 31.05.95
TRIENIO: 08.06.88 a 07.06.91 / 08.06.91 a 07.06.94

PORTARIAS DIVERSAS
LICENÇA ESPECIAL

PORT: Nº: 2114/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS: 060
NOME: MARINEIDE CARDOSO GOMES
MATR: 0284858.016
CARGO/LOTACÃO: AG. ADM./EE. BENEDITO SOUZA// ITAITUBA
PERIODO: 01.01.95 a 29.04.95
TRIENIO: 23.08.89 a 22.08.92

CP95/0035897-7

PORTARIA DE DISPENSAR

PORT: Nº: 098/95 de 29.03.95
NOME: ANTONIA IVANILDES DE SOUSA
MAT: 0412511.013
CARGO/LOTACÃO: PROF.º/EE. PACIFICO L. DA COSTA//GARRAF. DO NORTE
TIPO DE GRAT: GD. 01
PORT. DE DESIG: 142/92 de 07.01.92

PORT: Nº: 1486/95 de 10.03.95 CP95/0035347-2
NOME: TELMA MARIA FERREIRA BARROS
MAT: 0362891.012
CARGO/LOTACÃO: PROF.º/EE. CECILIA HERMES// STA. I. DO PARÁ
TIPO DE GRAT: GD. 02
PORT. DE DESIG: 1803/95 de 16.03.93

MANDAR SERVIR
PORT: Nº: 051/95 de 16.03.95 CP95/0035350-6
NOME: JOYCE OTÁVIA SEXTAS RIBEIRO
MAT: 5343445.011
CARGO/LOTACÃO: PROF.º/EE. SINTEPP// ALTAMIRA
NÍVEL:
PERIODO: ATE ULT. DELIB. CP95/0035842-5

DESIGNAR
PORT: Nº: 1503/95 de 10.03.95
NOME: ANNA MARIA DAVID DE MIRANDA DE ARAÚJO
MAT: 0662828.013
CARGO/LOTACÃO: PROF.º/EE. CELINA HERMES// STA. I. DO PARÁ
NÍVEL: GD. 02
PERIODO: 10.03.95 a 05.09.95 CP95/0035843-3

PORT: Nº: 1810/95 de 16.03.95
NOME: MARIA JOSE SARAIWA DA SILVA
MAT: 0222569.012
CARGO/LOTACÃO: ESCR.DATIL./EE. LANEIRA BITENCOURT// MARACANÁ
NÍVEL: FG. 03
PERIODO: ATE ULT. DELIB. CP95/0035851-4

T/S/EFEITO
PORT: Nº: 033/95 de 16.03.95, T/S/EFEITO A PORT. Nº: 460/94
QUE CONTRATOU
NOME: LINDALVA DOS SANTOS RODRIGUES
CARGO/LOTACÃO: SERV./EE. PORTO SEGURO // IGARAPÉ AÇU
CP95/0031658-4

PORT: Nº: 072/95 de 17.03.95, T/S/EFEITO A PORT. 14142/94 de 25.
11.94, QUE DEMITIU
NOME: HELOISA CUNHA RUFINO
MAT: 0137286.023
CARGO/LOTACÃO: PROF.º/EE. CAMUTANA // BENEVIDES
CP95/0035859-0

PORTARIAS DIVERSAS

PORTARIA DE RETIFICAR

PORT: Nº: 2166/95 de 29.03.95, RETIFICAR A PORT. 10895/94 de
29.08.94
PERIODO: 01.08.94 a 29.09.94
NOME: MARIA JOSE SILVA DE SOUZA
MAT: 0361593.016
CARGO/LOTACÃO: PROF.º/EE. DORACY LEAL // STA. I. DO PARÁ

LICENÇA ESPECIAL

PORT: Nº 2115/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: FRANCISCA DESOUSA BARBOSA
MATR: 0650293/016
CARGO/LOTACÃO: SERVENTE/EE PE. V. M. VARI/CAPITÃO POÇO
TRIENIO: 25.07.89 a 24.07.92
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95

PORT: Nº 2116/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120
NOME: LEA DE AVIZ PEDREIRA
MATR: 0650145/013
CARGO/LOTACÃO: PROF/EE OSVALDO CRUZ/CAPITÃO POÇO
TRIENIO: 25.07.84 a 24.07.87 / 25.07.87 a 24.07.90
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95 / 30.04.95 a 28.06.95

PORT: Nº 2118/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: RAIMUNDA SOUSA DE MORAES
MATR: 0650307/013
CARGO/LOTACÃO: SERVENTE/EE OSVALDO CRUZ/CAPITÃO POÇO
TRIENIO: 25.03.89 a 24.03.92
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95

PORT: Nº 2119/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120
NOME: MARIA IVETE SANTIAGO DA SILVA
MATR: 0530069/014
CARGO/LOTACÃO: AG. ADMINIST/EE JOÃO N. DANTAS/BENEVIDES
TRIENIO: 23.06.83 a 22.06.86 / 23.06.86 a 22.06.89
PERIODO: 20.02.95 a 20.04.95 / 21.04.95 a 19.06.95

PORT: Nº 2120/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: LUCINETE BARBOSA LEITE
MATR: 0475572/016
CARGO/LOTACÃO: PROF/EE POLIVALENTE/ALTAMIRA
TRIENIO: 25.03.89 a 24.03.92
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95

PORT: Nº 2121/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120
NOME: NILZA AVIZ GOMES
MATR: 0681881/011
CARGO/LOTACÃO: PROF/EE M. A. DE VASCONCELOS/CAPANEMA
TRIENIO: 21.11.84 a 20.11.87 / 21.11.87 a 20.11.90
PERIODO: 15.03.95 a 13.05.95 / 14.05.95 a 12.07.95

PORTARIAS DIVERSAS - LICENÇA ESPECIAL

PORT: Nº 2122/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: GERMINIANO CAMPOS DOS SANTOS
MATR: 0361780/019
CARGO/LOTACÃO: VIGIA/EE PROF DORACY LEAL// STA. I. DO PARÁ
TRIENIO: 27.03.89 a 26.03.92
PERIODO: 03.04.95 a 01.06.95

CP95/0035857-3

PORT: Nº 2124/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: ANA ALICE DE SOUZA CORREA
MATR: 5192323/016
CARGO/LOTACÃO: MERENDEIRA/EE PROF TEREZINHA B. SIQUEIRA/
CAPITÃO POÇO
TRIENIO: 13.03.91 a 12.03.94
PERIODO: 20.03.95 a 18.05.95 CP95/0035375-1

PORT: Nº 2125/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120
NOME: LIZABEL PENNA DA GAMA
MATR: 0666831/017
CARGO/LOTACÃO: SERVENTE/EE ROSA A. REBELO/SEN. JOSÉ PORFÍRIO
TRIENIO: 13.05.86 a 12.05.89 / 13.05.89 a 12.05.92
PERIODO: 03.04.95 a 01.06.95 / 02.06.95 a 31.07.95

PORT: Nº 2126/95 de 28.03.95 CP95/0035893-2
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: RIZOLEIDE FERREIRA MONTEIRO
MATR: 0221880/011
CARGO/LOTACÃO: AG. PORT./EE MACARIO F. ANTONIO/IGARAPÉ AÇU
TRIENIO: 01.03.88 a 28.02.91
PERIODO: 04.01.95 a 04.03.95 CP95/0035891-3

PORT: Nº 2131/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: WANDA DE NAZARÉ SILVA MACIEL
MATR: 6027407/022
CARGO/LOTACÃO: ESC. DAT./EE DR OTAVIO MEIRA/BENEVIDES
TRIENIO: 01.01.89 a 31.12.91
PERIODO: 03.10.94 a 01.12.94 CP95/0035893-9

PORT: Nº 2132/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120
NOME: FRANCISCA BENTO BORGES
MATR: 0412171/011
CARGO/LOTACÃO: SERVENTE/EE MARIO E. JIL/C. AFAÃO DO NORTE
TRIENIO: 15.09.83 a 14.09.86 / 15.09.86 a 14.09.89
PERIODO: 03.10.94 a 01.12.94 / 02.12.94 a 01.01.95

PORT: Nº 2133/95 de 28.03.95 CP95/0035840-3
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120
NOME: CECILIA A. OLIVEIRA DASILVA
MATR: 0474096/016
CARGO/LOTACÃO: PROF/EE PROF ANTONIO G. LINS/ALTAMIRA
TRIENIO: 18.06.80 a 17.06.83 / 18.06.83 a 17.06.86
PERIODO: 29.09.94 a 27.11.94 / 28.11.94 a 26.01.95

PORT: Nº 2134/95 de 28.03.95 CP95/0035844-1
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: MARCIO JEAN DE ARAUJO CARRERA
MATR: 6010180/020
CARGO/LOTACÃO: ESC. DAT./EE MACARIO F. ANTONIO/IGARAPÉ AÇU
TRIENIO: 01.06.89 a 31.05.92
PERIODO: 01.11.94 a 30.12.94 CP95/0035892-1

PORT: Nº 2135/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: HEZEQUIAS CARVALHO DA SILVA
MATR: 6309968/013
CARGO/LOTACÃO: ESC. DAT./EE PROF DAIRCE P. TORRES/ALTAMIRA
TRIENIO: 01.02.91 a 31.01.94
PERIODO: 17.10.94 a 15.12.94 CP95/0035875-0

PORT: Nº 2136-95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: MARIA APARECIDA POLVEIRO DA SILVA
MATR: 6390145/017
CARGO/LOTACÃO: ESC. DAT./EE PROF DAIRCE P. TORRES/ALTAMIRA
TRIENIO: 01.02.91 a 31.01.94
PERIODO: 17.10.94 a 15.12.94

PORT: Nº 2137/95 de 28.03.95 CP95/0035852-2
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: MARIA DA ROCHA TEIXEIRA
MATR: 5229561/012
CARGO/LOTACÃO: ESC. DAT./EE JOSE L. MAIA/CAPITÃO POÇO
TRIENIO: 01.11.91 a 31.10.94
PERIODO: 01.12.94 a 29.01.95

PORT: Nº 2138/95 de 28.03.95 CP95/0035854-0
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: RAIMUNDA ALVES MOITA
MATR: 0648663/011
CARGO/LOTACÃO: AG. PORT./EE PE. V. M. VARI/CAPITÃO POÇO
TRIENIO: 01.08.89 a 31.07.92
PERIODO: 01.12.94 a 29.01.95

PORT: Nº 2139/95 de 28.03.95 CP95/0035900-5
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: RAIMUNDA FERREIRA LOPES
MATR: 0483800/018
CARGO/LOTACÃO: AG. PORT./EE MACARIO F. ANTONIO/IGARAPÉ AÇU
TRIENIO: 27.04.88 a 26.04.91
PERIODO: 01.12.94 a 29.01.95 CP95/0035703-1

PORT: Nº 2140/95 de 28.03.95 CP95/0035915-2
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: RAIMUNDO CELESTINO DA SILVA
MATR: 6025013/010
CARGO/LOTACÃO: VIGIA/EE PADRE DUBOIS/SALINÓPOLIS
TRIENIO: 01.07.89 a 30.06.92
PERIODO: 07.11.94 a 05.01.95

PORT: Nº 002145/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060 Dias
NOME: ESTER DE PAULA AMORIM
MATRÍCULA: 0593958/015
CARGO/ LOTACÃO/AG. PORTARIA/EE. I.G. ANA TELES/ BENEVIDES
PERIODO: 23.11.94 a 21.01.95
TRIENIO: 01.11.89 a 31.10.92 CP95/0035924-3

PORT: Nº 002146/94 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060 Dias
NOME: ROSELIS OTERO BRASIL
MATRÍCULA: 0662845 /011
CARGO/LOTACÃO/SERVENTE/EE. M. A. DE VASCONCELOS
CAPANEMA

PERIODO: 01.11.94 a 30.12.94
TRIÊNIO: 26.03.86 a 25.03.89 CP95/0035932-4

PORT. Nº 002147/94 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060 DIAS
NOME: JOÃO DO CARMO TAVARES
MATRÍCULA: 5222109/019
CARGO/LOTAÇÃO: VIGIA/ERC. JARDAS PASSARINHO/BAIÃO
PERIODO: 01.12.94 a 29.01.95
TRIÊNIO: 01.11.91 a 31.10.94 CP95/0035943-3

PORT. Nº 002171/95 de 29.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060 DIAS
NOME: EVANILDE SANTOS FURTADO
MATRÍCULA: 0509906/013
CARGO/LOTAÇÃO: SERVENTE/EE. LEANDRO L. SILVEIRA BRAGANÇA
PERIODO: 02.01.95 a 02.03.95
TRIÊNIO: 06.04.89 a 05.04.92 CP95/0035943-0

PORT. Nº 002172/95 de 29.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060 DIAS
NOME: ARLETE CARVALHO DA CONCEIÇÃO
MATRÍCULA: 0423858/016
CARGO/LOTAÇÃO: EE. 2º Grau/ Jose M. Machado/ BARCARENA
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95
TRIÊNIO: 01.09.88 a 31.08.91 CP95/0035963-4

PORT. Nº 002173/95 de 29.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120 DIAS
NOME: DORALICE SOUZA DOS SANTOS
MATRÍCULA: 0514349/019
CARGO/LOTAÇÃO: SERVENTE/EE. AUGUSTO CORREA/BRAGANÇA
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95 / 30.04.95 a 28.06.95
TRIÊNIO: 27.09.88 a 26.09.91 / 27.09.91 a 26.09.94 CP95/0035971-5

PORT. Nº 002174/95 de 29.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120
NOME: DILVA MARIA ARAUJO DE SOUSA
MATRÍCULA: 0663603/018
CARGO/LOTAÇÃO: SERVENTE/EE. JOSE KMO8-MARABÁ
PERIODO: 15.03.95 a 13.05.95
TRIÊNIO: 10.05.86 a 09.05.89 CP95/0035977-0

PORT. Nº 002177/95 de 29.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: MARIA TRINDADE MATOS DE SOUSA
MATRÍCULA: 0276505/010
CARGO/LOTAÇÃO: SERVENTE/EE. NAZRE BARBOSA CARDOSO MARABÁ
PERIODO: 01.02.95 a 01.04.95
TRIÊNIO: 25.06.89 a 24.06.92 CP95/0035973-2

PORT. Nº 002179-95 de 29.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: MARIA DE LOURDES MARQUES DOS SANTOS
MATRÍCULA: 0235520/019
CARGO/LOTAÇÃO: SERVENTE/EE. CECILIA MEIRELES PARAUPEBAS
PERIODO: 26.01.95 a 26.03.95
TRIÊNIO: 25.06.89 a 24.06.92 CP95/0035973-3

PORT. Nº 002184/95 de 29.03.95 CP95/0035993-3
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 240 DIAS
NOME: SONIA MARIA SILVA
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95 / 30.04.95 a 28.06.95
TRIÊNIO: 16.06.80 a 15.06.83 / 16.06.83 a 15.06.86
16.06.89 a 15.06.92
CARGO/LOTAÇÃO: PROFESSOR/EE. HELIO PROTA/ABEL FIGUEREDO

PORT. Nº 002185/95 de 29.03.95 CP95/0035995-3
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: ANTONIO JOSE RIBEIRO
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95
TRIÊNIO: 01.09.90 a 31.08.93
CARGO/LOTAÇÃO: VIGIA/EE. LIBERDADE/MARABÁ

PORT. Nº 002186/95 de 29.03.95 CP95/0035993-3
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 180 DIAS
NOME: ELIDIA DE SOUZA DOS SANTOS
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95 / 30.04.95 a 28.06.95
29.06.95 a 27.08.95
CARGO/LOTAÇÃO: SERVENTE /EE. PROF. IZABEL/ITUPIRANGA
TRIÊNIO: 25.05.83 a 24.05.86 / 25.05.86 a 24.05.89
02.12.90 a 30.11.93

PORT. Nº 2141/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 180
NOME: ADELAIDE NUNES DA SILVA
MATRÍCULA: 0484504/015
CARGO/LOTAÇÃO: SERVENTE/EE. ANGELO CESARINO/ICARAPÉ AÇU
TRIÊNIO: 25.07.84 a 24.07.87 / 25.07.87 a 24.07.90 /
25.07.90 a 24.07.93
PERIODO: 01.12.94 a 29.01.95 / 30.01.95 a 30.03.95 /
31.03.95 a 29.05.95

PORT. Nº 2142/95 de 28.03.95 CP95/0035997-1
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 120
NOME: MARIA LUCIA MONTEIRO DE BARROS
MATRÍCULA: 0594911/013
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. DEUSARINA N. SOUZA/BENEVIDES
TRIÊNIO: 23.03.82 a 22.03.85 / 23.03.85 a 22.03.88
PERIODO: 31.10.94 a 29.12.94 / 30.02.94 a 27.02.95

PORT. Nº 2143/95 de 28.03.95 CP95/0035995-2
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: REGINA DE SOUZA XAVIER
MATRÍCULA: 5223660/013

CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. MARIO BRASIL/GARRAFO DO NORTE
TRIÊNIO: 01.11.91 a 31.10.94
PERIODO: 17.10.94 a 15.12.94

PORT. Nº 2144/95 de 28.03.95 CP95/0035994-4
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 180
NOME: RAIMUNDA NONATA DESOUSA
MATRÍCULA: 0681407/014
CARGO/LOTAÇÃO: AG. PORT./EE. APOLONIA PINHEIRO/CAPANEMA
TRIÊNIO: 30.09.85 a 29.09.88 / 30.09.88 a 29.09.91 /
30.09.91 a 29.09.94
PERIODO: 01.11.94 a 30.12.94 / 30.12.94 a 28.02.95 /
01.03.95 a 29.04.95

PORT. Nº 2187/95 de 29.03.95 CP95/0035002-3
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: MARIA DELMA FERREIRA BARBOSA
MATRÍCULA: 0254495/017
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. CONEGO BATISTA CAMPOS/BARCARENA
TRIÊNIO: 25.05.82 a 24.05.85
PERIODO: 02.01.95 a 02.03.95 CP95/0035001-2

(Inf. nº 205, Reg. nº 205, Dia: 11/04/95)

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIAS DIVERSAS
DEMISSÃO

PORT. Nº: 1787/95 de 15.03.95
NOME: ALTAMIRO VIEIRA DOS SANTOS
MATRÍCULA: 5550289/011
CARGO/LOTAÇÃO: VIGIA/EE. SÃO FRANCISCO// SANTARÉM
MOTIVO: A PEDIDO
DATA DA DEMISSÃO: 01.07.94

ESCALA DE FÉRIAS CP95/0035009-3

PORT. Nº: 026/95 de 17.03.95
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: EE. FELIPE PATRONI// ACARÁ CP95/0035017-9

PORT. Nº: 027/95 de 17.03.95
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 14.06.95
UNIDADE: EE. ANTONIO BRASIL// TOMÉ AÇU

PORT. Nº: 001/95 de 06.03.95 CP95/0035025-0
ANO: 1995
PERIODO: 01.03.95 a 30.03.95
UNIDADE: ERC. NSA. SRA. DA SAÚDE // JURUTI

PORT. Nº: 002/95 de 06.03.95 CP95/0035010-1
ANO: 1995
PERIODO: 01.04.95 a 30.04.95
UNIDADE: ERC. NSA. SRA. DA SAÚDE // JURUTI

PORT. Nº: 003/95 de 06.03.95 CP95/0035013-7
ANO: 1995
PERIODO: 01.04.95 a 30.04.95
UNIDADE: EE. EMANOEL S. DE OLIVEIRA // JURUTI

PORT. Nº: 004/95 de 06.03.95 CP95/0035023-3
ANO: 1995
PERIODO: 01.04.95 a 30.04.95
UNIDADE: EE. DR. A. DE ARRUDA// JURUTI

PORT. Nº: 005/95 de 06.03.95 CP95/0035003-9
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: EE. DEP. AMÉRICO P. DE LIMA // JURUTI

PORT. Nº: 006/95 de 07.03.95 CP95/0035011-0
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: EE. EMANOEL S. VIEIRA// JURUTI

PORT. Nº: 007/95 de 07.03.95 CP95/0035019-5
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: EE. EMANOEL S. VIEIRA// JURUTI

PORT. Nº: 008/95 de 07.03.95
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: EE. ABDIAS ARRUDA // JURUTI CP95/0035027-5

PORT. Nº: 009/95 de 07.03.95
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: EE. ABDIAS ARRUDA // JURUTI

PORT. Nº: 029/95 de 07.03.95 CP95/0035954-2
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: EE. CARIMMELEM // MONTE ALEGRE

PORT. Nº: 030/95 de 07.03.95
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: EE. DE PERIGO// MONTE ALEGRE

PORT. Nº: 031/95 de 07.03.95 CP95/0035972-3
ANO: 1995
PERIODO: 01.05.95 a 30.05.95
UNIDADE: 7º URE DO MUNIC. DE MONTE ALEGRE

PORT. Nº: 012/95 de 09.03.95 CP95/0035980-4
ANO: 1995
PERIODO: 01.06.95 a 30.06.95
UNIDADE: EE. ABDIAS DE ARRUDA// JURUTI

PORT. Nº: 013/95 de 09.03.95 CP95/0035933-0
ANO: 1995
PERIODO: 01.06.95 a 30.06.95
UNIDADE: ERC. NSA. SRA. DASAÚDE// JURUTI

PORT. Nº: 014/95 de 10.03.95
ANO: 1995
PERIODO: 01.06.95 a 30.06.95
UNIDADE: ERC. NSA. SRA. DASAÚDE// JURUTI

PORT. Nº: 015/95 de 10.03.95 CP95/0035004-7
ANO: 1995
PERIODO: 01.07.95 a 30.07.95
UNIDADE: ERC. NSA. SRA. DA SAÚDE // JURUTI

PORT. Nº: 016/95 de 10.03.95 CP95/0035012-8
ANO: 1995
PERIODO: 01.07.95 a 30.07.95
UNIDADE: EE. EMANOEL S. DE OLIVEIRA // JURUTI

PORT. Nº: 017/95 de 13.03.95 CP95/0035020-9
ANO: 1995
PERIODO: 01.07.95 a 30.07.95
UNIDADE: EE. DEP. AMÉRICO P. LIMA// JURUTI

PORT. Nº: 018/95 de 13.03.95 CP95/0035005-5
ANO: 1995
PERIODO: 01.07.95 a 30.07.95
UNIDADE: EE. AMÉRICO P. LIMA// JURUTI

PORT. Nº: 019/95 de 13.03.95 CP95/0035993-7
ANO: 1995
PERIODO: 01.07.95 a 14.08.95 / 01.07.95 a 30.07.95
UNIDADE: EE. ABDIAS ARRUDA// JURUTI CP95/0035023-4

PORT. Nº: 020/95 de 14.03.95
ANO: 1995
PERIODO: 01.07.95 a 30.07.95
UNIDADE: EE. NSA. SRA. DA SAÚDE// JURUTI

LICENÇA ESPECIAL CP95/0035997-9

PORT. Nº 2102/95 de 28.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 060
NOME: RUTH MACIEL DA SILVA
MATRÍCULA: 0495590/011
CARGO/LOTAÇÃO: SERVENTE/EE. PTE. JOHN F. KENNEDY/VIGIA
TRIÊNIO: 17.08.84 a 16.08.87
PERIODO: 02.01.95 a 02.03.95 CP95/0035013-5

PORT. Nº 2168/95 de 29.03.95
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 180
NOME: LAURA MARIA NEVES MACIEL
MATRÍCULA: 0643335/018
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. BARÃO DE GUARARÁ/VIGIA
TRIÊNIO: 17.08.84 a 16.08.87 / 17.08.87 a 16.08.90 /
17.08.90 a 16.08.93
PERIODO: 01.03.95 a 29.04.95 / 30.04.95 a 28.06.95 /
29.06.95 a 27.08.95 CP95/0035021-7

LICENÇA ASSISTÊNCIA

PORT. Nº 2101/95 de 28.03.95
NOME: MARIA EDELTRUDES MONTEIRO DA COSTA
MATRÍCULA: 0412805/014
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. AURELIANA MONTEIRO/PONTA DE PEDRAS
PERIODO: 02.08.94 a 01.09.94 / 02.09.94 a 27.09.94 /

DEMITIR CP95/0035029-2

PORT. Nº 046-B/95 de 16.03.95
NOME: BELALMA DE NAZARÉ MONTEIRO
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. FULGÊNCIO SIMÕES/ALENQUER
MOTIVO: A PEDIDO
DATA DA DEMISSÃO: A PARTIR DE 31.12.69

PORT. Nº 2091/95 de 27.03.95 CP95/0035022-5
NOME: ALFREDO FRANCISCO BASTOS
MATRÍCULA: 0582816/011
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. BRAULIA GURJÃO/CONC. DO ARAGUAIA
MOTIVO: POR ABANDONO DE EMPREGO
DATA DA DEMISSÃO: A PARTIR DE 01.04.91

PORT. Nº 2093/95 de 27.03.95 CP95/0035005-3
NOME: MAURICIO WAGNER AQUINO FONTENELLE
MATRÍCULA: 6030041/016
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. ACY DE J. B. PEREIRA/CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
DATA DA DEMISSÃO: A PARTIR DE 01.04.91 CP95/0035990-1

PORTARIAS DIVERSAS - DEMITIR

PORT. Nº 2094/95 de 27.03.95
NOME: JOSÉ ANTONIO NERY PALMEIRA
MATRÍCULA: 6030050/015
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. ACY DE J. B. PEREIRA/CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
DATA DA DEMISSÃO: A PARTIR DE 01.04.91

PORT. Nº 2095/95 de 27.03.95 CP95/0035991-2
NOME: SEBASTIÃO TOMAS LIMA NERY
MATRÍCULA: 6030068/010
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. ACY DE J. B. PEREIRA/CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
DATA DA DEMISSÃO: A PARTIR DE 01.04.91

PORTARIAS DE AUTORIZAR CP95/0035993-3

PORT. Nº: 042/95 de 29.03.95
NOME: CELIA MARIA BRGES
MATRÍCULA: 0417769/019
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. PRES. VARGAS // TOMÉ AÇU
MOTIVO: PARTICIPAR DO CURSO DE LIC. PLANA EM GEOGRAFIA
PERIODO: 16.01.95 a 24.03.95

PORT. Nº: 034/95 de 24.03.95 CP95/0035992-0
NOME: CARLOS ALBERTO POMPEU COSTA
MATRÍCULA: 0418579/019
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE. ANTONIO BRASIL// TOMÉ AÇU
MOTIVO: PARTICIPAR DO CURSO DE GEOGRAFIA
PERIODO: 16.01.95 a 24.03.95 CP95/0035014-4

LICENÇA ASSISTÊNCIA

PORT. Nº: 001/95 de 04.01.95
NOME: ELDILSNEIDE MARVALBA OLIVEIRA

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 2

MAT: 6301762.013
CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. JOSÉ TOSTES // ÓBIDOS
PERÍODO: 02.01.95 a 31.01.95
CP95/0036030-5

LICENÇA REPOUSO
PORT: Nº 02/95 de 07.03.95
NOME: EDILMA BRITO VALENTE
MAT: 6022570.029
CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. ABEL OVIDO// CRUÇÁ
PERÍODO: 21.02.95 a 20.06.95

PORT: Nº 030/95 de 09.03.95 CP95/0035973-1
NOME: MARIA APARECIDA FAGUNDES DA SILVA
MAT: 0250350.011
CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. SÃO JORGE//ÓBIDOS
PERÍODO: 07.03.95 a 04.07.95

PORT: Nº 035/95 de 24.03.95 CP95/0036023-3
NOME: ROSENILDE DE SOUZA FARIAS
MAT: 5388171.012
CARGO/LOTAÇÃO: ESCR.DATIL./EE. 6ª URE DO MUNIC. DE TOMÉ AÇU
PERÍODO: 14.03.95 a 11.07.95

PORT: Nº 032/95 de 14.03.95 CP95/0036015-2
NOME: INEZ LUZIA BORGES CAETANO
MAT: 0251216.019 / PERÍODO: 06.03.95 a 03.07.95
CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. SÃO FRANCISCO// ÓBIDOS

PORTARIAS DIVERSAS
PORTARIAS DE L/SAÚDE

PORT: Nº 003/95 de 06.01.95
NOME: MARIA LETÍCIA P. DA ROCHA
MAT: 0250406.019
CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. FELIPE PATRONI// ÓBIDOS
PERÍODO: 19.12.94 a 07.01.95

PORT: Nº 031/95 de 21.03.95 CP95/0035965-0
NOME: MARIA DA TRINDADE LISBOA
MAT: 0977691.017
CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. DR. ANTHODIO BARBOSA // TOMÉ AÇU
PERÍODO: 02.03.95 a 30.03.95

PORT: Nº 007/95 de 30.03.95 CP95/0035974-3
NOME: MARIA DE JESUS MORAES DESOUSA
MAT: 0412210.011
CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. TANCREDO NEVES // TAILÂNDIA
PERÍODO: 02.03.95 a 30.04.95

PORT: Nº 029/95 de 23.02.95 CP95/0035966-9
NOME: MARIA EDILZA TAVARES DE ARAUJO
MAT: 0250597.019
CARGO/LOTAÇÃO: AG. ADM./EE. 8ª URE DE EDUCAÇÃO // ÓBIDOS
PERÍODO: 16.02.95 a 17.03.95

PORT: Nº 034/95 de 14.03.95 CP95/0035957-0
NOME: MARIA IVETE RODRIGUES
MAT: 0249505.014
CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. FELIPE PATRONI// ÓBIDOS
PERÍODO: 03.03.95 a 01.04.95

PORT: Nº 026/95 de 08.02.95 CP95/0035949-9
NOME: FRANCISCO CARLOS ONETE MURRIETA
MAT: 0585084.011
CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. CARIM MELEM// MONTE ALEGRE
PERÍODO: 01.11.94 a 20.11.94

PORT: Nº 018/95 de 01.02.95 CP95/0035941-3
NOME: JOSE VENTURA DE OLIVEIRA
MAT: 0563501.010
CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. CARIM MELEM// MONTE ALEGRE
PERÍODO: 10.11.94 a 30.11.94

PORT: Nº 024/95 de 08.02.95 CP95/0035933-2
NOME: FRANCISCO CARLOS ONETE MURRIETA
MAT: 0585084.011
CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. CARIM MELEM// MONTE ALEGRE
PERÍODO: 27.09.94 a 11.10.94

PORT: Nº 025/95 de 08.02.95 CP95/0035983-9
NOME: FRANCISCO CARLOS O. MURRIETA
MAT: 0585084.011
CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. CARIM MELEM// MONTE ALEGRE
PERÍODO: 17.10.94 a 31.10.94

PORT: Nº 021/95 de 06.02.95 CP95/0035975-8
NOME: MARIA DE FÁTIMA CORREA DA SILVA
MAT: 0584428.010
CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. DR. GAMA MALCHER// MONTE ALEGRE
PERÍODO: 14.11.94 a 28.11.94

PORTARIAS DIVERSAS-

APROVAÇÃO ESCALA DE FÉRIAS

PORT: Nº 015/94 de 13.10.94 CP95/0035977-5
ANO: 1995
PERÍODO: 01.04 a 14.05.95
UNIDADE: EE Mª HYLUIZA P FERREIRA/CURUÇÁ

PORT: Nº 017/94 de 13.10.94 CP95/0035953-3
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.07.95
UNIDADE: EE Mª HYLUIZA P FERREIRA/CURUÇÁ

PORT: Nº 018/94 de 13.10.94 CP95/0035925-1
ANO: 1995
PERÍODO: 01.04 a 15.05.95
UNIDADE: EE Mª HYLUIZA P FERREIRA/CURUÇÁ

PORT: Nº 019/94 de 13.10.94 CP95/0035950-2
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 14.08.95
UNIDADE: EE Mª HYLUIZA P FERREIRA/CURUÇÁ

PORT: Nº 020/94 de 13.10.94 CP95/0035942-1
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.07.95
UNIDADE: EE Mª HYLUIZA P FERREIRA/CURUÇÁ

CP95/0035959-5

PORT: Nº 021/94 de 13.10.94
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 14.08.95
UNIDADE: EE Mª HYLUIZA P FERREIRA/CURUÇÁ

PORT: Nº 022/94 de 17.10.94 CP95/0035951-0
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.07.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES/CURUÇÁ

PORT: Nº 023/94 de 17.10.94 CP95/0035984-7
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 14.08.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES/CURUÇÁ

PORT: Nº 024/94 de 17.10.94 CP95/0035992-5
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 14.08.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES/CURUÇÁ

PORT: Nº 025/94 de 17.10.94 CP95/0036007-1
ANO: 1995
PERÍODO: 01.08 a 14.09.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES/CURUÇÁ

PORT: Nº 026/94 de 17.10.94 CP95/0036000-4
ANO: 1995
PERÍODO: 01.09 a 30.09.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES/CURUÇÁ

PORT: Nº 027/94 de 17.10.94 CP95/0036003-0
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.10.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES/CURUÇÁ

CP95/0036015-0 ---

PORT: Nº 028/94 de 17.10.94
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.07.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES/CURUÇÁ

PORT: Nº 029/94 de 17.10.94 CP95/0035973-5
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.08.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES

PORT: Nº 030/94 de 17.10.94 CP95/0035967-7
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.07.95
UNIDADE: EE OLINDA VERAS ALVES/CURUÇÁ

PORT: Nº 031/94 de 18.10.94 CP95/0035943-0
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 30.07.95
UNIDADE: EE. JOSÉ MARIA H./CURUÇÁ

PORT: Nº 032/94 de 18.10.94 CP95/0035934-0
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 30.07.95
UNIDADE: EE. JOSÉ MARIA H./CURUÇÁ

PORT: Nº 033/94 de 18.10.94 CP95/0035925-3
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 15.08.95
UNIDADE: EE. JOSÉ MARIA H./CURUÇÁ

PORT: Nº 033/94 de 18.10.94 CP95/0035913-9
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 15.08.95
UNIDADE: EE. JOSÉ MARIA H./CURUÇÁ

PORT: Nº 034/94 de 18.10.94 CP95/0035917-0
ANO: 1995
PERÍODO: 01.08 a 30.08.95
UNIDADE: EE. JOSÉ MARIA H.

PORT: Nº 034/94 de 18.10.94 CP95/0035939-3
ANO: 1994
PERÍODO: 01.08 a 30.08.95
UNIDADE: EE. JOSÉ MARIA H./CURUÇÁ

PORT: Nº 035/94 de 18.10.94 CP95/0035901-4
ANO: 1995
PERÍODO: 01.09 a 30.09.95
UNIDADE: EE. JOSÉ MARIA H./CURUÇÁ

PORT: Nº 036/94 de 18.10.94 CP95/0035933-0
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 30.07.95
UNIDADE: EE. AUREA DE MORAES/CURUÇÁ

PORT: Nº 037/94 de 18.10.94 CP95/0035935-7
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07.95 a 14.08.95
UNIDADE: EE. AUREA DE MORAES/CURUÇÁ

CP95/0035910-3

PORTARIAS DIVERSAS

DISPENSA DE FUNÇÃO

PORT: Nº 058-B/95 de 03.04.95
NOME: MARLI DILL
MATR: 5483824/016
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC ISAAC NEWTON/ITAITUBA
TIPO DE GRATIFICAÇÃO: FG-3 (SECRETÁRIA)

PORT: Nº 059-B/95 de 03.04.95 CP95/0035935-9
NOME: MERE LÚCIA BATISTA QUEIROZ
MATR: 5528836/016
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC CORONEL PONTOURA/ITAITUBA
TIPO DE GRATIFICAÇÃO: GD-2 (DIRETOR)
PORT. ANT. DE DESIG.: 12454/93 de 10.11.93

PORT: Nº 1793/95 de 03.04.95 CP95/0035953-5
NOME: JANETE DE SOUSA CRISTINO
MATR: 5661935/015
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC ANTONIO G BARROS/ITAITUBA
TIPO DE GRATIFICAÇÃO: GD-1 (VICE-DIRETOR)
PORT. ANT. DE DESIG.: 218/94 de 21.03.94

PORT: Nº 1794/95 de 03.04.95 CP95/0035950-0
NOME: MARIA LINDALVA DOS ANJOS ARAUJO
MATR: 0280305/025

CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE BENEDITO CORREA DE SOUZA/
ITAITUBA
TIPO DE GRATIFICAÇÃO: FG-3 (SECRETÁRIA)
PORT. ANT. DE DESIG.: 6139/82 de 13.05.82

PORT: Nº 1795/95 de 03.04.95 CP95/0035952-9
NOME: IRAILDE SOARES FERREIRA
MATR: 5252849/013
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC C. EDUC. ANCHIETA/ITAITUBA
TIPO DE GRATIFICAÇÃO: GD-1 (VICE-DIRETOR)
PORT. ANT. DE DESIG.: 6447/93 de 25.06.93

PORT: Nº 1798/95 de 03.04.95 CP95/0035944-3
NOME: MARIA ONEIDE LOBATO DE NAZARE
MATR: 0280631/013
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE BENEDITO CORREA DE SOUZA/
ITAITUBA
TIPO DE GRATIFICAÇÃO: GD-2 (DIRETOR)
PORT. ANT. DE DESIG.: 10081/92 de 13.08.92

MANDAR SERVIR CP95/0035935-7

PORT: Nº 1807/95 de 03.04.95
NOME: MARCELA MARIA APARECIDA DE A. FREITAS
MATR: 5646227/010
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC ISAAC NEWTON/ITAITUBA
NÍVEL: FG-3 (SECRETÁRIA)
PERÍODO: A PARTIR DE 15.03.95, até ult. deliberação

PORT: Nº 1808/95 de 03.04.95 CP95/0035927-8
NOME: WALDELOURES DA COSTA SILVA
MATR: 5530342/013
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC ISAAC NEWTON/ITAITUBA
NÍVEL: GD-2 (VICE-DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 15.03.95, até ult. deliberação

CP95/0035928-5

PORTARIAS DIVERSAS - MANDAR SERVIR

PORT: Nº 1809/95 de 03.04.95
NOME: JOSÉ DE RIBAMAR ALMEIDA E SILVA
MATR: 5544823/017
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC ANTONIO GONZAGA BARROS/
ITAITUBA
NÍVEL: FG-3 (SECRETÁRIO)
PERÍODO: A PARTIR DE 15.03.95, até ult. deliberação

DESIGNAR

CP95/0035920-0

PORT: Nº 1799/95 de 03.04.95
NOME: ROSILDA FERREIRA DUTRA
MATR: 5357381/022
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC CENTRO EDUC. ANCHIETA/
ITAITUBA
NÍVEL: GD-1 (VICE-DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 15.03.95, até ult. deliberação

PORT: Nº 1801/95 de 03.04.95 CP95/0035919-7
NOME: MARIA LINDALVA DOS ANJOS ARAUJO
MATR: 0280305/025
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE GASPAR VIANA/ITAITUBA
NÍVEL: GD-1 (VICE-DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 15.03.95, até ult. deliberação

PORT: Nº 1802/95 de 03.04.95 CP95/0035911-1
NOME: MERE LÚCIA BATISTA QUEIROZ
MATR: 5528836/024
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/ERC CEL. PONTOURA/ITAITUBA
NÍVEL: GD-2 (DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 15.03.95, até ult. deliberação

PORT: Nº 1804/95 de 03.04.95 CP95/0035912-0
NOME: MARLI DILL
MATR: 5483824/024
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/EE Mª DO SOCORRO JACOB/
ITAITUBA
NÍVEL: FG-3 (SECRETÁRIA)
PERÍODO: A PARTIR DE 15.03.95, até ult. deliberação

PORT: Nº 1806/95 de 03.04.95 CP95/0035904-9
NOME: MARIA ONEIDE LOBATO DE NAZARE
MATR: 0280631/013
CARGO/LOTAÇÃO: PROF/14ª URE/ITAITUBA
NÍVEL: GD-1 (DIRETOR)
PERÍODO: de 20.03.95 a 31.07.95, durante o impedi-
mento do titular CP95/0035903-3

APROVAÇÃO ESCALA DE FÉRIAS

PORT: Nº 035/95 de 15.03.95
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.06.95
UNIDADE: EE JOSÉ VERÍSSIMO/ÓBIDOS

PORT: Nº 036/95 de 15.03.95 CP95/0035902-2
ANO: 1995
PERÍODO: 01 a 30.06.95
UNIDADE: EE JOSÉ VERÍSSIMO/ÓBIDOS

CP95/0035944-8

PORTARIAS DIVERSAS- FERIAS

PORT: Nº 045/94 de 26.10.94
ANO: 1995
PERÍODO: 01.07 a 30.07.95
UNIDADE: EE. BENEDITO F. DE OLIVEIRA/CURUÇÁ

PORT: Nº 035/94 de 31.10.94 CP95/0035835-7
ANO: 1995
PERÍODO: 01.06 a 30.06.95
UNIDADE: EE. CANDORINA CAMPOS/CURUÇÁ

PORT: Nº 056/94 de 31.10.94 CP95/0035887-5
ANO: 1995
PERÍODO: 02.07 a 31.07.95
UNIDADE: EE. CANDORINA CAMPOS/CURUÇÁ

PORT: Nº 057/94 de 31.10.94 CP95/0035896-4
ANO: 1995
PERÍODO: 17.06.95 a 31.07.95
UNIDADE: EE. CANDORINA CAMPOS/CURUÇÁ

CP95/0035833-3

PORT. Nº 058/94 de 31.10.94
ANO. 1995
PERÍODO. 01.08.95 a 14.09.95
UNIDADE. EE. CANDORINA CAMPOS/CURUÇA

PORT. Nº DE 31.10.94 CP95/0035848-4
ANO. 1995
PERÍODO. 02.07.95 a 31.07.95
UNIDADE. EE. CANDORINA CAMPOS/CURUÇA

PORT. Nº 060/94 de 31.10.94 CP95/0035875-5
ANO. 1995
PERÍODO. 02.07.95 a 31.08.95
UNIDADE. EE. CANDORINA CAMPOS/CURUÇA

PORT. Nº 061/94 de 31.10.94 CP95/0035880-8
ANO. 1995
PERÍODO. 01.09.95 a 30.09.95
UNIDADE. EE. CANDORINA CAMPOS/CURUÇA

PORT. Nº 062/94 de 31.10.94 CP95/0035877-4
ANO. 1995
PERÍODO. 01.10.95 a 30.10.95
UNIDADE. EE. CANDORINA CAMPOS/CURUÇA

PORT. Nº 063/94 de 07.11.94 CP95/0035878-5
ANO. 1995
PERÍODO. 01.07.95 a 30.07.95
UNIDADE. EE. JUPITER MAIA/CURUÇA

PORT. Nº 064/94 de 07.11.94 CP95/0035877-8
ANO. 1995
PERÍODO. 01.07.95 a 30.07.95
UNIDADE. EE. JUPITER MAIA/CURUÇA

PORT. Nº 065/94 de 07.11.94 CP95/0035877-7
ANO. 1995
PERÍODO. 01.08.95 a 30.08.95
UNIDADE. EE. JUPITER MAIA/CURUÇA

CP95/0035881-1

(Fat. nº 213, Reg. nº 213, Dia: 11/04/95)

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Portaria nº 359, de 07 de abril de 1995
Servidores: MARIA DE FÁTIMA CARVALHO DE MELO DANTAS, Técnico, matrícula nº 0025658-0027936-010; LUCILA DOS SANTOS SERTOUF, Técnico, matrícula nº 0028215-011; e JOÃO BOSCO ALMEIDA DE CARVALHO, Técnico, matrícula nº 0028215-016.
Presidente da Comissão: MARIA DE FÁTIMA CARVALHO DE MELO DANTAS.
Objetivo: Tomada de Preços para serviços de Fornecimento de Passagens Aéreas.

Portaria nº 353, de 06 de abril de 1995
Nome do Servidor: HEITOR MORAES DE LACERDA
Matrícula: 0025097-017
Valor do Adiantamento: R\$-1.000,00 (RUBRIL REAIS)
Elemento de Despesa: 19101.03070212541-3132
Período de Aplicação: 30 dias.

DESIGNAÇÃO:
PORTARIA Nº 354, de 06.04.95
NOME DO SERVIDOR: IZABEL EDILAMAR DA SILVA SADALA
MATRÍCULA Nº 0028711-014
CARGO: Técnico
LOTACÃO: Coord. Acompanhamento e Avaliação
NÍVEL: DAS-04
PORTARIA Nº 307, de 24.03.95
NOME DO SERVIDOR: MARIA DE NAZARE AZEVEDO ARAÚJO
MATRÍCULA Nº 0028592-011
CARGO: Técnico
LOTACÃO: DIANE
NÍVEL: DAS-04

(Fat. nº 209, Reg. nº 209, Dia: 11/04/95)

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, com sede na Av. Governador José Malcher, nº 652 - 4º, 8º, 9º e 10º andares, nesta capital, inscrita no CGC/ME nº 15.296.817/0001-26, representada nesta ato, por sua titular MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL que, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE, dispensar licitação para contratação de serviços de assistência técnica a serem executados pela firma XEROX DO BRASIL LTDA, na máquina copiadora de marca xerox, modelo X-1035, de propriedade desta Secretaria, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666 de 21.06.93, com alterações da Lei nº 8.883, de 08.06.94, considerando pautado em processo administrativo nº 2034/95, tramitando nesta Secretaria.

Belém, 05 de abril de 1995.

MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL
Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social
CP95/0031577-3

(Fat. nº 182, Reg. nº 182, Dia: 11/04/95)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

ANÚNCIO DE LICITAÇÃO
A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COMAR-PA, inscrita no CGC/ME sob o nº 04.887.055/0001-16, com sede na Av. Francisco de Deza nº 437, neste ato representada pelo

seu Diretor Presidente NEUTON MIRANDA SOBRINHO, no âmbito de suas atribuições legais e com base no parecer jurídico, exarado pela Chefia da Assessoria Jurídica da Companhia e fundamentado no art. 38, incisos II, VI, XII e seu parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, resolve anular a licitação na modalidade CONVITE Nº 0001/95, objetivando a contratação de serviços de auditoria externa contábil.

Belém, 05/04/95

NEUTON MIRANDA SOBRINHO
Diretor Presidente
CP95/0031493-1

(Fat. nº 183, Reg. nº 183, Dia: 11/04/95)

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Lucilia Baia de Oliveira**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-167,46 CP95/0031553-5

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Anete Socorro Farias do Carmo**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-126,79 CP95/0031521-1

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Ceres Nunes de Almeida**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-267,46 CP95/0031577-7

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Dilma Farias Viana**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-267,46 CP95/0031585-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Edilma Monteiro Ferreira**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-167,46 CP95/0031593-9

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Francisca Guimarães dos Santos**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-112,24 CP95/0031601-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Iranildo Ramos da Encarnação**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-267,46 CP95/0031533-7

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Idjon Cardoso Pinheiro**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-126,79 CP95/0031595-5

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Joana Pantoja da Cruz**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-152,06 CP95/0031603-0

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Joana D'Arc de Jesus Santana**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-126,79 CP95/0031511-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Juciana Rodrigues Farias**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-126,79 CP95/0031551-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **João Garcia Pereira**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-121,22 CP95/0031553-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Kelly de Menezes Sarmento**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato

to Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94
VENCIMENTO: R\$-152,06 CP95/0031545-7

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Liene do Socorro Silva Nunes**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-267,46 CP95/0031537-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Lisa Camila do Nascimento**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-158,86 CP95/0031529-7

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Mauro Cristiano Freitas**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-169,65 CP95/0031587-4

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Micheline de Almeida Melo**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-167,46 CP95/0031579-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Maria Júlia de Souza Gonçalves**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-152,06 CP95/0031571-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Maria de Nazare de Souza Pantoja**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-126,79 CP95/0031579-0

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Marcelo Freitas de Oliveira**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-112,24 CP95/0031573-5

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Mauro Augusto da Rocha Moraes**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-113,98 CP95/0031553-7

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Marcelo Augusto Mesquita Lobão**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-113,98 CP95/0031555-5

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Maria Izabel Amaral Guterres**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-117,54 CP95/0031547-5

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Mazilze Pereira Paixão**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-158,86 CP95/0031552-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Pedro Paulo Vinagre**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-126,79 CP95/0031513-0

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Reinaldo Pinho de Oliveira**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-169,65 CP95/0031535-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Ruth Helena da Cunha Souza**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-167,46 CP95/0031544-3

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
CONTRATADO: **Silvia dos Bares Rissino**
VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar nº 19 de 10.02.94

VENCIMENTO: R\$-267,46 CP95/0031555-6

CONTRATANTE: Fundação HEMOPA
 CONTRATADO: Selma do Socorro Cavalcante Oliveira
 VIGÊNCIA: 04.04.95 a 31.12.95 de acordo com a alteração da Clausula III, do Contrato Originário com Base no Artº 4º da Lei Complementar Nº 19 de 10.02.94
 VENCIMENTO: R\$-112,24 CP95/0031594-7

(Fat. nº 204, Reg. nº 204, Dia: 11/04/95)

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL

AVISO DE EDITAL

A Comissão da Carta Convite nº 026/95, destinada à aquisição de farelo de soja, declara vencedora a firma Talita Comércio e Representações no único item constante do edital. O licitante vencedor deverá comparecer à sede da SUSIPE, na Avenida Nazaré nº 217, na Divisão de Material e Patrimônio.

ANDRÉ SILVA DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

CP95/0031433-4

AVISO DE EDITAL

A Comissão da Carta Convite nº 023/95, destinada a adquirir equipamentos para panificação, declara vencedoras os seguintes licitantes: Amazon- RGN Souza nos itens 1,4,5,6; a Brastex Comercial Ltda no item 2; e, por fim, a Norte Refrigeração Ltda no item 3. Os convocados deverão comparecer à sede da SUSIPE, na Av. Nazaré nº 217, na Divisão de Material e Patrimônio.

ANDRÉ SILVA DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

CP95/0031481-9

AVISO DE EDITAL

A Comissão de Licitação da Carta Convite nº 029/95, destinada a adquirir carne bovina dianteira, a fim de atender às necessidades do Sistema Penal do Estado, cujo edital foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 10/04/1995, avisa aos interessados que a abertura do referido procedimento licitatório acontecerá no dia 18/04/95, no mesmo horário e local.

Belém/PA, 10 de abril de 1995.

A Comissão CP95/0031455-7

(Fat. nº 192, Reg. nº 192, Dia: 11/04/95)

PORTARIA Nº 274/95-GAB-SUSIPE de 06 de abril de 1995

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, etc...

R E S O L V E

Designar a servidora RITE VIEIRA DE MIRANDA, Assistente social, para responder pela Direção do Departamento de Assistência Integrada, código CEP-DAS-011.4, a partir de 06/04/95 até ulterior deliberação.

DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Superintendência do Sistema Penal do Estado, 06 de abril de 1995.

CP95/0031515-7

PORTARIA Nº 276/95-GAB-SUSIPE de 06 de abril de 1995

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, etc...

R E S O L V E

Designar o servidor JOÃO MEIRELES POSSANTE, agente administrativo, para responder pela Divisão de Material e Patrimônio código CEP-DAS-011.3, a partir de 03/04/95, até ulterior deliberação.

DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Superintendência do Sistema Penal do Estado, em 06 de abril de 1995.

PORTARIA Nº 275/95-GAB-SUSIPE de 06 de abril de 1995

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, etc...

R E S O L V E

Designar o servidor LUIZ PAULO DE MIRANDA, Ag. Administrativo, para responder pela Direção do Departamento de Produção e Comercialização código CEP-DAS-011.4, a partir de 03/04/95, até ulterior deliberação.

DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Superintendência do Sistema Penal do Estado, em 06 de abril de 1995.

CP95/0031545-7

PORTARIA Nº 278/95-GAB-SUSIPE de 06 de abril de 1995.

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, etc...

Considerando o disposto no Decreto nº 2.548 de 20/05/94 e Decreto nº 2.549 de 03/04/95, que regulamentam a concessão da Gratificação de Tempo Integral, de que trata o art. 137 da Lei nº 5.810/94.

R E S O L V E

Conceder aos servidores lotados nesta Superintendência do Sistema Penal, constante do anexo 1, desta portaria, a Gratificação de tempo integral, no percentual de 50% (cinquenta por cento), incidendo sobre o padrão do vencimento do cargo exercido pelo servidor.

DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Superintendência do Sistema Penal do Estado, em 06 de abril de 1995.

CP95/0031491-5

A N E X O

001- AFONSO MARIA DE LIGORIO SOUZA
 002- AFONSO NAZARENO LOPES DOS SANTOS
 003- AGAMENON JAFETY DE SOUZA SANTOS
 004- AILTON OLIVEIRA MORAES
 005- ALRINO CELIO PEREIRA ANTUNES
 006- AMARILDO MESQUITA LIMA
 007- ANA MARIA MORAES PINTO
 008- ANA VIRGINIA MOURA DE MESQUITA
 009- ANDREA SIMONE DOS SANTOS
 010- ANTONIO CARLOS SOUSA DA SILVA
 011- ANTONIO EDILBERTO DE SOUSA
 012- ANTONIO EDINILSON OLIVEIRA FONSECA
 013- ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS
 014- ARILIO TAVARES FERREIRA FONSECA
 015- ALVARO DIAS DOS ANJOS
 016- ANTONIO ADALTON BARROSO DA SILVA
 017- ANTONIO CARLOS CASTRO DOS ANJOS
 018- AMARILDO ARAUJO DA SILVA
 019- ANTONIO CARLOS DA SILVA FERREIRA
 020- ANTONIO DA CONCEIÇÃO
 021- ANTONIO MARIA SIQUEIRA DA SILVA NETO
 022- ANTONIO SERGIO LUZ DA SILVA
 023- AUGUSTO HUMBERTO MARTINS DA COSTA
 024- ATAIDE IGARAPÉ MIRIM WERNERCK DE OLIVEIRA
 025- ABEDOLINS GONCALVES XAVIER
 026- ALCYR RODRIGUES MOTA
 027- ALIPIO JOSE DA SILVA MORAES
 028- ALMIR FERREIRA PIMENTA
 029- ANA CELIA VALENTE CONCEIÇÃO
 030- ANTONIEL DE LIMA RODRIGUES
 031- ARTUR TOBERTO PINTO DE QUEIROZ
 032- ANA GRECE DOS SANTOS VIEIRA
 033- ANTONIO JORGE MENDES
 034- ANTONIO PAULO COSTA DA SILVA
 035- ADEVAL DA CONCEIÇÃO AMADOR
 036- ANTONIO RODRIGUES DA CUNHA
 037- ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA
 038- ALDENIR GOMES DA SILVA
 039- ARNALDO GOMES DE SOUSA
 040- ALFREDO SILVA FIGUEIREDO
 041- ADELINO ALVARO DE SENA
 042- AFONSO MOACIR LUZ PAIXÃO
 043- ALBERONI GONZAGA SOUZA SANTOS
 044- ALCENOR SILVA DO NASCIMENTO
 045- ANTONIO ANDRE DA COSTA NUNES
 046- ANTONIO GOMES CARNEIRO
 047- ANTONIO RODRIGUES DA CRUZ

048- BENEDITO CARLOS NUNES MONTEIRO
 049- BENEDITO QUEIROZ COSTA
 050- BENEDITO CARLOS XAVIER
 051- BRUNO NAZARENO RODRIGUES FRANCO
 052- CARLA SIMONE DOS SANTOS TEIXEIRA
 053- CARLOS ALBERTO DE JESUS SANTOS
 054- CARLOS ALBERTO SOARES LEAL
 055- CARLOS ALBERTO FAVACHO DE LIMA
 056- COSME ZACARIAS RIBEIRO DE LIMA
 057- CARLOS EDERSON PEREIRA ALBARADO
 058- CLEBER SANTOS CORREA
 059- CARLOS ALBERTO DIAS NEVES
 060- CRISTOVÃO NAZARENO PINHEIRO DE MELO
 061- CRISTOLINA MONTEIRO DA SILVA
 062- CARLOS ANTONIO BALA
 063- CARLOS MONTEIRO CARDOSO
 064- CARLOS ALBERTO DO CARMO
 065- CARLOS BENEDITO DA MOTA CARVALHO
 066- CILENO MACEDO FILHO
 067- CEZAR DE ALENCAR NEVES
 068- CILEA CHAVES DE OLIVEIRA
 069- CARLOS AFONSO BARROS DOS PASSOS
 070- CLARISSE FERREIRA QUARESMA
 071- CLAUDIA SIMONE ANSELMO DE OLIVEIRA
 072- DANIEL PIRES DE OLIVEIRA
 073- DAVI ROBERTO PIMENTEL
 074- DEONITO MORAES DE OLIVEIRA
 075- DIOMAR PEREIRA LIMA
 076- DAYSE DANTAS DA SILVA
 077- DENER WALBER SOUZA
 078- DOUGLAS JOSE ALMEIDA CUNHA
 079- DARCILENE DE OLIVEIRA NEVES
 080- DENILSON FREITAS
 081- DURVAL DA SILVA ANDRADE
 082- DALVA E SILVA MARTINS
 083- DILMAR SILVA PEREIRA
 084- DIOGENES CAMPOS DA SILVA
 085- DRYEL MACEDO DE CARVALHO
 086- EDMILSON DA CRUZ SILVA
 087- EDMILSON PINHEIRO NEVES
 088- EDSON NEVES LOPES JUNIOR
 089- ESMERALDO JOSE BRITO MONTEIRO
 090- EVERALDO RODRIGUES BEZERRA
 091- EDILSON PRADO DE CASTRO
 092- EDILSON SOUSA LOPES
 093- EDNA SUELY REIS DE ABREU
 094- EDVALDO EDSON DOS SANTOS
 095- EVALDO MAGALHÃES
 096- EDGAR MOREIRA FILHO
 097- ELIER DA TRINDADE MAGALHÃES
 098- EDVALDO SANTOS MOURA

099- ETEL MICHAEL COHEN DE SOUZA
 100- EDVALDO ROCHA DO NASCIMENTO JUNIOR
 101- EDMUNDO RODRIGUES DA CRUZ
 102- EDSON RODRIGUES DA CRUZ
 103- EDNA MARIA DOS SANTOS
 104- FRANCISCO MARCOS JAKUES DE SOUZA
 105- FRANK FARIAS MARSHALL
 106- FRANCISCO CARLOS ALBERNAZ CALDAS
 107- FRANCISCO CLAUDIO FONSECA DO VALE
 108- FRANCISCO DE ASSIS CASTELO BRANCO
 109- FRANCISCO DE ASSIS DIAS DA SILVA
 110- FRANCISCO PAULO VIANA SAKUBI
 111- FERDINANDO DA SILVA MOURAO DE MOURA
 112- FRANCISCO JOSE CHAVES DOS SANTOS
 113- FRANCISCO NEVES PANTOJA
 114- FRANCISCO PAULO DOS SANTOS CHAGAS
 115- FELIX COSTA NUNES
 116- GEDALLAS LIMA DOS SANTOS
 117- GILBERTO ROSARIO ABREU
 118- GINALDO FERNANDO JOSE DA SILVA
 119- GERALDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS
 120- GLEIDE MARIA TAVARES OLIVEIRA
 121- GUILHERME FERNANDES VIEIRA JUNIOR
 122- GILMAR MELO NUNES
 123- GILVANDRO DE SOUZA BARBOSA
 124- GILVAN DA SILVA MOURA
 125- HENRIQUE LEONARDO DE MORAES RAMOS
 126- HAROLDO PIMENTEL DE MIRANDA
 127- HYGINO DE ARAUJO PAMPOLHA
 128- HAROLDO LEMOS DE LIMA
 129- HELDER FERREIRA MARTINS
 130- HERONILDO SEBASTIAO FREITAS DA SILVA
 131- HUGO RODRIGUES BATISTA
 132- HELITON SERGIO SILVA BENEVIDES
 133- INA MARIA BALTEIRO PEREIRA
 134- IVALDO CAVALCANTE DO NASCIMENTO
 135- IVANEIDE AMARAL DE AGUIAR
 136- INDALECTO RODRIGUES PACHECO
 137- IRELLA DO SOCORRO GOMES
 138- IVAN ANTONIO ALMEIDA MACHADO
 139- IVETE BAHIA PORTELA
 140- ISAIAS TEIXEIRA DE CASTRO
 141- IRACI VIDAL DELLA ROVERE
 142- IRACEMA NUNES NEVES
 143- IVALDINA ROSA SOEIRO MAIA
 144- IVAL DE ANDRADE PIGANÇO JUNIOR
 145- JOÃO MEIRELES POSSANTE
 146- JANE BENEDITA GONCALVES BRATO
 147- JOSE FELIPE MORAES COSTA
 148- JOCELENE FIALHO DA SILVA
 149- JAVA DOS SANTOS BARATA
 150- JOÃO DA COSTA LOBATO
 151- JOÃO LUIZ PANTALEÃO MIRANDA
 152- JORGE NASCIMENTO DIAS
 153- JOSÉ INALDO PEREIRA COSTA
 154- JOSE NAZARENO DE ALMEIDA
 155- JAIR FRANCISCO MONTEIRO ALVES
 156- JOÃO DOS ANJOS MONTEIRO
 157- JOÃO RICARDO LAMEIRA ROMA
 158- JOSÉ AUGUSTO COSTA DA SILVA
 159- JOSÉ DANTAS LEITÃO
 160- JOSE RABELO LOPES
 161- JOSE RONALDO OLIVEIRA PINTO
 162- JOSE ISAAC COHEN DIAS
 163- JAIR ALVES DA SILVA
 164- JAPURINAN BERNARDO PEREIRA DE SOUZA
 165- JOÃO LUIZ SAMPAIO MAGALHÃES
 166- JOAQUIM MANOEL PEREIRA CHAVES
 167- JONAS CHAVES DE PAULA
 168- JOSE ALCYR ALVES DE CARVALHO
 169- JOSE AUGUSTO POMPEU PASTANA JUNIOR
 170- JOSE CARLOS BRONIL DOS SANTOS
 171- JOSE DE FATIMA PINHO REBELO
 172- JOSE EDNALDO CABRAL CORDEIRO
 173- JOSE HENRIQUE PEREIRA COELHO
 174- JOSE LAERCIO PAIVA DE OLIVEIRA
 175- JOSE RIBAMAR PEREIRA DE SOUZA
 176- JAIR SANTANA DE OLIVEIRA
 177- JARDEL COSTA MENDONÇA
 178- JOÃO BATISTA PINHEIRO LOBO
 179- JOSE ADJAI MORAES COSTA
 180- JOSE NICADENOS MOREIRA
 181- JULIANE CAMPELO AMARAL ALBUQUERQUE
 182- JOSE MARIA LIMA
 183- JOSE GOMES DA ROCHA
 184- JOSE CARLOS BARROS RODRIGUES
 185- JOÃO MANOEL DA CUNHA SERRA NETO
 186- JOSE RIBAMAR REBELO
 187- JOÃO VITORINO DOS SANTOS BARBOSA
 188- JORGE AMARILDO MARTINS MARQUES
 189- JOSE ERINALDO MONTEIRO PANTOJA
 190- JOÃO BATISTA DA CRUZ AGUIAR
 191- JOAQUIM DE CARVALHO ANTUNES
 192- JONATAS TAVARES DE SOUZA
 193- JELSON SALES DE LIMA
 194- JORGE DA CUNHA ROCHA
 195- JOSE MARIA FERREIRA ALVES
 196- JUAREZ BOSCO MATOS
 197- JOÃO BOSCO FIEL DA COSTA NASCIMENTO
 198- KEDNEI FARIAS PEROTES
 199- KATIA DO SOCORRO ALVES TAVARES
 200- LUIZ ANTONIO COSTA DA CUNHA
 201- LUIZ CARLOS DOS SANTOS PINTO
 202- LEONILDO CRISTOVÃO DOS SANTOS
 203- LEONIR MARINHO DE SOUZA JUNIOR
 204- LUIZ FERNANDO SILVA DE SOUZA
 205- LUIZ FERNANDO SANTOS ALMADA
 206- LUIZ MARCOS AMARAL NUNES
 207- LEITE HELENA FILHO CASTILHO
 208- LILIA DO SOCORRO BEZERRA DA CRUZ
 209- LUCIVALDO ALVES PEREIRA
 210- LUIZ CARLOS DUARTE CORREA SILVA

211- LUIZ LIMA AMARAL
 212- LUCIVAL SANTANA DA SILVA
 213- LUCIVALDO MARTINS GOMES
 214- LUIZ RODRIGUES MONTEIRO
 215- LUIZ ALBERTO PINTO DOS SANTOS
 216- LUIS CARLOS DA PAIXÃO MONTEIRO
 217- LUCILA MARIA DE ARAUJO ALMEIDA
 218- LUIS PAULO DE MIRANDA
 219- MARIA DE LOURDES ARAUJO DE AMORIM
 220- MARCIA CARLA DELGADO BARATA
 221- MARIO JORGE PEREIRA DA SILVA
 222- MARIA DE JESUS FERREIRA CORDOVIL
 223- MARIA DE LOURDES DA SILVA ANDRADE
 224- MARCO ANTONIO NASCIMENTO DE ARAUJO
 225- MARCO ANTONIO SILVA PINTO
 226- MARY ROSE DE SOUZA RODRIGUES
 227- MARCELO JOSE SENA PANTOJA
 228- MARCO ANTONIO COUZO HENRIQUE
 229- MAURO PAIXÃO ALEIXO
 230- MARIVAM BARCELAR DE OLIVEIRA
 231- MARCELO CEZAR BAIA LOBO
 232- MARCELO RENATO CORREA DE CARVALHO
 233- MARCIA CRISTINA DOS SANTOS
 234- MARCIO FRAZAO DE SOUZA
 235- MARCIO JOSE DA SILVA BRITO
 236- MARCO ANTONIO LORATO LEAL
 237- MARCO AURELIO MONTEIRO SILVA
 238- MARCOS ANTONIO DIAS PINHEIRO
 239- MARIA DE BELEM PINHEIRO DE ALMEIDA
 240- MARINALDO TAVIRA MARQUES
 241- MARIO LENADRO SANTOS DA COSTA
 242- MESSIAS DA SILVA RODRIGUES
 243- MARIA DO SOCORRO MUSSI HASE
 244- MAURO RAIMUNDO BARROS DE SOUZA
 245- MOISES GONÇALVES PINHEIRO
 246- MANOEL JOSE DA SILVA
 247- MANOEL SILVA DA CONCEIÇÃO
 248- MARIA DAS GRAÇAS DO NASCIMENTO
 249- MARIO DE JESUS GONÇALVES FERREIRA
 250- MARIA DO SOCORRO PIRES DA COSTA
 251- MANOEL DE LIMA MOUTA
 252- MOISES MACEDO DE FREITAS
 253- NILSON DO ROSARIO SOUZA
 254- NILTON ROBERTO SANTOS E SILVA
 255- NAZARENO DOS SANTOS PACHECO
 256- NATIVIDADE BARROS PEREIRA
 257- NELSON SUAREZ VIEIRA
 258- OTAVIO CARDOSO BRITO
 259- OLIVALDO LIMA SOUZA
 260- OCIMAR MELO CARVALHO FILHO
 261- OLIVAL FERREIRA DE OLIVEIRA
 262- ORLANDO VITOR DA SILVA
 263- ORLANDINA DIAS DA SILVEIRA
 264- ODOVALDO ROCHA DAS NEVES
 265- ODAIR ROCHA DAS NEVES
 266- OSVALDO BENEDITO DOS SANTOS
 267- ORIDSON DO AMARAL CARDOSO
 268- OZIMO CABRAL NORONHA
 269- OSTICLER SOUZA DA SILVEIRA JUNIOR
 270- PATRICIA DE FATIMA PINHEIRO DA CUNHA
 271- PAULO NAZARE DO LAGO
 272- PAULO SERGIO DE SOUZA BEZERRA
 273- PAULO VITOR MALCHER DOS SANTOS
 274- PUBLIO JORGE DOURADO DA SILVA
 275- PAULO AUGUSTO PAZ DO NASCIMENTO
 276- PAULO MIRANDA DE SOUZA
 277- PAULO ROBERTO VIEGAS BARROS
 278- PAULO ARACAO DA SILVA
 279- PAULO CESAR OLIVEIRA CURY
 280- PEDRO NELSON COELHO ISACKSSON
 281- PAULO FERNANDES SOARES MORAES
 282- PLACIDO MONTEIRO DOS SANTOS
 283- ROSANA MARIA ROCHA CABRAL
 284- ROSINELE MARIA PANTOJA CORREA
 285- RAIMUNDA IZABEL CORDEIRO BORGES
 286- ROSILEIDE BAIA DA COSTA
 287- REGINA ANTONIA ALMEIDA MACHADO
 288- RUBENS CALANDRINI DE AZEVEDO
 289- RAIMUNDO AQUINO DA SILVA
 290- RAIMUNDO JONAS DO NASCIMENTO SOUZA
 291- RAIMUNDO NONATO DOS PASSOS MONTEIRO
 292- RAIMUNDO SILVA MESQUITA
 293- JORGE DA CUNHA ROCHA
 294- ROMILDO ARAUJO DA CUNHA JUNIOR
 295- RONALDO HENRIQUE BOTELHO DA SILVA
 296- RUBENS CHARLES DAS NEVES AZEVEDO
 297- REGINALDO DA SILVA FERREIRA
 298- REGINALDO FERREIRA PIMENTEL
 299- REINALDO CLEO DOS SANTOS PINTO
 300- ROBERTO DIAS DE PAIVA
 301- RAIMUNDO GERCIAN DA CRUZ LIMA
 302- RICARDO NOGUEIRA
 303- RIVALDO VALENTE FREIRE
 304- ROOSEVELT JOSE DA SILVA SOUZA
 305- ROSTIVANIA MARIEL OLIVEIRA
 306- ROSA MARIA FERREIRA DE ALMEIDA
 307- RAIMUNDO GARCIA BARROS
 308- RAIMUNDO GUILHERME MALCHER DA SILVA
 309- RUSINALDO PEREIRA DE SOUZA
 310- ROSANGELA MARIA SOARES MORAES
 311- ROBSON ALVARO DA MOTA COSTA
 312- RUBENVAL CORREA PARAENSE
 313- RAIMUNDO NONATO GUIMARAES PIMENTA
 314- SONIA CRISTINA PINTO DE AMORIM
 315- SHIRLEY ALMEIDA LOPES
 316- SANDRA OLIVEIRA RODRIGUES
 317- SERGIO LUIZ SILVA PINTO
 318- SANDRA MARIA TEIXEIRA OLIVEIRA
 319- SIDNEI SEBASTIAO OLIVEIRA BARROS
 320- SANDRA DE JESUS CAMPOS
 321- SEBASTIAO RODRIGUES NUNES
 322- SANDRO MANOEL CUNHA MACEDO

323- SONIA REGINA JESUS DOS SANTOS
 324- THOMAZ DE AQUINO CARDOSO DIAS
 325- TARCISIO DO SOCORRO GALENO DE OLIVEIRA
 326- TEREZA MARIA SANTOS AGUIAR
 327- TERCIO MUNIZ MATOS PEREIRA
 328- VERA LIDIA FURTADO DE AMORIM
 329- VALDOMIRO SOBRE DE OLIVEIRA

330- VICENTE CARDOSO DE JESUS
 331- VIRGINIA DO SOCORRO MAIA PINHO
 332- VALDEZ SALES PINTO
 333- VERA LUCIA COSTA DANTAS
 334- VANIA SUZANE TUMA DA SILVA
 335- WALDIRMAR SIZO MELO
 336- WALTER MOTA ARAGAO SILVA
 337- WALDECIR ANTONIO DA SILVA NUNES
 338- WALDIR JOSE MARTINS REIS
 339- WALDIR BARBOSA RAYOL
 340- WELLINGTON ROCHA LAMEIRA
 341- WAGNER COSTA PIMENTEL
 342- WAILTON HAROLDO DE SOUZA
 343- WALDOMIRO SOUZA DA SILVA
 344- WALCY PEREIRA DOS SANTOS
 345- WALDECI CUNHA GUIMARAES
 346- WALTER PINHEIRO RABELO
 347- WILSON GUEDES SEABRA
 348- ZENIR RAMOS DA COSTA
 349- ZENAIDE PEREIRA DA SILVA
 350- AUGUSTO CESAR FORTE DE SOUZA
 351- EDSON APOSSO DA CUNHA BRITO
 352- LUDJERO BARRO PINHEIRO
 353- REINALDO MELO SILVA

(Fat. nº 193, Reg. nº 193, Dia: 11/04/95)

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

Extrato do TERMO DE DISTRATO

PARTES: Fundação da Criança e do Adolescente do Pará e Maria Adiene Silva de Oeiras.

OBJETO: Resolver as partes Distratar a partir do dia 05/04/95 as cláusulas e condições pactuadas através do Contrato Administrativo de Servidor Temporário nº 06/072/93, publicado do DOE nº 27.453 de 23/04/93.

ASSINATURAS: JOSÉ HAROLDO TEIXEIRA DA COSTA
 Contratante

MARIA ADIENE SILVA DE OIRAS
 Contratada

Belém, 05 de abril de 1995.

CP95/0031525-4

(Fat. nº 195, Reg. nº 195, Dia: 11/04/95)

RESENHA DE PORTARIA

REVOGAÇÃO DE OUTRA PORTARIA

Portaria nº 338/95-GP, de 06.04.95-
 Portaria nº 127/95-GP, de 06.02.95
 Motivo da portaria anterior: colocar à disposição da SEJU, com ônus para o órgão de origem.
 Motivo da Portaria atual: transferir os ônus salariais do referido servidor para essa Secretaria.
 Nome do servidor beneficiado: ARMANDO ARAUJO DE MENDONÇA.

Cargo: Técnico em Educação CP95/0031531-9
 Data: 06.04.95

(Fat. nº 190, Reg. nº 190, Dia: 11/04/95)

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO

CCC: 04.834.305/0001-50

TERMO DE DISTRATO

PARTES: Companhia Paraense de Turismo - PARATUR e INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

DATA DO DISTRATO: 01-04-95.

OBJETO: Distratar as cláusulas e condições pactuadas através do contrato firmado e publicado no Diário Oficial do Estado de 23-05-94, o qual teve por objeto o contrato de concessão de uso de área nº 2.94.04.019-6.
 CP95/0031523-3
 PORTARIA Nº 051/95-D.R.H.
 Retificar a Portaria nº 030/95-DRH, que designa a servidora RITA EMÍLIA FREITAS DA CUNHA, matrícula 201440-012, como Coordenadora Interna do Processo de Recenseamento a ser executado nesta Paratur, e atribuir a gratificação de 50% de sua remuneração, pela participação, na forma prevista do art. 139 da Lei 5.810 de 24 de janeiro de 1994.

Belém-PA, 07 de abril de 1995.
 MAURO CEZAR KLAUTAU ROSA
 Presidente CP95/0031507-5

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

ORÇÃO: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA
 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS nº 004/95-COSANPA.
 OBJETO: Fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI e EPC) aos empregados da COSANPA.
 ABERTURA: No auditório da COSANPA, às 09:00 horas do dia 26 de abril de 1995.

EDITAL: O Edital e demais informações, poderão ser obtidos na Avenida Magalhães Barata, nº 1201 no bairro de São Brás, em Belém-Pará, no horário de 08:00 às 11:00 horas e 14:00 às 17:00 horas na Assessoria Jurídica desta Em. presa, no período de 11 a 25.04.95.
 Belém, 10 de abril de 1995
 Adv. RAIMUNDO NONATO PAIXÃO TEIXEIRA
 Presidente da Comissão

CP95/0031441-0

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/95-COSANPA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA, neste ato representada por seu Diretor de Operações, Engenheiro WADY JOÃO HONCI DA COSTA, no uso de suas atribuições, resolve reconhecer a DISPENSA DE LICITAÇÃO em caráter de emergência, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, com a finalidade de adquirir peças de reposição da marca KSB, para restabelecer o abastecimento de água dos sistemas de jacunda e Monte Alegre no Estado do Pará, com base na justificativa técnica memorando nº 17/95 da Superintendência de Operações-OIN e Parecer da Assessoria Jurídica nº 17/95-PAJ.

Belém (Pa), 06 de abril de 1995

Engº WADY JOÃO HONCI DA COSTA

Diretor de Operações CP95/0031514-9

RATIFICAÇÃO

Ratifico a presente aquisição com Dispensa de Licitação, pelas razões expostas acima.

Adm. JOSÉ GUILHERME DA SILVA
 Diretor Presidente, em Exercício

Belém, 10 de abril de 1995

Assessoria Jurídica CP95/0031433-9

(Fat. nº 217, Reg. nº 217, Dia: 11/04/95)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/95-COSANPA

PARTES: COSANPA x SACRAMENTA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: Serviços de guarda e vigilância ostensiva contra furtos, roubos e assaltos nas dependências da COSANPA em Belém, Outeiro, Ananindeua e Marituba, no Estado do Pará.

VIGÊNCIA: 12 meses
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: recursos próprios da COSANPA
 VALOR: R\$883.477,56

DATA DE ASSINATURA: 31.03.95

Belém, 10 de abril de 1995

Assessoria Jurídica CP95/0031530-0

(Fat. nº 218, Reg. nº 218, Dia: 11/04/95)

RESUMO DO ESTATUTO DO CLUBE DE MÃES SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
 DENOMINAÇÃO: Clube de Mães Sagrado Coração de Jesus. SEDE E FORO: Comunidade de vila nova, Município de Ponta de Pedras
 NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Civil. DATA DA FUNDAÇÃO: 12 de Outubro de 1994. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. DIRETORIA: Presidente, Vice-Presidente, 12 e 20 Secretário, 12 e 20 Tesoureiro, 03 membros efetivos e 03 suplentes do Conselho Fiscal e 01 Rembros públicos, exercerão mandato de 02 anos, podendo ser reeleitos. FINALIDADE: Promover o interesse social, moral, material, assistencial e econômico da comunidade, bem como representá-los juntos aos órgãos públicos e privado.
 FUNDO SOCIAL: Contribuições, doações e legados, donativos, auxílio dos Poderes Públicos etc. PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado. REFORMA DO ESTATUTO: Iniciativa da Diretoria, com aprovação da Assembleia Geral. DISSOLUÇÃO: Decisão em Assembleia Geral com a participação de pelo menos 2/3 dos sócios sem patrimônio será doado a uma instituição congênere, devendo ser inscrito no CNAS.

MARIA REGINA BARBOSA DOS SANTOS
 Presidente

(Fat. nº 196, Reg. nº 196, Dia: 11/04/95)

RESUMO DO ESTATUTO DO CLUBE DOS DIABÉTICOS DE BELÉM

DENOMINAÇÃO: Clube dos Diabéticos de Belém. SEDE E FORO: Belém, Estado do Pará. NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Civil. DATA DA FUNDAÇÃO: 22 de abril de 1994. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. DIRETORIA: Presidente, Vice-Presidente, 12 e 20 Secretário, 12 e 20 Tesoureiro, Coordenador de Eventos Sociais e Coordenador de Divulgação, todos com mandato de 03 anos. FINALIDADE: Promover campanhas educativas, transmitir conhecimentos sobre a doença, buscar recursos e proporcionar convênios com órgãos públicos, organizar, apoiar e prover cursos, debates, palestras, etc. que visem o engrandecimento do movimento. RESPONSABILIDADE: A Diretoria e associados não respondem solidariamente ou subsidiariamente pelas obrigações que representantes do Clube contraíam expressa ou intencionalmente em nome desta. FUNDO SOCIAL: Auxílios e subvenções, doações, legados, e etc. PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado. REFORMA DO ESTATUTO: Poderá ser modificado em Assembleia Geral extraordinária, com a participação de 1/3 dos sócios efetivos em condições de votar. DISSOLUÇÃO: Decisão em Assembleia Geral extraordinária, com a presença de no mínimo 2/3 dos sócios efetivos e quanto ao seu patrimônio será doado a entidades congêneres, registrado no CNAS.

LAURINDA FERREIRA DA SILVA
 Presidente

(Fat. nº 197, Reg. nº 197, Dia: 11/04/95)

CITROPAR CÍTRICOS DO PARÁ S/A

CCC (MF) Nº 83.649.293/0001-60

Belém, 10 de abril de 1995

NOTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL Nº 27.939 DO DIA 07.04.94, ONDE LE: AS 10:00 HORAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1995, LEIASE: AS 10:00 HORAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1995.

(Fat. nº 208, Reg. nº 208, Dia: 11/04/95)

Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 3

BELEM - TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

ANO CIII - 105º DA REPÚBLICA - Nº 27.941

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/95
CONTRATANTE: IPASEP
CONTRATADA: LEONARDO TEIXEIRA MONTEIRO
OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE MARACANÁ/PA., DESTINADO A SEDE DA REPRESENTAÇÃO DO IPASEP.
PRAZO/PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/04/95 A 31/12/95
VALOR: R\$ 1.350,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.202.15.07.021.4310.3132.00.52.202
DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 1995
BELEM, 10.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
LEONARDO TEIXEIRA MONTEIRO
Contratada
CP95/0031540-3

TERMO DE DISPENSA
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, decreta a dispensa da licitação para locação do imóvel sito à Rua Espírito Santo nº 48, Município de Maracanã/PA., de propriedade do Sr. Leonardo Teixeira Monteiro, destinado a instalação da sede da Representação do Instituto.
BELEM, 01 DE ABRIL DE 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031482-7

TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, ratifica a dispensa da licitação para a locação do imóvel, sito à Rua Espírito Santo nº 48, Município de Maracanã/PA., de propriedade do Sr. Leonardo Teixeira Monteiro, destinado a instalação da sede da Representação do Instituto.
BELEM, 01 DE ABRIL DE 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031493-3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/95
CONTRATANTE: IPASEP
CONTRATADA: LABO ELETRÔNICA S/A
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE
PRAZO/PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/04/95 A 01/12/95
VALOR: R\$ 11.812,68
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.202.15.07.024.3.123.3132.00.52.202
DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 1995
BELEM, 10.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
LABO ELETRÔNICA S/A
Contratada
CP95/0031493-3

TERMO DE INEXIGIBILIDADE
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações decorrentes da Lei nº 8.883/94, resolve reconhecer a inexigibilidade de licitação para prestação de Serviços de Manutenção de Software, com a Labo Eletrônica S/A, para o exercício de 1995.
BELEM, 30 de Março de 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031580-7

TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 26, da Lei nº 8.666/93, e da Lei nº 8.883/94, ratifica a inexigibilidade de licitação para prestação de Serviços de Manutenção de Software, com a Labo Eletrônica S/A, para o exercício de 1995.
BELEM, 30 de Março de 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031573-4

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/95
CONTRATANTE: IPASEP
CONTRATADA: LABO ELETRÔNICA S/A
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS HARDWARE
PRAZO/PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/04/95 A 31/12/95
VALOR: R\$ 18.302,04
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.202.15.07.024.3.123.3132.00.52.202
DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 1995
BELEM, 10.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
LABO ELETRÔNICA S/A
Contratada
CP95/0031533-5

TERMO DE INEXIGIBILIDADE
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações decorrentes da Lei nº 8.883/94, resolve reconhecer a inexigibilidade de licitação para prestação de Serviços de Manutenção dos Equipamentos da Labo Eletrônica S/A, para o exercício de 1995.
BELEM, 30 de Março de 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031541-5

TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 26, da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 8.883/94, ratifica a inexigibilidade de licitação para prestação de Serviços de Manutenção dos Equipamentos da Labo Eletrônica S/A, para o exercício de 1995.
BELEM, 30 de Março de 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031555-3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/95
CONTRATANTE: IPASEP
CONTRATADA: CINTIA MARIA PAIVA DOS PRAZERES
OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA., DESTINADO A SEDE DA REPRESENTAÇÃO DO IPASEP.

PRAZO/PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/04/95 A 31/12/95
VALOR: R\$ 1.350,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.202.15.07.021.4310.3132.00.52.202
DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 1995
BELEM, 10.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CINTIA MARIA PAIVA DOS PRAZERES
Contratada
CP95/0031557-2

TERMO DE DISPENSA
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, decreta a dispensa da licitação para locação do imóvel sito à Av. Magalhães Barata s/nº, Município de Tomé-Açu, de propriedade da Sra. CINTIA MARIA PAIVA DOS PRAZERES, destinado a instalação da sede da Representação do Instituto.
BELEM, 01 de abril de 1995

ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031502-1

TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, ratifica a dispensa da licitação para a locação do imóvel situado à Rua Magalhães Barata s/nº, Município de Tomé-Açu, de propriedade da Sra. CINTIA MARIA PAIVA DOS PRAZERES, destinado a instalação da Sede da Representação do Instituto.
BELEM, 01.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031588-2

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/95
CONTRATANTE: IPASEP
CONTRATADA: ELADIO CORREA LOBATO
OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI/PA., DESTINADO A SEDE DA REPRESENTAÇÃO DO IPASEP.
PRAZO/PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/04/95 A 31/12/95
VALOR: R\$ 1.350,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.202.15.07.021.4310.3132.00.52.202
DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 1995
BELEM, 10.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
ELADIO CORREA LOBATO
Contratada
CP95/0031543-1

TERMO DE DISPENSA
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, decreta a dispensa da licitação para locação do imóvel, sito à Rua Coronel Garcia nº 85, Município de Igarapé-Miri/PA., de propriedade do Sr. Eládio Correa Lobato, destinado a instalação da sede da Representação do Instituto.
BELEM, 01 DE ABRIL DE 1995.
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031581-5

TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, ratifica a dispensa da licitação para a locação do imóvel, sito à Rua Coronel Garcia nº 85, Município de Igarapé-Miri/PA., de propriedade do Sr. Eládio Correa Lobato, destinado a instalação da sede da Representação do Instituto.
BELEM, 01 DE ABRIL DE 1995.
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031589-0

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/95
CONTRATANTE: IPASEP
CONTRATADA: FRANCISCA ROSA GUERREIRO MILEO
OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ/PA., DESTINADO A SEDE DA REPRESENTAÇÃO DO IPASEP.
PRAZO/PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/04/95 A 31/12/95
VALOR: R\$ 1.350,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.202.15.07.021.4310.3132.00.52.202
DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 1995
BELEM, 10.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
FRANCISCA ROSA GUERREIRO MILEO
Contratada
CP95/0031597-1

TERMO DE DISPENSA
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, decreta a dispensa da licitação para locação do imóvel sito à Rua Barão do Rio Branco nº 2154, Município de Oriximiná/PA., de propriedade da Sra. Francisca Rosa Guerreiro Mileo, destinado a instalação da sede da Representação do Instituto.
BELEM, 01.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031590-4

TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, ratifica a dispensa da licitação para a locação do imóvel situado à Rua Barão do Rio Branco nº 2154, Município de Oriximiná/PA., de propriedade da Sra. Francisca Rosa Guerreiro Mileo, destinado a instalação da sede da Representação do Instituto.
BELEM, 01.04.95
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031510-2

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/95
CONTRATANTE: IPASEP
CONTRATADA: VICENTE MENDES DE OLIVEIRA
OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO/PA., DESTINADO A SEDE DA REPRESENTAÇÃO DO IPASEP.
PRAZO/PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/04/95 A 31/12/95
VALOR: R\$ 1.260,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.202.15.07.021.4310.3132.00.52.202
DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 1995
BELEM, 10 DE ABRIL DE 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do Ipasep
CP95/0031554-5

TERMO DE DISPENSA
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, decreta a dispensa da licitação para locação do imóvel sito à Trav. Alfredo Chaves s/nº, Município de Mãe do Rio, de propriedade do Sr. VICENTE MENDES DE OLIVEIRA, destinado a instalação da Sede da Representação do Instituto.

Belém, 01 de abril de 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do IPASEP
CP95/0031556-4

TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IPASEP, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, ratifica a dispensa da licitação para a locação do imóvel, sito à Trav. Alfredo Chaves s/nº, Município de Mãe do Rio, de propriedade do Sr. VICENTE MENDES DE OLIVEIRA, destinado a instalação da sede da Representação do Instituto.
Belém, 01 de abril de 1995
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do IPASEP
CP95/0031543-3

(Fat. nº 224, Reg. nº 224, Dia: 11/04/95)

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

RESULTADO DE LICITAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 02/95 de 10/01/95, comunica aos participantes da Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 02/95 - PSCM, destinada a AQUISIÇÃO DE ANTIDOTÓBIOS o resultado da mesma, conforme segue abaixo:

FIRMAS	ITEMS	CRITÉRIO
F. CARDOSO E CIA. LTDA	01	Menor Preço
MEDICENTER COMERCIO LTDA	02	Menor Preço
TAKEDA BELEM COM. LTDA	03-04-07-15	Marca aprovada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica e Menor Preço
COOBIEL COMERCIAL DIST. DE BELEM	05 - 14	Pelo menor preço da marca registrada no Diled
FOMECEOR CHARENCE DE MEDICAMENTO LTDA	06-08-09	Menor Preço
COMERCIO E REPRESENT. PRADO	10-11-12	Menor Preço
CIRQUEL CÍRURGICA BELEM CO. MERCIO E REPRESENT. LTDA	13	Menor Preço e prazo de entrega

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CP95/0031497-5

(Fat. nº 191, Reg. nº 191, Dia: 11/04/95)

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
A Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, resolve reconhecer a inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I art 25 da lei 8.666/93, para aquisição de peças para recuperação do motor esta cionário NTA 855G, de fabricação Cummins, de propriedade da empresa, que atende o município de Salvaterra, usina I, unidade I, referente ao pedido de compra nº 009950122.
CP95/0031533-5

A) Diretoria

(Fat. nº 210, Reg. nº 210, Dia: 11/04/95)

D. F. BASTOS S/A. INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS - C.G.G.M.F. Nº 04.906.582/0001-20 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO: Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que serão realizadas cumulativamente no dia 28 de Abril de 1995, às 9:00 (nove) horas, na sede social: Rodovia BR 316, KM 05, nesta Cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social em 31 de Dezembro de 1994; b) Aprovação das contas Monetárias de 1995; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 1995; d) O que ocorrer. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Aumento do Capital Social com a Capitalização de Reservas; b) Reforma do Estatuto Social. Annandua-Pará, 11 de Abril de 1995. EMANUEL VILANOVA DE BASTOS - DIRETOR PRESIDENTE C.I.C. Nº 000.488.872-34

(Fat. nº 220, Reg. nº 220, Dias: 11, 12 e 13/04/95)

J.R. SOARES BARROSO, CGC/Nº 83312827/0001-68, torna público que recebeu da SECTAM/PA, a L.O. nº 0149/93 para explorar seixos no Município de Santa Luzia do Pará-PA.
CARLOS REINALDO BEGOT, CGC 15329303/0001-20, torna público que recebeu da SECTAM/PA, a L.L. nº 056/94, com validade de 305 dias para implantação de psicultura no Mun. de Santa Bárbara-PA.

(Fat. nº 178, Reg. nº 178, Dia: 11/04/95)

FÓSFOROS DO NORTE S/A. - FOSNOR

C.G.C./M.F. Nº 04.930.236/0001-88

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: cumprindo disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1994. Esta diretoria per-

manece ao inteiro dispor para os esclarecimentos necessários à perfeita compreensão dos documentos ora apresentados. Belém, 03 de abril de 1995. Wilton Santos Brito, Axel Georg Beselin e Luigi Quattrino - Diretores.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	EM MILHARES DE			EM MIHARES DE	
	R\$	CR\$		R\$	CR\$
	1994	1993		1994	1993
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	891	128.633	CIRCULANTE	2.077	561.569
Caixa e Bancos	1	43	Encargos Tributários	0	28
Aplicações Financeiras	889	128.241	Outras Contas a Pagar	0	1.088
Outras Contas a Receber	1	325	Outras Provisões	0	70
Estoque	0	19	Empréstimos de empresas interligadas	2.077	560.383
Despesas do Exercício Seguinte	0	5			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	55	4.280	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	948	304.216
Dépósitos Judiciais	55	4.280	Capital	250	27.304
PERMANENTE	2.079	732.872	Reservas de Capital	2.413	701.234
INVESTIMENTOS	35	9.660	Reservas de Lucro	147	40.128
Outros Investimentos	35	9.660	Prejuízos Acumulados	(1.862)	(464.450)
IMOBILIZADO	2.044	723.212	TOTAL DO PASSIVO	3.025	865.785
Imobilizações Técnicas	1.542	712.522			
Reforestamento e Reservas Florestais	974	289.237			
Depreciação/Amortização e Exaustão	(472)	(278.547)			
TOTAL DO ATIVO	3.025	865.785			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	EM MILHARES DE	
	R\$	CR\$
	1994	1993
DESPESAS E OUTRAS RECEITAS		
OPERACIONAIS	(167)	(24.910)
Administrativas	(167)	(24.910)
Financeiras	851	102.009
Outras, líquidas	(35)	(440)
RESULTADO OPERACIONAL	649	76.659
CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO	(706)	(194.501)
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	(107)	(501)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(164)	(118.343)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R\$	(0,01)	(5,11)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	EM MIHARES DE	
	R\$	CR\$
	1994	1993
ORIGEM DOS RECURSOS		
Prejuízo Líquido do Exercício	(164)	(118.343)
Despesas e Receitas que não afetam o Capital Circulante:		
Corr. Monet. do Perma. e Patrim. Líquido	(1.130)	(303.431)
Corr. Monet. do Realizável a Longo Prazo	0	(394)
Depreciação e Amortização	33	6.114
Valor Residual de Bens Baixados	293	424
	(968)	(415.630)
Redução do Realizável a Longo Prazo	1	0
TOTAL DAS ORIGENS	(967)	(415.630)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Aquisição de Ativo Permanente	(7)	83
Aumento do Realizável a Longo Prazo	(55)	3.877
	(62)	3.960
TOTAL DAS APLICAÇÕES	(1.029)	(419.590)
Redução do Capital Circulante	(1.029)	(419.590)
Aumento do Ativo Circulante	844	128.444
Aumento do Passivo Circulante	(1.873)	(548.034)
Redução do Capital Circulante	(1.029)	(419.590)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	RESERVAS DE		SUBVENÇÃO	RESERVA	PREJUÍZOS	TOTAL
	CAPITAL	CORREÇÃO	PARA	DE LUCROS	ACUMULADOS	
	CAPITAL	DO CAPITAL	INVESTIMENTOS	(LEGAL)		
Saldo em 31 de dezembro de 1992	1.108	26.197	1.582	1.591	(13.723)	16.755
Ajustes de Exercícios Anteriores						0
Aumento de Capital	26.196	(26.196)		38.537	(332.384)	405.804
Correção Monetária		661.352	38.299		(118.343)	(118.343)
Prejuízo Líquido do Exercício				40.128	(464.450)	304.216
Saldo em 31 de dezembro de 1993	27.304	661.353	39.881	40.128	(464.450)	304.216
Conversão de CR\$ para R\$	10	240	15	15	(169)	111
Ajustes de Exercícios Anteriores						0
Aumento de Capital	240	(240)		132	(1.529)	1.001
Correção Monetária		2.267	131		(164)	(164)
Prejuízo Líquido do Exercício				147	(1.862)	948
Saldo em 31 de dezembro de 1994	250	2.267	146	147	(1.862)	948

OS VALORES REFERENTES A 1993 ESTÃO EXPRESSOS EM MILHARES DE CRUZEIROS REAIS.
OS VALORES REFERENTES A 1994 ESTÃO EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994 E 1993

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras:
 - 1.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações.
 2. Resumo das principais Práticas Contábeis:
 - 2.1. As contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido foram corrigidas monetariamente com base no valor da UFIR da data do balanço. As demais contas do ativo e passivo sujeitas a correção, foram atualizadas monetariamente. O montante líquido dessas correções está refletido nos resultados do exercício. E seus efeitos são:

	1994	1993
	Em milhares de R\$	Em milhares de CR\$
Ativo Permanente	2.131	709.236
Patrimônio Líquido	(1.001)	(405.805)
Realizável a Longo Prazo	-	394
Passivo Circulante	(1.836)	(498.326)
	(706)	(194.501)

- 2.2. Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou de aquisição, o qual não excede os preços de mercado.

- 2.3. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, fabricação ou construção, menos depreciação acumulada, corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas admitidas em lei que levam em conta o tempo de vida útil-econômica dos bens.
- 2.4. Os investimentos são avaliados pelo valor do custo de aquisição corrigido monetariamente, deduzida a provisão para perdas prováveis na sua realização.
3. Capital Social em 31.12.94, estava representado por 13.448.278 ações ordinárias, 9.690.428 ações preferenciais, estas com valor nominal de R\$ 0,01 (Hum centavo de real).

Belém, 31 de dezembro de 1994
WILTON SANTOS BRITO
Presidente
AXEL GEORG BESELIN
Diretor
LUIGI QUATTRINO
Diretor
ACÁCIO THEODORO COSTA DO CANTO
CRC-PA Nº 4792
C.P.F./M.F. Nº 032.147.532-15

(Fat. nº 222, Reg. nº 222, Dia: 11/04/95)

Resumo do Instrumento Particular de Contrato de Constituição da Sociedade Civil denominada "NECI-NÚCLEO EDUCACIONAL DE CRIATIVIDADE INFANTIL S/C LTDA", com objetivo, promover o ensino maternal, Jardim, Alfabetização e o ensino primário de 1ª a 4ª série do primeiro grau, com sede no Cj. Cidade Nova VI, Trav. WE - nº 792, Município de Ananindeua Estado do Pará. O Capital Social de R\$ 2.000,00, dividido entre os sócios: Ivanilde Maria Oliveira, Izete de Sousa Oliveira, Iraci de Sousa Oliveira e Ivonete Maria Marques de Oliveira

(Fat. nº 194, Reg. nº 194, Dia: 11/04/95)

Resumo do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia do Pará.

Denominação: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia do Pará. Data da Fundação: 08.08.76. Sede Foro: Comarca de Santana do Araguaia. PA Natureza Jurídica: Sociedade Civil sem fins lucrativos. Prazo de Duração: Indeterminado. Finalidade: Coordenação, proteção e representação legal de sua

categoria Profissional desenvolvendo a formação político-econômica e social da categoria, desenvolver um sindicalismo combativo, classista de mesa, democrático, pluralista e organizado apartir dos locais de trabalho e moradias, orientar e conscientizar sobre a preservação da Anazônia. Administração e Representação: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo Diretoria e Conselho Fiscal. Diretoria: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro. Responsabilidade: Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade. Fundo Social: Taxa de matrícula, mensalidade, cotas, doações, aluguéis, juros, títulos, depósitos, e outras rendas eventuais. Dissolução: Por maioria absoluta em Assembleia Geral.

Antonio Ferreira da Costa
Presidente.

(Fat. nº 184, Reg. nº 184, Dia: 11/04/95)

Resumo do Estatuto da União Esporte Clube.

Denominação: União Esporte Clube. Data da Fundação: 15.02.89. Sede Foro: São Francisco do Pará. Prazo de Duração: Indeterminado. Finalidade: Praticar o esporte de modo geral em especial o futebol de campo. Fundo Social: mensalidades. Responsabilidade: Diretoria. Dissolução: os bens e acervo social serão destinados a uma ou mais instituições de caridade locais, depois de liquidado todos os débitos da associação.

Gildo Monteiro de Souza
Presidente.

(Fat. nº 186, Reg. nº 186, Dia: 11/04/95)

RESUMO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DA UNIÃO ESPORTE CLUBE

DENOMINAÇÃO: União Esporte Clube. SEDE E FORO: Km 07 vicinal 45 Município de Novo Repartimento, Estado do Pará. NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Civil de direito privado, sem fins lucrativos. DATA DE FUNDAÇÃO: 19 de maio de 1993. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: A Diretoria. REFORMA DO ESTATUTO: Aprovado por 2/3 dos associados em Assembleia Geral. DISSOLUÇÃO: será destinada as instituições de caridade e filantropicos do município.

PEDRO ALVES DE MACEDO
Presidente

(Fat. nº 200, Reg. nº 200, Dia: 11/04/95)

RESUMO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE

DENOMINAÇÃO: São Paulo Futebol Clube. SEDE E FORO: Vicinal 03, gleba pacaiazinho, Novo Repartimento. NATUREZA JURÍDICA: sociedade Civil sem fins lucrativos. DATA DA FUNDAÇÃO: 12 de fevereiro de 1994. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Diretoria, e o conselho fiscal. FINALIDADE: Praticar o esporte, colaborar com o desenvolvimento dos desportos em geral no município. DIRETORIA: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. REFORMA DO ESTATUTO: Será destinado a instituições Filantrópicas e de caridade do município.

DAMIÃO SILVESTRE LIMA
Presidente

(Fat. nº 198, Reg. nº 198, Dia: 11/04/95)

RESUMO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO MARACAJÁ ESPORTE CLUBE

DENOMINAÇÃO: Maracajá Esporte Clube. SEDE E FORO: Avenida principal s/n Vila de Maracajá, Município de Novo Repartimento, Estado do Pará. NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Civil sem fins lucrativos. DATA DA FUNDAÇÃO: 27 de agosto de 1995. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: A Diretoria. DIRETORIA: Presidente, Vice-Presidente, Secretária, Tesoureiro dois suplentes da Diretoria. FINALIDADE: Colaborar com o desenvolvimento dos desportos em geral do município. PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado. REFORMA DO ESTATUTO: Assembleia Geral. DISSOLUÇÃO: Instituições de caridade e Filantrópicas do Município.

JOÃO ALENCAR G. DA SILVA
Presidente

(Fat. nº 199, Reg. nº 199, Dia: 11/04/95)

Resumo do Estatuto da Associação dos Produtores da Gleba Planalto - APRUNALTO.

Denominação: Associação dos Produtores da Gleba Planalto. Data da Fundação: 24.03.95. Sede Foro: Santana do Araguaia-PA. Natureza Jurídica: Entidade Civil sem fins lucrativos. Prazo de Duração: Indeterminado. Finalidade: Participar na busca de soluções para os problemas comuns dos associados, incentivar e organizar a produção agropecuária dos associados, promover condições de acesso dos associados aos serviços governamentais e manter meios de comunicação com os associados. Administração e Representação: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. Diretoria: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro. Responsabilidade: Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade. Fundo Social: Bens móveis, imóveis, veículos e semoventes, ações, contribuições, subvenções, auxílios, doações e legados dos associados. Reforma do Estatuto: Pela Assembleia Geral. Dissolução: Por 2/3 da Assembleia Geral sendo o patrimônio destinado a uma entidade cogenere inscrita no CNAS.

Maria Raimunda Pereira
Presidente

(Fat. nº 181, Reg. nº 181, Dia: 11/04/95)

FOSFOROS DO NORTE S/A - FOSNOR
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
C.G.C./M.F. Nº 04.930.236/0001-88

CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 26 de abril de 1995, às 09:00 horas, na sede social, na Avenida Assis de Vasconcelos, nº 265 - 4º Pavimento, Centro, nesta Cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.94;
- Destinação do lucro líquido do exercício findo e distribuição de dividendos;
- Eleição dos membros da Diretoria e fixação das respectivas remunerações;
- Aprovação correção da expressão monetária do capital social;
- Outros assuntos de interesse geral da sociedade.

II. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- Exame e deliberação a respeito da proposta da Diretoria para aumento de capital social, incorporando reservas, inclusive de correção monetária, existentes em 31.12.94;
 - Alteração parcial do estatuto, no tocante ao capital social;
 - Outros assuntos de interesse geral da sociedade.
- Consoante disposições estatutárias ficam suspensas as transferências e conversões de ações até o dia em que se realizarem as Assembléias, inclusive.

Belém, 03 de abril de 1995
AXEL GEORG BESELIN
 Diretor Presidente

(Fat. nº 221, Reg. nº 221, Dias: 11, 12 e 13/04/95)

Resumo do Estatuto da Associação dos Produtores Rurais da Colônia Meia Meia - APRUMÉIA

Denominação: Associação dos Produtores Rurais da Colônia Meia Meia. Data da Fundação: 30.03.95. Sede: Forro: Santana do Araguaia-Pá. Natureza Jurídica: Sociedade Civil sem fins lucrativos. Prazo de Duração: Indeterminado; Finalidade: Participar na busca de soluções para os problemas comuns dos associados, incentivar e organizar a produção agropecuária dos associados, promover condições para maior acesso dos associados aos serviços de apoio governamentais e manter meios de comunicação com os associados. Administração e Representação: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. Diretoria: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretário e 1º e 2º Tesoureiro. Responsabilidade: Os membros da associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade. Resumo do Estatuto: decisão em Assembleia Geral para este fim convocada. Fundo Social: Bens móveis, imóveis e semoventes, ações, cotas, tribuições, subvenções, auxílios, doações e legados dos associados. Dissolução: Por 2/3 da Assembleia Geral sendo o patrimônio destinado a uma entidade con gênero, registrada no CNAS.

João de Deus Nogueira Ferraz
 Presidente

(Fat. nº 179, Reg. nº 179, Dia: 11/04/95)

Resumo do Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Serra da Mutuca. Denominação: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Serra da Mutuca. Data da Fundação: 15.01.95. Sede Forro: Lote 25 da comarca de Tucumã. Natureza Jurídica: Sociedade Civil sem fins lucrativos. Prazo de Duração: Indeterminado. Finalidade: Promover o desenvolvimento comunitário, proporcionar a integração de seus moradores, proporcionar a seus associados e dependentes atividades econômicas, comerciais e educativas, promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantropias médicas, públicas ou privadas, financeiras públicas ou privadas, representar a comunidade perante instituições públicas e privadas. Administração e Representação: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. Diretoria: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. Responsabilidade: Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade. Fundo Social: Contribuições pagas pelos sócios, doações e subvenções públicas ou privadas, produtos resultantes da venda de bens gerados pelo trabalho dos sócios, outras receitas. Dissolução: Por maioria absoluta em Assembleia Geral.

ADILIO COELHO CAVALCANTE
 Presidente.

(Fat. nº 187, Reg. nº 187, Dia: 11/04/95)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-SESAN
AVISO DE EDITAIS

A Comissão Especial de Licitação da SESAN, comunica, a quem interessar possa, que estará realizando as seguintes TOMADAS DE PREÇOS:

TP Nº 015/95: Serviços de Limpeza Mecanizada nas Margens da Rodovia Augusto Montenegro, no dia 27.04.95, às 09:00 hs.

TP Nº 016/95: Serviços de Limpeza de Galerias e Bueiros, no dia 27.04.95, às 11:00 hs.

Belém, 10 de abril de 1995
 A COMISSÃO

(Fat. nº 185, Reg. nº 185, Dia: 11/04/95)

J.O. Pedrosa RG-04.103446/0001-00, comunica aos interessados que foram extraviados os 500 selos de R\$ 1,00 de 25 de junho de 1994, todos os seus blocos de Notas e Selos S-Série A, não se responsabilizando pelo uso indevido.

(Fat. nº 219, Reg. nº 219, Dia: 11/04/95)

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO
 C.G.C./M.F. Nº 04.913.711/0001-08

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A., convoca seus acionistas para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 18.04.95 às 10:00 e 11:00 horas respectivamente, no endereço da sede do Estabelecimento, localizada à Travessa Padre Prudente nº 154, com a seguinte pauta:

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

- Apreciação do Balanço, das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração, relativos ao exercício de 1994;
- Capitalização da reserva resultante da correção monetária do Capital realizado, no valor de R\$ 41.409.075,14 (Quarenta e um milhões, quatrocentos e nove mil, setenta e cinco reais, e quatorze centavos) e consequente alteração do Art. 4º do Estatuto Social;
- Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- Eleição dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;
- Remuneração dos Administradores, inclusive Conselho Fiscal; e
- O que ocorrer.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- Fixação de Verba para Donativos;
- Alteração Estatutária - a) alteração do Artigo 52, acrescendo-se ao aludido Artigo o Item IV, b) nova redação ao Artigo 23, inciso VII; c) nova redação aos artigos 26 e 35 e alteração do teor dos Artigos 33 e 34; e
- O que ocorrer.

Belém(PA), 04 de abril de 1995

JOSÉ PEREIRA E SILVA

Presidente do Conselho de Administração CP95/3035513-4

(Fat. nº 118, Reg. nº 118, Dias: 07, 11 e 12/04/95)

ERRATA

Tendo em vista ter saído com incorreções o Parecer dos Auditores Independentes no Balanço Patrimonial do Banco do Estado do Pará S.A., publicado dia 14 de março passado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 1994, republica-se abaixo o referido Parecer.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Acionistas do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, levantados em 31 de dezembro de 1994 e 1993, em moeda de poder aquisitivo constante, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Com exceção do assunto comentado no terceiro parágrafo, nos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Não foi concluída, até esta data, a conciliação das contas de Relações Interdependências, cujo saldo do ativo em 31 de dezembro de 1994 era de R\$ 4.398 mil e do passivo R\$ 334 mil.

4. Conforme mencionado na Nota explicativa nº 5, o Ativo circulante e o Patrimônio líquido do Banco estão afetados por proventos contábeis, admitidos pela circular BACEN nº 1.397, de 22 de dezembro de 1988, do Banco Central do Brasil, os quais, em nossa opinião, não estão em concordância com os princípios fundamentais de contabilidade.

5. Em nossa opinião, exceto quanto aos ajustes, se algum, que poderiam advir, caso não tivesse havido a limitação comentada no terceiro parágrafo e exceto quanto aos efeitos no balanço patrimonial do assunto comentado no quarto parágrafo, as demonstrações financeiras elaboradas em moeda de capacidade aquisitiva constante, referidas no primeiro parágrafo, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ em 31 de dezembro de 1994 e 1993, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos relativos aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

Belém(PA), 15 de fevereiro de 1995
ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.C.
 CRC-SP 15.199/93-PA
 Arivaldo Coimbra de Oliveira
 Contador CRC - PE 9.428 "S" PA

CP95/3031449-5

(Fat. nº 211, Reg. nº 211, Dia: 11/04/95)

Resumo do Estatuto da Associação dos Produtores Rurais do Alto Pacajá - APRAP.

Denominação: Associação dos Produtores Rurais do Alto Pacajá. Data da Fundação: 02.04.95. Sede Forro: Comarca de Pacajá-Pá. Natureza Jurídica: Sociedade Civil sem fins lucrativos. Prazo de Duração: Indeterminado. Finalidade: Promover e viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico dos micro produtores do Município de Pacajá. Administração e Representação: Assembleia Geral e Conselho Fiscal. Diretoria: Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro. Responsabilidade: Diretoria. Fundo Social:

Contribuições dos associados, doações, subvenções, legados, rendimentos do seu patrimônio social e promoções da Associação. Dissolução: Por maioria absoluta da Assembleia Geral.

VALDIONOR SILVA RETS
 Presidente.

(Fat. nº 188, Reg. nº 188, Dia: 11/04/95)

Resumo do Estatuto da Associação do Grupo Adventista do Vale do Xingu

Denominação: Associação do grupo Adventista do Vale do Xingu. Data da Fundação: 26.12.93. Sede e Forro: São Félix do Xingu/Pá. Natureza Jurídica: Sociedade Civil sem fins lucrativos. Prazo de Duração: Indeterminado. Finalidade: Lutar para constituir uma grande sociedade baseada na liberdade, igualdade e fraternidade, sem distinção de raça ou sexo; propagar os princípios consubstanciados no seu manifesto e programa, usando de todos os meios de liberdade para a sua ampliação. Administração e Representação: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Diretoria: Presidente, vice-presidente, secretário e Tesoureiro. Responsabilidade: Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade. Fundo Social: Taxas de matrícula e mensalidades, títulos e depósitos, cotas e doações, alugéis, juros e outras rendas eventuais. Dissolução: por maioria absoluta em Assembleia Geral.

ROZEL ABREU DE
 Presidente

(Fat. nº 189, Reg. nº 189, Dia: 11/04/95)

RESUMO DO ESTATUTO DO GUARANI FUTEBOL CLUBE.

DENOMINAÇÃO: Guarani Futebol Clube. SEDE E FORO: km 184 Rod Transamazônica Novo Repartimento, Estado do Pará. NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Civil. DATA DA FUNDAÇÃO: 12 de dezembro de 1993. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. DIRETORIA: Cumprir mandato de 02 anos. FINALIDADE: Praticar o esporte amador em especial o futebol de campo e salão, colaborar com o desenvolvimento dos desportos, representar e defender os direitos e interesses dos seus sócios. RESPONSABILIDADE: Os integrantes responderão subsidiariamente pelas obrigações contradas. FUNDO SOCIAL: Auxílios, subvenções, doações, contribuições, taxas de outras rendas. PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado. REFORMA DO ESTATUTO: Decisão em Assembleia Geral, com a presença de 2/3 de seus sócios. DISSOLUÇÃO: Seus bens serão doados a instituições de caridade do município, isto é depois de pago todos os débitos.

JOSÉ MARIA MOREIRA LIMA
 Presidente

(Fat. nº 201, Reg. nº 201, Dia: 11/04/95)

RESUMO DO ESTATUTO DA VILA NOVA ESPORTE

DENOMINAÇÃO: Vila Nova Esporte Clube. SEDE E FORO: Quadra B, nº 16, Vila Nova, Município de Novo Repartimento, Estado do Pará. NATUREZA JURÍDICA: Sociedade Civil. DATA DA FUNDAÇÃO: 11 de janeiro de 1994. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. DIRETORIA: Cumprir mandato de 02 anos. FINALIDADE: Praticar o esporte amador, em especial futebol de campo e de salão, colaborar com o desenvolvimento dos desportos, representar e defender os direitos dos associados. RESPONSABILIDADE: A diretoria executiva responderá pelas obrigações contradas pela associação. FUNDO SOCIAL: Doações, contribuições, taxas e outras rendas. PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado. REFORMA DO ESTATUTO: Decisão em Assembleia Geral, com a participação e aprovação de 2/3 de seus associados. DISSOLUÇÃO: Seus bens, se houver saldo será destinado a entidade filantrópicas dos municípios.

NAZHYOMAR DA SILVA GUTTERREB
 Presidente

(Fat. nº 202, Reg. nº 202, Dia: 11/04/95)

RESUMO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO VALE DO SOL

DENOMINAÇÃO: Associação dos Moradores do Bairro Vale do Sol. SEDE E FORO: Quadra 11, casa 07, Vale do Sol, Município de Novo Repartimento-Pá. NATUREZA JURÍDICA: Sociedade civil. DATA DA FUNDAÇÃO: 22.01.95. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Assembleia Geral, Diretoria executiva, Conselho Fiscal. DIRETORIA: Mandato de 2 anos. FINALIDADE: Prestação de serviços que possam contribuir para melhorar as condições do desenvolvimento sócio-econômico do município de Novo Repartimento. RESPONSABILIDADE: Os integrantes responderão subsidiariamente pelas obrigações contradas pela entidade. FUNDO SOCIAL: auxílios, doações, contribuições, taxas e outras rendas. PRAZO DE DURAÇÃO: Indeterminado. REFORMA DO ESTATUTO: Decisão em Assembleia Geral com a participação de 2/3 de seus associados. DISSOLUÇÃO: Decisão da Assembleia Geral, depois de pagos os débitos. O restante do patrimônio será doado à entidade filantrópica e de caridade do município.

LUIZ HUNES GOMES - Presidente.

(Fat. nº 203, Reg. nº 203, Dia: 11/04/95)

ENENDA, DO CENTRO COMUNITÁRIO SANTA LUZIA, no 1º de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 31 do Estatuto, presente a Assembleia Geral a seguir proposta de Enenda nº 001/94, ao Estatuto.

Art. 1º - Fica modificado o ARTIGO 29 do Estatuto do Centro Comunitário de Santa Luzia, que passará a ter seguinte redação. Art. 29 - Em caso de dissolução ou extinção da entidade, o patrimônio remanescente, será destinado à instituição registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a uma instituição pública, a critério da instituição.

Art. 20- Esta EMENDA entrará em vigor, nesta data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FELIZBERTO DE CASTRO NUNES
Presidente

EMENDA DO CLUBE DE MÃES DA COMUNIDADE DE JAMBUÁQU, no uso de suas atribuições legais, apresenta a EMENDA nº 001/94 Art. 10- O ARTIGO 16º do Estatuto do Clube de Mães da Comunidade de Jambuáqu, passa a ter a seguinte redação. ARTIGO 16º- Em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente, será destinado a instituição registrada no CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ou uma instituição pública, a critério da entidade. Art. 20- Esta EMENDA entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

FRANCISCO DE JESUS DIAS
Presidente

(Fat. nº 180, Reg. nº 180, Dia: 11/04/95)

AGROPALMA S.A. - C.G.C. nº 04.102.265/0001-51 - Assembleia Geral Ordinária - São convidados os acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 28 de abril corrente, às 16:00 horas, na sede social, à Rodovia PA 150, Km 74 - Tailândia - PA, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis do exercício de 1994; 2) aprovar a correção da expressão monetária do capital social, e consequente incorporação ao capital social, e netária do capital realizado; 3) eleger o Conselho de Administração, com correspondente reforma estatutária; 4) eleger o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 1996; e 4) fixar o montante global do mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 1996; e 4) fixar o montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria. Tailândia PA, 07 de abril de 1995. Paulo José Ernesto Coelho - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 171, Reg. nº 171, Dia: 10/04/95)

COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ - C.G.C. nº 22.914.030/0001-46 - Assembleia Geral Ordinária - São convidados os acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 28 de abril corrente, às 15:00 horas, na sede social, à Rodovia PA 150, Km 85 - Tailândia - PA, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis do exercício de 1994; 2) aprovar a correção da expressão monetária do capital social, e consequente incorporação ao capital social, e netária do capital realizado; 3) eleger o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 1996; e 4) fixar o montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria. Tailândia PA, 07 de abril de 1995. Paulo José Ernesto Coelho - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 172, Reg. nº 172, Dia: 10/04/95)

COMPANHIA REAL AGROINDUSTRIAL - C.G.C. nº 04.340.709/0001-97 - Assembleia Geral Ordinária - São convidados os acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 28 de abril corrente, às 17:00 horas, na sede social, à Rodovia PA 150, Km 74 - Tailândia - PA, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis do exercício de 1994; 2) aprovar a correção da expressão monetária do capital social, e consequente incorporação ao capital social, e netária do capital realizado; 3) eleger o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 1996; e 4) fixar o montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria. Tailândia PA, 07 de abril de 1995. Paulo José Ernesto Coelho - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 170, Reg. nº 170, Dia: 10/04/95)

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

A comissão Permanente de Licitação da COMUS-Coordenadoria de Comunicação, instalada pela Portaria nº 047/94 de 08.06.94 leva a conhecimento público que, a partir de 10.04.95, estará a disposição dos interessados, na Praça Dom Pedro II, s/nº Térreo-Palácio Antonio Lemos, o Edital da Tomada de Preços nº 002/95-COMUS, como abaixo de discrimina:

Tomada de Preços nº 002/95-COMUS

- Objeto: Documentários em vídeo-tape de obras, realizações e eventos da Prefeitura Municipal de Belém.

- Data de Abertura: 24.04.95 às 11:00h

- Local: Pça. Dom Pedro II, s/nº-Térreo do Palácio Antonio Lemos.

A COMISSÃO

(Fat. nº 176, Reg. nº 176, Dias: 10, 11 e 12/04/95)

EMPESCA NORTE S/A - C.G.C. (M.F) 05.430.954/0001-58 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas da EMPESCA NORTE S/A a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 29 (vinte e nove) de abril de 1995, às 10 (dez) horas, na sede da Empresa, sito à Rua Maguari nº 457, Distrito de Icoaraci-Belém-PA., a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: a) Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-94; b) Destinação do lucro líquido do exercício findo e distribuição dos dividendos; c) Aprovação da correção da expressão monetária do Capital Social e sua capitalização; d) Fixação dos honorários dos Administradores. II) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Alteração do Estatuto no tocante aos poderes de Representação da Sociedade; b) Apreciação de Laudo correspondente a Reavaliação do Ativo Imobilizado; c) Outros assuntos de interesse social. Belém-Pará, 10 de abril de 1995. ASS. JOSÉ MARIO GOMES DE CARVALHO-Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 141, Reg. nº 141, Dias: 10, 11 e 12/04/95)

PENA BRANCA DO PARÁ S/A. Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 264 - A - BELÉM (PA) - C.G.C./M.F. Nº 05.054.226/0001-99 - CONVOCAÇÃO - Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se na Sede Social da Cia, no dia 17 de abril de 1995, às 15 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 - apreciar, discutir e votar matérias de competência da Assembleia Geral Ordinária (Art. 132 - Lei 6404/76), relativamente ao exercício findo em 31/12/94; 2 - alterar o capital social ao novo padrão monetário nacional; 3 - votar aumento de capital social, mediante o aproveitamento de reservas; 4 - alterar o estatuto social (Art. 3º - Capital Social) e 5 - outros assuntos de interesse social. Belém (PA), 29 de março de 1995 - ERNI WIETHAEUPER - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

(Fat. nº 134, Reg. nº 134, Dias: 7, 10 e 11/04/95)

TRAMONTINA BELÉM S/A. BELÉM-PA. C.G.C./M.F. Nº 14.068.605/0001-29. ASSEMBLÉIA GERAL CUMULATIVA, ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. CONVOCAÇÃO - Convocamos os Srs. Acionistas de TRAMONTINA BELÉM S/A, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 24 de Abril de 1995, às 14:00 horas, na sede social no Distrito Industrial de Icoaraci, Setor C, Quadra 2, Lotes 3 e 8 em Belém, PA, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: A) DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 1 - Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1994; 2 - Deliberar sobre a distribuição de dividendos e destinação dos resultados do exercício; 3 - Aprovar a correção da expressão monetária do Capital Social; 4 - Fixar os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; 5 - Outros Assuntos de interesse da sociedade; B) DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1 - Deliberar sobre a redução do número de membros do Conselho de Administração, alterando o artigo 15 dos Estatutos Sociais e eleger o Conselho de Administração; 2 - Deliberar sobre o Aumento do Capital Autorizado de R\$ 5.454.545,00 para R\$ 26.000.000,00, que será integralizado por deliberação do Conselho de Administração; 3 - Outros assuntos de interesse da sociedade. Belém, em 10 de Abril de 1995. CLOVIS TRAMONTINA - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

(Fat. nº 173, Reg. nº 173, Dias: 10, 11 e 12/04/95)

CAULIM DA AMAZÔNIA S.A. - CADAM - CGC 04.788.980/0001-90 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, às 16:30h do dia 28 de abril de 1995, na sede social, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. apreciação e deliberação sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, razão sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.94; 2. destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; 3. eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global anual dos Administradores; 4. aprovação da correção monetária do capital social e sua capitalização, com a consequente alteração do Caput do artigo 5º do Estatuto Social; 5. assuntos gerais. Monte Dourado, 07 de abril de 1995. O Conselho de Administração.

(Fat. nº 206, Reg. nº 206, Dias: 11, 12 e 13/04/95)

PARÁ PIGMENTOS S.A. - C.G.C. 33.931.510/0001-31 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 28 de abril de 1995, às 15 horas, na sede Ordinária, a se realizar na Avenida Benedito Sayão nº 3012-A, nesta cidade social da Sociedade, na Avenida Benedito Sayão nº 3012-A, nesta cidade social da Sociedade, a fim de deliberar sobre: a) Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1994; b) correção da expressão monetária do capital social, zembro de 1994; c) ratificação da capitalização da Reserva de Correção Monetária do Capital Social, ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária de 22/03/95, bem como a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; d) eleição dos membros do Conselho de Administração; e) fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Belém, 10 de abril de 1995. Alberto Volinsky - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 207, Reg. nº 207, Dias: 11, 12 e 13/04/95)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

CONSELHO SUPERIOR

EDITAL

A Presidente do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em conformidade com o que dispõe o artigo 75, da Lei Complementar nº 01/82 c/c o artigo 61, da Lei Federal nº 8.625, de 12/02/93, comunica aos Promotores de Justiça de 2ª Instância, a existência de uma (01) vaga de Promotor de Justiça em Belém, que será preenchida por remoção, pelo critério de merecimento para efeito de inscrição dos candidatos, cujos requerimentos deverão observar o disposto no § 3º do citado art. 75, da Lei Complementar nº 01/82, de 12/02/93.

Belém-PA, 10 de abril de 1995.

EDITH MARILIA MAIA CRESPO

Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL

A Presidente do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em conformidade com o que dispõe o artigo 75, da Lei Complementar nº 01/82 c/c o artigo 61, da Lei Federal nº 8.625, de 12/02/93, comunica aos Promotores de Justiça de 2ª Instância, a existência de uma (01) vaga de Promotor de Justiça em São Miguel do Guamá, que será preenchida por remoção, pelo critério de merecimento para efeito de inscrição dos candidatos, cujos requerimentos deverão observar o disposto no § 3º do citado art. 75, da Lei Complementar nº 01/82, de 12/02/93.

Belém-PA, 10 de abril de 1995.

EDITH MARILIA MAIA CRESPO

Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL

A Presidente do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em conformidade com o que dispõe o artigo 75, da Lei Complementar nº 01/82 c/c o artigo 61, da Lei Federal nº 8.625, de 12/02/93, comunica aos Promotores de Justiça de 1ª Instância, a existência de uma (01) vaga de Promotor de Justiça em Belém, que será preenchida por remoção, pelo critério de merecimento para efeito de inscrição dos candidatos, cujos requerimentos deverão observar o disposto no § 3º do citado art. 75, da Lei Complementar nº 01/82, de 12/02/93.

Belém-PA, 10 de abril de 1995.

EDITH MARILIA MAIA CRESPO

Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL

A Presidente do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em conformidade com o que dispõe o artigo 75, da Lei Complementar nº 01/82 c/c o artigo 61, da Lei Federal nº 8.625, de 12/02/93, comunica aos Promotores de Justiça de 1ª Instância, a existência de uma (01) vaga de Promotor de Justiça em Belém, que será preenchida por remoção, pelo critério de merecimento para efeito de inscrição dos candidatos, cujos requerimentos deverão observar o disposto no § 3º do citado art. 75, da Lei Complementar nº 01/82, de 12/02/93.

Belém-PA, 10 de abril de 1995.

EDITH MARILIA MAIA CRESPO

Procuradora-Geral de Justiça

EDITAL

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Portaria nº 399/95

A PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo Único do Artigo 3º da Lei nº 5.856, de 18.08.94, publicada no Diário Oficial do Estado de 19.08.94, RESOLVE:

DESIGNAR as Promotoras de Justiça de 3ª Instância WANDA LUCZYNSKI, ESTER DE MORAES NEVES e ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER, para, sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão de Concurso para preenchimento de cargos vagos do Quadro Permanente de Funcionários Efetivos do Ministério Público do Estado do Pará.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 10 de abril de 1995.

EDITH MARILIA MAIA CRESPO
Procuradora-Geral de Justiça

CP95/0031457-3

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
CONTRATADA: SORAYA PAIXÃO DE CARVALHO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-ADG-103-A-1
VIGÊNCIA: 1ª. 04. A 27.09.95
VENCIMENTO: R\$ 397,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12101.0204.014.2.019
3131-00

EDITH MARILIA MAIA CRESPO
Procuradora-Geral de Justiça

CP95/0031457-2

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
CONTRATADA: SORAYA PAIXÃO DE CARVALHO
CARGO: TELEFONISTA-ADTF-106-A-1
VIGÊNCIA: 06.04. A 02.10.95
VENCIMENTO: R\$462,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12101.0204.014.2.019
3131-00

EDITH MARILIA MAIA CRESPO
Procuradora-Geral de Justiça

CP95/0031474-6

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DE: Secretária da 1ª Turma

ASSUNTO: PAUTA DE JULGAMENTO

Cumpra-me informar que a pauta de julgamento da 1ª TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, da próxima semana, com início a partir das 13:30 horas, é a seguinte:

DIA 17.04.95 - SEGUNDA-FEIRA

- PROCESSO RECORRENTE (S): TRT RD 5416/94. TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. Dr. Raimundo Barbosa Costa. JOSÉ FERREIRA BARBOSA. Dr. Nilton Neves Ribeiro. Dr. Nilton Falezi. RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto. REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto. ORIGEM: 6ª JCI de Belém.
- PROCESSO RECORRENTE (S): TRT RD 4286/94. JOSÉ AUGUSTO CANAVIEIRA DE OLIVEIRA. Dr. Joaquim L. de Vasconcelos E UNIAO FEDERAL-MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. RECORRIDO (S): OS MESMOS. RELATOR (A): Juiz Domenico Falezi. REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto. ORIGEM: 5ª JCI de Belém.
- PROCESSO RECLAMANTE (S): TRT REXOFF 7063/93. DOMINGOS DUARTE. Dr. Inácia Lobato Ferreira. INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS. Dr. Luiz Carlos de Assis. RELATOR (A): Juiz Domenico Falezi. REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto. ORIGEM: 7ª JCI de Belém.
- PROCESSO RECORRENTE (S): TRT RD 3949/94. DIRCEU GONCALVES QUINTAS JUNIOR. Dr. Adelmo C. de Souza. RECORRIDO (S): MUNICÍPIO DE AFUA/PA - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR (A): Juiz Domenico Falezi. REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto. ORIGEM: JCI de Macapá.
- PROCESSO RECORRENTE (S): TRT RD 5931/94. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS MOREIRA. Dr. Antonio dos Reis Pereira. SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREO. Dr. Maria Rosângela de Souza. RELATOR (A): Juiz Domenico Falezi. REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto. ORIGEM: 9ª JCI de Belém.
- PROCESSO RECORRENTE (S): TRT RD 10528/93. COOPERATIVA DA INDÚSTRIA PECUÁRIA DO PARÁ. Dr. Thales Ferreira e ZOLIM PEREIRA DE ALMEIDA (Recurso Adesivo). Dr. Elias de Almeida.

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 3

RECORRIDO (S): OS MESMOS.
RELATOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
REVISOR (A): Juiz Itair Silva.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

7. PROCESSO TRT RO 4368/94
RECORRENTE (S): SILVANA MEDEIROS DE SOUZA
PORT'S.

RECORRIDO (S): Dr. Renaldo Gonzaga de Almeida.
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO
ESTADO DO PARA.
Dr. Carlos Thadeu Vaz Moreira

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

8. PROCESSO TRT RO 5862/94
RECORRENTE (S): ENCOL S/A ENGENHARIA, COMÉRCIO
E INDÚSTRIA.

RECORRIDO (S): Dr. Ediléa Valério dos Santos.
DIÓGENES DE LIMA FLEXA.
Dr. Maria José Cavalli.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 5ª JCI de Belém.

9. PROCESSO TRT RO 4296/94.
RECORRENTE (S): JOSÉ ODIR MACEDO SANTOS.
Dr. Miguel Antonio Serra.

RECORRIDO (S): PAYSANDU SPORT CLUB.
Dr. Isonar Ferreira de Souza.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

10. PROCESSO TRT REXOFF e RO 3224/94
RECORRENTE-RECLAMADO: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO
ARAGUAIA - PREFEITURA MUNICIPAL

RECORRIDO-RECLAMANTE: MARIA APARECIDA BATISTA DO
NASCIMENTO.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : JCI de Conceição do Araguaia.

11. PROCESSO TRT REXOFF 1969/94.
RECLAMANTE (S): SINDICATO DOS TRABALHADORES DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARA -
SINTEP.

RECORRIDO (S): Dr. Abner Serique do Nascimento
MUNICÍPIO DE ITAITUBA -
PREFEITURA MUNICIPAL.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCI de Itaituba.

12. PROCESSO TRT REXOFF 1659/94.
RECLAMANTE (S): ANTONIO GOMES DOS SANTOS.
RECLAMADO (S): ESTADO DO PARA - SECRETARIA DE
ESTADO DE TRANSPORTES.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCI de Castanhal.

13. PROCESSO TRT RO 5742/94
RECORRENTE (S): JOSÉ DE ALMEIDA MONTEIRO.
Dr. Angela Palheta Bezerra.

RECORRIDO (S): MESSELA LOJA DE DEPARTAMENTOS
S/A.
Dr. Maria Rosângela de Souza.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 6ª JCI de Belém.

14. PROCESSO TRT REXOFF e RO 5124/94.
RECORRENTE (S): ADESON MORAES DA SILVA e
OUTROS(RECLAMANTE).
Dr. José de Arimatéia Chaves
Souza.

RECORRIDO (S): E FUNDAÇÃO NACIONAL DE
SAÚDE(RECLAMADO).
Dr. Luiz Firme Ferraz Filho.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 2ª JCI de Belém.

15. PROCESSO TRT RO 4920/94.
RECORRENTE (S): SILVANA S/A sucessora de -
SILVA & IRMÃOS NAVEGAÇÃO LTDA.

RECORRIDO (S): Dr. José Ronaldo Vieira.
BENJAMIM COSTA RIBEIRO.
Dr. Antonio Fernando Silva.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : JCI de Macapá.

16. PROCESSO TRT RO 2621/94.
RECORRENTE (S): A M FIDALGO S/A - MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO.

RECORRIDO (S): Dr. Maria Rosângela de Souza.
E RAIMUNDO HENRIQUE PEREIRA
FRANCO(RECURSO ADESIVO).
Dr. Mary Lúcia Cohen.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

17. PROCESSO TRT RO 4225/94.
RECORRENTE (S): EMATER-EMPRESA DE ASSISTENCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO
ESTADO DO PARA.

RECORRIDO (S): Dr. Silvana Lúcia da Silva.
STAFFA-SINDICATO DOS TRABALHA-
DORES DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA
E FUNDIÁRIO DO ESTADO DO PARA.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : JCI de Ananindeua.

18. PROCESSO TRT RO 2800/94.
RECORRENTE (S): JOSÉ SARACIN GOMES.
Dr. Maria José C. Cavalli.
E ENCOL S/A - ENGENHARIA.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA.
Dr. Ediléa Valério.

RECORRIDO (S): OS MESMOS.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : 9ª JCI de Belém.

19. PROCESSO TRT REXOFF e RO 4510/94.
RECORRENTE-RECLAMADO: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO
ARAGUAIA - PREFEITURA
MUNICIPAL.

RECORRIDO-RECLAMANTE: ZILDA DE OLIVEIRA MOREIRA.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCI de Conceição do Araguaia.

20. PROCESSO TRT RO 300/94
RECORRENTE (S): PREVINE SAÚDE ADMINISTRADORA DE
CARTÕES DE SAÚDE LTDA.

RECORRIDO (S): Dr. Hécio Jorge Ferreira.
E VANIA LÚCIA CALDAS DE
CARVALHO(RECURSO ADESIVO).
Dr. Alberto Ruy da Silva.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

21. PROCESSO TRT REXOFF e RO 4642/94
RECORRENTE-RECLAMANTE: ROSÂNGELA MARIA MUSSI
PINHEIRO.

RECORRIDO-RECLAMADA: SUPERINTENDÊNCIA DO
DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA -
SUDAM.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 2ª JCI de Belém.

22. PROCESSO TRT REXOFF e RO 10421/93
RECORRENTE-RECLAMADA: ESTADO DO PARA - SECRETARIA
DE ESTADO DE SAÚDE - INSTITUTO
OFIR LOIOLA.

RECORRIDO-RECLAMANTE: LUCIDÉIA PEREIRA SOUZA.
Dr. Maria de Fátima Santos Luz.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 2ª JCI de Belém.

23. PROCESSO TRT RO 4594/94
RECORRENTE (S): CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO
CORRÊA S/A.

RECORRIDO (S): Dr. João Demas Amaro.
RUI VIEIRA GONÇALVES.
Dr. Raimundo Luiz M. Moda.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

24. PROCESSO TRT RO 4266/94.
RECORRENTE (S): TRANSPORTES BRAHMA LTDA.
Dr. Kelma Souza Reuter.

RECORRIDO (S): BENEDITO FARIAS DO NASCIMENTO.
Dr. Antonio Barreto da Silva.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 8ª JCI de Belém.

25. PROCESSO TRT REXOFF e RO 3542/94
RECORRENTE-RECLAMADA: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO
ARAGUAIA - PREFEITURA MUNICIPAL

RECORRIDO-RECLAMANTE: ANTONIA BARBOSA VEIGA
TAVARES.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : JCI de Conceição do Araguaia.

26. PROCESSO TRT RO 4335/94.
RECORRENTE (S): MARIA SANDRA TINOCO DA COSTA.
Dr. Marly Costa Baena.

RECORRIDO (S): EVA LEITÃO CURY CARNEIRO.
Dr. Marly Passarelli.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

27. PROCESSO TRT RO 4772/94.
RECORRENTE (S): JOAO GONZAGA DOS SANTOS COSTA.
Dr. Vilma Chavaglia.

RECORRIDO (S): RAIMUNDO ALVES LORATO.
Dr. José Heina Maués.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

28. PROCESSO TRT AP 5810/94
AGRAVANTE (S): ALIMENTICIO INTERNACIONAL DE
CACAU S/A.

AGRAVADO (S): JOSÉ HAMILTON RAIOL OLIVEIRA.
Dr. Francisco Pompeu Filho.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 3ª JCI de Belém.

29. PROCESSO TRT REXOFF 5906/94
RECLAMANTE (S): CELESTE GAMBIA RAPOSO.
RECLAMADO (S): INAMPS - INSTITUTO NACIONAL DE
ASSISTENCIA MEDICA DA
PREVIDENCIA SOCIAL.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 7ª JCI de Belém.

30. PROCESSO TRT REXOFF 5786/94
RECLAMANTE (S): RAIMUNDO FERREIRA RODRIGUES e
OUTROS.

RECORRIDO (S): Dr. Osvaldo da Souza Neto.
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO PARA.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 2ª JCI de Belém.

31. PROCESSO TRT RO 5401/94.
RECORRENTE (S): CENTRO INFANTIL BELO SABER.
Dr. Antonio dos Santos Dias.

RECORRIDO (S): ADÉLIA DA SILVA GARCEZ.
Dr. Maria Selma da Silva.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : 10ª JCI de Belém.

32. PROCESSO TRT RO 3597/94.
RECORRENTE (S): FRANCISCO MARCÍRIO DE LIMA.
Dr. Ana Kelly de Amorim.

RECORRIDO (S): CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A.
Dr. Paulo Sérgio de Moraes.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : 3ª JCI de Belém.

33. PROCESSO TRT REXOFF 5002/94
RECLAMANTE (S): FUNDAÇÃO SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO PARA.

RECORRIDO (S): Dr. Paulo Sérgio F. de Souza.
MARIA DE NAZARÉ SOUZA.
Dr. Maria Madalena Quites.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 11ª JCI de Belém.

34. PROCESSO TRT AI 7520/94.
AGRAVANTE (S): WRITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS
DO NORTE.

AGRAVADO (S): Dr. Ophir Cavalcante Junior.
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS QUÍMICAS E
FARMACÊUTICAS DO ESTADO DO PARA

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : 3ª JCI de Belém.

35. PROCESSO TRT REXOFF e RO 6449/93.
RECORRENTE-RECLAMANTES: JOÃO DE DEUS MIRANDA LOBO
e OUTROS.

RECORRIDO-RECLAMADO: ESTADO DO PARA - SECRETARIA
DE ESTADO DE TRANSPORTES -
SETRAN.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : JCI de Castanhal.

36. PROCESSO TRT AP 5711/94.
AGRAVANTE (S): RAIMUNDO DOS SANTOS TAVARES.
Dr. Selma Lúcia Lopes.

AGRAVADO (S): PORTUENSE FERRAGENS S/A.
Dr. Paulo Augusto Meira.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : 11ª JCI de Belém.

37. PROCESSO TRT REX OFF 10708/93.
RECLAMANTE (S): RAIMUNDO ERNANDE FELIPE DO
NASCIMENTO.

RECORRIDO (S): Dr. Antonio Navegantes.
EDER NEVES DE SOUZA.
Dr. Edson Antonio Ribeiro.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : JCI de Capanema.

38. PROCESSO TRT REXOFF 9252/93.
RECLAMANTE (S): MARIA JOSÉ DIAS DE JESUS.
RECLAMADO (S): MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE
PIRABAS - PREFEITURA MUNICIPAL.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : JCI de Capanema.

39. PROCESSO TRT REXOFF 9243/93.
RECLAMANTE (S): ALZIRA DA FONSECA DINIZ.
RECLAMADO (S): MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE
PIRABAS - PREFEITURA MUNICIPAL.

RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi.
REVISOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
ORIGEM : JCI de Capanema.

40. PROCESSO TRT AP 5348/94.
AGRAVANTE (S): AGROPECUARIA HAKONE S/A.
Dr. Benedito M. da Rocha.

AGRAVADO (S): MANOEL DO LIVRAMENTO LIMA.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCI de Castanhal.

41. PROCESSO TRT AP 4011/94.
AGRAVANTE (S): DRACKAR - COMÉRCIO DE VEÍCULOS
LTDA e OUTROS.

AGRAVADO (S): Dr. Luiz Carlos Correia.
JOSÉ EPIFÂNIO DE SOUZA.
Dr. Antonio Flávio Américo.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : 4ª JCI de Belém.

42. PROCESSO TRT AP 4125/94.
AGRAVANTE (S): SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,
MÉDICAS E DE MATERIAL
ELÉTRICO DO ESTADO DO PARA.

AGRAVADO (S): Dr. Selma Lúcia Lopes.
H. LOPES PAMPOLHA.
Dr. José Guerreiro de Azevedo.

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aquinaldo Alcântara.
ORIGEM : 2ª JCI de Belém.

43. PROCESSO TRT RO 1064/94.
RECORRENTE (S): JOSÉ EDUARDO GOMES DE OLIVEIRA
Dr. Raimundo Nivaldo Duarte.

RECORRIDO (S): UNIAO FEDERAL - MINISTÉRIO DA
AERONÁUTICA - COMISSÃO DE
RECORRIDO DA REGIÃO AMAZÔNICA

RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de Santarém.

44. PROCESSO TRT RO 1771/94.
RECORRENTE (S): CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA.
RECORRIDO (S): Dr. Benedito Fernandes da Silva
Dr. Nalcir Pedrosa Wanchow.
Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de Santarém.

45. PROCESSO TRT RO 9720/93.
RECORRENTE (S): ALBERTO JOAQUIM DA SILVA.
Dr. Eliene Gonçalves.
e COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO.
Dr. Maria Rosângela Souza.
RECORRIDO (S): OS MESMOS.
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
REVISOR (A): Juiz Itair Silva.
ORIGEM : 7ª JCC de Belém.

46. PROCESSO TRT AP 2268/94.
AGRAVANTE (S): RAIMUNDO COELHO ALVES e OUTROS.
Dr. Maria do Socorro Nascimento
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ.
Dr. Aurea de Fátima Gomes.
RECORRIDO (S): OS MESMOS.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 2ª JCC de Belém.

47. PROCESSO TRT RO 4295/94.
RECORRENTE (S): SINTSEP - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DO PARÁ.
Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS.
Dr. Aviton da Silva Pinheiro.
RECORRIDO (S): OS MESMOS.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 7ª JCC de Belém.

48. PROCESSO TRT RO 2013/94.
RECORRENTE (S): ELMA RIBEIRO FURTADO.
Dr. Maria José Cavalli.
RECORRIDO (S): ADESP - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CLASSISTA PETROBRAS NORTE.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 10ª JCC de Belém.

49. PROCESSO TRT RO 4144/94.
RECORRENTE (S): RAIMUNDO NONATO DA SILVA.
Dr. Glairson Dias Figueiredo.
RECORRIDO (S): BRASILIT S/A.
Dr. José Alfredo da Silva Santana.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 10ª JCC de Belém.

50. PROCESSO TRT AP 3832/94.
AGRAVANTE (S): MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL.
Dr. Laudomício Ferreira.
RECORRIDO (S): VALDIRENE SILVA TEIXEIRA NERY.
Dr. Odival Quaresma.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de ABAETETUBA.

51. PROCESSO TRT RO 5041/94.
RECORRENTE (S): JOSÉ RIBAMAR MACARIO DIAS.
Dr. Olga Bayma da Costa.
RECORRIDO (S): NORPLAST - PLÁSTICOS DO NORTE S/A.
Dr. Francisco Antonio Moya.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 8ª JCC de Belém.

52. PROCESSO TRT RO 3920/94.
RECORRENTE (S): LUCILA MACEDO DOS SANTOS.
Dr. Sebastião Meládio de Souza.
RECORRIDO (S): CONSTRUTORA LEAL JUNIOR LTDA.
Dr. Roberto Teixeira de Almeida.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de Ananindeua.

53. PROCESSO TRT RO 0271/94.
RECORRENTE (S): OCRM S/A-PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
Dr. Ophir Filgueiras Jr.
RECORRIDO (S): JULIANO DA CONCEIÇÃO AMARAL.
Dr. Lucivaldo da Silva Ribeiro.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 7ª JCC de Belém.

54. PROCESSO TRT RO 3863/94.
RECORRENTE (S): LUIZ EDUARDO DA COSTA MESQUITA.
Dr. Albenice Figueiredo Filho.
RECORRIDO (S): PRODUTOS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Dr. Ricardo Paulo Sampaio.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 4ª JCC de Belém.

55. PROCESSO TRT REXOFF 1773/94.
RECORRENTE (S): MERALDES RÊGO DE SOUSA.
MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL.
Dr. Luiz Rodolfo Carneiro.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de Santarém.

56. PROCESSO TRT RO 4475/94.
RECORRENTE (S): CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A.
Dr. Paulo Sérgio de Moraes.
RECORRIDO (S): CAIO CESAR PINHEIRO DANTAS.
Dr. Olga B. da Costa.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 4ª JCC de Belém.

57. PROCESSO TRT REXOFF E RO 1221/94.
RECORRENTE-RECLAMANTE: BALTAZAR DOS REIS ESTEVAO
Dr. Raimundo Luis M. Moda.
RECORRIDO-RECLAMADO: MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de TUCURUI.

58. PROCESSO TRT REXOFF E RO 582/94.
RECORRENTE-RECLAMADO: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES.
Dr. José Cláudio Brito Filho.
RECORRIDO-RECLAMANTE: RAIMUNDO DA SILVA BARBOSA.
Dr. José H. Maués.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de ABAETETUBA.

59. PROCESSO TRT REXOFF E RO 381/94.
RECORRENTE-RECLAMADO: MUNICÍPIO DE BAIÃO - PREFEITURA MUNICIPAL.
Dr. Inocência Martires Júnior.
RECORRIDAS-RECLAMANTES: MARIA MIRACI DE FREITAS CORREA e OUTRA.
Dr. Ana Kelly de Amorim.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de TUCURUI.

60. PROCESSO TRT RO 10308/93.
RECORRENTE (S): RADIO LIBERAL LTDA.
Dr. George Amorim Paes.
e SEVERINA FRANCISCA DA SILVA.
Dr. Raimundo Costa.
RECORRIDO (S): OS MESMOS.
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
REVISOR (A): Juiz Itair Silva.
ORIGEM : 3ª JCC de Belém.
IMPEDIDO (S): Juiz Domenico Falesi.

61. PROCESSO TRT REXOFF 240/94.
RECLAMANTE (S): NELSON LOBATO CARMIN.
Dr. Cristovina Macedo.
RECLAMADO (S): MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL.
Dr. Antonio Sousa Coelho.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 6ª JCC de Belém.

62. PROCESSO TRT REXOFF 5089/94.
RECLAMANTE (S): MARIA DE FÁTIMA AGUIAR DE SOUSA
Dr. Cassandra Maria Ferreira.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA-PREFEITURA MUNICIPAL.
Proc. Naldes do Carmo Lobo.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de Conceição do Araguaia.

63. PROCESSO TRT RO 3290/94.
RECORRENTE (S): EDNA PEDROSA FERREIRA.
Dr. Raimundo Luiz Moda.
RECORRIDO (S): MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL.
Dr. Elpidio Ribeiro Amorim.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de TUCURUI.

64. PROCESSO TRT RO 5419/94.
RECORRENTE (S): RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA NASCIMENTO.
Dr. Walter Nogueira da Silva.
RECORRIDO (S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELÉM.
Dr. Mary Cohen.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 6ª JCC de Belém.

65. PROCESSO TRT REXOFF E RO 9085/93.
RECORRENTE (S): BENEDITO FERREIRA DO NASCIMENTO (reclamante).
Dr. Vilma Chavaglia.
e MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL (reclamado).
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
REVISOR (A): Juiz Itair Silva.
ORIGEM : JCC de ABAETETUBA.

66. PROCESSO TRT RO 4240/94.
RECORRENTE (S): CARLOS HENRIQUE CAVALLANTE.
Dr. Nivaldo Mariano Modesto.
EXPRESSO AMAPÁ LTDA.
Dr. Fernando Alves Soares.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 3ª JCC de Belém.

67. PROCESSO TRT RO 4061/94.
RECORRENTE (S): SUELA JUIZ S/A.
Dr. Ophir Filgueiras Jr.
RECORRIDO (S): RAIMUNDO NONATO DA SILVA OLIVEIRA.
Dr. Raimundo Cesar Galvão.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 2ª JCC de Belém.

68. PROCESSO TRT RO 4271/94.
RECORRENTE (S): MIRBEL - MINERAÇÃO BRASILEIRA DE ESTANHO.
Dr. Vanilson Ferreira Mesketh.
RECORRIDO (S): CARLITO FERREIRA DE SOUZA.
Dr. Petronio Pinto Filho.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de Altamira.

69. PROCESSO TRT AP 5929/94.
AGRAVANTE (S): COA CONSTRUÇÕES CIVIS DA AMAZÔNIA LTDA.
Dr. Lasmie C. Ribeiro.
AGRAVADO (S): SÔNIA MARIA LOBO ASSUNÇÃO.
Dr. Alvaro Elpidio Amazonas.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 11ª JCC de Belém.

70. PROCESSO TRT AP 5795/94.
AGRAVANTE (S): EXPORTADORA PERACHI LTDA.
Dr. Abraham Assayag.
AGRAVADO (S): RAIMUNDO PINHEIRO GARCIA.
Dr. Maria José Cavalli.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 7ª JCC de Belém.

71. PROCESSO TRT AP 5564/94.
AGRAVANTE (S): EUNICE NATALINA FERNANDES CAMPOS
Dr. José Maria Haber.
AGRAVADO (S): OZINETE TELES DA SILVA.
Dr. Humberto M. de Mendonça.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 10ª JCC de Belém.

72. PROCESSO TRT AP 5367/94.
AGRAVANTE (S): RITA DE CARLOS DO ROSARIO e OUTROS.
Dr. Cláudio Gonçalves.
AGRAVADO (S): TELECLUBE - CLUBE DOS EMPREGADOS DA TELEPARA.
Dr. José Rubens Leão.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 4ª JCC de Belém.

73. PROCESSO TRT RO 6211/94.
RECORRENTE (S): CLAUDIO LOPES TRINDADE.
Dr. Joaquim L. de Vasconcelos.
RECORRIDO (S): PAULO DE ARAUJO LEAL MARTINS e OUTROS.
Dr. Almerindo A. Trindade.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 11ª JCC de Belém.

74. PROCESSO TRT RO 6005/94.
RECORRENTE (S): CAULIN DA AMAZÔNIA S/A.
Dr. Rômulo de Gouveia.
RECORRIDO (S): AGUINALDO MIRNADA SEABRA.
Dr. Enilda de Freitas Rodrigues.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : JCC de Almeirim.

75. PROCESSO TRT REXOFF E RO 4260/94.
RECORRENTE-RECLAMADA: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA.
Dr. Marcilene de Miranda Santos
RECORRIDO-RECLAMANTE: ANTONIO FERNANDO MELO CORREA DA ROCHA.
Dr. José Newton Moutinho.
RELATOR (A): Juiz Hermes Tupinambá Neto.
REVISOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
ORIGEM : 11ª JCC de Belém.

DE: Secretária da 2ª Turma

Pauta de Julgamento da 2ª Turma do E. TRT da 8ª Região, da próxima semana, com início a partir das 9:30 horas.

DIA 17.04.95 SEGUNDA - FEIRA

01. PROCESSO TRT RO 7545/94. RECORRENTE: JOSÉ BARBOSA DE SOUZA. Dr. Vilma Chavaglia. RECORRIDO: ENCOL S/A ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Dr. Edilene dos Santos. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Jorge Colares. ORIGEM: 5ª JCC de Belém. IMPEDIDO: Juiz Roberval Rodrigues.

02. PROCESSO TRT RO 1705/94. RECORRENTES: CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA. Dr. Pedro Nêlo. ANA SUELY LEITE SOFIAVA. (Recurso Adesivo). Dr. Maria Rosângela Coelho de Souza. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmento. REVISOR: Juiz Edilson Bentes. ORIGEM: 5ª JCC de Belém. IMPEDIDO: Juiz Roberval Rodrigues.

03. PROCESSO TRT RO 2559/94. RECORRENTES: JOÃO MENDES DOS SANTOS. Dr. Vilma Chavaglia. CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO OCTAVIO MEIRA. Dr. Paulo Meira. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Roberto dos Santos. REVISOR: Juiz Edilson Bentes. ORIGEM: 1ª JCC de Belém. IMPEDIDO: Juiz Teobaldo Sarmento.

04. PROCESSO TRT RO 2322/94. RECORRENTE: MARGARETE BASTOS GOMES. Dr. Arnaldo Mendonça Neto. RECORRIDO: UNESPA UNIO DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ. Dr. Maria Rosângela Coelho de Souza. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 1ª JCC de Belém. IMPEDIDO: Juiz Teobaldo Sarmento.

05. PROCESSO TRT RO 1839/94. RECORRENTE: COESA ENGENHARIA LTDA. Dr. Fernando Guará. RECORRIDO: LUIZ AMARAL DE QUEIROZ. Dr. Maria José Cavalli. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA:

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 3

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 1ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Teobaldo Sarmiento.

06. PROCESSO TRT RO 2158/94. RECORRENTES: MAURO NUNES BORDALO BATISTA. Dr. Antonio Bernardes Filho. PETRÓLEO SABBA S/A. Dr. Ricardo Mello. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 2ª JCI de Belém. IMPEDIDA: Juiza Rosita Nassar.

07. PROCESSO TRT RO 5104/94. RECORRENTE: COMPANHIA DO CAS DO PARA S/A. Dr. Paulo César de Oliveira. RECORRIDO: JOSÉ LUIZ GAMA DE CASTRO. Oliveira. RECORRIDO: JOSÉ LUIZ GAMA DE CASTRO. Dr. Paula Mattos. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: JCI de Abaetetuba. IMPEDIDA: Juiza Rosita Nassar.

08. PROCESSO TRT RO 6265/94. RECORRENTE: RUBERTEX COMERCIO E INDUSTRIA S/A. Dr. Rosomiro Arrais. RECORRIDO: MARIA LUIZA GOMES FERREIRA. Dr. Raimundo Medeiros. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 5ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

09. PROCESSO TRT RO 4049/94. RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS NOS ESTADOS DO PARA E AMAPA. Dr. Sergio Pinto. RECORRIDO: BANCO DO ESTADO DO PARA. Dr. Maria de Fátima de Oliveira. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: 2ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

10. PROCESSO TRT RO 6262/94. RECORRENTE: ISAIAS DE OLIVEIRA BARBOSA. Dr. Emmanuel da Silva. RECORRIDO: CONDOMINIO DO EDIFICIO JOSÉ ANTONIO NUNES. Dr. Mauro dos Santos. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: 5ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

11. PROCESSO TRT RO 6238/94. RECORRENTE: JOSÉ RIBAMAR DA SILVA CHAVES. Dr. Maria José Cavalli. ENCOL S/A ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA. Dr. Deusdedit Brasil. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: 4ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

12. PROCESSO TRT RO 6151/94. RECORRENTE: TELECOMUNICAÇÕES AERONAUTICAS S/A. Dr. Ricardo Sampaio. RECORRIDO: JOSÉ MARIA DIAS SILVA. Dr. Antonio Pereira. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: 6ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

13. PROCESSO TRT RO 6439/94. RECORRENTE: MARIA CELIA FELIPE DOS SANTOS. Dr. Luiz Carneiro. RECORRIDO: MARIA MACHADO PORTELA. Dr. Vguaraci Lima. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: JCI de Santarém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

14. PROCESSO TRT RO 6651/94. RECORRENTE: MARGARIDA DO CARMO PINA. Dr. David Araújo. RECORRIDO: CLIDIA PARENTE DE ANDRADE. Dr. Maria da Glória Maroja. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: 9ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

15. PROCESSO TRT RO 6569/94. RECORRENTE: ESCRITÓRIO CENTRAL ARREDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO. Dr. Pedro Cherment Jr. RECORRIDO: GRACIETE DO SOCORRO ROCHA E SILVA. Dr. Olga Bayma. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: 8ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

16. PROCESSO TRT RO 4418/94. RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA. Dr. Benedito da Silva. RECORRIDO: ALVARO DAGOBERTO DE ARAUJO. Dr. Maria Dolores Brasil. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: JCI de Santarém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

17. PROCESSO TRT R EX OFF 5805/94. RECLAMANTE: MARIA MAIA DE OLIVEIRA. Dr. Katia da Silva. RECORRIDO: MUNICIPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: JCI de Santarém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

18. PROCESSO TRT AP 2753/94. AGRAVANTE: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA. Dr. Carlos Moreira. AGRAVADOS: OSVALDO SIMÕES CARVALHO e outros. Dr. Kelly de Amorim. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz Vicente Fonseca. ORIGEM: 1ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

19. PROCESSO TRT RO 9268/94. RECORRENTE: RONALDO NOVAES BARROS. Dr. Sebastião de Souza. RECORRIDO: POSTO NAZARÉ LTDA. Dr. Marcos Nahon. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 3ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

20. PROCESSO TRT RO 4986/94. RECORRENTE: PEDRO PIMENTEL COELHO. Dr. Alvaro dos Santos. RECORRIDOS: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARA e outros. Dr. Angela Farias. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 6ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

21. PROCESSO TRT AP 5732/94. AGRAVANTE: RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S/A DOCEGEO. Dr. Nair Lima. AGRAVADO: LOURIVALDO DA SILVA GALVÃO. Dr. Edilino Bentes. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 4ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

22. PROCESSO TRT AP 6140/94. AGRAVANTE: COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO. Dr. Joana Milio. AGRAVADO: HÉLIO ALVES DA SILVA. Dr. David Araújo. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 2ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

23. PROCESSO TRT AP 8616/94. AGRAVANTE: F H L DA CRUZ. Dr. Célia Haber. AGRAVADO: NELSONITO LIMA DA SILVA. Dr. Maria Dulce Mousinho. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 4ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

24. PROCESSO TRT RO 2176/94. RECORRENTES: CELINA ALMEIDA MENDONÇA e outros. Dr. Ricardo Mello. RECORRIDO: UNIAO FEDERAL - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS. Dr. Ildefonso Guimarães Jr. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 3ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

25. PROCESSO TRT RO 6917/94. RECORRENTE: WALTER MACEDO COSTA. Dr. Armino Bentes. RECORRIDO: INAVE INDUSTRIA DE PESCA E NAVEGAÇÃO S/A. Dr. João Maroja. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 8ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

26. PROCESSO TRT R EX OFF 2353/94. RECLAMANTES: BALBINA RODRIGUES CARRERA e outros. Dr. Carlos Alberto Vasconcelos. RECLAMADO: MUNICIPIO DE MAGALHÃES BARATA - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATORA: Juiza Odete Alves. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Castanhal. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

27. PROCESSO TRT RO 5686/94. RECORRENTE: LUIZETE NUNES COSTA. Dr. Alan Cavalcante. RECORRIDO: MUNICIPIO DE CALÇADENE-PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. José Antonio Thomaz Neto. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Macapá.

28. PROCESSO TRT AI 6495/94. AGRAVANTE: PEDRO BENICIO BARBOSA. Dr. Aurenice Botelho. AGRAVADO: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD. Dr. José Américo da Silva. LITISCONORTE: MECOMINAS MECANIZAÇÃO E EMPREENDIMENTOS. Dr. Ana Maria Grafulha. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. ORIGEM: JCI de Marabá.

29. PROCESSO TRT RO 997/94. RECORRENTE: ALBRAS-ALUMINIO BRASILEIRO S/A. Dr. Gerson Souza. RECORRIDO: FERNANDO RIBEIRO MENDONÇA. Dr. João Pedro Maués. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Abaetetuba.

30. PROCESSO TRT RO 2277/94. RECORRENTE: JOSÉ NEVES BARROS. Dr. Enéida Nogueira. RECORRIDO: MINERAÇÃO TABOÇA S/A. Dr. Vanilson Hesketh. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 5ª JCI de Belém.

31. PROCESSO TRT RO 1247/94. RECORRENTE: IDIEL DE ALBUQUERQUE BATISTA. Dr. Raimundo Nivaldo Duarte. RECORRIDO: ESTADO DO PARA-SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE. Dr. Suzy Elizabeth Koury. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Santarém.

32. PROCESSO TRT R EX OFF e RO 9193/93. RECORRENTE: ESTADO DO PARA - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA. Litisconsorte. Dr. Rita da Costa. RECORRIDOS: LUZENIR ALVES FURTADO. Reclamantes. Dr. Sergio Duarte. COPAGRO - COMPANHIA PARAENSE DE MECANIZAÇÃO INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA. Reclamada. Dr. Carmen Cunha. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: JCI de Santarém.

33. PROCESSO TRT RO 2328/94. RECORRENTE: FRIGOMAR - W.F. MENEZES SULFRIOS. Dr. Raimundo Luis Moda. RECORRIDO: PEDRO NUNES DA SILVA. Dr. João José Geraldo. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Tucuruí.

34. PROCESSO TRT RO 290/94. RECORRENTES: COLÉGIO GENTIL BITTENCOURT. Dr. Marília Giroto. DAVI DANTAS DE ALMEIDA. (Recurso Adesivo). Dr. Joaquim Vasconcelos. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 7ª JCI de Belém.

35. PROCESSO TRT RO 8484/93. RECORRENTE: EXCEL MADEIRAS LTDA. Dr. Fernando Castro Neto. RECORRIDO: LUCILIO DO ESPÍRITO SANTO NASCIMENTO. Dr. Joaquim de Vasconcelos. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 5ª JCI de Belém.

36. PROCESSO TRT RO 570/94. RECORRENTE: ASSIS GOMES BATISTA. Dr. Erlene Lima. RECORRIDO: COPALA INDÚSTRIAS REUNIDAS S/A. Dr. Edilino Valério dos Santos. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 2ª JCI de Belém.

37. PROCESSO TRT RO 1811/94. RECORRENTE: SITA - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES. AEROS S/A. Dr. Maria Rosângela de Souza. RECORRIDO: JOSÉ MARIA PEREIRA MIRANDA. Dr. Elizete Micunski. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 8ª JCI de Belém.

38. PROCESSO TRT RO 5687/94. RECORRENTES: PAMPLONA RAIMUNDO BARRETO e outros. Dr. Maria Dulce Mousinho. RECORRIDO: LOJA VISAO COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA. Dr. Otávio Faria. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 5ª JCI de Belém.

39. PROCESSO TRT RO 8374/93. RECORRENTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA. Dr. Paulo Cesar Amorim. RECORRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS NO ESTADO DO PARA. Dr. Jarbas do Carmo. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Abaetetuba.

40. PROCESSO TRT RO 441/94. RECORRENTES: EDILSON SANTIAGO DOS REIS. Dr. Maria José Cavalli. BELAGUA BELÉM AGUAS LTDA. Dr. Tito Valente do Couto. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 2ª JCI de Belém.

41. PROCESSO TRT RO 4937/93. RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Dr. Antonio Tavares. RECORRIDOS: FRANCELINA KZAN DE SOUZA e outros. Dr. Ronaldo Barata. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 5ª JCI de Belém.

42. PROCESSO TRT RO 2303/94. RECORRENTES: PAULO CEZAR VASCONCELOS BORGES. Dr. Alfredo Nelson Ribeiro. NORDSK TIMBER LTDA. Dr. Alveir Sarmiento. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 10ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

43. PROCESSO TRT RO 3530/94. RECORRENTE: Y. YAMADA S/A. Dr. José de Sousa. RECORRIDO: ROSIREZ PACHECO E SILVA. Dr. Lucivaldo Ribeiro. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 6ª JCI de Belém.

44. PROCESSO TRT RO 583/94. RECORRENTES: EISENHOWEL JORGE PORTUGAL COSTA. Dr. Vilma Chavaglia. ALFREDO RODRIGUES CABRAL COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA. Dr. José Acreano Brasil. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: JCI de Abaetetuba.

45. PROCESSO TRT RO 8798/93. RECORRENTE: JOSÉ MARIA SOARES. Dr. Ubiratan de Aguiar. RECORRIDO: PAULO MAURÍCIO DOS SANTOS MARTINS - BAR AMARELINHO. Dr. Nelson das Neves. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 4ª JCI de Belém.

46. PROCESSO TRT RO 879/94. RECORRENTES: REAMA REFRIGERANTES DO AMAPA S/A. Dr. Lourival Borges. JARBAS EVANGELO DA SILVA ALMEIDA. (Recurso Adesivo). Dr. Antonio da Silva e Silva. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: JCI de Macapá.

47. PROCESSO TRT RO 2791/94. RECORRENTE: JOAO BATISTA DE JESUS SILVA. Dr. Maria Lúcia Pimentel. RECORRIDO: IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A. Dr. Eliezer Roberto Nazaré. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 3ª JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Edilino Bentes.

48. PROCESSO TRT RO 2728/94. RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS NOS ESTADOS DO PARA E AMAPA. Dr. Sergio Victor Pinto. RECORRIDO: VIVENDA-ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO. Dr. Manoel José Siqueira. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 2ª JCI de Belém.

49. PROCESSO TRT R EX OFF 5328/94. RECLAMANTE: RENATO WANGHON. RECLAMADA: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 6ª JCI de Belém.

50. PROCESSO TRT RO 7566/93. RECORRENTE: JOAO BATISTA DA COSTA. Dr. João José Geraldo. RECORRIDO: CIA. PRADA DA AMAZONIA. Dr. Tito Eduardo do Couto. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 7ª JCI de Belém.

51. PROCESSO TRT RO 8105/94. RECORRENTE: SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO. Dr. Maria Rosângela Coelho de Souza. RECORRIDO: ANTONIO ROSIVAN FERREIRA DE FARIAS. Dr. Ana Maria de Silva. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 2ª JCI de Belém.

52. PROCESSO TRT RO 7724/94. RECORRENTE: MARIA JOSÉ DA COSTA RIBEIRO. Dr. Floriano Barbosa. RECORRIDO: FININCARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO. Dr. Carlos Alberto Ferro Silva. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 6ª JCI de Belém.

53. PROCESSO TRT R EX OFF e RO 4020/94. RECORRENTE/RECLAMADO: UNIAO FEDERAL. Dr. Maria Deusá da Silva. RECORRIDO/RECLAMANTE: IVANILZA JESUS SOUZA DE OLIVEIRA. Dr. Cadmo Melo Jr. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmiento. REVISOR: Juiz Edilino Bentes. ORIGEM: 5ª JCI de Belém.

54. PROCESSO TRT RO 5432/94. RECORRENTE: IZAFRIGO FRIGORÍFICO INDUSTRIAL SANTA IZABEL LTDA. Dr. Jorge Wanderley. RECORRIDO: MARIA DE FÁTIMA BORGES LOPES. Dr. João Batista Gaspar. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Castanhal.

55. PROCESSO TRT RO 6459/94. RECORRENTE: COMPANHIA TRATIL DE CASTANHAL - ETC. Dr. Telma Cordeira. RECORRIDO: GERCINA D. SILVA E SILVA e outros. Dr. Roberto Cabral. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Castanhal.

56. PROCESSO TRT RO 7527/93. RECORRENTES: AZIMAR FIEL CALDAS. Dr. Leuda Matos. ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A. Dr. Marici Pereira. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmento. REVISOR: Juiz Edilsimo Bentes. ORIGEM: 48 JCI de Belém.

57. PROCESSO TRT RO 6674/94. RECORRENTE: MARIA GORETTI PEREIRA DE CARVALHO. Dr. Antonio Coelho. RECORRIDO: VARIG AGROPECUARIA S/A. Dr. Maria Dolores Brasil. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Santarém.

58. PROCESSO TRT RO 1655/94. RECORRENTE: F. COSTA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. Dr. Evaldo Pinto. RECORRIDO: CAIS CARLOS DE SOUZA. Dr. Telma Corrêa. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Castanhal.

59. PROCESSO TRT RO 2278/94. RECORRENTE: BENEDITO CONCEIÇÃO DOS SANTOS. Dr. Vasconcelos. RECORRIDO: COMPANHIA TEXTIL DE ANIAGEM - CATA. Dr. Leogônio. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmento. REVISOR: Juiz Edilsimo Bentes. ORIGEM: 83 JCI de Belém.

60. PROCESSO TRT R EX OFF e RO 4279/94. RECORRENTE/RECLAMADO: MUNICIPIO DE BELÉM. Dr. Maria do Socorro Neves. RECORRIDO/RECLAMANTE: ARTUR CÉLIO CORDERO MOREIRA. Dr. Ivan Coutinho. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 83 JCI de Belém.

61. PROCESSO TRT R EX OFF e RO 7036/94. RECORRENTES: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. UNIAO FEDERAL. Dr. Eloiza Bartolomeu. PAULO SARGIO DE FREITAS DIAS e outros. Dr. Paulo dos Santos. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Macapá.

62. PROCESSO TRT RO 2955/94. RECORRENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO PARA. Dr. Jarbas do Carmo. RECORRIDO: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA - COSANPA. Dr. Paulo César Amorim. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmento. REVISOR: Juiz Edilsimo Bentes. ORIGEM: JCI de Óbidos.

63. PROCESSO TRT R EX OFF 7092/94. RECLAMANTE: MARIA IZABEL MOTA DOS SANTOS. Dr. Yguaraci Lima. RECLAMADO: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Santarém.

64. PROCESSO TRT R EX OFF 7074/94. RECLAMANTE: OSVALDIR ALVES ROSA. RECLAMADO: MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Conceição do Araguaia.

65. PROCESSO TRT RO 658/95. RECORRENTES: BOMPREÇO S/A SUPERMERCADOS DO NORDESTE. Dr. Francisco Napoleão. ADALBERTO PEREIRA DE SOUZA. Dr. Joaquim Vasconcelos. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Edilsimo Bentes. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmento. ORIGEM: 128 JCI de Belém.

66. PROCESSO TRT R EX OFF 5984/94. RECLAMANTE: AGENOR FERNANDES DE SOUZA. RECLAMADO: MUNICIPIO DE AFUA - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Macapá.

67. PROCESSO TRT R EX OFF 7003/94. RECLAMANTE: MARIA VIRGILINA CORRÊA DE FIGUEIREDO. RECLAMADO: MUNICIPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Luiz Carneiro. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: JCI de Santarém.

68. PROCESSO TRT RO 4311/94. RECORRENTE: MANOEL MATIAS MARCOLINO. Dr. Carlos de Brito. RECORRIDO: TRANSPORTE BRASILEIRO LTDA. Dr. Haroldo Cabral. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISOR: Juiz Edilsimo Bentes. ORIGEM: 99 JCI de Belém.

69. PROCESSO TRT RO 6747/94. RECORRENTE: MUNICIPIO DE BELÉM - SESMA. Dr. Cláudia dos Santos. RECORRIDO: MARIA HELENA DE SOUZA FRAZAO. RELATORA: Juiza Rosita Nassar. REVISOR: Juiz Roberval Rodrigues. ORIGEM: 48 JCI de Belém.

70. PROCESSO TRT RO 9798/93. RECORRENTE: CAULIM DA AMAZONIA S/A. Dr. Antonio Carlos dos Santos. RECORRIDO: CORACY PINHEIRO DE OLIVEIRA. Dr. Antonio Fernando Silva. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Almeirim.

71. PROCESSO TRT RO 1779/94. RECORRENTE: EMATER EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARA. Dr. Gilberto Serique. RECORRIDOS: ANA APARECIDA MELO BAIMA e outros. Dr. Raimundo Duarte. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISOR: Juiz Edilsimo Bentes. ORIGEM: JCI de Santarém.

72. PROCESSO TRT RO 7966/93. RECORRENTE: GORRESSEN & CIA. LTDA. Dr. José Claudio de Brito Filho. RECORRIDOS: ARLINDO CARDOSO DA SILVA. (Reclamante). ORLANDO DE OLIVEIRA. (Litiscorrente). RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Marabá.

73. PROCESSO TRT RO 1481/94. RECORRENTE: SAMUEL PIMENTEL DE LIMA. Dr. Abelardo Cardoso. RECORRIDO: SHOJI YAMANAKA. Dr. Marcos Vinicius

Nascimento. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Ananindeua.

74. PROCESSO TRT RO 354/95. RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE REDENÇÃO. Dr. José Lúcio. RECORRIDO: F. J. CHAGAS LTDA (LOJÃO PAULISTA). Dr. Pedro de Sousa Filho. RELATOR: Juiz Edilsimo Bentes. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmento. ORIGEM: JCI de Conceição do Araguaia.

75. PROCESSO TRT RO 227/94. RECORRENTE: JOSÉ SARTO MORAES PEREIRA. Dr. Antonio dos Reis Pereira. RECORRIDO: SARA - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO S/A. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Rosita Nassar. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

76. PROCESSO TRT RO 9778/93. RECORRENTE: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A. (Litiscorrente). Dr. Paulo Amoras Jr. RECORRIDOS: SANTIAGO DO CARMO ASSIS. Dr. Antonio Carlos. MASERVA ENGENHARIA LTDA. LITISCONSORTES: PAULO ACATAUASSU TEIXEIRA E OLAVO ACATAUASSU TEIXEIRA. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Abaetetuba.

77. PROCESSO TRT RO 536/95. RECORRENTE: H M G ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Dr. Suenon de Souza. RECORRIDO: IDEILSON JOSÉ BAETA MENDES. Dr. Maria José Cavalli. RELATOR: Juiz Edilsimo Bentes. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmento. ORIGEM: 103 JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

78. PROCESSO TRT RO 4771/94. RECORRENTES: EDILSON BRANDÃO DE MORAES e outro. Dr. Dorival de Souza Neto. RECORRIDO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARA. Dr. Maria do Socorro da Silva. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 83 JCI de Belém.

79. PROCESSO TRT R EX OFF 4950/94. RECLAMANTE: JACOME PITA VIEIRA. Dr. Yguaraci Lima. RECLAMADO: MUNICIPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Luiz Carneiro. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Santarém.

80. PROCESSO TRT RO 167/95. RECORRENTE: CONDOMÍNIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI. Dr. Ricardo da Silva. RECORRIDOS: JOAO RONALDO DE SOUZA FARIAS e outros. Dr. Adriana Bernardes. RELATOR: Juiz Edilsimo Bentes. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmento. ORIGEM: 58 JCI de Belém.

81. PROCESSO TRT R EX OFF 5110/94. RECLAMANTE: ADEMAR ALVES DA SILVA. Dr. Aurenice Botelho. RECLAMADO: MUNICIPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Naiade Conceição. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Marabá.

82. PROCESSO TRT RO 8335/93. RECORRENTES: BANCO REAL S/A. Dr. Carlos Alberto de Arruda. EVANDRO

CARDOSO ALVARES. Dr. Antonio Américo. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

83. PROCESSO TRT RO 567/95. RECORRENTES: ELIAS BARBOSA DE MATOS. Dr. Simão Benzecry. ANKEL EMPRESA DE NAVEGAÇÃO LTDA. Dr. Raimundo Caldas. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Edilsimo Bentes. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmento. ORIGEM: 72 JCI de Belém.

84. PROCESSO TRT RO 10790/93. RECORRENTE: MELAMAZON S/A. Dr. Ricardo Soriano de Mello. RECORRIDO: SEVERINO TEÓFILO DO NASCIMENTO. Dr. Lizete Nascimento. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

85. PROCESSO TRT RO 1855/94. RECORRENTE: MARIA DAS GRAÇAS SANTOS ALHO. Dr. Maria José Cavalli. RECORRIDO: CENTENO E MOREIRA S/A. Dr. Jader David. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 103 JCI de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luiz Albano Lima.

86. PROCESSO TRT RO 277/95. RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DO MUNICIPIO DE REDENÇÃO. Dr. José Lúcio. RECORRIDO: J. RAIMUNDO ALENCAR LTDA. Dr. Pedro de Sousa Filho. RELATOR: Juiz Edilsimo Bentes. REVISOR: Juiz Teobaldo Sarmento. ORIGEM: JCI de Conceição do Araguaia.

87. PROCESSO TRT RO 8151/93. RECORRENTE: COSIPAR COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA. (Litiscorrente). Dr. Ronaldo Abreu. RECORRIDO: MARCOS ANTONIO DE ALENCAR MORAES. Dr. Maria do Socorro de Souza. GETRAN GERAIS TRANSPORTES S/A. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: JCI de Marabá.

88. PROCESSO TRT RO 9122/93. RECORRENTES: DELTA PUBLICIDADE S/A. Dr. George Paes. MIGUEL MONTEIRO DE ABREU. (Recurso Adesivo). Dr. Joaquim Vasconcelos. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Roberval Rodrigues. REVISORA: Juiza Rosita Nassar. ORIGEM: 78 JCI de Belém.

89. PROCESSO TRT RO 1108/94. RECORRENTES: COMPANHIA DENDÊ DO AMAPÁ - CODEPA. Dr. Luiz Ribeiro Viegas. PAULO FONSECA MIRANDA. (Recurso Adesivo). Dr. Antonio da Silva e Silva. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmento. REVISOR: Juiz Edilsimo Bentes. ORIGEM: JCI de Macapá.

90. PROCESSO TRT R EX OFF e RO 1616/93. RECORRENTE/RECLAMADO: ESTADO DO PARA - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA. Dr. Maria Avelina Hesketh. RECORRIDO/RECLAMANTE: HILDA ELIZABETH SOUTO DE VASCONCELOS OLIVEIRA. Dr. Maria de Lourdes Ataíde. RELATOR: Juiz Teobaldo Sarmento. REVISOR: Juiz Edilsimo Bentes. ORIGEM: 28 JCI de Belém.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 21/95
PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS

Pelo presente Edital fica notificado a Empresa AMAZÔNIA NORTE S/A - AMAZÔNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCA, atualmente, em lugar incerto e não sabido, Agravada do Processo TRT AREG-5197/94, em que são partes: ROBERVAL MÁRIO RODRIGUES DE LIMA, Agravante e AMAZÔNICA NORTE S/A - AMAZÔNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCA, Agravada, para contra-arrazoar o Recurso Ordinário, querendo.

Feito na Seção de Processos da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos quatro dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e cinco.

Maria Tomázia Santos Duarte
MARIA TOMÁZIA SANTOS DUARTE
Chefa da Seção de Processos

Acordãos da 1ª Turma
(386 à 510/95)

ACORDÃO Nº 386/95
PROCESSO TRT ED 9280/94
RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : EMBRACE-EMPRESA BRASIL CENTRAL
Advogado(s) : Dr.(a) Samuel Teixeira da Silva
EMBARGADO(S) : RAIMUNDO DOS MARTÍRIOS SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Dr. Miguel Pereira

EMENTA : A expressão "mantido o r. decisório em demais termos" já incluiu a manutenção das custas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos de declaração e declarar que em relação ao V. Acórdão embargado são mantidas as custas fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 387/95

PROCESSO TRT ED 9510/94

RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio C. Bernardes Filho
EMBARGADO(S) : JOSÉ NASCIMENTO
Advogado(s) : Dr.(a) Olga Bayma

EMENTA : Não se conhece dos embargos de declaração quando apócrifos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer dos embargos de declaração porque apócrifos.

ACORDÃO Nº 388/95

PROCESSO TRT ED 9279/94

RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : ORMINDO SARDINHA VASCONCELOS
Advogado(s) : Dr.(a) Joaquim Lopes de Vasconcelos
EMBARGADO(S) : MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A
Advogado(s) : Margalida Carvalho

Elaineza F. da Silva



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 4

0261

ANO CIII — 105º DA REPÚBLICA — Nº 27.941

BELEM — TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

EMENTA : Não havendo omissão a suprir, devem ser rejeitados os embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos mas os rejeitar por não haver omissão; e por considerá-los nitidamente protelatórios, aplicar a multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC.

ACORDÃO Nº 389/95 PROCESSO TRT ED 9511/94

RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
DEMANDANTE(S) : MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Margarida Maria R. Carvalho
EMBARGADO(S) : ORMINDO SARDINHA VASCONCELOS
Advogado(s) : Dr.(a) Joaquim Lopes de Vasconcelos

EMENTA : Evidentes erros de grafia ou equívocos manifestos podem ser corrigidos de ofício. Inteligência do art. 833 Consolidado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos de declaração e os acolher para declarar que a expressão "mantenho a r. decisão em seus demais termos", na conclusão do voto deve ser substituída pela seguinte: "julgando a reclamatória totalmente improcedente".

ACORDÃO Nº 390/95 PROCESSO TRT ED 117/95

RELATOR(A) : JUIZ AGUIBALDO ALCANTARA
EMBARGANTE : MASUL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Rosângela Coelho de Souza e outro

EMBARGADO(S) : SUELY SOCORRO SOUZA OLIVEIRA E OUTRA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavali e outra

EMENTA : Havendo omissão no v. acórdão embargado, dá-se provimento aos embargos declaratórios para saná-la.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos declaratórios e os acolher para sanar a omissão apontada, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 391/95 PROCESSO TRT ED 182/95

RELATOR(A) : JUIZ AGUIBALDO ALCANTARA
EMBARGANTE(S) : JOSÉ GILBERTO GUEDES TAVARES
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti Mattos e outros

EMBARGADO(S) : COMPANHIA DAS DOCAS DO PARÁ - CDP

EMENTA : Rejeita-se os embargos declaratórios opostos quando não há o que sanar na decisão embargado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos, mas os rejeitar, por nada haver a sanar no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 392/95 PROCESSO TRT ED 0569/95

RELATOR(A) : FERNANDO NUNES
EMBARGANTE(S) : CARLOS CARDOSO PINHO
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti Mattos
EMBARGADO(S) : DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN

Advogado(s) : Dr.(a) Gilberto Pimentel Pereira Guimarães e outros

EMENTA : Não se conhece do embargos de declaração quando a pessoa inabilitada nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer dos embargos, porque suscitado por pessoa sem habilitação nos autos.

ACORDÃO Nº 393/95 PROCESSO TRT ED 9724/94

RELATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
EMBARGANTE(S) : SACRAMENTA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo R. F. de Oliveira
EMBARGADO(S) : CAMILO MOTA DE SOUZA E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Silvio Damasceno

EMENTA : O Juiz está obrigado a fundamentar sua decisão, mas não a responder cada uma das alegações das partes.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos embargos, mas os rejeitar por nada haver a esclarecer ou suprir.

ACORDÃO Nº 394/95 PROCESSO TRT RO 803/94

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELEM
PROLATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE(S) : MARIA DO CARMO MOUSINHO DE SOUSA
Advogado(s) : Dr.(a) Pedro Rodrigues da Silva

RECORRIDO(S) : IRMÃOS BOCHNER LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco Nunes Salgado e outras

EMENTA : Norma jurídica que impede aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende a direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; ratificar com base em iterativa jurisprudência do Tribunal Pleno a inconstitucionalidade dos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89; no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz relator, dar provimento ao recurso para, reformando a r. decisão recorrida, deferir a reclamante as diferenças decorrentes da URPF/FEV/89 limitadas a 31.01.90. Custas pela reclamada calculadas sobre R\$500,00, na quantia de R\$10,00. Prolatá o acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 395/95 PROCESSO TRT RO 1177/94

ORIGEM : 7a. JCJ DE BELEM
PROLATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE(S) : JOSÉ CÂNDIDO BOTEZELI
Advogado(s) : Dr.(a) José Maria de Castro Castilho
RECORRIDO(S) : LOCADORA BELAUTO LTDA E BELAUTO BELEM AUTOMÓVEIS LTDA

EMENTA : Norma jurídica que impede a aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende a direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, ratificar a iterativa jurisprudência do Tribunal Pleno quanto a inconstitucionalidade do item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz relator, dar provimento ao recurso para deferir ao reclamante a parcela referente ao IPC/MARÇO/90, limitada à data base. Prolatá o acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 396/95 PROCESSO TRT RO 8841/93

ORIGEM : 5ª JCJ DE BELEM
PROLATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE : BENEFICÊNCIA NIPO BRASILEIRA DA AMAZÔNIA
Advogado : Dr. Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade e outros

RECORRIDO : MARIA DE NAZARÉ BERNARDES CORDEIRO
Advogada: Drs. Emanuel Medeiros de Miranda e Jader Nilson da Luz Dias e outros
: OS MESMOS

EMENTA : Norma jurídica que impede a aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende a direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar a iterativa jurisprudência do Tribunal Pleno quanto ao § 4º do art. 8º do Decreto-lei 2335/87 e arts. 5º e 6º da Lei 7730/89; por maioria de votos vencido o Exmo. Juiz relator, manter a sentença quanto as diferenças da URPF/FEV/89; ainda por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso do reclamado para limitar as diferenças relativas ao Plano Bresser, vencido em parte o Exmo. Juiz Relator que excluía da condenação essas diferenças; à unanimidade, negar provimento ao recurso do reclamante. Prolatá o acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 397/95 PROCESSO TRT REX OFF 10.112/93

ORIGEM : JCJ DE ALMEIRIM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO S. FILHO
RECLAMANTE(S) : GENESIA DE SOUSA PERNA
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Guarim T. Filho

EMENTA : Servidor Público - Contratação sem concurso - nulidade. É nula a contratação do servidor público sem concurso a partir da CF/88, ressalvadas as hipóteses previstas no texto Constitucional (CF, art. 37, II e § 2º).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e dar-lhe provimento para, reformar em parte a decisão recorrida, declarar a nulidade da contratação da reclamante, com efeito "ex tunc", e excluir da condenação as parcelas deferidas, exceto a de diferença salarial. Determinar o envio de peças do processo ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências cabíveis. Custas pela reclamante, calculadas sobre R\$500,00, no importe de R\$10,00, de que fica isenta de pagar.

ACORDÃO Nº 398/95 PROCESSO TRT RO 6.000/94

ORIGEM : 9a. JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros
RECORRIDO(S) : J.B. LOTERIAS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Roberto Mendes Ferreira

EMENTA : Não se deve aplicar, no processo trabalhista, o preceito constante do art. 16 do CPC, tendo em vista a situação do reclamante - de hipossuficiente - valendo observar, por outro lado, o princípio processual de tratamento igualitário às partes, donde não se pode aplicar tal penalidade processual, também à reclamada.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de nulidade do processo por cerceamento de defesa, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, modificando em parte a sentença, excluir a condenação relativa à penalidade por litigância de má-fé imposta ao reclamante, manter a r. decisão recorrida nos seus demais termos.

ACORDÃO Nº 399/95 PROCESSO TRT RO 8139/93

ORIGEM : 7a. JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
RECORRENTE(S) : DUARTE SANTOS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Landry Ferreira Amorais
RECORRIDO(S) : PAULO CÉSAR SILVA DE OLIVEIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Miguel Angelo Silva de Cansanção Pereira

EMENTA : De recurso deserto não se conhece.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso porque deserto.

ACORDÃO Nº 400/95 PROCESSO TRT RO 941/94

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECORRENTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS NO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Mary Cohen e outros
RECORRIDO(S) : SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
Advogado(s) : Dr.(a) Marco Antônio F. da Silva

EMENTA : SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL DO SINDICATO. É assegurada às entidades sindicais a faculdade, como substitutos processuais, pleitearem em juízo, independentemente da outorga de poderes dos integrantes da categoria profissional que representem, o pagamento de reajustes salariais.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, afastada a inépcia da inicial e ilegitimidade de parte do Sindicato reclamante, determinar a baixa dos autos à MM. Junta de origem para que aprecie as demais questões debatidas nos autos, como entender de direito.

ACORDÃO Nº 401/95 PROCESSO TRT RO 8834/93

ORIGEM : 9a. JCJ DE BELEM
PROLATOR(A) : JUIZ HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE(S) : A. PINHEIRO PAPELARIAS S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Maria da Glória da Silva Maroja e outros
RECORRIDO(S) : LEONILDES SANTOS DE CARVALHO
Advogado(s) : Dr.(a) Walter Nogueira da Silva

EMENTA : Norma jurídica que impede a aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende a direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; ramificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmo. Juiz Relator, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida. Custas como no primeiro grau. Prolatá o acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 402/95 PROCESSO TRT RO 6083/94

ORIGEM : 11ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUIZ LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : PAULO NONATO FERREIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Marcelo Silva de Freitas e outros

Advogado(s) : TABA-TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS DA BACIA AMAZÔNICA S/A
: Dra. Simone Maria Pádua Pires e outros

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

TA : Mantém-se sentença que solucionou, com todo o que foi trazida a juízo para julgamento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos, mas negar-lhes provimento para confirmar, integralmente, a r. sentença recorrida. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 403/95**PROCESSO TRT RO 644/94**

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
PROLATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
RECORRENTE(S) : BERNARDO LEAL DA CRUZ
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli e outra
Advogado(s) : Dr.(a) Ediléa Rodrigues Valério dos Santos e outros
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Devem ser compensados os reajustes salariais concedidos, através de termos aditivos às convenções coletivas de trabalho, a título de reposição das perdas do chamado "Plano Collor".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao inciso I do art. 2º do Decreto-lei nº 2.425/88 e ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, dar provimento parcial aos recursos; ao da reclamada para excluir da condenação a incidência da diferença salarial decorrente da URP de fevereiro de 89 no adicional noturno, por maioria de votos, excluir a incidência das diferenças salariais da URP de fevereiro/89 nos 40% do FGTS, vencidos os Exmos. Juizes Relator e Agulnaldo Alcântara; ao do reclamante, pela maioria, para manter na sentença a limitação relativa à URP de fevereiro/89 e incluir na condenação as diferenças do IPC de março/90 às datas-base; à unanimidade, determinar a compensação com os reajustes concedidos nos termos aditivos, mantendo a sentença em seus demais termos. Custas pela reclamada no valor de R\$10,00 e das sobre R\$500,00. Prolatara o Acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 404/95**PROCESSO TRT RO 10669/93**

ORIGEM : 6a. JCJ DE BELÉM
PROLATOR(A) : JUIZ HERMES AFONSO
RECORRENTE(S) : JOÃO CRUZ GUIMARÃES
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cavalli e outra
RECORRIDO(S) : FUNDAÇÃO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Ophir F. Cavalcante Jr. e outros

EMENTA : Norma Jurídica que impede aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende a direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de nulidade de sentença, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, dar provimento ao recurso para deferir ao reclamante as diferenças da URP/FEV/89 e IPC/MARÇO/90; vencidos em parte os Exmos. Juizes Relator e Revisor, que limitavam a condenação à data-base; à unanimidade, manter a sentença em seus demais termos. Custas pela reclamada sobre R\$1.000,00, na quantia de R\$20,00. Prolatara o Acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 405/95**PROCESSO TRT RO 0544/94**

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
PROLATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
RECORRENTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Deusdedit Freire Brasil e outros
Advogado(s) : JORGE EPIFANIO DE AZEVEDO
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Reajusta-se a sentença face a decisão da maioria do Colegiado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juizes Domenico Falesi e Hermes Tupinambá Neto, dar provimento ao recurso para, reformando a decisão recorrida, deferir ao reclamante as diferenças salariais decorrentes do IPC de março/90 limitadas até a data-base - maio/90, vencidos a Presidência e o Exmo. Juiz Agulnaldo Alcântara. Prolatara o Acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 406/95**PROCESSO TRT RO 8539/93**

ORIGEM : 7a. JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
RECORRENTE(S) : LEONOR DOS REIS RODRIGUES
Advogado(s) : Dr.(a) Emmanuel Sousa da Silva
Advogado : J. B. LOTERIAS LTDA
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Preenchidos os requisitos previstos no art. 3º da CLT, há que se reconhecer a existência do vínculo empregatício entre as partes.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de carência de ação, suscitada pela reclamada, por falta de amparo legal, no mérito, sem

divergência, negar-lhes provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 407/95**PROCESSO TRT RO 9872/93**

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
PROLATOR(A) : JUIZA HERMES TUPINAMBÁ NETO
RECORRENTE(S) : CLEBER NEWTON VELASCO
Advogado(s) : Dr.(a) Mário Brandão de Oliveira
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ANANINDEUA - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Hildenor H. de A. Franco

EMENTA : A aprovação em concurso público é requisito indispensável para o ingresso no serviço público, de acordo com o art. 37, II, da CF.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, dar-lhe parcial provimento para deferir ao reclamante apenas o salário retido de forma simples de janeiro/maio/93; mantida a sentença em seus demais termos, inclusive quanto às custas. Prolatara o Acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 408/95**PROCESSO TRT RO 5.937/94**

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : RAIMUNDO FRANCISCO DOS ANJOS
Advogado(s) : Dr.(a) José Ronaldo Loureiro de Lima
RECORRIDO(S) : MANOEL BARBOSA
Advogado(s) : Dr.(a) David Cruz Araújo e outros

EMENTA : Mantém-se a r. decisão recorrida que, diante do que foi produzido na instrução processual, concluiu pela inexistência de vinculação de emprego entre as partes do processo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso suscitada em contramutua, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar, integralmente, a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 409/95**PROCESSO TRT RO 5997/94**

ORIGEM : 9a. JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : PEDRO SANTANA FONSECA
Advogado(s) : Dr.(a) Marly Costa da Silveira Baena e outros
RECORRIDO(S) : MONTAGENS INDUSTRIAIS E CONSTRUÇÃO CIVIL
Advogado(s) : Dr.(a) Iracildes Holanda de Castro

EMENTA : Relação de emprego - Trabalho em atividade essencial da empresa.

I - Serviço prestado, já pela segunda vez, em atividade essencial ao ramo empresarial da reclamada, por período até bastante longo, caracteriza o trabalho capaz de levar ao conhecimento da vinculação de emprego, conforme ocorreu no presente caso.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, reformando a r. decisão recorrida, reconhecer provada a relação de emprego entre as partes conforme a fundamentação, determinando a remessa dos autos à MM. Junta de origem, para julgar o mérito da reclamação como entender de direito. Custas a final.

ACORDÃO Nº 410/95**PROCESSO TRT RO 6.250/94**

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : ANA MARIA LOBATO
Advogado(s) : Dr.(a) Rosália de Almeida e Silva
RECORRIDO(S) : SAPATARIA DA SORTE LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Iracildes Holanda de Castro

EMENTA : Não tendo sido provada a alegação de desvio de função, feita na inicial, não se pode deferir diferença de salário e demais pleitos a isso vinculados, pelo que é de manter-se a decisão recorrida, que concluiu pela improcedência da reclamação.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar, integralmente a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 411/95**PROCESSO TRT RO 6383/94**

ORIGEM : 5ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : VANIA GORETI DO ESPÍRITO SANTO PINTO
Advogado(s) : Dr.(a) Ulbratan de Aguiar e outros
RECORRIDO(S) : DISCOM DISTRIBUIDORA DE COMESTÍVEIS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Otávio L. Paiva Rodrigues

EMENTA : Se é alegado, na defesa, período de experiência por 60 dias e o empregado trabalhou mais que isso (no caso 62 dias), o contrato a prazo determinado transformou-se em indeterminado, donde a procedência das parcelas relativas a esse tipo de pacto laborativo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença, deferir à reclamante as parcelas de aviso prévio, de férias proporcionais e gratificação natalina proporcional e de FGTS (diferenças) mais 40%; manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 412/95**PROCESSO TRT RO 6299/94**

ORIGEM : 11ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : EDUARDO CASTRO DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli e outros
RECORRIDO(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Débora de Aguiar Queiroz e outros

EMENTA : A prescrição trintenária de que trata o Enunciado 95/TST, diz respeito ao recolhimento dos depósitos normais do FGTS, não quando se trata de incidência sobre parcelas discutíveis como horas extras, por exemplo. O direito para reclamar essa parcela de horas extras ou diferenças a respeito dela prescreve nos prazos previstos no art. 7º, XXIX, da CF/88. Logo, esses prazos é que devem ser considerados quando a discussão é sobre falta de recolhimento para o Fundo de Garantia, relativamente a vantagens como a referida.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do presente recurso, porém, não lhe dar provimento, manter, consequentemente, a r. decisão recorrida. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 413/95**PROCESSO TRT RO 6356/94**

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : VALENTIN DOS SANTOS COSTA
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Alberto Prestes de Brito e outros
RECORRIDO(S) : TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Hildenor Helker de Aguiar Franco e outros

EMENTA : Mantém-se sentença que solucionou, com acerto, a hipótese submetida a juízo para julgamento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar, integralmente, a r. sentença recorrida. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 414/95**PROCESSO TRT RO 8280/93**

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
RECORRENTE(S) : PARADIESEL S/A - VEÍCULOS E MOTORES
Advogado(s) : Dr.(a) Manoel José Monteiro Siqueira e outra

Advogado(s) : JOSÉ ARTHUR DIAS DE OLIVEIRA
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Membro da Cipa - Renúncia à estabilidade. Se o reclamante assinou o pedido de demissão, há que se reconhecer a renúncia à estabilidade a que teria direito como membro da CIPA, não havendo provas da alegação de coação sofrida.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 415/95**PROCESSO TRT RO 6838/94**

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : BANCO PONTUAL
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Alberto Ferro e Silva e outros
RECORRIDO(S) : JANETE DO SOCORRO CARNEIRO GOMES
Advogado(s) : Dr.(a) Sérgio Victor Saraiva Pinto e outros

EMENTA : Diferenças da URP de fevereiro/89 - Direito adquirido. Há direito adquirido do trabalhador brasileiro ao índice da URP de fevereiro/89, expurgado de seu salário, indevidamente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; determinar o desentranhamento da contramutua de fls. 153; rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa "ad causam" do Sindicato, por falta de amparo legal; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar, integralmente, a r. decisão recorrida, vencido em parte o Exmo. Juiz Revisor que limitava as diferenças concedidas às respectivas datas-base. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau, feita a conversão para a nova moeda.

ACORDÃO Nº 416/95**PROCESSO TRT REX OFF 10.426/93**

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO FILHO
RECLAMANTE(S) : MARIA DE NAZARÉ DA SILVA LEAL
Advogado(s) : Dr.(a) Gilberto Firmino Martins
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ARARI - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Leandro Jorge Lima de Souza

EMENTA : Comprovada a contratação da reclamante, anterior ao advento da Constituição Federal/88, não há que se falar em nulidade da contratação.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício, e dar-lhe provimento para reformar em parte a r. decisão recorrida, excluindo da condenação a ade férias referente aos períodos aquisitivos anteriores à sua fundação; mantida a r. sentença em seus demais termos. Custas como no 1º grau.

ACORDÃO Nº 417/95**PROCESSO TRT REX OFF 5038/94**

ORIGEM : 7ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : CARLOS ANTONIO FARIAS SALES
Advogado(s) : Dr.(a) Maria do Socorro M. de Paiva Neves
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE BELÉM - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio dos Reis Pereira e outros

EMENTA : FGTS - MUDANÇA DO REGIME - É devido o FGTS pela mudança do regime do servidor celetista para estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e carência de ação, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 418/95**PROCESSO TRT REX OFF 5452/94**

ORIGEM : 1ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : RAIMUNDO MACHADO DIAS E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Dorival Indaiassu de Souza Neto
RECLAMADO(S) : FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Sérgio Ferreira de Souza

EMENTA : FGTS - MUDANÇA DO REGIME - É devido o FGTS pela mudança do regime do servidor celetista para estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e ilegitimidade passiva "ad causam", por falta de amparo legal; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 419/95**PROCESSO TRT REX OFF 4444/94**

ORIGEM : JCI DE CONCEIÇÃO ARAGUAIA
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : JOSÉ COELHO DE SANTANA
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE XINGUARA - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO - CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO-NULIDADE. É nula a contratação do servidor público sem concurso a partir da CF/88, ressalvadas as hipóteses previstas no texto Constitucional (CF, art. 37, II e § 2º).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Presidente, a Egrégia Turma dar-lhe provimento para, reformar a r. sentença recorrida, declarar a nulidade da contratação do reclamante e excluir da condenação as parcelas deferidas. Determinar o envio de peças do processo ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências cabíveis. Custas pelo reclamante, calculadas sobre R\$500,00, no importe de R\$10,00, do que fica isento de pagar.

ACORDÃO Nº 420/95**PROCESSO TRT REX OFF 4592/94**

ORIGEM : JCI DE SANTARÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECLAMANTE(S) : ROSICLEIDE FERREIRA MACIEL
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : Confirma-se decisão que bem dirimiu a controvérsia dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e rejeitar a arguição de nulidade da contratação, feita pelo Ministério Público, por falta de amparo legal; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 421/95**PROCESSO TRT REX OFF 4911/94**

ORIGEM : JCI DE ÓBIDOS
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : RAIMUNDO LUIZ PEREIRA DE BARROS
Advogado(s) : Dr.(a) Edilberto de Souza Matos

RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE ÓBIDOS - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : JUSTA CAUSA - A dispensa quando motivada nos termos do art. 462, da CLT deve ser cautelosa e robustamente fundamentada, haja vista, serem estas as causas mais graves concernentes à pessoa do empregado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e rejeitar a arguição de nulidade da contratação, feita pelo Ministério Público, por falta de amparo legal; no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Presidente, dar provimento aos recursos para, reformar a r. sentença recorrida, declarar a nulidade da contratação do reclamante e julgar a reclamação improcedente. Determinar o envio de peças do processo ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas dos Municípios para que sejam tomadas as providências cabíveis. Custas pelo reclamante, calculadas sobre R\$500,00, no importe de R\$10,00, do que fica isento de pagar.

ACORDÃO Nº 422/95**PROCESSO TRT REX OFF 4942/94**

ORIGEM : 1ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : ENILDE MARIA DA SILVA LIMA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Madalena Garcia Quintes e outros
RECLAMADO(S) : FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

EMENTA : FGTS - MUDANÇA DO REGIME - É devido o FGTS pela mudança do regime do servidor celetista para estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e ilegitimidade passiva "ad causam", por falta de amparo legal; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 423/95**PROCESSO TRT REX OFF 2986/94**

ORIGEM : JCI DE ITAITUBA
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : INES DE OLIVEIRA NOGUEIRA
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE ITAITUBA - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : Confirma-se decisão que bem dirimiu a controvérsia dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e rejeitar a arguição de nulidade da contratação, feita pelo Ministério Público, por falta de amparo legal; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 424/95**PROCESSO TRT REX OFF 3510/94**

ORIGEM : JCI DE ÓBIDOS
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : NOEME NASCIMENTO DA CUNHA
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ÓBIDOS - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : Confirma-se decisão que bem dirimiu a controvérsia dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e rejeitar a arguição de nulidade da contratação, feita pelo Ministério Público, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º grau.

ACORDÃO Nº 425/95**PROCESSO TRT REX OFF 3512/94**

ORIGEM : JCI DE ÓBIDOS
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : RAIMUNDO LUIZ MARQUES DOS SANTOS
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE ÓBIDOS - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO - CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO-NULIDADE. É nula a contratação do servidor público sem concurso a partir da CF/88, ressalvadas as hipóteses previstas no texto Constitucional (CF, art. 37, II e § 2º).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e dar-lhe provimento para, reformar em parte a r. sentença recorrida, declarar a nulidade da contratação do reclamante e excluir da condenação as parcelas deferidas. À exceção do salário retido em dobro, 10 dias. Determino o envio de peças do processo ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências cabíveis. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 426/95**PROCESSO TRT REX OFF 3649/94**

ORIGEM : JCI DE CONCEIÇÃO ARAGUAIA
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECLAMANTE(S) : RAIMUNDO NONATO BANDEIRA
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
Advogado(s) : Dr.(a) José Daniel Oliveira da Luz e outros

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO - CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO-NULIDADE. É nula a contratação do servidor público sem concurso a partir da CF/88, ressalvadas as hipóteses previstas no texto Constitucional (CF, art. 37, II e § 2º).

ACORDÃO Nº 427/95**PROCESSO TRT REX OFF 375/94**

ORIGEM : JCI DE TUCURUI
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECLAMANTE(S) : FRANCISCO GERÔNIMO PEREIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Luis M. Mota
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : Confirma-se decisão que bem dirimiu a controvérsia dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos, determinar que seja retificada a capa dos autos, onde deve constar a interposição do recurso voluntário do reclamado; no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Presidente, dar provimento aos recursos para, reformar a r. sentença recorrida, declarar a nulidade da contratação do reclamante e julgar a reclamação improcedente. Determinar o envio de peças do processo ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas dos Municípios para que sejam tomadas as providências cabíveis. Custas pelo reclamante, calculadas sobre R\$500,00, no importe de R\$10,00, do que fica isento de pagar.

ACORDÃO Nº 427/95**PROCESSO TRT REX OFF 375/94**

ORIGEM : JCI DE TUCURUI
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECLAMANTE(S) : FRANCISCO GERÔNIMO PEREIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Luis M. Mota
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : Confirma-se decisão que bem dirimiu a controvérsia dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 428/95**PROCESSO REX OFF 1971/94****ORIGEM : JCI DE CASTANHAL**

RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECLAMANTE(S) : ANTONIO MONTEIRO DE MEDEIROS
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Sérgio Antônio Silva Melo

EMENTA : Confirma-se decisão que bem dirimiu a controvérsia dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício e rejeitar as preliminares de ilegitimidade de parte, por falta de amparo legal; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 429/95**PROCESSO TRT REX OFF 1972/94**

ORIGEM : JCI DE CASTANHAL
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECLAMANTE(S) : ESMELINO ELERES DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Rui Evaldo da Cruz
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE MARAPANIM - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) José Clóvis Bastos

EMENTA : Confirma-se decisão que bem dirimiu a controvérsia dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 430/95**PROCESSO TRT REX OFF E RO 8075/93**

ORIGEM : JCI DE MACAPÁ
RELATOR(A) : DOMENICO FALESI
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS

Advogado(s) : Dr.(a) Wagner Fernando da Silva
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : DINA DE SOUZA MARTINS E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Alberto dos Santos

EMENTA : Reajusta-se a sentença à luz da lei e das provas dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao inciso II, § 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, dar provimento parcial ao recurso para determinar que a incidência das diferenças salariais do IPC de março/90 seja a partir de abril/90; por maioria de votos, manter a r. decisão em seus demais termos, vencido o Exmo. Juiz Relator que limitava referidas diferenças até 11.12.90. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 431/95**PROCESSO TRT RO 595/94**

ORIGEM : 7ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
RECORRENTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS NO ESTADO DO PARÁ - SINDPD - PA
Advogado(s) : Dr.(a) Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen e outros
RECORRIDO(S) : SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
Advogado(s) : Dr.(a) Marta Maria Marques de Araújo e outros

EMENTA : O art. 7º, XXIX "a" da Constituição Federal tem aplicação imediata e geral, alcançando as situações jurídicas preconstituídas e ainda não consumadas sob o império da norma precedente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, afastada a prescrição, determinar a baixa dos autos à MM. Junta de origem para o exame das parcelas reclamadas, como entender de direito.

ACORDÃO Nº 432/95**PROCESSO TRT RO 7875/93**

ORIGEM : 1ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA LYGIA OLIVEIRA
RECORRENTE(S) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA
Advogado(s) : Dr.(a) Rui Guilhem Coutinho
RECORRIDO(S) : JOSÉ RAIMUNDO COSTA DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Hildonir Nogueira de Aguiar Franco

EMENTA : Devidas as indenizações por diferenças decorrentes do chamado Plano Collor 1990 de março/90, o qual, ao expurgar dos reajustes salariais índice inflacionário já usado por órgão oficial, violou o princípio constitucional do direito à estabilidade.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício e rejeitar a arguição de nulidade da contratação, feita pelo Ministério Público, por falta de amparo legal; no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, negar provimento ao recurso, mantendo em todo os seus termos a r. decisão recorrida. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau. Precedeu o Acórdão o Exmo. Juiz Relator.

ACORDÃO Nº 433/95**PROCESSO TRT RO 10.206/93**

ORIGEM : 7ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : OSVALDO CARVALHO
Advogado(s) : Dr.(a) Simão Isaac Banzecy

ENASA-EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado : Dr. Francisco de Assis Carvalhais Rodrigues
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : ABONO SALARIAL DE DEZEMBRO DE 1991 - CABIMENTO - A remuneração global do reclamante no mês de dezembro de 1991 era superior ao teto estabelecido pelo artigo 1º da Lei 8278/81 para a concessão do abono salarial nesse mês. Não importa, entretanto, que a remuneração total do reclamante seja superior àquela limite, pois a lei se refere a salário e não a remuneração. A respeito, o artigo 457 da CLT faz nítida distinção entre a natureza jurídica dos dois institutos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer de ambos os recursos; sem divergência, dar-lhe provimento parcial ao da reclamada para excluir da condenação as parcelas de aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário proporcional; ao do reclamante para incluir na condenação a diferença de férias simples 90/91 com o adicional de 1/3, abono salarial de dezembro e do 13º salário de 1991 e correção monetária sobre os salários de setembro, outubro e novembro de 1991 e das férias 90/91, mantida a r. decisão nos seus demais termos. Custas pela reclamada de R\$10,00 sobre R\$500,00.

ACORDÃO Nº 434/95 PROCESSO TRT RO 1125/94

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
PROLATOR : HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE : ATALAIA VEÍCULOS LTDA
Advogado : Dr. Manoel José Siqueira e outros

Advogado : NELSON AMORIM DE CARVALHO (R. Adesivo)
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA : Norma jurídica que impede a aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende o direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso da reclamada; por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Presidente, conhecer do recurso adesivo do reclamante; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, negar provimento ao recurso da reclamada e dar provimento ao recurso do reclamante para excluir da condenação a limitação imposta à URP/FEV/89. Prolatará o acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 435/95 PROCESSO TRT RO 895/94

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
PROLATOR : HERMES TUPINAMBÁ
RECORRENTE : BRASIL BETON S/A
Advogado : Dr. Vanilson Ferreira Hesketh e outros

Advogado : HENRIQUE DOS SANTOS DE SOUZA (R. ADESIVO)
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA : Norma jurídica que impede a aplicação de reajuste salarial, assegurado por legislação anterior, ofende o direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso da reclamada; por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Presidente, conhecer do recurso adesivo do reclamante; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, negar provimento aos recursos para confirmar integralmente a r. sentença recorrida, inclusive quanto às custas. Prolatará o acórdão o Exmo. Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 436/95 PROCESSO TRT AI 7163/94

ORIGEM : 9a. JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
AGRAVANTE(S) : BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Jorge Luiz Soares Santos e outros
AGRAVADO(S) : LÚCIO RIBEIRO DOS PRAZERES E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) José Carlos de Souza Lima Incabível na espécie.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do agravo de instrumento, porque incabível na espécie. Conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 437/95 PROCESSO TRT AI 6530/94

ORIGEM : 11ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
AGRAVANTE(S) : JONAS DA SILVA FREIRE
Advogado(s) : Dr.(a) Sirairá Souza Silau
AGRAVADO(S) : SABINO OLIVEIRA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Fernando Guaracio da Luz

EMENTA : Deve ser obedecido o prazo legal para a comprovação do pagamento das custas, até porque há que constatar-se se houve o cumprimento de um dos pressupostos objetivos do admissibilidade do recurso.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo mas negar-lhe provimento para confirmar o despacho agravado.

ACORDÃO Nº 438/95 PROCESSO TRT AI 6319/94

ORIGEM : JCJ DE CASTANHAL
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
AGRAVANTE(S) : AGROPECUÁRIA HAKONE S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Benedito Marques da Rocha
AGRAVADO(S) : FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA

EMENTA : O depósito para efeito de recurso ordinário deve ser efetuado em conta vinculada, em obediência ao que determina o § 4º do art. 899 da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo, mas negar-lhe provimento para confirmar a decisão recorrida.

ACORDÃO Nº 439/95 PROCESSO TRT AI 6316/94

ORIGEM : 11ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
AGRAVANTE(S) : ANTONIO GUIMARÃES MEIRELES
Advogado(s) : Dr.(a) Nicholas Alexandre Campolongo
AGRAVADO(S) : JOÃO DAS NEVES LOUREIRO

EMENTA : Para interposição de recurso ordinário o pedido de isenção de custas deve ser dirigido ao MM. Juízo de 1º Grau, pois o exame da isenção pleiteada diretamente a esta Corte importaria em supressão de instância.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo, mas negar-lhe provimento para confirmar o r. despacho agravado.

ACORDÃO Nº 440/95 PROCESSO TRT AI 5938/94

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ ANTONIO CAETANO
AGRAVANTE(S) : JOAQUIM FONSECA NAVEGAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Antonio Carlos Silva Pantoja e outros
AGRAVADO(S) : JOAQUIM MACEDO CORREA
Advogado(s) : Dr.(a) Miguel Gonçalves e outros

EMENTA : DEPÓSITO RECURSAL - EXIGÊNCIA DA LEI NA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE PETIÇÃO - Confirma-se o despacho que negou seguimento ao Agravo de Petição por deserção. O art. 40 da Lei nº 8.177/91 com a redação do art. 8º da Lei nº 8.542/92 impõe que seja efetuado o depósito recursal "a cada novo recurso interposto no decorrer do processo".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo, mas negar-lhe provimento para confirmar o despacho agravado.

ACORDÃO Nº 441/95 PROCESSO TRT RO 10.506/93

ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
RECORRENTE(S) : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM-CODEM
Advogado(s) : Dr.(a) Marcelo Meira Mattos e outros
RECORRIDO(S) : MARIA CONCEIÇÃO MIRANDA DO NASCIMENTO E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Ediléa Valério e outros

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL. Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação dos dispositivos legais referentes aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; determinar o desentranhamento dos documentos de fls. 293/418 e 423/465; rejeitar as preliminares de ilegitimidade de parte, nulidade do processo e nulidade da sentença, por falta de amparo legal; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º, do art. 8º, do Decreto-Lei 2335/87, artigos 5º e 6º, da Lei 7730/89; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença recorrida, reduzir o percentual relativo à diferença da URP de fevereiro para 19,41%, mantida a r. decisão nos seus demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 442/95 PROCESSO TRT RO 1047/94

ORIGEM : JCJ DE ALTAMIRA
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : OCA MINERAÇÃO LTDA
RECORRIDO(S) : SEVERINO CARLOS DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Seno Petri

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL. Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação dos dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; ratificadas as declarações de inconstitucionalidade reiteradamente feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a diferença salarial e repercussões do IPC de abril/90, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 443/95 PROCESSO TRT RO 2731/94

ORIGEM : 7a. JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A - INCA
Advogado(s) : Dr.(a) Ronaldo Gonzaga de Almeida e outro
RECORRIDO(S) : JOAO GOMES SANCOS
Advogado(s) : Dr.(a) Níltes Neves Ribeiro e outro

EMENTA : HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - OUTORGA DE PODERES PELO RECLAMANTE. Descabe o direito a honorários advocatícios quando a petição inicial é feita em papel timbrado do sindicato profissional, mas a outorga de poderes é feita diretamente pelo reclamante. Nesse caso, não houve a assistência efetiva do sindicato de classe.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a parcela da honorários advocatícios. Custas pela reclamada de R\$2,00, calculadas sobre R\$100,00, pelo reclamante de R\$4,00 sobre R\$200,00, das quais fica isento, na forma da lei.

ACORDÃO Nº 444/95 PROCESSO TRT RO 9163/93

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : COESA ENGENHARIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Fernando Correa do Guamá e outros
RECORRIDO(S) : ALUECI SALES
Advogado(s) : Dr.(a) Adalberto Ruy Dias da Silva

EMENTA : MATÉRIA NÃO CONTESTADA - IMPOSSIBILIDADE DE FAZÊ-LO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. A contestação é o momento processual em que a parte deve apresentar todos os argumentos de fato e de direito que são necessários para obstruir a pretensão do autor. O fundamento para redução do valor das férias pagas - número de faltas do reclamante ao trabalho -, não foi trazida na defesa, que é o momento oportuno. Devida a parcela como corretamente decidida a MM. Junta.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação o adicional noturno e reduzir as horas extras para 48 mensais, abatidas as que foram pagas, mantendo a r. sentença nos demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 445/95 PROCESSO TRT RO 1479/94

RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : JOSÉ CHAVES DE LIMA
Advogada : Dra. Vilma Aparecida de Souza Chavaglia e outra

Advogado(s) : SOCÓCO S/A - AGROINDÚSTRIAS DA AMAZÔNIA
Advogado(s) : Dr.(a) Tony Nakauchi de Souza

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL. Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação dos dispositivos legais referentes aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer de ambos os recursos. Ratificadas as declarações de inconstitucionalidade reiteradamente feitas pelo Tribunal Pleno - dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, quanto ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência dar-lhe parcial provimento a ambos: ao da reclamada para reduzir os percentuais relativos à URP de fevereiro/89, conforme a fundamentação, e ao do reclamante para excluir as limitações relativas à URP de fevereiro/89 e ao IPC de março/90, mantida a r. sentença em seus demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 446/95 PROCESSO TRT RO 199/94

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : EZEQUIAS FAVACHO DE CASTRO
Advogado(s) : Dra. Maria José Cabral Cavalli e outra
RECORRIDO(S) : J. CRUZ ENGENHARIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Luisa Gouveia Pereira

EMENTA : IPC DE MARÇO/90 - ADMISSÃO POSTERIOR AO INÍCIO DO CÔMPUTO DA INFLAÇÃO. Não faz jus ao reajuste salarial decorrente do IPC de março/90 o empregado que foi admitido antes do término do período em que foi medida a inflação que proporcionaria o acréscimo salarial no mês de abril/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificadas as declarações de inconstitucionalidade reiteradamente feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a sentença recorrida. Custas conforme fixadas no Primeiro Grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 447/95 PROCESSO TRT RO 190/94

ORIGEM : 10a. JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : MARIA SUELI BENCHIMOL BRITO
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco Soares Napoleão e outra
RECORRIDO(S) : ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

EMENTA : SENTENÇA - LIMITES DA LIDE-RELAÇÃO DE EMPREGO. A r. sentença enveredou por um caminho fora das balizas da "litiscontestatio", apesar de que linhas que delimitam a investigação processual, e necessariamente a fundamentação da sentença, são aquelas traçadas pelas partes na inicial e na contestação. Não poderia, portanto, o MM. Juízo "a quo" considerar a reclamante carreadora do direito de ação apenas pelo fato de que ela ainda não possuía a graduação no curso do magistério, pois estava cumendo o 2º ano, quando tal questão nem sequer foi trazida para parte interessada. Conforme a sempre atual lição de Mário de La Cueva, o contrato de trabalho é um contrato-realidade, valendo para manobra como os formais como é executado, independentemente de qualquer formalismo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento para,

ajustados no período de doze (12) meses anteriores à vigência daquela decisão não forma admitidos para compensação. Havendo transação, relativamente ao Plano Verão/URP de fevereiro/89, deve ser excluída da condenação a parcela.

II - PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL

Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação dos dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; rejeitar as preliminares de nulidade da sentença de embargos e de coisa julgada, argüidas pela reclamada. Ratificadas as declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º, do artigo 2º da MP 154/90, no mérito, negar provimento ao recurso da reclamada e dar provimento parcial ao reclamante para, reformando em parte a sentença, incluir na condenação o ressarcimento de uniforme, nos termos da fundamentação, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º Grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 461/95 PROCESSO TRT RO 9903/93

ORIGEM : 7a. JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : RAIMUNDO ALVES DO NASCIMENTO
Advogado(s) : Dr.(a) Eriene Gonçalves Lima
RECORRIDO(S) : EMPRESA DE TRANSPORTE NOVA MARAMBAIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Mário Sérgio Pinto Costa e outros

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - TRANSAÇÃO - A cláusula primeira, parágrafo único, do Acórdão nº 891/90, refere que houve transação relativamente ao Plano Verão nos aumentos concedidos pelas empresas de 01.05.89 a 30.04.90. E o acórdão nº 4.010/92 faz expressa referência à negociação a propósito das perdas salariais do Plano Verão, por isso que os percentuais ajustados no período de doze (12) meses anteriores à vigência daquela decisão não foram admitidos para compensação. Havendo transação, relativamente ao Plano Verão/URP de fevereiro/89, deve ser mantida a sentença, que assim considerou.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; ratificadas as declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, dar-lhe provimento parcial ao recurso para, reformando em parte a sentença, deferir as parcelas de abono de Natal e incorporação do abono salarial no período de setembro de 1991, com os reflexos, e ainda a diferença salarial decorrente do IPC de março/90 com reflexos no salário de abril desse ano, tudo conforme a fundamentação, mantida a sentença em seus demais termos. Custas pela reclamada, no valor de R\$10,00, sobre R\$500,00.

ACORDÃO Nº 462/95 PROCESSO TRT RO 846/94

ORIGEM : JCI DE TUCURUÍ
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : COMPANHIA REAL AGROINDUSTRIAL
Advogado(s) : Dr.(a) Maria da Serique de Melo e outros
RECORRIDO(S) : JOSÉ DO VALE PANTOJA
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Aparecida de Souza Chavaglia e outra

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL. Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação dos dispositivos legais referentes aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso. Ratificadas as declarações de inconstitucionalidade reiteradamente feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, a maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida, vencido em parte o Exmo. Juiz Revisor que limitava a condenação à data-base. Custas como fixadas no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 463/95 PROCESSO TRT RO 2797/94

ORIGEM : 9a. JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Ediléia Valério e outros
RECORRIDO(S) : JOSÉ ANTONIO DE MELO
Advogado(s) : Dr.(a) Selma Lúcia Lopes Leão

EMENTA : VERBA SALARIAL - COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL - Tratando-se de verba salarial, a comprovação deve ser feita adequadamente, mediante recibo assinado pelo empregado, nos termos do artigo 464 da CLT. Mantém-se a sentença, que assim decidiu.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 464/95 PROCESSO TRT RO 2850/94

ORIGEM : 4a. JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ DOMENICO FALESI
RECORRENTE(S) : LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PINHEIRO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Terezinha de Jesus B. Pinheiro
Advogado(s) : FLORENTINA RODRIGUES PEREIRA DA SILVA
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO DESERTO. COMPROVAÇÃO TARDIA DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. A parte reclamante comprovou o recolhimento do valor das custas de condenação, sob pena de deserção do apelo. Aplicação do § 4º do art.

789 da CLT, em analogia ao artigo 7º da Lei 5584/70, que trata do prazo de comprovação do depósito recursal. Não efetuada a comprovação nesse prazo, considera-se deserto o apelo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer dos recursos: o da reclamada porque deserto e o do reclamante porque, sendo adesivo, está subordinado ao recurso principal.

ACORDÃO Nº 465/95 PROCESSO TRT RO 2801/94

ORIGEM : 11ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : JOSÉ ASSUNÇÃO DO VALE
Advogado(s) : Dr.(a) Eriene Gonçalves Lima
RECORRIDO(S) : TRANSPORTES MARITUBA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Barbosa Costa

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 E IPC MARÇO/90 - INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. Pela própria redação da cláusula mencionada pela reclamada na defesa, vislumbra-se de plano que não se trata de coisa julgada. Se a sentença normativa referente ao Acórdão nº 891/90 diz que a remuneração salarial do Plano Verão foi feita no período de 01.05.89 a 30.04.90, ela não está quitando qualquer perda salarial, mas reconhecendo que houve quitação em outra época, o que não é a mesma coisa, já que fica claro que no V. Acórdão em questão nada se decidiu a respeito do assunto.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a sentença recorrida, determinar a baixa dos autos à MM. Junta de origem, a fim de apreciar o mérito, como de direito.

ACORDÃO Nº 466/95 PROCESSO TRT RO 9099/93

ORIGEM : JCI DE ABAETUBA
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A LITISCONSORTE
Advogado(s) : Dr.(a) Gerson de Oliveira Souza
RECORRIDO(S) : SEBASTIÃO ELIAS DOS SANTOS - Reclamante
Advogado(s) : Dr.(a) Wilma Chavaglia

EMENTA : MASERVA ENGENHARIA LTDA - Reclamada
E
PAULO ACATAUASSU TEIXEIRA (Litiscorrente)
E
OLAVO ACATAUASSU TEIXEIRA (Litiscorrentes)

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a sentença recorrida, determinar a exclusão da lide da litiscorrente ALBRAS, mantendo a r. decisão em seus demais termos. Custas pela reclamada e pelos litiscorrentes no valor de R\$-10,00, calculadas sobre R\$-500,00.

ACORDÃO Nº 467/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 10.440/93

ORIGEM : JCI DE SANTARÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA - Litiscorrente
Advogado(s) : Dr.(a) Rita Moita Pinto da Costa
RECORRIDO(S) : COPAGRO - COMPANHIA PARAENSE DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - Reclamada
Advogado(s) : Dr.(a) Carmen Lúcia Mendes Cunha

EMENTA : PERCILIANO LIMA DA SILVA E OUTROS - Reclamantes
E
COPAGRO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
A responsabilidade do estado será possível, subsidiariamente, quando estiverem esgotados todos os bens da empresa que possam responder pelos direitos trabalhistas dos empregados (artigo 242 da Lei 6404/66 - Lei das Sociedades Anônimas). Se a MM. Junta considerasse o Estado como devedor solidário, ele poderia ser responsabilizado pelos direitos trabalhistas do reclamante antes mesmo de se esgotarem os bens da reclamada. In casu, entretanto, isso não ocorrerá porque a sua responsabilidade, como diz a sentença, é apenas subsidiária.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso e, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 468/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 8308/94

ORIGEM : JCI DE ABAETUBA
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : JOSÉ DAS GRAÇAS RODRIGUES BELÉM - Reclamante
Advogado(s) : Dr.(a) Odival Quaresma
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ABAETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL (Reclamado)

Advogado(s) : Dr.(a) Laudomício Ferreira

EMENTA : DESCONTOS - PREVIDENCIÁRIOS - PREVISÃO LEGAL
Ainda que o Município não promova o repasse das verbas destinadas à Previdência Social, não podem os seus empregados pleitear a devolução dos descontos feitos com essa finalidade porque eles decorrem de lei (CLT, artigo 462), e o Município, cedo ou tarde, terá que prestar contas à Previdência Social.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada e dar provimento parcial à remessa "ex-officio" para, reformando em parte a sentença recorrida, excluir da condenação a liberação do FGTS, determinando que sejam regularizados os depósitos devidos ao reclamante, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 469/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 5050/93

ORIGEM : JCI DE ABAETUBA
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : MARIA AUXILIADORA BARRETO CARDOSO (Reclamante)
Advogado(s) : Dr.(a) Odival Quaresma e outro
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ABAETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL - Reclamado
Advogado(s) : Dr.(a) Laudomício Nazareth de Lima Ferreira

EMENTA : IPC DE MARÇO/90 - SALÁRIO MÍNIMO - INFLUÊNCIA

Com a edição da Medida Provisória nº 154, de 15.03.90, a inocorrência dos reajustes salariais em abril pelo IPC de março de 1990 atingiu também e diretamente o salário mínimo, que não sofreu reajuste nesse mês, embora a legislação anterior garantisse também o seu reajuste automático pelo IPC do mês anterior. E a Medida Provisória nº 154/90 refere-se expressamente ao salário mínimo no item II, do artigo 2º, que vem sendo considerado inconstitucional pelos Tribunais Trabalhistas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos. Ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso necessário e dar provimento parcial ao recurso do reclamante para, reformando em parte a sentença recorrida, deferir as diferenças salariais decorrentes do IPC de março de 1990, com as diferenças consectárias devidas, até 13.12.91, mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 470/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 8306/93

ORIGEM : JCI DE ABAETUBA
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA - Reclamante
Advogado(s) : Dr.(a) Odival Quaresma
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ABAETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL (Reclamado)
Advogado(s) : Dr.(a) Laudomício Ferreira

EMENTA : DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS - PREVISÃO LEGAL

Ainda que o Município não promova o repasse das verbas destinadas à Previdência Social, não podem os seus empregados pleitear a devolução dos descontos feitos com essa finalidade porque eles decorrem de lei (CLT, artigo 462), e o Município, cedo ou tarde, terá que prestar contas à Previdência Social.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamante e dar provimento parcial à remessa "ex-officio" para, reformando em parte a sentença recorrida, excluir da condenação o pagamento do FGTS, determinando que sejam regularizados os depósitos devidos à reclamante, conforme a fundamentação; mantida a sentença em seus demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 471/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 9395/93

ORIGEM : JCI DE ABAETUBA
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : ADEMIR DOS SANTOS CARDOSO E OUTROS (Reclamantes)
Advogado(s) : Dr.(a) Miguel Gonçalves Serra e outro
E
ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN (Reclamado)
Advogado(s) : Dr.(a) Rita Moita Pinto da Costa e outra
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : SUPRESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Constitui alteração contratual unilateral e prejudicial ao empregado, com ofensa ao artigo 468, da CLT a supressão de gratificação de produtividade percebida há mais de doze anos, sem que tivesse havido modificação nas condições de trabalho.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer de todos os recursos e, sem divergência, negar provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os termos. Custas como no 1º Grau, feita a conversão para a moeda em vigor dos recorrentes, ou seja da palavra o lido. Dr. Laudomício Ferreira.

ACORDÃO Nº 472/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 870/94

ORIGEM : JCI DE MACAPÁ
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECLAMANTE(S) : ANTONIA LÚCIA CAMPOS DE MELO
Advogado(s) : Dr.(a) José Antonio Thomaz Neto e outro
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE AFUÁ - PREFEITURA MUNICIPAL

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 4

EMENTA : CONTRATO DE TRABALHO - NULIDADE - EFEITOS

É nulo de pleno direito o ato de contratação ou admissão para o ingresso no serviço público que esteja em desacordo com as normas constitucionais que estipulam condições e requisitos para tal. No caso, a reclamante foi contratada sem aprovação prévia em concurso público, e não se trata de cargo em comissão, hipótese em que é possível a contratação sem a observância daquele requisito.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso necessário; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento, para, declarando nulo o contrato de trabalho da reclamante, julgar totalmente improcedente a reclamação. Outrossim, determinar a remessa das peças necessárias destes autos ao Ministério Público Estadual, para os fins previstos no artigo 37, § 2º da CF/88. Custas pela reclamante, no valor de R\$20,00 calculadas sobre R\$1.000,00, das quais fica isenta, nos termos da lei.

ACORDÃO Nº 473/95
PROCESSO TRT REX OFF 882/94

ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : BENEDITO BANDEIRA DOS SANTOS
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL. Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, relativos à URP de fevereiro/89, uma vez que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial de 26,05% no mês de fevereiro desse ano.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer de ambos os recursos; ratificadas as declarações de inconstitucionalidade reiteradamente feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, dar-lhe provimento para, reformando em parte a sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais decorrentes das URPs de abril e maio de 1988 e suas consequências, bem como o FGTS do período não anotado na CTPS, mantida a r. sentença nos seus demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 474/95
PROCESSO TRT REX OFF 10.937/93

ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECLAMANTE(S) : ROSINEIDE DE OLIVEIRA VALE TRINDADE
Advogado(s) : Dr.(a) José Antonio Thomaz Neto e outros
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE AFUÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Sebastião de Souza Maia

EMENTA : INDENIZAÇÃO ANTIGÜIDADE - MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO
Indevida a indenização de antigüidade referente ao período anterior à Constituição Federal quando houve mudança de regime jurídico de celetista para estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício; sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de liberação do FGTS por mudança de regime e indenização pelo período anterior à opção, tudo conforme a fundamentação, mantendo a r. decisão nos seus demais termos. Custas pela reclamante, de R\$4,00, calculadas sobre R\$200,00, de que, entretanto, fica isenta.

ACORDÃO Nº 475/95
PROCESSO TRT REX OFF 9824/93

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECLAMANTE(S) : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E EM ENTIDADES ASSISTENCIAIS E CULTURAIS NO ESTADO DO PARÁ - SINDEFPA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Salomé Barros Vidal
RECLAMADA(S) : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ - FBESP
Advogado(s) : Dr.(a) Thiago Carlos de Souza Dias

EMENTA : REAJUSTE SALARIAL - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Confirma-se a sentença, que determinou o cumprimento de norma prevista em decisão normativa do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício mas negar-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 476/95
PROCESSO TRT REX OFF 876/94

ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : MARIA DO SOCORRO SOARES CARDOSO
Advogado(s) : Dr.(a) José Antonio Thomaz Neto e outro
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE AFUÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Sebastião de Souza Maia

EMENTA : CONTRATO DE TRABALHO - NULIDADE - EFEITOS
É nulo de pleno direito o ato de contratação ou admissão para o ingresso no serviço público que esteja em desacordo com as normas constitucionais que estipulam condições e requisitos para tal. No caso, a reclamante foi contratada sem aprovação prévia em concurso público, e não se trata de cargo em comissão, hipótese em que é possível a contratação sem a observância daquele requisito.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso necessário; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, declarando nulo o contrato de trabalho da reclamante, julgar totalmente improcedente a reclamação. Outrossim, determinar a remessa das peças necessárias destes autos ao Ministério Público Estadual, para os fins previstos no artigo 37, § 2º da CF/88. Custas pela reclamante, no valor de R\$20,00 calculadas sobre R\$1.000,00, das quais fica isenta, nos termos da lei.

ACORDÃO Nº 477/95
PROCESSO TRT REX OFF 2805/94

ORIGEM : JCJ DE ALMEIRIM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : ABEL GONÇALVES CORRÊA
Advogado(s) : Dr.(a) Manoel Gomes do Rosário
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE GURUPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Nazareno Aguiar Lobo

EMENTA : HORAS EXTRAS - INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO

Integram-se ao salário as horas extras habituais para cálculo das verbas decorrentes da rescisão contratual (Enunciado nº 24 do TST).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa de ofício; sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a multa de

20% sobre o FGTS, mantida a decisão em seus demais termos. Custas como no 1º Grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 478/95
PROCESSO TRT REX OFF 684/94

ORIGEM : 9ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECLAMANTE(S) : OVIDIO CARLOS MORAES
Advogado(s) : Dr.(a) David Cruz Araújo e outros
RECLAMADO(S) : UNIÃO FEDERAL - HOSPITAL JOÃO DE BARROS BARRETO
Advogado(s) : Dr.(a) Ildelfonso Pereira Guimarães Júnior

EMENTA : FGTS - MUDANÇA DE REGIME

Extinto o contrato de trabalho, com a mudança de regime jurídico, através da Lei nº 8.112/90, é possível o levantamento dos depósitos do FGTS pelo servidor público titular da conta vinculada, através de alvará judicial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso necessário; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas, pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º do art. 6º da Lei 8.162/91, no mérito, sem divergência, negar provimento à remessa para confirmar integralmente a sentença.

ACORDÃO Nº 479/95
PROCESSO TRT AP 9411/93

ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
AGRAVANTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) João José Soares Geraldo e outros
AGRAVADO(S) : ESTEVES MELLO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Aluisio Augusto Martins Meira

EMENTA : SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - AUTORIZAÇÃO LEGAL - LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA CONCORRENTE

I - A autorização legal que é conferida pelo artigo 6º, do CPC, para pleitear, em nome próprio direito alheio, não pode ultrapassar os limites da vontade do titular da relação jurídica de direito material. O princípio legal que consagra a existência da legitimação excepcional de o sindicato estar em juízo na defesa de quaisquer alegados direitos que envolvam os interesses daqueles que integram a categoria que representa constitui uma "legitimação anômala", como o é a substituição processual. E, como referido pela doutrina, a legitimação extraordinária autônoma, no caso, é concorrente, isto é, tanto o

substituto processual como legitimado ordinário podem agir, alternadamente, independente da ação do outro.

II - Quanto ao Enunciado nº 310, da Súmula do TST, nada há de inconstitucional quando autoriza que o titular da relação jurídica de direito material possa acordar, transigir ou renunciar, independente da anuência do substituto, eis que o princípio da autonomia da vontade do titular da relação jurídica de direito material é um direito fundamental, inerente à pessoa humana, e, portanto, anterior ao que detém o sindicato de substituí-lo processualmente nessa relação jurídica.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. decisão agravada.

ACORDÃO Nº 480/95
PROCESSO TRT AP 493/94

ORIGEM : JCJ DE SANTARÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
AGRAVANTE(S) : VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A - VASP

Advogado(s) : Dr.(a) Evandro Diniz Soares
AGRAVADO(S) : ABMOR PEREIRA DOS SANTOS
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Nivaldo Santos Duarte

EMENTA : AGRAVO DE PETIÇÃO - DEPÓSITO PRÉVIO

É necessário o depósito prévio no agravo de petição, uma vez que a execução não está garantida com dinheiro e sim com bens penhorados. Após o advento da Lei 8.177/91, não mais se discute essa questão, uma vez que seu artigo 40 estabelece o depósito recursal é obrigatório "a cada novo recurso interposto no decorrer do processo".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do agravo porque deserto.

ACORDÃO Nº 481/95
PROCESSO TRT AP 10.010/93

ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
AGRAVANTE(S) : INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
Advogado(s) : Dr.(a) Clodoaldo Augusto P. Ribeiro
RECORRIDO(S) : DENIS CRISÓSTOMO DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria D'Assunção M. Tavares

EMENTA : RECURSO ASSINADO POR ADVOGADO SEM HABILITAÇÃO REGULAR

Não se conhece de agravo de petição assinado por advogado que não possui habilitação regular nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do agravo porque subscrito por procurador sem habilitação regular nos autos.

ACORDÃO Nº 482/95
PROCESSO TRT RO 9577/93

ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : OSMAR NOGUEIRA DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Rubens Fagundes Lopes
RECORRIDO(S) : EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - ENASA
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco de Assis Carvalhais Rodrigues

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - ISENÇÃO DE CUSTAS - INDEFERIMENTO - DEPÓSITO

A isenção de custas é uma faculdade do Juiz para os trabalhadores que percebam salário inferior ao dobro do mínimo legal ou provarem a impossibilidade de pagamento. Negada a isenção de custas para efeito de recurso, cabe ao recorrente depositar o respectivo valor e pleitear, no recurso, a sua devolução. Não depositadas as custas, nesta hipótese, o recurso está deserto.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em acolher preliminar apresentada pela D. Procuradoria Regional do Trabalho, não conhecer do recurso porque deserto.

ACORDÃO Nº 483/95
PROCESSO TRT RO 8481/93

ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : CARMEM NASCIMENTO DE LIMA
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz de Marillac Campelo e outros
RECORRIDO(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
Advogado(s) : Dr.(a) Armando Duarte Mesquita e outros

EMENTA : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - TERCEIRIZAÇÃO - JURISPRUDÊNCIA ATUAL

I - O Enunciado nº 256, da Súmula do TST deve ser interpretado com as reservas que lhe cabem nos tempos atuais, em que é comum as empresas transferirem a terceiros determinadas atividades ou serviços pelos quais não se interessam em prestar diretamente, principalmente quando essas atividades são totalmente divorciadas da atividade fim da empresa contratante, como é o caso dos autos, conforme destacou a r. decisão recorrida.

II - A demonstração de simpatia da doutrina trabalhista para com o fenômeno da terceirização forçou a jurisprudência em todos os níveis a rever a sua posição anterior. Tanto é assim que o TST expediu o Enunciado nº 331, da Súmula do TST, que reviu o de nº 256, do qual se destaca o seguinte:

"III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.83), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e subordinação direta".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 484/95
PROCESSO TRT RO 7734/93

ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : TABA - TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS BACIA AMAZÔNICA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Simone Maria Palheta Pires e outros
RECORRIDO(S) : REINALDO VASCONCELOS DE SOUSA
Advogado(s) : Dr.(a) Lindalva Nazaré V. Magalhães

EMENTA : ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - DIREITO ANTERIOR À PERÍCIA

I - O reclamante sempre trabalhou nas mesmas condições, como balanceiro no carregamento e descarregamento de aviões, com atividade concomitante ao abastecimento da aeronave, mas só passou a receber o adicional de periculosidade depois de uma perícia que houve na empresa.

II - O que determina o pagamento do adicional e a inclusão da atividade nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho, conforme disposto no artigo 196 da CLT. A atividade desonvolvida pelo reclamante está incluída na NR-18, Anexo 2, da Portaria nº 3.214/78. Devido o adicional deferido pela MM. Junta

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de nulidade da sentença por falta de amparo legal; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 485/95
PROCESSO TRT RO 7106/93

ORIGEM : JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZ HAROLDO ALVES
RECORRENTE(S) : MINERAÇÃO GERAL DO NORTE ESTE S/A - MGN
Advogado(s) : Dr.(a) Abelardo da Silva e outros



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 5
BELEM -- TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995
ANO CIII -- 105º DA REPÚBLICA -- Nº 27.941
ACORDAO Nº 497/95
PROCESSO TRT REX OFF E RO 9633/93

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ - FBESP (reclamada)

Advogado(s) : Dr. Thiago Carlos de Souza Dias
E
MARIA LIDUINA DE OLIVEIRA E SILVA (reclamante)
Advogado(s) : Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos e outro
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : SERVIDORA PÚBLICA. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Impossível deferir-se equiparação salarial a servidora de fundação pública, com quadro de pessoal organizado em carreiras. O pedido de diferença salarial deveria ter sido feito em razão de desvio de função.

PLANOS ECONÔMICOS. DIFERENÇAS SALARIAIS. Devem ser concedidas diferenças salariais em razão do IPC de junho/87, URP de fevereiro/89 e IPC de março/90, suprimidos dos salários pelos chamados Planos Bresser, Verão e Collor, tendo em vista a inconstitucionalidade dos artigos 8º, § 4º, do Decreto-lei 2.335/87, 5º e 6º, da Lei 7.730/89, e 2º, § 2º, e inciso I, da Medida Provisória nº 154/90, que

atritaram com o disposto no art. 153, § 3º, da C. F. de 87, e art. 5º, inciso XXXVI, da C. F. de 88.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos voluntários e ex officio; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º do Art. 8º do Decreto-Lei 2335/87, aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar parcial provimento ao recurso da reclamante para estender as diferenças salariais e consectárias, relativas ao IPC de junho/87 (28,06%), até 23.01.94; por maioria de votos, dar em parte provimento aos recursos da reclamada e ex officio, para excluir da condenação as diferenças salariais e consectárias devidas em razão da equiparação salarial, vencidos em parte os Exmºs Juizes Relatora e Domenico Falesi que limitavam as diferenças da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90 à abril/89 e fevereiro/91, respectivamente; à unanimidade, mantida a sentença em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 498/95
PROCESSO TRT RO 0621/94

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA

Advogada(s) : Dra. Maria das Graças de Lima Rodrigues e outros
E

Advogado(s) : ALBA MARTINS DA SILVA FERREIRA
Dr. Armino Marinho Bentes e outros
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. Devem ser concedidas diferenças salariais em razão da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90, suprimidos pelos chamados Plano Verão e Plano Collor, tendo em vista a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º, da Lei 7.730/89, e do art. 2º, § 2º e inciso I, da Medida Provisória nº 154/90, que feriram o disposto no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos voluntários da reclamante e da reclamada; considerar interposta a remessa "ex officio" e dela conhecer; rejeitar as preliminares de incompetência absoluta em razão da matéria e de ilegitimidade passiva; extinguir, sem julgamento do mérito, o pedido de atestado sobre os salários, nos termos do artigo 267, IV, do CPC, deixar de examinar os pedidos de diferenças em razão das URPs de abril e maio/88 e de compensação dessas URPs, tendo em vista que não foram apreciados na sentença de 1º Grau, a fim de que não se configure supressão de instância; sem divergência, dar parcial provimento ao recurso da reclamante para, reformando em parte a decisão recorrida, mandar incluir na condenação as parcelas de diferenças salariais relativas ao IPC de junho/87 (26,06%), de julho/87 a outubro/89; dar ainda em parte provimento ao recurso da reclamada para excluir da condenação a parcela de diferença de férias 89/90. Pelo voto do

Excmº Juiz Vice-Presidente, a Egrégia Turma deferiu ainda ao reclamante as diferenças salariais provenientes do IPC de março/90 (84,32%), de abril/90 a 11.12.90; mantida a r. decisão em seus demais termos. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 499/95
PROCESSO TRT RO 4065/94

ORIGEM : 2ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : PONTE IRMÃO & CIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Mauro Mendes da Silva e outros
E

Advogado(s) : FERNANDO NIVALDO MARTINS DA COSTA
Dr.(a) Erlene Gonçalves Lima
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. NÃO CABIMENTO. Não faz jus a adicional de transferência o empregado que, ocupando cargo de Gerente, é transferido de forma definitiva para outra localidade da empresa.

HORAS EXTRAS. GERENTE. O empregado que exerce a função de Gerente - assim compreendido aquele que está investido de poderes de mando, movimentando conta bancária da

empresa, admitindo e demitindo funcionários, com salário superior aos dos demais empregados e sem controle de horário de trabalho - não faz jus a horas extras, a teor do art. 62, alínea "b", da CLT.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso do reclamante e dar parcial provimento ao da reclamada para, reformando em parte a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais decorrentes da URP de fevereiro/89, da IPC de abril/90 e de adicional de transferência; pelo voto de desempate da Exmª Juíza Vice-Presidente, a Egrégia Turma deferiu ao reclamante as diferenças salariais decorrentes do IPC de março/90; à unanimidade, mantida a sentença recorrida nos demais termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 500/95
PROCESSO TRT AP 5222/94

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : MARIA JOAQUINA
AGRAVANTE(S) : INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Ronaldo Gonzaga de Almeida e outros
AGRAVADO(S) : AFONSO SERRÃO PEREIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Polidório Barbalho e outros

EMENTA : COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. A competência em razão do lugar não é absoluta, mas relativa, e é determinada no momento da propositura da ação, sendo irrelevante as questões de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia (art. 87, do CPC).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo de petição, mas negar-lhe provimento para manter a decisão agravada.

ACORDÃO Nº 501/95
PROCESSO TRT REX OFF E RO 0917/94

ORIGEM : 8ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : LUIZ CARLOS NEGRÃO RABELO (Reclamante)
Advogada(s) : Dra. Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos e outros
E

ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (Reclamado)

Advogado(s) : Dr. Antonio Paulo Moraes das Chagas
RECORRIDO (S) : OS MESMOS

EMENTA : I - CONTRATAÇÃO ANTERIOR A C. F. DE 88. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO EM PRÉVIO CONCURSO PÚBLICO. Antes da promulgação da C. F. de 88, não havia a nível constitucional, exigência de aprovação em prévio concurso público, para admissão em emprego público, mas apenas para a admissão em cargo público.

II - COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. A regra inserida no art. 65º, § 3º, da CLT, visa a proteção do hipossuficiente, não devendo ser aplicada para atender interesse do empregador, que está sendo demandado em local onde possui sua Sede.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho em razão da matéria e em razão do lugar por falta de amparo legal; deixar de apreciar o pedido de descontos para o INSS e para o IR, para que não se configure supressão de instância; sem divergência, deu provimento, em parte, ao recurso do reclamado, para, modificando a r. sentença, mandar excluir da condenação a parcela relativa ao salário-família; por maioria de votos, dar também, parcial provimento ao recurso do reclamante, para, alterando em parte a decisão recorrida, mandar incluir na condenação as parcelas de diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser (IPC de junho/87, 26,06%), Plano Verão (URP de fevereiro/89, 26,05%), vencido o Exmº Juiz Domenico Falesi que mantinha a sentença quanto aos planos econômicos; à unanimidade, manteve a r. sentença em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 502/95
PROCESSO TRT RO 2392/94

ORIGEM : 7a. JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : ANA JÚLIA RODRIGUES SOUZA
Advogado(s) : Drª Alice Elvira Silvestri e outros
RECORRIDO(S) : BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado(s) : Dr. Agildo Monteiro Cavalcante e outras

EMENTA : RECURSO INTEMPESTIVO. Não deve ser conhecido recurso ordinário interposto em 13.01.91, se a sentença foi prolatada em 17.12.93, haja vista que o prazo recursal esgotou-se em 11.01.94, tendo sido suspensa sua contagem de 20.12.93 a 06.01.94.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso porque intempestivo.

ACORDÃO Nº 503/95
PROCESSO TRT RO 3704/94

ORIGEM : 6ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : INDÚSTRIAS GESSY LEVER LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Ophir Figueiras Cavalcante Júnior e outros
RECORRIDO(S) : MIGUEL PEREIRA PINTO
Advogado(s) : Dr.(a) Roseli Maria Pinto Faltosa

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89. Devem ser deferidas diferenças salariais em razão da aplicação da URP de fevereiro/89 aos salários, tendo em vista a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º, da Lei 7.730/89, que suprimiu esse reajuste, extinguindo direitos adquiridos e, consequentemente, o disposto no art. 5º, inciso XXXVI, da C. F.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso mas negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 504/95
PROCESSO TRT REX OFF E RO 8523/93

ORIGEM : 4ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

Advogada(s) : Dra. Loana Lia Gentil Uliana
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : HELOISA HELENA BATISTA DE FIGUEIREDO
Advogado(s) : Dr. Haroldo Souza Silva e outros

EMENTA : ALTERAÇÃO CONTRATUAL PREJUDICIAL AO TRABALHADOR. DIFERENÇAS EM RAZÃO DO SALÁRIO CORRESPONDENTE A 8,5 SALÁRIOS MÍNIMOS. Ficando demonstrado que a reclamante percebia desde a admissão salário correspondente a 8,5 salários mínimos, e que o reclamado rebaixou seu salário para menos

mais de 1 salário mínimo, configura-se alteração unilateral do contrato de trabalho, prejudicial à autora, ensejando a aplicação do art. 653 consolidado, considerando-se nula de pleno direito essa alteração legal.

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; por maioria de votos, vencida a Exmª Juíza Relatora, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho em razão da matéria a partir de 24.01.94, por falta de amparo legal; e unanimidade, afastar a alegação de prescrição total, mantendo a sentença que reconheceu prescritas apenas as parcelas anteriores a 15.09.87; no mérito, sem divergência, negar provimento a ambos os apelos, para manter a decisão recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 505/95
PROCESSO TRT REX OFF E RO 1000/94

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

Advogado(s) : Dr. Cláudio Monteiro Gonçalves
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : RAIMUNDO TORRES DE ALMADA
Advogado(s) : Drª Vilma Chavaglia e outra

EMENTA : FGTS. AUSÊNCIA DE OPÇÃO. Após a promulgação da Constituição Federal de 05.10.88, todos os empregados passaram a ter direito ao FGTS, independentemente de opção pelo regime, a teor do art. 7º, III, até porque deixou de existir regime alternativo, respeitados os direitos adquiridos durante o período anterior.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos voluntários e obrigatório; suscitar e rejeitar a preliminar de inépcia da inicial; sem divergência, negar provimento a ambos os apelos, para manter a decisão recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 506/95
PROCESSO TRT REX OFF 2453/94

ORIGEM : JCJ DE TUCURUÍ
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECLAMANTE(S) : JOÃO CARDOSO DOS SANTOS
Advogado(s) : Dr. Tibúrcio Aragão de Souza e outro
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO SEM PRÉVIO CONCURSO PÚBLICO. Na vigência da Constituição Federal de 1987 não havia exigência de aprovação prévia em concurso público, para a contratação em "emprego público", conforme exegese dos artigos 97, 99 e 100, por onde se vê que o legislador constituinte faz diferença entre "emprego" e "cargo" público, e exige concurso público apenas para a primeira investidura em "cargo público".

DECISÃO : ACORDAM OS JUÍZES da 1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício, afastando a preliminar de nulidade de contratação levantada pelo ilustre representante do Ministério Público; no mérito, sem divergência, dar parcial provimento ao apelo para, reformando em parte a decisão recorrida, esclarecer que a mora salarial deve levar em consideração a época própria para pagamento dos salários de acordo com o artigo 459, parágrafo único, da CLT, observando-se que antes da Lei 7.885/89 os salários deveriam ser pagos

até o 10º dia do mês subsequente, e depois até o 5º dia do mês seguinte ao vencido, bem como que as diferenças salariais devem considerar que o autor fazia jus, a partir de janeiro/93, ao recebimento de quatro salários mínimos mensais, e determinar que do total das horas extras deferidas sejam abatidos os valores pagos a esse título. Manter a decisão em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 507/95 PROCESSO TRT RO 1945/94

ORIGEM : JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Advogado(s) : Dr. Maria B. de Mendonça Lima e outros
RECORRIDO(S) : GIOMAR PRIMAVERA DE MENDONÇA
Advogado(s) : Dr. Antônio Sarmento Guedes

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - São devidas diferenças salariais em razão da URP de fevereiro/89, tendo em vista que ao ser editada a MP 32/89 e a Lei 7.730/89, os trabalhadores já haviam adquirido direito ao reajuste de seus salários com base nesse índice, o que torna as citadas normas, em seus artigos 5º e 6º, inconstitucionais por ferirem o contido no artigo 5º, XXXVI, da C.F.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II do § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe o provimento para confirmar a decisão recorrida em todos os seus termos, vencido em parte o Exmº Juiz Domênico Falei que limitava as diferenças dos Planos Econômicos à data-base.

ACORDÃO Nº 508/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 2618/94

ORIGEM : 4ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ - FBESP - Reclamada
Advogado(s) : Dr. Thiago Carlos de Souza Dias
RECORRIDO(S) : DIOGO ARANTES DE CASTRO E OUTROS - Reclamantes
Advogado(s) : Dra. Maria Salomé Barros Vidal

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - São devidas diferenças salariais em razão da URP de fevereiro/89, tendo em vista que ao ser editada a MP 32/89 e a Lei 7.730/89, os trabalhadores já haviam adquirido direito ao reajuste de seus salários com base nesse índice, o que torna as citadas normas, em seus artigos 5º e 6º, inconstitucionais por ferirem o contido no artigo 5º, XXXVI, da C.F.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso voluntário da reclamada, por estar subscrito por pessoa não habilitada nos autos; conheço da remessa "ex officio", por ser o lei; no mérito, sem divergência, negar-lhe o provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 509/95 PROCESSO TRT AP 5250/94

ORIGEM : 6ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA REBELO
RECORRENTE(S) : EMÍLIO CAMACHO BAENA
Advogado(s) : Dr. (a) José Maria da Consolação
RECORRIDO(S) : VALDOMIRO DOS SANTOS

EMENTA : AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. Não deve ser conhecido agravo de petição quando não foi realizado depósito recursal, nem o Juízo está garantido através de penhora.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do agravo de petição por ausência de depósito recursal ou de penhora garantindo o Juízo.

ACORDÃO Nº 510/95 PROCESSO TRT RO 909/94

ORIGEM : 8ª JCJ DE BELEM
RELATOR(A) : JUÍZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE ARAÚJO E OUTROS
Advogado(s) : Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen e outros
RECORRIDO(S) : BANCO DA AMAZÔNIA SOCIEDADE ANÔNIMA
Advogado(s) : Dr. Manoel Monteiro dos Santos e outros

EMENTA : COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. Inexiste coisa julgada quando se confronta dissídio individual com dissídio coletivo, por não haver identidade de partes, de causa de pedir e de objeto, não ocorrendo a hipótese prevista no art. 301, §§ 1º e 2º, do CPC.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, conhecer do recurso dos reclamantes e dar-lhe total provimento para, modificando a decisão recorrida, afastar a preliminar de coisa julgada, por falta de embasamento legal, determinando a remessa dos autos à MM. Junta de origem, para que aprecie o mérito da causa, como entender de direito.

Belém, 7 de fevereiro de 1995

EDMUNDO AUGUSTO CABRAL RAMOS
Diretor do Serviço de Acórdãos
e Jurisprudência

Acórdãos da 2ª Turma

(571 à 705/95)

ACORDÃO Nº 571/95 PROCESSO TRT RO 8472/93

ORIGEM : 5ª JCJ DE BELEM
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : TABA - TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS DA BACIA AMAZÔNICA S/A

Advogado(s) : Dr. (a) Simone Maria Palheta Pires e outros
RECORRIDO(S) : IVANILDO MARQUES BARROS
Advogado(s) : Dr. (a) Carmem Lúcia Braun Quelroz

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece do recurso interposto por advogado sem habilitação nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso, porque subscrito por pessoa não habilitada nos autos. Determinar a juntada da petição, em anexo, apresentada em mesa pelo Exmo. Juiz Relator.

ACORDÃO Nº 572/95 PROCESSO TRT RO 7161/93

ORIGEM : 4ª JCJ DE BELEM
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : INTERFRIOS - INTERCÂMBIO DE FRIOS S/A
Advogado(s) : Dr. (a) João José da Silva Maroja
RECORRIDO(S) : AMADO TRINDADE DE MORAES
Advogado(s) : Dr. (a) Eliezer Francisco da Silva Cabral

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece do recurso interposto por advogado irregularmente habilitado nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso, porque subscrito por advogado com habilitação irregular nos autos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 573/95 PROCESSO TRT RO 6587/93

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELEM
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO

RECORRENTE(S) : MARIA ANTONIA VIEIRA GOMES
Advogado(s) : Dr. (a) Fernando Vasconcelos Moreira de Castro Neto e outros

RECORRIDO(S) : MODAS E CONFECÇÕES NOSSA SENHORA DE NAZARÉ LTDA
Advogado(s) : Dr. (a) Elísio Augusto Velloso Bastos e outros

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA - IPC DE MARÇO/90 - Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a r. sentença recorrida, deferir à reclamante as diferenças de depósitos de FGTS acrescidas de 40%; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, incluiu na condenação os honorários advocatícios de 15% sobre o valor da condenação; sem divergência, manter a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, pela reclamada, de R\$20,00 sobre o valor arbitrado em R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 574/95 PROCESSO TRT RO 9169/93

ORIGEM : JCJ DE TUCURUÍ
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : SISTEMA PITÁGORAS DE ENSINO SOCIEDADE LTDA

Advogado(s) : Dr. (a) Antônio Carlos Lopes Valadão
RECORRIDO(S) : NILTON FERREIRA DA SILVA
Advogado(s) : Dr. (a) Pedro Pereira de Souza

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerou a reiterada jurisprudência do Regional quanto à inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para reformando parcialmente a r. decisão recorrida, limitar o cálculo das diferenças decorrentes do IPC de março/90 até fevereiro/91 e, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, manter a r. decisão quanto ao período de incidência da URP de fevereiro/89; sem divergência, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 575/95 PROCESSO TRT REX OFF 5784/93

ORIGEM : JCJ DE SANTARÉM
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : ANA CONCEIÇÃO SOUZA
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr. (a) Luiz Rodolfo Dinelli Carneiro

EMENTA : PRAZO PARA QUITAÇÃO DE VERBAS RESCISÓRIAS. É de 10 dias contados da data da notificação da demissão o prazo para quitação das verbas rescisórias. Inteligência do parágrafo 6º do art. 477 da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa e dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação 1/12 do 13º salário proporcional de 1992, mantendo a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 576/95 PROCESSO TRT RO 8304/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ANTONIO DO ESPÍRITO SANTO SILVA
Advogado(s) : Dr. (a) Vilma Aparecida de S. Chavaglia
RECORRIDO(S) : DENDE DO PARÁ S/A - DENPASA
Advogado(s) : Dr. (a) Manoel José Monteiro Siqueira

EMENTA : PRESCRIÇÃO BIENAL - Prescreve em dois anos após o término do contrato de trabalho o direito à ação por parte do empregado, ao teor do art. 7º, inciso XXIX, alíneas "a" e "b" da Constituição Federal vigente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, mas negar-lhe o provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 577/95 PROCESSO TRT REX OFF 5877/93

ORIGEM : JCJ DE BEVES
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : JOSÉ RODRIGUES COSTA
Advogado(s) : Dr. (a) Raimundo Fagundes Lopes
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE CURRALINHO - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : Tem competência esta Justiça Especializada, para dirimir questões entre servidores públicos e entes de direito público, quando o objeto da questão versar sobre matéria de natureza eminentemente salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa; no mérito, sem divergência, negar-lhe o provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os termos da fundamentação.

ACORDÃO Nº 578/95 PROCESSO TRT RO 8642/93

ORIGEM : 2ª JCJ DE BELEM
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : FROTA AMAZÔNICA S/A
Advogado(s) : Dr. (a) Maria Rosângela da Silva Coelho de Souza e outros

RECORRIDO(S) : ELCIAS CORDEIRO SOARES
Advogado(s) : Dr. (a) Raimundo Rubens Fagundes Lopes e outros

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA - Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno, quanto ao item II, do parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação a parcela de URP de fevereiro/89 e consecutórias, bem como limitar a incidência do IPC de março/90 de abril/90 até a data-base da categoria profissional do reclamante. Custas, como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 579/95 PROCESSO TRT RO 6176/93

ORIGEM : JCJ DE ABETETUBA
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JANIÉL FERREIRA GOMES
Advogado(s) : Dr. (a) Vilma Chavaglia e outra
RECORRIDO(S) : MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A

EMENTA : REAJUSTAMENTO - ÔNUS DA PROVA - PRESCRIÇÃO. É do reclamante o ônus da prova para se beneficiar do Enunciado 268 do TST. Em não provando 1º ajuizamento dentro dos dois anos após a rescisão contratual, correta a decisão que declarou prescritos os direitos do reclamante.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, no mérito, sem divergência, negar-lhe o provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 580/95 PROCESSO TRT RO 5181/93

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOÃO ALTINO ANDRADE CHAVES - (AUTO SERVIÇO SERVE TUDO)
Advogado(s) : Dr. (a) Sandra Maria F. Salgado
RECORRIDO(S) : SÍLVIO JÚNIOR DE MENEZES
Advogado(s) : Dr. (a) Niltes Neves Ribeiro e outro

EMENTA : A quitação das verbas rescisórias só tem validade se homologada no sindicato de classe do empregado ou na Delegacia Regional do Trabalho.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe o provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas, como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 581/95 PROCESSO TRT RO 7689/93

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELEM
RELATOR : JUÍZ JOSÉ SEVERO DE SOUZA
RECORRENTE(S) : HOTÉIS DE TURISMO DA AMAZONIA S/A
Advogado(s) : Dr. (a) Edilei Rodrigues Valério dos Santos e outros

até o 10º dia do mês subsequente, e depois até o 5º dia do mês seguinte ao vencido, bem como que as diferenças salariais devem considerar que o autor fazia jus, a partir de janeiro/93, ao recebimento de quatro salários mínimos mensais, e determinar que do total das horas extras deferidas sejam abatidos os valores pagos a esse título. Manter a decisão em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 507/95 **PROCESSO TRT RO 1945/94**

ORIGEM : JCJ DE BREVES
RELATOR(A) : JUIZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Advogado(s) : Dr. Maria B. de Mendonça Lima e outros
RECORRIDO(S) : GIOMAR PRIMAVERA DE MENDONÇA
Advogado(s) : Dr. Antônio Sarmento Guedes

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - São devidas diferenças salariais em razão da URP de fevereiro/89, tendo em vista que ao ser editada a MP 32/89 e a Lei 7.730/89, os trabalhadores já haviam adquirido direito ao reajuste de seus salários com base nesse índice, o que torna as citadas normas, em seus artigos 5º e 6º, inconstitucionais por ferirem o conteúdo no artigo 5º, XXXVI, da C.F.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II do § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a decisão recorrida em todos os seus termos, vencido em parte o Exmº Juiz Doménico Falei que limitava as diferenças dos Planos Econômicos à data-base.

ACORDÃO Nº 508/95 **PROCESSO TRT REX OFF E RO 2618/94**

ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ - FBESP - Reclamada
Advogado(s) : Dr. Thiago Carlos de Souza Dias
RECORRIDO(S) : DIOGO ARANTES DE CASTRO E OUTROS - Reclamantes
Advogado(s) : Dra. Maria Salomé Barros Vidal

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - São devidas diferenças salariais em razão da URP de fevereiro/89, tendo em vista que ao ser editada a MP 32/89 e a Lei 7.730/89, os trabalhadores já haviam adquirido direito ao reajuste de seus salários com base nesse índice, o que torna as citadas normas, em seus artigos 5º e 6º, inconstitucionais por ferirem o conteúdo no artigo 5º, XXXVI, da C.F.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso voluntário da reclamada, por estar subscrito por advogado não habilitado nos autos; conhecer da remessa "ex officio", por não ter lei, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 509/95 **PROCESSO TRT AP 5250/94**

ORIGEM : 6ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA MARIA JOAQUINA REBELO
Advogado(s) : EMILIO CAMACHO BAENA
RECORRIDO(S) : Dr.(a) José Maria da Consolação
Advogado(s) : VALDOMIRO DOS SANTOS

EMENTA : AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. Não deve ser conhecido agravo de petição quando não foi realizado depósito recursal, nem o Juízo está garantido através de penhora.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do agravo de petição por ausência de depósito recursal ou de penhora garantindo o Juízo.

ACORDÃO Nº 510/95 **PROCESSO TRT RO 909/94**

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA MARIA JOAQUINA
RECORRENTE(S) : CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE ARAÚJO E OUTROS
Advogado(s) : Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen e outros
RECORRIDO(S) : BANCO DA AMAZÔNIA SOCIEDADE ANÔNIMA
Advogado(s) : Dr. Manoel Monteiro dos Santos e outros

EMENTA : COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. Inexiste coisa julgada quando se confronta dissídio individual com dissídio coletivo, por não haver identidade de partes, de causa de pedir e de objeto, não ocorrendo a hipótese prevista no art. 301, §§ 1º e 2º, do CPC.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, conhecer do recurso dos reclamantes e dar-lhe total provimento para, modificando a decisão recorrida, afastar a preliminar de coisa julgada, por falta de embasamento legal, determinando a remessa dos autos à MM. Junta de origem, para que aprecie o mérito da causa, como entender de direito.

Belém, 7 de fevereiro de 1995

EDMUNDO AUGUSTO CABRAL RAMOS
Diretor do Serviço de Acórdãos
e Jurisprudência

Acórdãos da 2ª Turma

(571 à 705/95)

ACORDÃO Nº 571/95 **PROCESSO TRT RO 8472/93**

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : TABA - TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS DA BACIA AMAZÔNICA S/A

Advogado(s) : Dr.(a) Simone Maria Pálheta Pires e outros
RECORRIDO(S) : IVANILDO MARQUES BARROS
Advogado(s) : Dr.(a) Carmem Lúcia Braun Queiroz

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso interposto por advogado sem habilitação nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso, porque subscrito por pessoa não habilitada nos autos. Determinar a juntada da petição, em anexo, apresentada em mesa pelo Exmo. Juiz Relator.

ACORDÃO Nº 572/95 **PROCESSO TRT RO 7161/93**

ORIGEM : 4a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : INTERFRIO - INTERCÂMBIO DE FRIOS S/A
Advogado(s) : Dr.(a) João José da Silva Maroja
RECORRIDO(S) : AMADO TRINDADE DE MORAES
Advogado(s) : Dr.(a) Eliezer Francisco da Silva Cabral

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso interposto por advogado irregularmente habilitado nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso, porque subscrito por advogado com habilitação irregular nos autos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 573/95 **PROCESSO TRT RO 6587/93**

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MARIA ANTONIA VIEIRA GOMES
Advogado(s) : Dr.(a) Fernando Vasconcelos Moreira de Castro Neto e outros
RECORRIDO(S) : MODAS E CONFECÇÕES NOSSA SENHORA DE NAZARÉ LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Elísio Augusto Velloso Bastos e outros

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA - IPC DE MARÇO/90 - Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a r. sentença recorrida, deferir à reclamante as diferenças de depósitos de FGTS acrescidas de 40%; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, incluiu na condenação os honorários advocatícios de 15% sobre o valor da condenação; sem divergência, manter a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, pela reclamada, de R\$20,00 sobre o valor arbitrado em R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 574/95 **PROCESSO TRT RO 9169/93**

ORIGEM : JCJ DE TUCURUI
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : SISTEMA PITÁGORAS DE ENSINO SOCIEDADE LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Carlos Lopes Valadão
RECORRIDO(S) : NILTON FERREIRA DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Pedro Pereira de Souza

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerou a reiterada jurisprudência do Regional quanto à inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para reformando parcialmente a r. decisão recorrida, limitar o cálculo das diferenças decorrentes do IPC de março/90 até fevereiro/91 e, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, manter a r. decisão quanto ao período de incidência da URP de fevereiro/89; sem divergência, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 575/95 **PROCESSO TRT REX OFF 5784/93**

ORIGEM : JCJ DE SANTARÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : ANA CONCEIÇÃO SOUZA
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Rodolfo Dinelli Carneiro

EMENTA : PRAZO PARA QUITAÇÃO DE VERBAS RESCISÓRIAS. É de 10 dias contados da data da notificação da demissão o prazo para quitação das verbas rescisórias. Inteligência do parágrafo 6º do art. 477 da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa e dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação 1/12 do 13º salário proporcional de 1992, mantendo a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 576/95 **PROCESSO TRT RO 8304/93**

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ANTONIO DO ESPÍRITO SANTO SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Aparecida de S. Chavaglia
RECORRIDO(S) : DENDÊ DO PARÁ S/A - DENPASA
Advogado(s) : Dr.(a) Manoel José Monteiro Siqueira

EMENTA : PRESCRIÇÃO BIENAL - Prescreve em dois anos após o término do contrato de trabalho o direito à ação por parte do empregado, ao teor do art. 7º, inciso XXIX, alíneas "a" e "b" da Constituição Federal vigente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 577/95 **PROCESSO TRT REX OFF 5877/93**

ORIGEM : JCJ DE BREVES
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : JOSÉ RODRIGUES COSTA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Fagundes Lopes
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE CURRALINHO - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : Tem competência esta Justiça Especializada, para dirimir questões entre servidores públicos e entes de direito público, quando o objeto da questão versar sobre matéria de natureza eminentemente salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer da remessa; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os termos da fundamentação.

ACORDÃO Nº 578/95 **PROCESSO TRT RO 8642/93**

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : FROTA AMAZÔNICA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Rosângela da Silva Coelho de Souza e outros
RECORRIDO(S) : ELCIAS CORDEIRO SOARES
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Rubens Fagundes Lopes e outros

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA - Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno, quanto ao item II, do parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação a parcela de URP de fevereiro/89 e consecutivas, bem como limitar a incidência do IPC de março/90 de abril/90 até a data-base da categoria profissional do reclamante. Custas, como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 579/95 **PROCESSO TRT RO 6176/93**

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JANIÉL FERREIRA GOMES
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia e outra
RECORRIDO(S) : MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A

EMENTA : REAJUIZAMENTO - ÔNUS DA PROVA - PRESCRIÇÃO. É do reclamante o ônus da prova para se beneficiar do Enunciado 268 do TST. Em não provando 1º ajuizamento dentro dos dois anos após a rescisão contratual, correta a decisão que declarou prescritos os direitos do reclamante.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 580/95 **PROCESSO TRT RO 5181/93**

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOÃO ALTINO ANDRADE CHAVES - (AUTO SERVIÇO SERVE TUDO)
Advogado(s) : Dr.(a) Sandra Maria F. Salgado
RECORRIDO(S) : SÍLVIO JÚNIOR DE MENEZES
Advogado(s) : Dr.(a) Niltes Neves Ribeiro e outro

EMENTA : A quitação das verbas rescisórias só tem validade se homologada no sindicato de classe do empregado ou na Delegacia Regional do Trabalho.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas, como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 581/95 **PROCESSO TRT RO 7689/93**

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO DE SOUZA
RECORRENTE(S) : HOTÉIS DE TURISMO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Edileia Rodrigues Valério dos Santos e outros

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 5

RECORRIDO(S) : JOSÉ RAFAEL GOMES DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Olga Bayma da Costa e outros

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS.
INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar reiterada jurisprudência do Regional quanto a Inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, determinar que as diferenças consecutórias incidam apenas sobre as férias + 1/3, 13º salário e FGTS, mantendo a r. decisão recorrida em seus demais termos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 582/95 PROCESSO TRT RO 6407/93

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : VIAÇÃO FORTE LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Nair Ferreira Lima e outros
RECORRIDO(S) : ANTONIO CARLOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Alberto Prestes de Brito

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA - Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90, julgando, em consequência, a reclamatória totalmente improcedente, conforme os fundamentos, ficando prejudicador o exame do apelo do reclamante. Custas de R\$12,00 pelo reclamante, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$600,00.

ACORDÃO Nº 583/95 PROCESSO TRT RO 5016/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ARMANDO EPAMINONDAS ACATAUASSU TEIXEIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Manoel José Monteiro Siqueira e outros
RECORRIDO(S) : JEREMIAS FARIAS
Advogado(s) : Dr.(a) Adalmar Gallo e outros

EMENTA : RESCISÃO CONTRATUAL - ÔNUS DA PROVA - É do empregador o ônus da prova, quando houver alegação de acordo para quitar contrato trabalhista. Em não se desincumbindo, correta a decisão que defere multa rescisória, a teor da Lei 7.855/89.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; sem divergência, rejeitar a arguição de carência de ação, por falta de amparo legal; no mérito, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Revisora, manter a r. sentença quanto a multa rescisória; sem divergência, manter a r. sentença nos demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 584/95 PROCESSO TRT RO 6160/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOSIMAR SOUZA NETO
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Aparecida Chavaglia
RECORRIDO(S) : SADE VIGESA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Enilda de Freitas Fagundes Rodrigues

DECISÃO : PLANOS ECONÔMICOS
INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso mas negar-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 585/95 PROCESSO TRT RO 6331/93

ORIGEM : 9a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS
RECORRENTE : Dr.(a) Maria Jose Cabral Cavalli e outra
Advogado(s) :

ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Edileia Valério e outros
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS.
INCONSTITUCIONALIDADE.
São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos, considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno quanto ao item II do parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamante para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, excluir a limitação temporal a qual se refere quanto aos cálculos de diferenças relativas ao IPC de março/90, sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 586/95 PROCESSO TRT RO 7967/93

ORIGEM : JCJ DE MARABÁ
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MARCOS DE SOUZA LOBATO
Advogado(s) : Dr.(a) Júlio César Costa

COSIPAR - COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Ronaldo Giusti Abreu

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : IPC DE ABRIL/90. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. Ao ser apurado o IPC de abril/90, já se encontrava em plena vigência a Lei nº 8.030/90, não chegando, portanto, a integrar o patrimônio jurídico dos trabalhadores, dada a inexistência de direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; sem divergência, rejeitar a preliminar de coisa julgada, por falta de amparo legal; deixar de remeter os autos ao E. Tribunal Pleno considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade do item II e § 1º, do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, bem como afastá-la quanto ao do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes item II, §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, conforme os fundamentos, negar provimento ao recurso da reclamante e dar parcial provimento ao da reclamada para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais e consecutórias decorrentes do IPC de abril/90 e horas extras "in itinere" e consecutórias; por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juizes Relator e Odete Alves, manter a r. sentença quanto ao período de incidência do IPC de março/90; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 587/95 PROCESSO TRT RO 6424/93

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOSIMAR NASCIMENTO ARAÚJO
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Guilherme Barreto da Trindade
RECORRIDO(S) : TRANSPORTADORA BORGES MACHADO LTDA

EMENTA : VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INEXISTÊNCIA. Não há vínculo empregatício entre os chamados "chapas" e as empresas de transporte, quando restar provado que o reclamante não tinha relação de trabalho exclusivamente com a reclamada e seu serviço era eventual.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 588/95 PROCESSO TRT RO 7962/93

ORIGEM : JCJ DE CASTANHAL
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOSÉ REGINALDO DA SILVA CRUZ
RECORRIDO(S) : EXPRESSO MODELO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Barbosa Costa

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, corrigindo tecnicamente sua conclusão para, afastando a coisa julgada, julgar totalmente improcedente a reclamação, conforme os fundamentos. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 589/95 PROCESSO TRT RO 7959/93

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOÃO BARATA GORDO
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia

ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Edileia Valério

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. São inconstitucionais os artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, porque violadores dos princípios constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade salarial, inscritos nos artigos 5º e 7º, da Constituição Federal vigente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da 2ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno, rejeitar a preliminar de coisa julgada, decretando a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, do item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como do afastamento quanto ao item II, § 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso dos reclamantes; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, manter a r. sentença quanto ao pleito de compensação; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 590/95 PROCESSO TRT RO 6534/93

ORIGEM : 7a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO DE SOUZA
RECORRENTE(S) : XYLO DO BRASIL EXPORTAÇÕES S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Rosângela Azeiteiro e outros
RECORRIDO(S) : CARLOS ALBERTO CAMARA DA CRUZ

Advogado(s) : Dr.(a) Admar Tenório Pereira
NORDISK TIMBER LTDA - LITISCONSORTE
Advogado(s) : Dr. George Amorim Paes e outros

EMENTA : RELAÇÃO DE EMPREGO - TRANSFERÊNCIA. Em não estando presentes os pressupostos para se confirmar a transferência da relação de emprego, a condenação deve recair sobre a empresa contratante.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, sem divergência, rejeitar a preliminar de ilegitimidade "ad causam" e a arguição de prescrição, ambas por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 591/95 PROCESSO TRT RO 8067/93

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : VIAÇÃO FORTE LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Nair Ferreira Lima e outros
RECORRIDO(S) : CARLOS ALBERTO FERREIRA DE MENEZES
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Alberto Prestes de Brito e outros

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Pastora Leal, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença recorrida, julgar totalmente improcedente a reclamação, conforme os fundamentos. Custas pelo reclamante na quantia de R\$2,00 sobre o valor arbitrado de R\$100,00.

ACORDÃO Nº 592/95 PROCESSO TRT REX OFF e RO 4938/93

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE BELÉM
Advogado(s) : Dr.(a) Elza Maria Machado dos Santos da Souza Franco

RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : MARIA DE JESUS DA SILVA DE FRANÇA
Advogado(s) : Dr.(a) Roberto Afonso da Silva Carvalho

EMENTA : SEGURO DESEMPREGO - MULTA PELO NÃO FORNECIMENTO DAS GUIAS. Não tendo o empregador fornecido ao empregado as guias do seguro desemprego para habilitação ao recebimento deste benefício, sujeita-se a multa de indenização equivalente a um salário mínimo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos, sem divergência, rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, em razão da matéria, de carência de ação e a arguição de prescrição, todas por falta de amparo legal, no mérito, sem divergência, dar-lhes parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, fixar a indenização pelo não fornecimento das guias de seguro desemprego em um salário mínimo, mantido o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 593/95 PROCESSO TRT RO 5448/93

ORIGEM : 3a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ELYDA DE FÁTIMA DOS SANTOS PESSÓA
Advogado(s) : Dr.(a) Carla Forte Cavalcante Achi e outros
RECORRIDO(S) : DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ-DETRAN
Advogado(s) : Dr.(a) Gilberto Pimentel Pereira Guimarães e outros

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO. NULIDADE DE CONTRATAÇÃO. É nula a contratação de servidor público após o advento da nova Carta Constitucional que não seja precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo as nomeações para cargo em comissão. Observância obrigatória pelas entidades de direito público da regra inscrita no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, determinando, porém, a correção técnica do "decisum" para que conste, em sua parte dispositiva, que a reclamante é credenciada do direito de ação nesta Justiça Especializada. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 594/95 PROCESSO TRT RO 6020/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ALFREDO RODRIGUES CABRAL - COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) José Azeiteiro Brasil e outros
RECORRIDO(S) : FRANCISCO DA CRUZ FREITAS
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Aparecida de Souza Chavaglia

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS.
INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, sem divergência, rejeitar a preliminar de ilegitimidade "ad causam", por falta de amparo legal; deixar de remeter os autos ao E. Tribunal Pleno, considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade do item II do parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90.

conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 595/95**PROCESSO TRT RO 7541/93**

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : FÓSFORO DO NORTE S/A - FOSNOR
Advogado(s) : Dr.(a) Arthur Alves Ramos
RECORRIDO(S) : MARIA ONEIDE SILVA MELO
Advogado(s) : Dr.(a) Eliezer Francisco da Silva Cabral

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas econômicas editadas pelo Governo Federal, por ofensa aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial, prevista na CF de 88.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade do E. Tribunal Pleno, quanto ao item II do parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação, e, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 596/95**PROCESSO TRT RO 6129/93**

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : CELSO RODRIGUES
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Laudomício Nazareth de Lima Ferreira

EMENTA : FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTATUTÁRIO. CARÊNCIA DE AÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. A melhor e mais razoável exegese do artigo 114 da Constituição Federal não dá ensejo à interpretação extremamente dilatada e abrangente que se pretende emprestar ao dispositivo constitucional, eis que vislumbra uma aplicação de competência que, na verdade, inexistente. Além de razões de ordem essencialmente hermenêutica, não se pode admitir essa alargada competência por razões históricas, também. A Justiça do Trabalho sempre dirimiu controvérsias de caráter trabalhista e não de cunho administrativo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 597/95**PROCESSO TRT RO 8071/93**

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : TRANSPORTES MARITUBA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Barbosa Costa
RECORRIDO(S) : RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Niltes Neves Ribeiro

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva, bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a r. decisão recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais decorrentes da URP de fevereiro/89 e consectárias e do IPC de março/90 e consectárias e, em consequência, julgar a ação totalmente improcedente. Custas pelo reclamante na quantia de R\$2,00 sobre o valor arbitrado de R\$100,00.

ACORDÃO Nº 598/95**PROCESSO TRT RO 8146/93**

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ANTÔNIO LÁZARO DA COSTA REIS
Advogado(s) : Dr.(a) Cleide Helena Silva Avelar e outros
RECORRIDO(S) : UNIÃO FEDERAL - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS
Advogado(s) : Dr.(a) Adão Paes da Silva

EMENTA : "ADIANTAMENTO PCCS" - NATUREZA SALARIAL - A antecipação denominada "Adiantamento PCCS", paga por conta de futuro Plano de Cargos e Salários, não se constitui em empréstimo salarial, mas tem cunho eminentemente salarial, devendo, por isso, sofrer os reajustes de acordo com a política salarial da época, no caso, conforme a variação das URPs.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para condenar o reclamado ao pagamento do que restar apurado, em liquidação de sentença, do adiantamento salarial denominado de adiantamento PCCS e consect. loc.

ACORDÃO Nº 599/95**PROCESSO TRT RO 8090/93**

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A - CASAS PERAMBUCANILIS
Advogado(s) : Dr.(a) Mary Passarilli
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL

Advogado(s) : Dr.(a) João Pedro Maués

EMENTA : PLANOSECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, em razão da matéria e a de nulidade da sentença, ambas por falta de amparo legal; deixar de remeter os autos ao Pleno deste Egrégio Tribunal, considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno, que têm sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade dos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89. Item II do parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90 e dos parágrafos 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes do resíduo inflacionário de junho/87 e do IPC de abril/90; por maioria de votos, manter a r. decisão quanto a limitação da incidência das diferenças salariais do IPC de março/90 e da URP de fevereiro/89, vencido o Exmo. Juiz Relator, que a limitava até a data-base da categoria; sem divergência, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 600/95**PROCESSO TRT RO 8102/93**

ORIGEM : 3a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MARPEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) João José Maroja
RECORRIDO(S) : ANDRÉ MONTEIRO DA TRINDADE
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Pereira Cavalcante

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso ordinário suscitado por advogado não habilitado nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso, porque suscitado por pessoa não habilitada nos autos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 601/95**PROCESSO TRT RO 7404/93**

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Edilza Rodrigues Valério dos Santos e outros
RECORRIDO(S) : JOSÉ LUIZ FERREIRA MONTEIRO
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli e outra

EMENTA : PLANOSECONÔMICOS. CONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas econômicas editadas pelo Governo Federal, por ofensa aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial, prevista na CF de 88.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; e considerando os precedentes jurisprudenciais do Egrégio Tribunal Pleno, elencados na fundamentação, quanto ao IPC de março/90, no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmo. Juiz Relator, que limitava a incidência do IPC de março/90 até a data-base da categoria, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 602/95**PROCESSO TRT REX OFF 6507/93**

ORIGEM : JCJ DE OBIDOS
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : OZENE COSTA DE MENDONÇA
Advogado(s) : Dr.(a) Edilberto de Souza Matos
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE FARO - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : MULTA RESCISÓRIA - CABIMENTO. Não tendo o reclamado efetuado o pagamento das verbas rescisórias no prazo estabelecido no parágrafo 6º do artigo 477 da CLT, correta está a r. decisão recorrida que condenou o reclamado ao pagamento da multa determinada no parágrafo 8º do diploma legal acima.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa, no mérito, por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juizes Pastora Leal e José Teixeira, dar-lhe em parte provimento para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de 13º salário, relativos aos períodos de 1985, proporcional e Integral, 1986 e 1987, face a prescrição, sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 603/95**PROCESSO TRT REX OFF 6725/93**

ORIGEM : JCJ DE ALTAMIRA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : IRISMAR DO SACRAMENTO ARANHA
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) José Carlos Jorge Melém
LITISCONSORTE : MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : SUCESSÃO TRABALHISTA - ÔNUS. Os empregados trabalhistas decorrentes do vínculo empregatício possuem sobre o empregador que incorporou a anterioridade que como evento de sucessão trabalhista.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para condenar o reclamado ao pagamento das diferenças salariais e consect. loc.

ACORDÃO Nº 604/95**PROCESSO TRT RO 8176/93**

ORIGEM : JCJ DE MARABÁ
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
Advogado(s) : Dr.(a) José Américo Oliveira da Silva
RECORRIDO(S) : RAIMUNDO COSME CABRAL CALDAS
Advogado(s) : Dr.(a) Aurelino Pinheiro Botelho

EMENTA : PLANOSECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas econômicas editadas pelo Governo Federal, por ofensa aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial, previstos na CF de 88.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; deixar de remeter estes autos ao Egrégio Tribunal Pleno, considerando os precedentes jurisprudenciais do Egrégio Tribunal Pleno, que têm sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade do item II, do parágrafo 1º do art. 2º da Medida

Provisória nº 154/90, bem como afastá-la quanto aos parágrafos 1º e 5º do artigo 2º da Lei 8030/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação a parcela de IPC de abril/90 e seus reflexos; pelo voto de desempate da Exma. Juíza Lygia Oliveira, manter a r. decisão quanto a limitação da incidência das diferenças salariais do IPC de março, vencidos os Exmos. Juizes Relator e Revisor, que o limitavam à data-base da categoria; sem divergência, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como fixado no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 605/95**PROCESSO TRT RO 6366/93**

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : CARLOS CARDOSO DE ABREU
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia e outra
RECORRIDO(S) : NAJAH INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Odival Quaresma e outro

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - EMPREGADOS DE ÓRGÃO COM POLÍTICA SALARIAL PRÓPRIA. Não são devidas as diferenças salariais decorrentes dos Planos Econômicos editados pelo Governo Federal, quando o empregado recebe salário mínimo, que tem política salarial própria, superior a dos outros salários.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; deixar de remeter estes autos ao E. Tribunal Pleno, considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno, que têm sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade do item II, do parágrafo 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, bem como afastá-la quanto aos parágrafos 1º e 5º do artigo 2º da Lei 8030/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, por maioria de votos, vencido os Exmos. Juizes Relator e Rosita Nassar, dar-lhe em parte provimento para, reformando em parte a r. decisão recorrida, julgar parcialmente procedente a reclamação para condenar a reclamada a pagar ao reclamante os valores que forem apurados em liquidação de sentença, por cálculo da secretaria da MM. JCJ, a título de diferenças salariais e reflexos decorrentes do IPC de março/90 (84,32%), mais juros e correção monetária; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, pela reclamada, na quantia de R\$10,00, sobre o valor arbitrado de R\$500,00.

ACORDÃO Nº 606/95**PROCESSO TRT RO 7215/93**

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : TRANSPORTE BRASILEIRO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria de Fátima C. Figueiredo e outros
RECORRIDO(S) : NANCY CARDOSO DE SOUZA

Advogado(s) : Dr.(a) Dr. Brasil Rodrigues Araújo

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º, Inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais decorrentes da URP de fevereiro/89. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 607/95**PROCESSO TRT RO 5820/93**

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
PROLATORA : JUIZA ROSITA SIDRIM
RECORRENTE(S) : CLARICE CABRAL BAHIA
Advogado(s) : Dr.(a) Dinimir Pimenta Oliveira e outra
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE BELÉM - PREFEITURA MUNICIPAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Advogado(s) : Dr.(a) Silvestre Fonseca Filho

EMENTA : FGTS. LIBERAÇÃO. Os servidores públicos têm direito ao saque dos depósitos efetuados em suas contas vinculadas do Fundo de Garantia em razão da mudança do regime jurídico da atividade para estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, dar-lhe provimento para, reformando a r. decisão recorrida, deferir a recorrente, os depósitos do FGTS no período de 05.10.83 até 05.07.90, conforme os fundamentos. Custas, pela reclamada, na quantia de R\$20,00, sobre o valor arbitrado de R\$1.000,00. Prolator a Exma. Juíza Revisora.

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 5

ACORDÃO Nº 608/95

PROCESSO TRT RO 3808/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ FERNANDO ACATAUASSU
RECORRENTE(S) : BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Ophir Cavalcante Júnior e outros
RECORRIDO(S) : FLÁVIO LEAL LOPES
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Costa

EMENTA : PLANOSECONÔMICOS.
INCONSTITUCIONALIDADE.

São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando os precedentes jurisprudenciais deste Regional quanto ao § 4º do art. 8º do DL 2335/87 e arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação as parcelas de férias 89/90 simples, devolução do salário moradia e sua integração ao salário e repercussões; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, reduzir a parcela de horas extras e reflexos para 0,5 por dia, excluídos os cálculos dos períodos de férias gozadas; pela mesma maioria de votos, manter a r. sentença quanto as parcelas de adicional de transferência e férias a em dobro 87/88, sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 609/95

PROCESSO TRT RO 10.697/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MANOEL PINHEIRO DE ALMEIDA
Advogado(s) : Dr.(a) Oscar M. de Alencar Fernandes
RECORRIDO(S) : LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE S/A
Advogado(s) : Dr.(a) José Maria Tuma Haber

EMENTA : PLANOSECONÔMICOS.
INCONSTITUCIONALIDADE.

São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, deixar de remeter os autos ao Pleno deste Egrégio Tribunal, considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de decretar a Inconstitucionalidade do item II, do parágrafo 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, bem como afastar a quanto aos §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, conforme precedentes elencados na fundamentação, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 610/95

PROCESSO TRT RO 6748/93

ORIGEM : 3a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ANISIO CONCEIÇÃO E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Simão Isaac Benzecry
RECORRIDO(S) : EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - ENASA
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco de Assis Carvalhais Rodrigues

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 611/95

PROCESSO TRT RO 7356/93

ORIGEM : 3a. JCJ DE BELÉM
PROLATORA : JUIZA ROSITA SIDRIM
RECORRENTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFONICAS NO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Edison Araújo dos Santos
RECORRIDO(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES- EMBRATEL
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Carille Fontenella Cerqueira

EMENTA : A substituição processual pelo sindicato deriva do disposto no art. 8º, III da Constituição Federal, sendo desnecessária a autorização dos substituídos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juizes Relator e Revisor, afastando a ilegitimidade ativa "ad causam", considerando cabível a substituição processual, reformando, assim, o r. decisório do 1º grau e determinar a baixa dos autos à MM. JCJ de origem para o exame das demais questões, como de direito. Prolatará o Acórdão a Exmª Juiz Rosita Nassar. Deferida justificativa de voto divergente ao Exmº Juiz Relator.

ACORDÃO Nº 612/95

PROCESSO TRT RO 5172/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : SERVIÇOS GERAIS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Alexandre Mesquita de Matos e Branco
RECORRIDO(S) : JORGE DA CUNHA TEIXEIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Edison Araújo dos Santos e outros

EMENTA : RECURSO - ADVOGADO SEM HABILITAÇÃO. Não se conhece de recurso suscitado por advogado sem habilitação nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso porque suscitado por pessoa não habilitada nos autos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 613/95

PROCESSO TRT RO 5222/93

ORIGEM : 10a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : D. ROCHA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Sebastião Heládio de Souza
RECORRIDO(S) : RAIMUNDO FRANCISCO DE CASTRO BARBOSA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Carlos Cavalcante e outros

EMENTA : DEPÓSITO "AD RECURSUM" - INSUFICIÊNCIA. Não tendo a recorrente efetuado o depósito para efeito de recurso no valor correto, não pode ser conhecido o recurso, ante a sua deserção.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso; porque deserto, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 614/95

PROCESSO TRT REX OFF e RO 7116/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Firme Ferraz Filho e outra
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : ALBERTO PAULO GOMES DA SILVA E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Costa da Silva e outro

EMENTA : PLANOSECONÔMICOS.
INCONSTITUCIONALIDADE.
São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Revisor, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, suscitada pelo nobre Juiz, à falta de amparo legal, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade do Egrégio Tribunal Pleno, quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II, do parágrafo 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme precedentes elencados na fundamentação, no mérito, sem divergência, dar-lhes parcial provimento para, reformando a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes do Plano Bresser, mantida a decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 615/95

PROCESSO TRT RO 8455/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : F. PIO E CIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Rosângela da Silva Coelho de Souza e outros
RECORRIDO(S) : MARIA DO SOCORRO DA SILVA LIMA
Advogado(s) : Dr.(a) Olga Bayma da Costa

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO FACE A NÃO IDENTIFICAÇÃO DE SEU SUBSCRITOR. Não se conhece de recurso ordinário quando este estiver apócrifo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso porque apócrifo, conforme os termos da fundamentação.

ACORDÃO Nº 616/95

PROCESSO TRT REX OFF 6145/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : ELZA MARIA MATA MENEZES
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia e outra
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO. NULIDADE DE CONTRATAÇÃO. É nula a contratação de servidor público após o advento da nova Carta Constitucional que não seja precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo as nomeações para cargo em comissão. Observância obrigatória pelas entidades de direito público da regra inscrita no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa; sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de salário retido e abonos salariais decorrentes das Leis nºs. 8.178/91 e 8.276/91 e julgar a reclamante vencedora do direito de ação para demandar nesta Justiça "contra o município reclamado, face a nulidade de contratação entre as partes, mantendo a r. sentença quanto a remessa de peças ao Ministério Público Estadual, para apuração de responsabilidade, tudo nos termos da fundamentação. Custas pela reclamante na quantia de R\$4,00 sobre o valor arbitrado de R\$200,00, de cujo pagamento fica isenta por equidade.

ACORDÃO Nº 617/95

PROCESSO TRT AI 6115/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
AGRAVANTE(S) : SUPERMERCADOS DOM ELIAS
Advogado(s) : Dr.(a) João Carlos da Costa Patrazana e outro
AGRAVADO(S) : JOAQUIM ALEIXO DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Ubiratan da Aguiar e outro

EMENTA : Não tendo a agravante efetivado o depósito "ad recursum" e nem recolhido as custas como determinado nos artigos 899, § 1º e § 4º do art. 789 da CLT, o recurso será considerado deserto.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do presente agravo de instrumento, mas negar-lhe provimento para confirmar o r. despacho agravado conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 618/95

PROCESSO TRT AI 5728/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
AGRAVANTE(S) : IVAÍ - ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) João Augusto da Silva e outros
AGRAVADO(S) : DEMÉTRIO FRANCISCO OLIVEIRA DE SALES

EMENTA : ADVOGADO INSCRITO EM OUTRA SEÇÃO - COMUNICAÇÃO. A comunicação exigida no parágrafo 2º, do artigo 56 da Lei nº 4.215/63 tem efeito meramente administrativo, a falta desta não implica em falta de habilitação.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do presente agravo de instrumento e dar-lhe provimento para, reformando o r. despacho agravado, determinar a subida do recurso ordinário para, que seja apreciado pelo 2º grau, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 619/95

PROCESSO TRT REX OFF E RO 4019/93

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOSÉ CASTILHO LEVY (Reclamante)

Advogado(s) : Dr.(a) Ediléia Valério e outros
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA (Reclamada)
Advogado(s) : Dr.(a) Maria do Rosário de Fátima S. de Mattos e outros

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : FGTS - MUDANÇA DE REGIME PELA LEI Nº 8.112/90. A mudança de Regime Jurídico ocasionada com o advento da Lei nº 8.112/90, de estatista para estatutário, assegura ao trabalhador o direito de movimentar a sua conta vinculada por já constituir-se o depósito em parte integrante de seu patrimônio.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar a reiterada jurisprudência deste Regional quanto a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 8.162/91, conforme precedentes elencados na fundamentação e, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 620/95

PROCESSO TRT REX OFF e RO 7727/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Reclamada)

Advogado(s) : Dr.(a) Maria de Fátima Oliveira
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (litisconsorte)
Advogado(s) : Dra. Eliane Maria Ichihara Fonseca e outros

RECORRIDO(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ (reclamante)

Advogado(s) : Dr.(a) João José Soares Geraldo e outros

EMENTA : FGTS - MUDANÇA DE REGIME PELA LEI Nº 8.112/90. A mudança de Regime Jurídico ocasionada com o advento da Lei nº 8.112/90, de estatista para estatutário, assegura ao trabalhador o direito de movimentar a sua conta vinculada por já constituir-se o depósito em parte integrante de seu patrimônio.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa e do recurso da reclamada; por maioria de votos, vencidas as Exmas. Juizes Lygia Oliveira e Odete Alves, conhecer também do apelo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, rejeitando a preliminar de não conhecimento, à falta de amparo legal; à unanimidade, e rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e de ilegitimidade "passiva ad causam" da CEF, por falta de amparo legal; ratificar a reiterada jurisprudência deste Regional quanto a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 8.162/91, conforme precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, determinando apenas uma correção técnica para que seja excluída da lide a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 621/95

PROCESSO TRT RO 6419/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : COOPERATIVA DA INDÚSTRIA PECUÁRIA DO PARÁ LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Thales Eduardo Rodrigues Pereira e outros
RECORRIDO(S) : GERALDO MARIALVA COELHO
Advogado(s) : Dr.(a) José Augusto de Carvalho Miranda Pombo e outro

EMENTA : ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - GRAU MÁXIMO - ONUS DA PROVA. É do reclamante o ônus da prova quando pleitear adicional insalubridade em grau máximo, quando já o receber em grau menor. Em não o fazendo, deve-se intuído o pleito.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, suscitada pelo nobre Juiz, à falta de amparo legal, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade do Egrégio Tribunal Pleno, quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II, do parágrafo 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme precedentes elencados na fundamentação, no mérito, sem divergência, dar-lhes parcial provimento para, reformando a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes do Plano Bresser, mantida a decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

preliminar de nulidade da sentença, por falta de amparo legal, no mérito, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. decisão recorrida, excluir da condenação a parcela de adicional de insalubridade e consectários, mantendo a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 622/95 PROCESSO TRT REX OFF 5927/93

ORIGEM : JCJ DE BREVES
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE MELGAÇO - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Vivaldo Machado de Almeida

EMENTA : Tem competência esta Justiça Especializada, para dirimir questões entre servidores públicos e entes de direito público, quando o objeto da questão versar sobre matéria de natureza eminentemente salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os termos da fundamentação.

ACORDÃO Nº 623/95 PROCESSO TRT RO 5887/93

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : WALDEMAR OLIVEIRA DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Inocêncio Martins Coelho Júnior
RECORRIDO(S) : INTERFIROS - INTERCÂMBIO DE FRIOS S/A
Advogado(s) : Dr.(a) João José da Silva Maroja e outros

EMENTA : ILEGITIMIDADE NA REPRESENTAÇÃO SINDICAL. Não pode o reclamante postular cumprimento de sentença normativa declarada nula, porquanto o sindicato autor for ilegítimo representante sindical deste.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas, como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 624/95 PROCESSO TRT AP 6204/93

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
AGRAVANTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DO AMAPÁ E ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Eliezer Francisco da Silva Cabral
AGRAVADO(S) : MINERAÇÃO TRANSAMAZÔNICA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Dumiense Raol

EMENTA : CLÁUSULA PENAL-ACORDO. A cláusula penal ajustada em acordo, deve ser respeitada e se o atraso não for superior aos dias ali consignados, inexistente multa a cominar.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo de petição; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar o despacho agravado, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 625/95 PROCESSO TRT RO 8726/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE : SANDRA MARIA ANDRÉ BARRETO
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Costa da Silva e outro
RECORRIDO(S) : PONTE IRMÃO E CIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Mauro Mendes da Silva e outra

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º Inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a r. decisão recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais e consectários decorrentes da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90 e, em consequência, julgar a reclamação totalmente improcedente. Custas, pelo reclamante. R\$ 10,00, sobre o valor arbitrado para esse fim em R\$ 500,00.

ACORDÃO Nº 626/95 PROCESSO TRT RO 6380/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : DENDE DO PARÁ S/A - DENPASA
Advogado(s) : Dr.(c) Manoel José Monteiro Siqueira e outros
RECORRIDO(S) : VALDIR LOUREIRO
Advogado(s) : Dr.(a) Eliezer Francisco d. Silva Cabral

EMENTA : IPC DE ABRIL/90. INEXISTÊNCIA DE DIREITO DE SER APURADO O IPC DE ABRIL/90, já se encontrava em plena vigência o nº 8.039/90, não chegando, portanto, a integrar o conjunto de benefícios dos trabalhadores, dada a inexistência de direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, deixar de remeter estes autos ao Pleno deste E. Tribunal, considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade do item II, parágrafo 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, bem como afastá-la quanto 1º e 5º do artigo 2º da Lei 8030/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários relativos ao IPC de abril/90; sem divergência, manter a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como determinado pelo MM. Juízo de primeiro grau.

ACORDÃO Nº 627/95 PROCESSO TRT REX OFF 7547/93

ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : ADNAIRDES CABRAL DE SENA E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Benedito de Nazaré da Silva Pereira
RECLAMADO(S) : UNIÃO FEDERAL
Advogado(s) : Dr.(a) Moacir Mendes de Souza

EMENTA : ESTADO DO AMAPÁ. Advogado(s): Dra. Maria de Fátima Matias Tavares

EMENTA : PLANOSECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa; por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Presidente, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; à unanimidade, rejeitar as preliminares de ilegitimidade de parte, com reinclusão na lide do ESTADO DO AMAPÁ, de inépcia da inicial e a arguição de prescrição, todas por falta de amparo legal; considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno que tem sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade do parágrafo 4º do art. 8º do Decreto-Lei 2335/87, do artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.425/88, dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme precedentes elencados na fundamentação, no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, limitar as diferenças decorrentes do IPC de março/90 a 11/12/90; sem divergência, determinar a reinclusão na lide do ESTADO DO AMAPÁ para que responda solidariamente pelos efeitos da condenação, manter a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como determinadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 628/95 PROCESSO TRT RO 8670/93

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MARLENE CARDOSO REIS
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavali e outra
RECORRIDO(S) : PONTE IRMÃOS E CIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Mauro Mendes da Silva e outra

EMENTA : PLANOSECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 629/95 PROCESSO TRT RO 6834/93

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ARMAZENS UNIDOS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Lúcia Maria S. Capela Lopes e outros
RECORRIDO(S) : LUIZ DA SILVA COSTA
Advogado(s) : Dr.(a) Pedro Rodrigues da Silva

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º Inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a r. decisão recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais e consectários decorrentes da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90 e, em consequência, julgar a reclamação totalmente improcedente. Custas, pelo reclamante. R\$ 10,00, sobre o valor arbitrado para esse fim em R\$ 500,00.

ACORDÃO Nº 630/95
PROCESSO TRT RO 9158/93
ORIGEM : JCJ DE TUCURUI
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ANTONIO CARLOS LOPES FERREIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Antonio Carlos Lopes Ferreira
RECORRIDO(S) : RENATO HAZAREDO FERREIRA TENÓRIO
Advogado(s) : Dr.(a) Dailson Mariano Nogueira e outros

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a reiterada jurisprudência do Regional quanto a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme precedentes elencados na fundamentação. No mérito,

sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, limitar as diferenças decorrentes do IPC de março/90, de abril/90 até fevereiro/91; por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juizes Relator e Odete Alves, manter a r. sentença quanto ao período de incidência das diferenças decorrentes da URP de fevereiro/89; sem divergência, manter a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 631/95 PROCESSO TRT REX OFF 6347/93

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : LUIZ ALBERTO PAIVA MANESCHY
Advogado(s) : Dr.(a) João Araújo de Oliveira Santos
RECLAMADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Carlos de Assis

EMENTA : FGTS. MUDANÇA DE REGIME PELA LEI 8.112/90. A mudança de regime jurídico ocasionada com o advento da Lei 8.112/90, de celetista para estatutário, assegura ao trabalhador o direito de movimentar a sua conta vinculada por já se constituir o depósito em parte integrante de seu patrimônio.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa; sem divergência, rejeitar as preliminares arguidas, ambas por falta de amparo legal; deixar de remeter os autos ao Pleno deste E. Regional, considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de decretar a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 6º da Lei 8.162/91, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os termos da fundamentação.

ACORDÃO Nº 632/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 6633/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MANOEL DE JESUS PEREIRA - RECLAMANTE
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia e outra

EMENTA : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN - RECLAMADO
Advogado(s) : Dr.(a) João Drumond Martins e outro
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno quanto ao item II e §1º, do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90 e os §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, conforme precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, negar provimento ao apelo do reclamante e dar parcial provimento à remessa e ao voluntário do reclamado para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais e consectários relativos ao IPC de abril/90; manter a r. sentença em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 633/95 PROCESSO TRT RO 8446/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
Advogado(s) : Dr.(a) Manoel Marques da Silva Neto e outros
RECORRIDO(S) : JOSIAS DA SILVA MIRANDA
Advogado(s) : Dr.(a) Abelardo da Silva Cardoso e outros

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/90. São Inconstitucionais os arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, por violarem os princípios constitucionais da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando os precedentes jurisprudenciais quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para, confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 634/95 PROCESSO TRT RO 7564/93

ORIGEM : 3a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOÃO ARAÚJO CORREA
Advogado(s) : Dr.(a) Alfredo Augusto Casanova Delgado
RECORRIDO(S) : GUATARA VEICULOS LTDA

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; deixar de remeter os autos ao Pleno deste E. Tribunal, considerando a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de decretar a inconstitucionalidade do item II, parágrafo 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 5

elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, julgando parcialmente procedente a reclamação, condenar a reclamada a pagar a reclamante o que for apurado a título de diferenças salariais e consectários decorrentes do IPC de março/90; por maioria de votos, determinar que tais diferenças decorrentes do referido IPC, incidam a partir de abril/90, vencido o Exmo. Juiz Relator, que o limitava até a data-base; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, tudo conforme os fundamentos. Custas, pela reclamada, de R\$20,00, calculadas sobre o valor arbitrado em R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 635/95
PROCESSO TRT RO 8931/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ETE-ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Albina de Fátima Barbosa de Souza e outro
RECORRIDO(S) : ORLANDO RAMOS BORGES
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Lúcia da Silva Pimentel e outro

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, face a incompetência do Juízo, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a r. decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90, julgando, em consequência, totalmente improcedente a reclamação, conforme os fundamentos. Custas, pelo reclamante, na quantia de R\$20,00 sobre o valor de R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 636/95
PROCESSO TRT RO 7635/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MÁRIO PEREIRA DE ARAÚJO
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José C. Cavalli e outra
RECORRIDO(S) : TRANSPORTE BRASILEIRO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Haroldo Cabral

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 9º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 637/95
PROCESSO TRT RO 7708/93

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MAURICIO MONTEIRO MACHADO
Advogado(s) : Dr.(a) Erlene Gonçalves Lima
RECORRIDO(S) : TRANSPORTES SÃO LUIZ LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Barbosa Costa

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 638/95
PROCESSO TRT RO 10.266/93

ORIGEM : JCJ DE BREVES
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MADENORTE S/A - LAMINADOS E COMPENSADOS
Advogado(s) : Dr.(a) Vivaldo Machado de Almeida
RECORRIDO(S) : MARIA IRACILDA VIEIRA DO NASCIMENTO
Advogado(s) : Dr.(a) Renato César Vieira da Silva

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; e dar-lhe provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais e consectários decorrentes da URP de fevereiro/89 e IPCs de março e abril/90, mantendo a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas pela reclamante, na quantia de R\$20,00, calculadas sobre o valor arbitrado em R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 639/95
PROCESSO TRT REX OFF e RO 8494/93

ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MUNICÍPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL (Reclamado)
Advogado(s) : Dr.(a) Walber Luiz de Souza Dias

Advogado(s) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (litisconsorte)
RECORRIDO(S) : Dr. Gerson Schwar e outros
OS MESMOS
e
ELIETE DE ARAÚJO MAIA TRINDADE E OUTRO (reclamantes)

EMENTA : FGTS. MUDANÇA DE REGIME PELA LEI 8.112/90. A mudança de Regime Jurídico ocasionada com o advento da Lei 8.112/90, de estatutário para estatutário, assegura ao trabalhador o direito de movimentar a sua conta vinculada por já se constituir o depósito em parte integrante de seu patrimônio.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa e do voluntário do reclamado, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Revisor, rejeitar a preliminar suscitada pelo Ministério Público, de não conhecimento do recurso da litisconsorte CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por falta de amparo legal e desta conhecer; sem divergência, rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e de legitimidade passiva "ad causam" da CEF, ambas por falta de amparo legal; considerando os precedentes jurisprudenciais deste Regional quanto a inconstitucionalidade do § 1º do art. 6º da Lei 8.162/91, conforme precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 640/95
PROCESSO TRT RO 7476/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : TRAMONTINA BELÉM S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Kulkamp

RONALDO CÁSSIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Advogados : Dr. Eliezer Francisco da Silva Cabral

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; no mérito, sem divergência, dar provimento ao recurso da reclamada para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes do IPC de março/90 e, em consequência, julgar totalmente improcedente a reclamação, conforme os fundamentos. Prejudicado o exame do recurso do reclamante. Custas, pelo reclamante de R\$20,00 sobre o valor arbitrado de R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 641/95
PROCESSO TRT RO 8105/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : PARAGÁS DISTRIBUIDORA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Amauri Faciola de Souza
RECORRIDO(S) : FRANCISCO MELO RIBEIRO
Advogado(s) : Dr.(a) Sidney Almeida Júnior

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios constitucionais da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerar a jurisprudência do Regional quanto a inconstitucionalidade do item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, vencido em parte o Exmo. Juiz Relator, que limitava a incidência do IPC de março/90 até a data-base da categoria. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 642/95
PROCESSO TRT REX OFF E RO 7516/93

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco Edmir Lopes Figueira e outros
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : CARLOS AUGUSTO BARBOSA GALVÃO E OUTROS

EMENTA : CUSTAS A ENTE PÚBLICO - NÃO CABIMENTO. Não cabe a cobrança de custas a ente público, a teor do art. 1º, VI do Decreto-Lei 779/69.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; deixar de remeter os autos ao Pleno deste E. Tribunal, considerando os inúmeros precedentes jurisprudenciais que vêm uniformizando a jurisprudência do T. Tribunal Pleno, deste Colendo o sentido de declarar a inconstitucionalidade do § 4º, do Tribunal, no sentido de declarar a inconstitucionalidade do § 4º, do artigo 8º, do Decreto-Lei 2.335/87, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, dar-lhes parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as custas cominadas, isentando o reclamado do pagamento, mantendo o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 643/95
PROCESSO TRT REX OFF 9048/93

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECLAMANTE(S) : EDSOM BITENCOURT DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Izacarmem Martins da Silva e Outros

RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE BUJARÚ - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : PAGAMENTO DE SALÁRIO INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL. É devido ao empregado a diferença quando este receber salário inferior ao mínimo legal.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa, mas negar-lhe provimento para, confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas como no 1º grau.

ACORDÃO Nº 644/95
PROCESSO TRT RO 9535/93

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : BANCO BRADESCO S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Ana Nizete Fontes Vieira Rodrigues e outros
RECORRIDO(S) : MARLÚCIA GONÇALVES CARNEVALI DE ARAÚJO
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Maurício dos Santos Macedo e outros

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO POR INTIMPESTIVIDADE. Não se conhece de recurso ordinário interposto intempestivamente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso da reclamada, porque intempestivo, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 645/95
PROCESSO TRT RO 7159/93

ORIGEM : JCJ DE TUCURUI
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : CONSTRUÇÕES COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A

Advogado(s) : Dr.(a) João Demas Amaro e outros
RECORRIDO(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, LEVE E PESADA, DA MADEIREIRA, OLARIAS E DO MOBILIÁRIO DE TUCURUI, NOVO REPARTIMENTO E BREU BANCO.
Advogado(s) : Dr.(a) Núbia Soraya da Silva Guedes e outros

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/90. São inconstitucionais os arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, por violarem os princípios constitucionais da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa "ad causam" do sindicato para atuar como substituto processual, por falta de amparo legal; considerando os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida; limitar a incidência das diferenças salariais decorrentes da URP de fevereiro/89, de fevereiro a outubro/89; por maioria de votos, manter a r. decisão quanto a limitação da incidência das diferenças salariais do IPC de março/90, vencido o Exmo. Juiz Relator, que a limitava até a data-base da categoria; sem divergência, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 646/95
PROCESSO TRT RO 6519/93

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : CAMABEL - COMÉRCIO DE ABASTECIMENTO MARÍTIMO DE BELÉM LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Raimunda P. Magno Reis
RECORRIDO(S) : ANTONIO CHAVES FAGUNDES
Advogado(s) : Dr. Simão Bentes

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; deixar de remeter os autos ao Pleno deste E. Tribunal, considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de decretar a inconstitucionalidade dos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, conforme precedentes elencados na fundamentação. No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, manter a r. sentença quanto a parcela de horas extras no decurso do aviso prévio; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 647/95
PROCESSO TRT RO 9214/93

ORIGEM : 6a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : RAIMUNDA MEDEIROS MONTEIRO
Advogado(s) : Dr.(a) José Maria Castro Castilho
RECORRIDO(S) : BERTILLON SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Silvana Lúcia Santos da Silva

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 648/95

PROCESSO TRT RO 8611/93

ORIGEM : 10a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : PARAGÁS DISTRIBUIDORA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Amauri Facóla de Souza
RECORRIDO(S) : JOAQUIM CARVALHO DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Marivana Raimunda Rodrigues Perdigão e outras

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - DIREITO ADQUIRIDO. NÃO CABIMENTO. Não cabe direito adquirido em relação a URP de fevereiro/89 ao reclamante admitido após 1º de janeiro/89.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a reiterada jurisprudência do Regional quanto a Inconstitucionalidade do Item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, dar-lhe

parcial provimento para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais e consectários decorrentes da URP de fevereiro/89; por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juizes Relator, manter a r. sentença quanto a incidência do IPC de março/90, sem limitação à data-base, com divergência, manter a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 649/95

PROCESSO TRT RO 9651/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MENDES E QUEIROZ LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Eugênio da Silva
RECORRIDO(S) : SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM, TÉCNICOS, DUCHISTAS, MASSAGISTAS E EMPREGADOS EM HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Walter Nogueira da Silva

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido previstos na CF de 88.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno, quanto os artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do Item II, § 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação a parcela de honorários advocatícios; pelo voto de desempate da Exma. Juíza Marilda Coelho, manter a r. decisão quanto a limitação da incidência das diferenças salariais do IPC de março/90 e da URP de fevereiro/89, vencidos os Exmos. Juizes Relator e Odete Alves, que as limitavam até a data-base da categoria; sem divergência, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como fixadas em primeira instância.

ACORDÃO Nº 650/95

PROCESSO TRT RO 8359/93

ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : LÚCIO RÉGIS DA SILVA E OUTRO
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli
RECORRIDO(S) : BETUBEL - BETUMES DE BELÉM LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Marcelo Gonçalves Chaves

EMENTA : IPC DE ABRIL/90. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. Ao ser apurado o IPC de abril/90, já se encontrava em plena vigência a Lei nº 8.030/90, não chegando, portanto, a integrar o patrimônio jurídico dos trabalhadores, dada a inexistência de direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso do reclamante LÚCIO RÉGIS DA SILVA, porque subscrito por pessoa não habilitada nos autos e conhecer do recurso do reclamante JOSÉ LUIZ DOMINGOS; deixar de remeter os autos ao Pleno deste E. Tribunal, considerando a reiterada jurisprudência do Regional e tem sido no sentido de decretar a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do Item II, § 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, bem como afastá-la quanto aos parágrafos 1º e 5º da Lei nº 8030/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Revisora, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, condenar a reclamada ao pagamento das diferenças salariais decorrentes da URP de fevereiro/89 até setembro/89 e do IPC de março/90 de abril/90 até setembro/90; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 651/95

PROCESSO TRT RO 8447/93

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : SISTEL - CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Icarai Dantas e outros
RECORRIDO(S) : MARIA PORFÍRIO DE LIMA
Advogado(s) : Dr.(a) Alexandre Mesquita de Medeiros Branco

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, sem divergência, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso, suscitada pela reclamante, por falta de amparo legal; deixar de remeter os autos ao Pleno deste E. Tribunal,

considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de decretar a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do Item II, § 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 652/95

PROCESSO TRT RO 8144/93

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ANA CLÁUDIA MOURA DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Sérgio Brito do Espírito Santo
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE BELÉM - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - GABINETE DO PREFEITO
Advogado(s) : Dr.(a) Silvestre Fonseca Filho

EMENTA : PRESCRIÇÃO BIENAL. Tem a reclamante dois anos para pleitear direitos inerentes ao contrato de trabalho, sob pena de prescrição do direito de ação, face a norma inscrita no artigo 7º, inciso XXIX, alínea "a" da Constituição Federal vigente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 653/95

PROCESSO TRT RO 6666/93

ORIGEM : 10a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : VIAÇÃO PERPÉTUO SOCORRO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Costa
RECORRIDO(S) : RAIMUNDO NONATO DA COSTA LOBO
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Alberto P. de Brito

EMENTA : DESERÇÃO. Tendo a reclamada efetivado o depósito "ad recurrem" em valor inferior ao determinado no ato nº 583/93 do E. TST e na condenação, o recurso deve ser considerado deserto.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso, porque deserto e em face da irregularidade da comprovação das custas conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 654/95

PROCESSO TRT AP 4751/93

RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
AGRAVANTE(S) : OBA-ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE ALIMENTOS
Advogado(s) : Dr.(a) Loana Lia Gentil Uliana
RECORRIDO(S) : MANOEL GOMES DO ROSÁRIO

EMENTA : Não se conhece de agravo de petição deserto e subscrito por advogado sem habilitação nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do agravo de petição, porque deserto e porque subscrito por pessoa sem habilitação nos autos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 655/95

PROCESSO TRT REX OFF e RO 8077/93

ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (Inconscrito)

Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Carlos Lages e outros
MUNICÍPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL (reclamado)
Advogado : Dr. Walber Luiz de Souza Dias
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

Advogado(s) : CLEIDE MARIA BALIEIRO DE ALENCAR E OUTROS (reclamantes)
Dr.(a) Cesar Souza Melo e outro

EMENTA : FGTS. MUDANÇA DE REGIME PELA LEI 8.112/90. A mudança de regime jurídico ocasionada com o advento da Lei 8.112/90, de estatutista para estatutário, assegura ao trabalhador o direito de movimentar a sua conta vinculada por já se constituir o depósito em parte integrante de seu patrimônio.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, de legitimidade passiva "ad causam" da CEF, de ilegitimidade passiva do reclamado e de nulidade da sentença, todas por falta de amparo legal; ratificar a reiterada jurisprudência deste Regional quanto a inconstitucionalidade do § 1º do art. 6º da Lei 8.162/91, conforme precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 656/95

PROCESSO TRT RO 5772/93

ORIGEM : JCJ DE CASTANHAL
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ARMANDO LAMEIRA DA CRUZ
Advogado(s) : Dr.(a) Selma Lúcia Lajes Leão
RECORRIDO(S) : CKOM ENGENHARIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Kelli Cristina Braga de Lima e outros

EMENTA : RECLASSIFICAÇÃO DE CARGO - ÔNUS DA PROVA. É do reclamante o ônus da prova quando este alegar que exercia tarefa diferente de seu cargo. Em não se desincumbindo deste, corre a decisão que indefere este pleito.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 657/95

PROCESSO TRT RO 8326/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETUBA
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : GABRIEL PINHEIRO FURTADO
Advogado(s) : Dr.(a) Vilma Chavaglia e outra
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE BARCARENA - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Corina Frade Chaves

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO. NULIDADE DE CONTRATAÇÃO. É nula a contratação de servidor público após o advento da nova Carta Constitucional que não seja precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo as nomeações para cargo em comissão. Observância obrigatória pelas entidades do direito público da regra inscrita no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. sentença de primeiro grau, apenas retificando tecnicamente a mesma de forma a julgar o reclamante carecedor de direito de ação para demandar contra o município reclamado, nesta Justiça do Trabalho, determinar a remessa de cópias das peças do s autos ao Ministério Público Estadual, para as providências legais cabíveis, nos termos dispostos no § 2º do artigo 37 da CF de 88.

ACORDÃO Nº 658/95

PROCESSO TRT RO 7613/93

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : SEBASTIÃO PINHEIRO DE JESUS
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti Silva Mattos e outras
RECORRIDO(S) : COMPANHIA DOCCAS DO PARÁ - CDP
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo César de Oliveira e outra

EMENTA : CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR - ENQUADRAMENTO - FUNÇÃO DIFERENTE DA CONTRATADA - A conclusão de curso superior pelo reclamante não obriga e nem pode obrigar o empregador a proceder o enquadramento deste em função diferente da qual foi contratado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida em todos os seus termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 659/95

PROCESSO TRT RO 9124/93

ORIGEM : JCJ DE ALMEIRIM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : CAULIM DA AMAZÔNIA S/A - CADAM
Advogado(s) : Dr.(a) Antonio Carlos Trindade dos Santos
RECORRIDO(S) : HORTÊNCIA ROCHA MOURA

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de recurso cuja assinatura seja divergente da do advogado regularmente habilitado nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso, porque irregular a assinatura de seu subscritor, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 660/95

PROCESSO TRT RO 9325/93

ORIGEM : 6a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - CNA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Paulo de Lima Sampaio e outro
RECORRIDO(S) : HAROLDU BARACI DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Rubens Fagundes Lopes

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se prezar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, reformando em parte a r. decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes da URP de fevereiro/89 e dos IPCs de março e abril/90, julgando, em consequência, totalmente improcedente a reclamação, conforme os fundamentos. Custas pelo reclamante, na quantia de R\$20,00 sobre o valor arbitrado de R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 661/95

PROCESSO TRT RO 10.639/93

ORIGEM : 7a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MAGINCO COMPENSADOS S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Rosângela da Silva Coelho de Souza e outros
RECORRIDO(S) : MANOEL DO ESPÍRITO SANTO VIANA GONÇALVES
Advogado(s) : Dr.(a) Mary Machado Gonçalves e outros

Edição Pública - 11 de Abril de 1995



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 6

0277

BELÉM — TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

ANO CIII — 105º DA REPÚBLICA — Nº 27.941

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; deixar de remeter os autos ao E. Tribunal Pleno considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de declarar a inconstitucionalidade do parágrafo 4º do art. 8º do DL 2338/87, dos artigos 5º e 6º, da Lei 7730/89 e do item II e § 1º, do art. 2º da MP 154/90, bem como afastá-la quanto aos §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de diferenças salariais e consectários decorrentes do IPC de abril/90; manter a r. sentença em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 662/95

PROCESSO TRT ED 9741/94

RELATOR : ROSITA NASSAR
EMBARGANTE(S) : EMARKI ENGENHARIA E MARKETING IMOBILIÁRIO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Tito E. V. Couto
EMBARGADO(S) : JORGE LUIZ FIGUEIRA DE OLIVEIRA E OUTRO
Advogado(s) : Dr.(a) Leonardo S. da Paixão

EMENTA : Rejeitam-se os embargos, por não haver omissão ou obscuridade a sanar no v. acórdão.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos, rejeitando-os, por não haver qualquer dúvida, omissão ou contradição a sanar no v. acórdão empregado, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 663/95

PROCESSO TRT ED 9679/94

RELATOR : ROSITA NASSAR
EMBARGANTE(S) : ESTADO DO PARÁ-HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Carlos Bernardes Filho
EMBARGADO(S) : FAUSTINA NOGUEIRA DE ALMEIDA
Advogado(s) : Dr.(a) Ângela Palheta Bozerra

EMENTA : Configurada a omissão, acolhem-se os embargos para apreciar o pedido de compensação, julgando-o, porém, improcedente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos de declaração e os acolher em parte para, sanando a omissão apontada e imprimindo efeito modificativo ao v. acórdão embargado, manter a r. sentença de 1º grau, julgando improcedente a parcela de compensação, mantendo o v. acórdão em seus demais termos, tudo conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 664/95

PROCESSO TRT ED 9636/94

ORIGEM : JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
EMBARGANTE(S) : MINERAÇÃO TABOCA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Vanilson Hesketh
EMBARGADO(S) : LUIZ CLÁUDIO TEIXEIRA GOMES
Advogado(s) : Dr. Fernando Rocha

EMENTA : Acolhe-se os presentes embargos de declaração para sanar a omissão apontada.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos de declaração e os acolher para, sanando a contradição, excluir da fundamentação o parágrafo referente às URPs de abril e maio/88, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 665/95

PROCESSO TRT ED 8908/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ TEIXEIRA
EMBARGANTE(S) : ARNALDO DE AZEVEDO GENTIL
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti Mattos
EMBARGADO : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Advogado(s) : Dr.(a) Pedro Raimundo Maia Milão

EMENTA : Rejeita-se os presentes embargos, por nada haver a esclarecer.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos presentes embargos, mas os rejeitar por nada haver a esclarecer no v. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 666/95

PROCESSO TRT RO 6784/93

ORIGEM : 5a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Edmilson Araújo da Silva e outros
RECORRIDO(S) : RODOMAR LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) José Acraano Brasil e outros

EMENTA : ÔNUS DA PROVA. Não tendo a reclamada comprovado o pagamento das horas excedentes, com o percentual fixado na sentença normativa, reforma-se a r. decisão para deferir aos substituídos as diferenças de horas diurnas e noturnas e consectários.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, julgar parcialmente procedente a reclamação e, em consequência, condenar a reclamada a pagar aos substituídos definidos em audiência de 31.07.92 (fls.1497), os valores que forem apurados em liquidação de sentença, a título de diferenças de horas diurnas e noturnas e diferenças consectárias de repouso semanal remunerados ou folgas, 13º salário, de férias e de FGTS, a partir da data de vigência da norma coletiva em que se funda a ação (01.05.90 até a rescisão contratual de cada substituído), assegurados juros e correção monetária, mantendo o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas pela reclamada, na quantia de R\$100,00, sobre o valor arbitrado de R\$5.000,00.

ACORDÃO Nº 667/95

PROCESSO TRT RO 10.078/93

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : DENIRA DA SILVA SANTOS
Advogado(s) : Dr.(a) Eliezer Francisco da Silva
RECORRIDO(S) : ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE VALE LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco Nunes Salgado e outras

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 668/95

PROCESSO TRT RO 7182/93

ORIGEM : 4a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado(s) : Dr.(a) Edilva Valério e outros
RECORRIDO(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO DE BELÉM E ANANINDEUA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria das Graças Miranda Valente e outra

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas econômicas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial, previstos na CF de 88.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de ilegitimidade "ad processum" do sindicato, por falta de amparo legal; ratificar a reiterada jurisprudência do Regional quanto aos artigos 5º e 6º, da Lei 7730/89 e do item II e § 1º, do artigo 2º da MP 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação; no mérito, por maioria de votos, vencida, a Exma. Juíza Revisora, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 669/95

PROCESSO TRT RO 6866/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
Advogado(s) : Dr.(a) Milton Hamann e outros
RECORRIDO(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS NO ESTADO DO PARÁ - SINDP/PA
Advogado(s) : Dr.(a) Mary Lúcia Xavier Cohen e outros

EMENTA : URPs DE ABRIL E MAIO/88 - O Decreto-lei nº 2.425/88 foi editado em 07 de abril de 1988 suprimiu a aplicação das URPs de abril e maio/88 apenas dos salários dos Servidores Públicos Federais, não interferindo no salário dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitando a preliminar de não conhecimento, suscitada pela Douta Procuradoria, por falta de amparo legal; no mérito,

sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, julgar totalmente improcedente a reclamação, conforme os fundamentos. Custas, pelo reclamante, na quantia de R\$30,00 sobre o valor de R\$1.500,00.

ACORDÃO Nº 670/95

PROCESSO TRT RO 5896/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : DENAM-DENÊ DA AMAZÔNIA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Sônia Maria Kerber Almeida
RECORRIDO(S) : WALKÍRIA DE MOURA CÂMARA
Advogado(s) : Dr.(a) Ana Flávia de Moraes Guerreiro e outro

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/90. São inconstitucionais os arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, porque violadores dos princípios constitucionais do direito adquirido da irredutibilidade salarial, inscritos nos artigos 5º e 7º, da Constituição Federal vigente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de nulidade do processo, fundada em cerceamento de defesa, por falta de amparo legal, por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juizes Relator e Revisor, rejeitar ainda a arguição de prescrição também à falta de amparo legal; deixar de remeter os autos ao Pleno deste Egrégio Regional, considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de decretar a inconstitucionalidade do § 4º do artigo 8º do Decreto-lei 2338/87; artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, conforme os precedentes da fundamentação. No mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformar parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de 40% sobre o FGTS e do honorários advocatícios; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, manter a r. sentença quanto ao período de incidência das diferenças salariais e reflexos decorrentes dos planos econômicos deferidos, sem divergência, manter a decisão em seus demais termos, conforme os termos da fundamentação. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 671/95

PROCESSO TRT REX OFF E RO 3945/93

ORIGEM : 3a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : MARIA DE JESUS DA SILVA ROSA - Reclamante
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio dos Reis Pereira e outros
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA - Reclamado
Advogado(s) : Dr.(a) Clodoaldo Augusto Pinto Ribeiro e outros

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade do Egrégio Tribunal Pleno, quanto ao item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, manter a r. sentença quanto ao período de incidência do IPC de março/90, sem divergência, manter a decisão nos seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 672/95

PROCESSO TRT RO 9792/93

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : J. CRUZ ENGENHARIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Luísa Gouveia Pereira e outros

RAIMUNDO NONATO COSTA BARBOSA - RECURSO ADESIVO
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli e outra
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : RECURSO ORDINÁRIO - NÃO CONHECIMENTO POR DESERÇÃO. Não se conhece de recurso ordinário quando não efetuado o depósito "ad recursum".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso da reclamada, porque deserto e, em consequência, não conhecer do recurso adesivo da reclamante, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 673/95

PROCESSO TRT RO 9383/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA. - SUCESSORA DE RTZ MINERAÇÃO LTDA.
Advogado(s) : Dr.(a) Valdir Campos Lima
RECORRIDO(S) : DIONIZIO BEZERRA DOS SANTOS E OUTRO
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli e outra

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a reiterada jurisprudência do Regional quanto a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, vencido o Exmo. Juiz Relator, que limitava a incidência das diferenças decorrentes da URP de fevereiro/89 e IPC de março/90 até a data-base respectiva.

ACORDÃO Nº 674/95 PROCESSO TRT RO 9388/93

ORIGEM : 1a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : RTZ MINERAÇÃO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Juracy Barata Jucá Neto e outros
RECORRIDO(S) : MANOEL ALVES DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavali e outra

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a reiterada jurisprudência do Regional quanto ao item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90 e item II e §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90. No mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes da URP de fevereiro/89 e IPC de abril/90, mantendo a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 675/95 PROCESSO TRT RO 7110/93

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE
Advogado(s) : Dr.(a) Deusdedith Freire Brasil
RECORRIDO(S) : EVALDO DE MORAES CORRÊA
Advogado(s) : Dr.(a) Vânia Pessoa e outro

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, deixar de remeter os autos ao Pleno deste Egrégio Tribunal, considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de decretar a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, parágrafo 1º do artigo 2º da Medida Provisória nº 154/90, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para reformando a r. sentença determinar a compensação dos valores constantes às fls. 107/108, mantido o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 676/95 PROCESSO TRT RO 4977/93

ORIGEM : 8a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : FÓSFORO DO NORTE S/A - FOSNOR
Advogado(s) : Dr.(a) Arthur Alves Ramos e outro

Advogado(s) : HAROLDO AMORIM
Dr.(a) Laert Rodrigues da Silva e Outro

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios constitucionais da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, deixar de remeter os autos ao Pleno deste Egrégio Tribunal, considerando que a reiterada jurisprudência do Regional tem sido no sentido de decretar a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, conforme os precedentes elencados na fundamentação. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 677/95 PROCESSO TRT RO 10.283/93

ORIGEM : 6a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : JOSÉ MARIA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavali e outra
RECORRIDO(S) : J. CRUZ ENGENHARIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Rui Guilherme Trindade Tocantins e outros

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS. INCONSTITUCIONALIDADE. São Inconstitucionais as medidas editadas pelo Governo Federal em desrespeito aos princípios da irredutibilidade salarial e do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, rejeitando a preliminar de não conhecimento, suscitada pela reclamada em sua peça de contra-razões, à falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar o r. decisório em seus termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 678/95 PROCESSO TRT RO 9701/93

ORIGEM : 10a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
RECORRENTE(S) : ESTALEIRO BACIA AMAZÔNICA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Ricardo Rabello Soriano de Mello e outros

Advogado(s) : ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA (Recurso Adesivo)
Dr.(a) Maria José Cabral Cavali e outra
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Deve-se preservar a negociação coletiva - bem ou mal feita, sob pena de enfraquecimento das próprias instituições sindicais, que grande impulso tomaram com a elevação à categoria de norma constitucional da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações de trabalho, como se vê do texto da Constituição Federal, artigo 8º inciso VI.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; considerando os precedentes jurisprudenciais do E. Tribunal Pleno deste Regional quanto a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, conforme os precedentes elencados na motivação, no mérito, sem divergência, negar provimento ao apelo do reclamante e dar provimento ao recurso da reclamada para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos decorrentes do IPC de março/90 e, em consequência, julgar a reclamação totalmente improcedente, nos termos da fundamentação. Custas pelo reclamante, na quantia de R\$20,00, calculadas sobre o valor arbitrado em R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 679/95 PROCESSO TRT RO 9.567/93

ORIGEM : 3a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : OLELITA MIRANDA DE MELO
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco Hosanan de Oliveira e outros
RECORRIDO(S) : ELETROLUX LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Tito Eduardo Valente do Couto

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer de ambos os recursos; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, conforme precedentes elencados na fundamentação, bem como sua jurisprudência quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, dar parcial provimento ao recurso pra, reformando em parte a r. sentença recorrida, condenar a reclamada a pagar a reclamante o que for apurado em liquidação de sentença a título de diferenças salariais com base no percentual de 26,05% (URP de fevereiro/89), a partir de fevereiro/89, com reflexos, bem como diferenças com base no percentual de 84,32% (IPC de março/90), a partir de abril/90, também com reflexos; por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Revisor, limitar a incidência das diferenças deferidas até a data-base respectiva da categoria; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas pela reclamada na quantia de R\$20,00, sobre o valor da condenação, arbitrado em R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 680/95 PROCESSO TRT RO 0003/94

ORIGEM : JCJ DE ALMEIRIM
RELATOR : RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : CAULIM AMAZÔNIA S/A-CADAM
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Carlos Trindade dos Santos
RECORRIDO(S) : FRANCISCO FERREIRA LIMA DA SILVA

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls. 76) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua jurisprudência quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, negar provimento ao apelo para confirmar a r. sentença recorrida, sendo que os Exmos. Juizes Relator e José Severo, confirmam a decisão, mas esclarecem que as diferenças resultantes dos Planos Econômicos deveriam ser apuradas até a data-base da categoria, no que ficaram vencidos.

ACORDÃO Nº 681/95 PROCESSO TRT RO 10.875/93

ORIGEM : 4a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : INDAÍÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Amauri Faciola de Souza e outro
RECORRIDO(S) : REINALDO FELIX DE LIMA

Advogado(s) : Dr.(a) Manoel Gatinho da Silva e outro

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls. 129) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua jurisprudência quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem

divergência, dar em parte provimento ao recurso para, reformando parcialmente a r. decisão recorrida, mandar excluir da condenação a parcela de horas extras, conforme os termos da fundamentação, mantida a r. decisão nos seus demais pontos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 682/95 PROCESSO TRT RO 10.816/93

ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : NICOLAU VELOSO SOARES DA COSTA E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) João José Soares Geraldo
RECORRIDO(S) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE
Advogado(s) : Dr.(a) Almerindo Trindade

EMENTA : IPC de março/90 - Segundo entendimento majoritário do Pleno deste E. Tribunal, são Inconstitucionais o item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls. 123) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua jurisprudência quanto ao item II, §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei 8.030/90; no mérito, sem divergência, dar provimento parcial ao apelo para, reformando em parte a r. decisão recorrida, condenar a reclamada a pagar aos reclamantes NICOLAU VELOSO SOARES DA COSTA, NAIR MOREIRA DOS SANTOS, MARIA DE FÁTIMA NOGUEIRA DE SOUZA, DENIS FARIAS DE SOUZA, JOSÉ HENRIQUE JARES PEREIRA, GERSON SERRA DE ALMEIDA, FRANCISCO ASSIS BORGES GUERREIRO, NELSON AUGUSTO CUNHA, ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA e ELISOMAR DA SILVA PINTO diferenças salariais com base no percentual de 84,32% (IPC de março/90), a partir de abril de 1990, com reflexos e incorporação nos salários, acrescidos de juros e correção monetária; por maioria de votos, vencidos os Exm.ºs Juizes relator e José Severo, que as limitavam até a data-base da categoria; sem divergência, manter a r. decisão em seus demais termos, tudo conforme os fundamentos. Custas pela reclamada, no valor de R\$40,00, sobre o valor da condenação arbitrado em R\$2.000,00.

ACORDÃO Nº 683/95 PROCESSO TRT REX OFF E RO 9.303/93

ORIGEM : 4a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ-FBESP
Advogado(s) : Dr.(a) Thiago Carlos de Souza Dias
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : JOSÉ PAZ DA SILVA e OUTRO
Advogado(s) : Dr.(a) Maria Salomé Barros Vidal

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer de ambos os recursos; determinar a correção na capa dos autos e demais registros, para que conste a remessa "ex officio"; e considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls. 54) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua jurisprudência quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, negar provimento aos apelos para confirmar a r. decisão recorrida, sendo que os Exmos. Juizes Relator e José Severo confirmavam a decisão, mas esclareceram que as diferenças decorrentes dos planos econômicos deveriam ser calculadas até a data-base da categoria, no que ficaram vencidos.

ACORDÃO Nº 684/95 PROCESSO TRT RO 11.085/93

ORIGEM : 6a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : RAIMUNDO DILSON RODRIGUES TRINDADE
Advogado(s) : Dr.(a) Renaldo Gonzaga de Almeida e outros
RECORRIDO(S) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA
Advogado(s) : Dr.(a) Ruy Guilhon Coutinho e outros

EMENTA : IPC de março/90 - Segundo entendimento majoritário do Pleno deste E. Tribunal, são Inconstitucionais o item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls.95) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da M 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, condenar a reclamada a pagar ao reclamante diferenças salariais, com base no percentual de 84,32%, a partir de abril/90, com reflexos e incorporação nos salários, acrescidos de juros e correção monetária, conforme os fundamentos, mantida a r. sentença em seus demais termos. Custas pela reclamada, no valor de R\$20,00, sobre o valor da condenação arbitrada em R\$1.000,00.

ACORDÃO Nº 685/95 PROCESSO TRT RO 5280/93

ORIGEM : JCJ DE TUCURUI
RELATOR : JUIZ JOSÉ TEIXEIRA
RECORRENTE(S) : VALDO MONTEIRO LOBATO E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) João José S. Geraldo
Advogado(s) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE
Dr.(a) Ivana M. Fonteles Cruz

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : São Inconstitucionais os dispositivos que ofendem o direito adquirido consagrado na Constituição Federal

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerar a decisão do E. Tribunal Pleno (fls. 286) quanto ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 6

jurisprudência quanto ao item II, §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Revisor, negar-lhes provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 686/95

PROCESSO TRT RO 11.091/93

ORIGEM : 6a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE

Advogado(s) : Dr.(a) Deusdedith Freire Brasil e outros

Advogado(s) : RAIMUNDA BERENICE NOGUEIRA DE MIRANDA (ADESIVO)
Dr.(a) Joaquim Lopes de Vasconcelos

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer de ambos os recursos; rejeitar a preliminar de não conhecimento arguida em contra-razões pela recorrida-reclamante, por falta de amparo legal; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls.193) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua jurisprudência quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, negar provimento aos apelos para confirmar a r. decisão recorrida, sendo que os Exmos. Juizes Relator e José Severo confirmam a decisão, mas esclarecem que as diferenças do IPC de março/90 deveriam ser calculados até a data-base da categoria, no que ficaram vencidos, conforme os termos da fundamentação. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 687/95

PROCESSO TRT RO 435/94

ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : SENAC-SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

Advogado(s) : Dr.(a) Ismael Soares Pereira de Souza e outro

RECORRIDO(S) : JOSÉ ERNESTO MOREIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Joana D'Arcy Alves Botelho

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls.137) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua jurisprudência quanto ao § 4º do art. 8º do DL 2335/87 e arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, por maioria de votos, manter a r. decisão quanto ao pleito decorrente do residuo inflacionário de junho/87, vencida a Exma. Juíza Rosita Nassar que o considerava quitado; sem divergência, manter o r. decisório quanto as diferenças salariais e reflexos decorrentes da URP de fevereiro/89 e IPC de março/90, sendo que os Exmos. Juizes Relator e José Severo confirmavam a r. sentença, mas esclareciam que as diferenças deferidas, dos chamados planos econômicos, deveriam ser calculadas até a data-base respectiva da categoria, no que ficaram vencidos, tudo nos termos da fundamentação. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 688/95

PROCESSO TRT RO 463/94

ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A - CASAS PERNAMBUCANAS

Advogado(s) : Dr.(a) Maria Rosângela da Silva C. Souza e outros
RECORRIDO(S) : MARIA DO SOCORRO ALBANO DA SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Ana Flávia de Moraes Guerreiro e outro

EMENTA : Se o sindicato da categoria transacionou, em convenção coletiva, as perdas do período, não podem os membros da categoria postular, por via de dissídio individual, essas mesmas perdas, salvo se visar ao cumprimento do que ficou acertado no acordo maior envolvendo a categoria.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos decorrentes da URP de fevereiro/89, conforme os fundamentos, mantida a r. sentença nos seus demais termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 689/95

PROCESSO TRT RO 9.490/93

ORIGEM : 6a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : BANCO BAMBREINDUS S/A

Advogado(s) : Dr.(a) José Azevedo Brasil
RECORRIDO(S) : EVERALDO LUIZ DE SOUZA BATISTA
Advogado(s) : Dr.(a) Adilson José Mota Alves e outros

EMENTA : IPC de março/90 - Segundo entendimento majoritário do Pleno deste E. Tribunal, são inconstitucionais o item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls. 114) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência, negar provimento ao apelo para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 690/95

PROCESSO TRT RO 10.880/93

ORIGEM : 4a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : SUELY MARIA QUEIROZ DA COSTA
Advogado(s) : Dr.(a) Ivanete das Chagas e outros
RECORRIDO(S) : TORRALTA TURISMO CÂMBIO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Edite Pereira Ferreira

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls.35) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua jurisprudência quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, dar provimento ao apelo para, reformando em parte a r. sentença recorrida, condenar a reclamada a pagar a reclamante os valores que forem apurados em liquidação de sentença, a título de diferenças salariais decorrentes da supressão da URP de fevereiro/89, no percentual de 26,05%, bem como as decorrentes do expurgo do IPC de março/90, no percentual de 84,32%, ambas com reflexos, inclusive sobre o FGTS, e acrescidas de juros e correção monetária; por maioria de votos, determinar que as diferenças deferidas sejam calculadas a partir de fevereiro/89 e abril/90, respectivamente, e até a rescisão contratual, vencidos os Exmos. Juizes Relator e José Severo que as limitavam à data-base da categoria; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas pela reclamada na quantia de R\$10,00, sobre o valor de R\$500,00.

ACORDÃO Nº 691/95

PROCESSO TRT RO 10.883/93

ORIGEM : 4a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : EPC-ENGENHARIA PROJETO CONSULTORIA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Mauro Jayme M. Martins e outra

Advogado(s) : GERALDO AFONSO MICHELETE
Dr.(a) Manoel José M. Siqueira e outro
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer de ambos os recursos; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls.190) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, conforme precedentes elencados na fundamentação, bem como sua jurisprudência quanto ao § 4º do art. 8º do DL 2335/87 e arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, dar parcial provimento ao recurso da reclamada para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação a parcela de multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT; por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Rosita Nassar, manter a r. decisão quanto aos pleitos decorrentes dos planos econômicos; ainda por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Revisor, negar provimento ao apelo do reclamante; sem divergência, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 692/95

PROCESSO TRT RO 9.185/93

ORIGEM : 6a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : ARNALDO ANTÔNIO GOMES DE SOUZA E OUTROS

Advogado(s) : Dr.(a) Olga Bayma da Costa
RECORRIDO(S) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Sérgio R. de Moraes

EMENTA : IPC de março/90 - Segundo entendimento majoritário do Pleno deste E. Tribunal, são inconstitucionais o item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar, sem divergência, a arguição de nulidade da sentença apresentada pelo Ministério Público, por falta de amparo legal; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls.173) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; bem como sua jurisprudência quanto ao item II, §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei 8.030/90, no mérito, sem quanto ao item II, § 5º do art. 2º da Lei 8.030/90, no mérito, sem divergência, dar parcial provimento ao apelo para, reformando em parte a r. sentença recorrida, condenar a reclamada a pagar aos reclamantes diferenças salariais, com base no percentual de 84,32%, com reflexos e incorporação nos salários, acrescidos de juros e correção monetária; por maioria de votos, determinar que as diferenças deferidas incidam a partir de abril/90, sem limitação temporal, vencidos os Exmos. Juizes Relator e José Severo que limitavam até a data-base da categoria; sem divergência, manter o r. decisório de 1º grau em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas pela reclamada, na quantia de R\$20,00, sobre o valor da condenação arbitrada em R\$100,00.

ACORDÃO Nº 693/95

PROCESSO TRT REX OFF E RO 7.649/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ-FUNTELPA

Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Roberto Freitas de Oliveira
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : LUIZ HAROLD RAPOSO MIRANDA
Advogado(s) : Dr.(a) Marcelo Silva de Freitas e outros

EMENTA : Quando o trabalhador já havia reunido todos os requisitos para fazer jus ao reajuste dos seus salários em decorrência de inflação passada e já mensurada, não pode a lei vir a expurgar esse índice, porque fere o direito adquirido do obreiro.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer de ambos os recursos; determinar a correção na capa dos autos e demais registros, para que conste a remessa "ex officio"; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls. 54) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, bem como sua jurisprudência quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, negar provimento aos apelos para confirmar a r. decisão recorrida, sendo que os Exmos. Juizes Relator e José Severo confirmavam a decisão, mas esclareceram que as diferenças decorrentes dos planos econômicos deveriam ser calculadas até a data-base da categoria, no que ficaram vencidos.

ACORDÃO Nº 694/95

PROCESSO TRT RO 9478/93

RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DO EGRÉGIO LEONARDO DA VINCI

Advogado(s) : Dr.(a) Thales Eduardo Rodrigues Pereira e outros
RECORRIDO(S) : DOMINGOS DE JESUS SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Abelardo da Silva Cardoso e

EMENTA : IPC de março/90 - Segundo entendimento majoritário do Pleno deste E. Tribunal, são inconstitucionais o item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls.130) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação a parcela decorrente da URP de fevereiro/89, mantida a r. sentença nos demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 695/95

PROCESSO TRT RO 9.549/93

ORIGEM : 2a. JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÕES LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Ophir C. Junior
RECORRIDO(S) : MIZAEL EPITÁCIO MENEZES
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli

EMENTA : Se o sindicato da categoria transacionou, em acordo coletivo, as perdas do período, não podem os membros da categoria postular, por via de dissídio individual, essas mesmas perdas, salvo se visar ao cumprimento do que ficou acertado no acordo maior envolvendo toda a categoria.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitando a arguição de inépcia da inicial, por falta de amparo legal; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls.228) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Revisor, dar provimento ao apelo para, reformando a r. sentença recorrida, julgar a reclamação totalmente improcedente, conforme os termos da fundamentação. Custas pelo reclamante, no valor de R\$2,00, sobre o valor do pedido arbitrado em R\$100,00.

ACORDÃO Nº 696/95

PROCESSO TRT REX OFF RO 8963/93

ORIGEM : 5ª JCJ DE BELÉM
RELATOR : JUIZ RIDER BRITO
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA

Advogado(s) : Dr.(a) Pedro Raimundo Maia Mello e outros
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : ONILDA DA SILVA SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Antonio Cristino Mendes e outros

EMENTA : IPC de março/90 - Segundo entendimento majoritário do Pleno deste E. Tribunal, são inconstitucionais o item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; considerando a decisão do E. Tribunal Pleno (fls. 114) quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência, dar provimento parcial à r. sentença recorrida, excluir da reclamada para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes da URP de fevereiro/89; por maioria de votos, manter a r. decisão quanto ao período de incidência das diferenças decorrentes do IPC de março/90, vencidos os Exmos. Juizes Relator e José Severo, que as limitavam até a data-base da categoria; sem divergência, manter a r. decisão em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 697/95

PROCESSO TRT ED 8988/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ TEIXEIRA
EMBARGANTE(S) : MOISÉS MORAES GOMES
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti Mattos

Advogado(s) : ESTADO DO PARÁ-SEFA
Dr.(a) Jorge Alex N. Athias
EMBARGADO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Rejeição dos presentes embargos de declaração por não haver contradição.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos de declaração, mas os rejeitar por inexistir a condição apontada no V. Acórdão embargado, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 698/95

PROCESSO TRT ED 9071/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ TEIXEIRA
EMBARGANTE(S) : SINDICATO DOS PORTUÁRIOS NO ESTADO DO PARÁ E AMAPÁ - SINDIPORTO

Advogado(s) : Dr.(a) Lívia Peres
EMBARGADO(S) : COMPANHIA DAS DOÇAS DO PARÁ-CD
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo César de Oliveira

EMENTA : Rejeita-se os presentes embargos de declaração por não haver omissão.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos de declaração, mas os rejeitar por não haver qualquer omissão a sanar no V. Acórdão embargado, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 699/95
PROCESSO TRT ED 8956/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
EMBARGANTE(S) : SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio Cândido Monteiro de Brito
EMBARGADO(S) : CLAUDIO ROBERTO DAS MERCES DOMINGUES
Advogado(s) : Dr.(a) Antônio dos Reis Pereira

EMENTA : Inexistindo omissão, nega-se provimento aos embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos declaratórios; sem divergência, os rejeitar por inexistir no venerando acórdão embargado omissão a sanar, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 700/95
PROCESSO TRT ED 9513/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
EMBARGANTE(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES-SETRAN
Advogado(s) : Dr.(a) Suzy Elizabeth Cavalcante Koury e outros
EMBARGADO(S) : JOÃO MÁRIO PEREIRA DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) José Acreano Brasil e outros

EMENTA : Inexistindo omissão, nega-se provimento aos embargos de declaração.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos de declaração, mas os rejeitam, por inexistir omissão a sanar no V. Acórdão embargado, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 701/95
PROCESSO TRT ED 9504/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
EMBARGANTE(S) : EMPRESA DE TRANSPORTES ESPERANÇA LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Nair Ferreira Lima e outros
EMBARGADO(S) : LUIZ MENDES DO NASCIMENTO
Advogado(s) : Dr.(a) Jader Nilson da Luz Dias e outros

EMENTA : Deve ser sanada a omissão apontada no v. acórdão embargado para que se inclua na fundamentação deste, as custas processuais cominadas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos

ACORDÃO Nº 702/95
PROCESSO TRT ED 9375/94

RELATOR : JUIZ JOSÉ SEVERO
EMBARGANTE(S) : ALBRÁS-ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Cabral Amorim Júnior

Advogado(s) : MANOEL DO CARMO SACRAMENTO DE SOUZA E OUTROS
EMBARGADO(S) : OS MESMOS

Advogado(s) : BERTILLON - VIGILÂNCIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

EMENTA : RECURSO DE LITISCONSORTE-ABRANGÊNCIA. O recurso interposto pela litisconsorte num processo tem efeito a todos os litigantes, salvo interesse contrário. Acolhe-se dos embargos que pleiteiam modificação neste sentido (art. 509 do CPC).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos de declaração; sem divergência, rejeitar os da reclamada, por inexistir dúvida a sanar no V. Acórdão embargado quanto ao seu apelo e, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Relator, acolher em parte o dos reclamantes para, imprimindo efeito modificativo, considerar que recorreram ordinariamente todos os reclamantes, nos termos do que dispõe o artigo 509 do CPC, mantendo a r. decisão embargada quanto aos honorários advocatícios, tudo conforme a fundamentação.

ACORDÃO Nº 703/95
PROCESSO TRT RO 3.879/94

ORIGEM : 4a. JCI DE BELÉM
RELATOR : JUIZ ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : FROTA AMAZÔNICA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Rosângela S. C. Souza e outros
RECORRIDO(S) : ADEMAR RODRIGUES DE CASTRO
Advogado(s) : Dr.(a) Miguel Gonçalves Serra e outros

EMENTA : DIFERENÇAS SALARIAIS - COMPENSAÇÃO - A norma coletiva fixada para um período não pode alcançar o seguro de se terminado o prazo de sua vigência. Em consequência, os pagamentos salariais feitos sob o égido da outra norma e sem qualquer registro do que dizem respeito a fatos pretéritos, não podem ser considerados como antecipação a efeitos de compensação.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento, para manter a r. sentença recorrida, em todos os seus termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 704/95
PROCESSO TRT RO 5924/94

ORIGEM : JCI DE ANANINDEUA
RELATOR : ODETE ALMEIDA
RECORRENTE(S) : ESVERIA DIESEL LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Thales Eduardo Rodrigues Pereira
RECORRIDO(S) : ALEX CHARLES EVANGELISTA CARVALHO
Advogado(s) : Dr.(a) Abelardo da Silva Cardoso

EMENTA : RELAÇÃO DE EMPREGO - PEDREIRO - A prestação de serviços eventuais por um pedreiro, para empresa que não se dedica a atividade da construção civil, não caracteriza relação de emprego, quando inexistir a prova de que houve subordinação jurídica e prestação de serviços regulares.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença recorrida, declarar o reclamante credor de ação contra a reclamada neste judiciário Trabalhista, conforme os termos da fundamentação. Custas pelo reclamante no valor de R\$10,00, calculadas sobre R\$500,00, das quais fica isento.

ACORDÃO Nº 705/95
PROCESSO TRT RO 3.393/94

ORIGEM : 3a. JCI DE BELÉM
RELATOR : JUIZ ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : CIRIA FERREIRA MARTINS
Advogado(s) : Dr.(a) Erlene Gonçalves Lima e outros
RECORRIDO(S) : BENEFICENTE DO PARÁ
Advogado(s) : Dr.(a) Almerindo Augusto V. Trindade e outros

EMENTA : HORAS EXTRAS-PROVA. Não cabe, em razões de recurso, apontar diferenças constantes de cartões de ponto, aos quais a recorrente negou validade, afirmando que não refletiam a real jornada trabalhada. Consistindo o pedido em parcela de diferenças, é necessária a apresentação do um referencial, a fim de que possa a parte contrária exercer o seu direito de defesa e o Juízo analisar e decidir.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento, para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

Belém, 11 de maio de 1995

Lucia de Andrade Gonçalves Lopes
LUCIA DE ANDRADE GONÇALVES LOPES
Diretora do Serviço de Acórdãos e Jurisprudência, em Substituição

Acórdãos da 2ª Turma

(1049 à 1076/95)

ACORDÃO Nº 1049/95
PROCESSO TRT REX OFF E RO 6518/94

ORIGEM : JCI DE TUCURUI
RELATOR(A) : JUIZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO - PREFEITURA MUNICIPAL (Reclamado)
Advogado(s) : Dr.(a) Antonio Carlos Lopes Valadão
RECORRIDO(S) : IRACEMA CARDOSO IBIAPINO (Reclamante)
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Luis M. Moda e outros

Advogado(s) : MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL(Litisconsorte)

EMENTA : CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS SUCESSÃO TRABALHISTA - A criação de um novo município pelo desmembramento do anterior opera os efeitos da sucessão trabalhista prevista nos arts. 10 e 448 da CLT, sendo o sucessor responsável pelo pagamento de obrigações trabalhistas inobservadas pelo sucedido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de nulidade contratual argüida pelo Ministério Público; no mérito, por maioria, vencido o Exmo. Juiz Presidente em exercício, dar-lhes parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, fixar a indenização de seguro desemprego em 01 (um) salário mínimo, mantida a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1050/95
PROCESSO TRT REX OFF E RO 6485/94

ORIGEM : JCI DE SANTARÉM
RELATOR(A) : JUIZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : LUCIA TAVARES CARDOSO
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Nivaldo S. Duarte e outros
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Nivaldo S. Duarte e outros

EMENTA : NULIDADE PROCESSUAL - Não pode o contrato de trabalho celebrado sob o égido da Constituição Federal de 1988 ser considerado nulo, quando a origem da constituição da entidade empregadora é anterior à promulgação da Constituição de 1988.

público, sendo normal a convivência do regime celetista com o estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de nulidade argüida pelo Ministério Público e, no mérito, por maioria, vencidos os Exms. Juizes Revisor e Presidente em exercício, negar-lhes provimento para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1051/95
PROCESSO TRT RO 5940/94

ORIGEM : 4ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : RAIMUNDA SERRÃO DA COSTA VALADARES
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo César H. Pereira e outros
RECORRIDO(S) : LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) José Maria Tuma Haber e outros

EMENTA : DIFERENÇAS SALARIAIS - ENQUADRAMENTO SINDICAL - Para fazer jus as diferenças salariais e demais direitos constantes em normas coletivas, não basta que o empregado contribua para o Sindicato que propôs o dissídio coletivo e subscreveu os instrumentos. O enquadramento sindical decorre da atividade preponderante da empresa, salvo nos casos de categoria diferenciada, nos termos do § 3º do art. 511 da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, por maioria, vencidos os Exms. Juizes Revisor e Presidente em exercício, negar-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1052/95
PROCESSO TRT RO 5908/94

ORIGEM : 7ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : ALFREDO RODRIGUES CABRAL COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) José Acreano Brasil e outros
Advogado(s) : ALBERTO WALDINEZ SÁ DA COSTA
Advogado(s) : Dr.(a) Simão Isaac Benzecry
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : RECURSO - DESERÇÃO - Incumbe ao profissional que acompanha o processo os devidos cuidados com relação ao preparo dos recursos. Recolhendo a menor o valor das custas, ainda que a Secretaria da Junta tenha preenchido as Guias, não deve o recurso ser conhecido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer dos recursos, porque desertos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1053/95
PROCESSO TRT RO 8754/94

ORIGEM : 5ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : JOSÉ MARIA DE PAULA
Advogado(s) : Dr.(a) Paulo Roberto Freitas Oliveira e outros
Advogado(s) : AMAFRUTAS S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Carlos Silva Mendonça e outros
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : IPC DE MARÇO 94 - Tendo o Pleno do Tribunal Regional da 8ª Região firmado o entendimento quanto à inconstitucionalidade do inciso II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, cabíveis as diferenças salariais decorrentes do IPC de março/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Pleno deste Regional quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 e item I, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada; dar parcial provimento ao do reclamante para, reformando em parte a r. decisão recorrida, incluir na condenação as parcelas de diferenças salariais decorrentes do IPC de março 90 e seus reflexos, a partir de abril/90 até dezembro de 1991, multa rescisória, multa por descumprimento da norma coletiva, devolução de descontos correspondentes ao seguro de vida, devolução de descontos efetuados na rescisão complementar, no valor de Cr\$-558.462,00 e Cr\$1.064.000,00, respectivamente, excluir da condenação a limitação imposta quanto à URP de fevereiro/89; mantido o r. decisório recorrido em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas pela reclamada no valor de R\$200,00, calculadas sobre R\$10.000,00.

ACORDÃO Nº 1054/95
PROCESSO TRT AP 7914/94

ORIGEM : 4ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA ODETE ALVES
AGRAVANTE(S) : PAULO ACATAUASSU TEIXEIRA
Advogado(s) : Dr.(a) Carlos Alberto Ferro Silva e outros
AGRAVADO(S) : REGINA CÉLIA FERREIRA LAGE

EMENTA : EMBARGOS DE TERCEIROS - O Juízo da Execução é o competente para apreciar os incidentes ocorridos no processo, seja qual for a modalidade da penhora.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença agravada, determinar a baixa dos autos à Junta de origem a fim de que seja apreciado o mérito do apelo, como entender de direito.

ACORDÃO Nº 1055/95
PROCESSO TRT RO 8274/94

ORIGEM : 1ª JCI DE BELÉM
RELATOR(A) : JUIZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : ADRIANO DA SILVA TUNHO
Advogado(s) : Dr.(a) José Maria Tuma Haber e outros
RECORRIDO(S) : ANTONIO JOÃO DE CASTRO LIMA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Nivaldo S. Duarte e outros

EMENTA : RELAÇÃO DE EMPREGO - PROVA - A prova dos fatos incumbe a quem alega, na forma do art. 818 da CLT. Se o autor pede o reconhecimento da relação laboral e a empresa nega qualquer trabalho, dele é o ônus da prova, mas, se ao contrário, admitindo o trabalho, alega a empresa que a contratação foi por empreitada, a ela compete provar a existência desse contrato de natureza civil, para eximir-se das obrigações trabalhistas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1056/95**PROCESSO TRT REX OFF 6560/94**

ORIGEM : JCJ DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECLAMANTE(S) : MARIA TRINDADE SILVA SANTOS
Advogado(s) : Dr.(a)
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogado(s) : Dr.(a) Arnaldo da Silva Reis

EMENTA : SUCESSÃO TRABALHISTA - Não está abrangido pela proibição do art. 37, II da Constituição Federal, o ingresso do servidor no novo Município, criado por desmembramento daquele em que foi admitido originalmente, desde que o primeiro ato tenha ocorrido antes de 05.10.88. Trata-se de caso típico de sucessão trabalhista, nos termos dos arts. 10 e 448 da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação a parcela de multa rescisória e limitar o FGTS a partir de 05.10.88 até a dispensa, mantida a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1057/95**PROCESSO TRT RO 8197/94**

ORIGEM : 9ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : ANTONIO LÚCIO MARTIN DE MELO (Litiscorrente)
Advogado(s) : Dr.(a) Francisco Edson L. Rocha Jr e outros
RECORRIDO(S) : JOÃO LOPES DOS SANTOS (Reclamante)
Advogado(s) : Dr.(a) Carmem Lúcia Braun Queiroz
E
GRUPO EDUCACIONAL BELÉM S/C LTDA
 (Reclamado)
OLAVO CARDOSO DA SILVA (Litiscorrente)
JOSENILTON SILVA ABREU (Litiscorrente)

EMENTA : ADMINISTRADOR DE COLÉGIO - RESPONSABILIDADE SCLIDÁRIA - O instrumento de mandato confere outorga de amplos e gerais poderes, inclusive para movimentar contas, fazer empréstimos bancários, hipotecar e alienar bens, entre outros, sem que o outorgado sequer conheça aqueles que lhe conferiram o mandato e que procurados não foram encontrados, conduz à presunção de que houve simulação de atos jurídicos, autorizando a condenação solidária.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; determinar a correção da capa dos autos quanto ao nome do recorrente; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. decisão recorrida, reduzir a condenação ao seguro desemprego para 01 (um) salário mínimo, mantida a r. sentença em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1058/95**PROCESSO TRT RO 8248/94**

ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : EDILSON NAZARÉ FERREIRA BRASIL
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli e outros
RECORRIDO(S) : A. RICHÍ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Carlos Horácio Freire e outros

EMENTA : PRESCRIÇÃO - Acolhida a prescrição, deve o processo ser extinto com julgamento do mérito, ficando prejudicado o exame das parcelas reclamadas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, negar-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida, fazendo apenas uma correção técnica, no sentido de, reconhecida a prescrição, extinguir o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV do CPC. Custas como fixadas em primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1059/95**PROCESSO TRT RO 8027/94**

ORIGEM : JCJ DE MARABÁ
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S/A - DOCEGEO
Advogado(s) : Dr.(a) George Amorim Paes e outros
RECORRIDO(S) : FRANCISCO DA COSTA FERNANDES E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Aurenica Pinheiro Botelho e outro

EMENTA : TERCEIRIZAÇÃO - DOCEGEO - RELAÇÃO DE EMPREGO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Para reconhecimento de vínculo de emprego, necessária a prova de prestação laboral subordinada, em qualquer hipótese. Entretanto, se o vínculo perseguido envolve sociedade de economia mista que é controlada por órgão da administração direta, indireta ou fundacional, detentor de mais de 50% do capital social, tais requisitos são ainda insuficientes, tendo em vista a ausência de proibição para terceirizar. No caso, a responsabilidade subsidiária deixa de existir quando a contratação foi cercada dos devidos cuidados, sendo prestada fiança bancária que deve ser exigida no foro competente, se for o caso.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, limitar o pagamento do recesso escolar ao período de 16.01.94 a 30.01.94, mantida a r. sentença em seus demais termos, conforme os fundamentos.

DOCEGEO, conforme os termos da fundamentação; mantida a r. decisão nos seus demais termos, consoante os fundamentos. Custas pela Litiscorrente como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1060/95**PROCESSO TRT RO 7891/94**

ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE
Advogado(s) : Dr.(a) Enelda Celeste Maia Moreira
RECORRIDO(S) : NAZARÉ PAZ SADALL SILVA
Advogado(s) : Dr.(a) Marcelo Silva de Freitas e outros

EMENTA : PROVA - CONFISSÃO - FICTA - A pena de confissão aplicada à parte que se faz ausente na audiência em que deveria prestar depoimento é presumida e, portanto, não prevalece quando há nos autos prova documental suficiente para esclarecer a matéria.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a r. sentença recorrida, limitar o pagamento do recesso escolar ao período de 16.01.94 a 30.01.94, mantida a r. sentença em seus demais termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1061/95**PROCESSO TRT RO 8104/94**

ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Sebastião Heládio de Souza e outros
RECORRIDO(S) : ANTONIO ADEZIO MONTEIRO DA PAIXÃO SANTOS
Advogado(s) : Dr.(a) Erlene Gonçalves Lima e outros

EMENTA : RECURSO CONHECIMENTO - Não é possível conhecer de recurso, onde a parte não observa os pressupostos legalmente fixados, a iniciar pela tempestividade, continuando pelo preparo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso porque intempestivo e deserto, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1062/95**PROCESSO TRT RO 7756/94**

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : GUILHERME DE SOUZA CASTRO CARDOSO
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Barbosa Costa
RECORRIDO(S) : CARLOS ADRIANO NUNES
Advogado(s) : Dr.(a) Vanya Alcântara Pessoa e outros

EMENTA : NULIDADE PROCESSUAL - A oitiva de testemunha suspeita e até mesmo a admissibilidade do depoimento prestado, não constitui nulidade processual. É matéria de prova, devendo ser analisada de acordo com o conjunto probatório.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de nulidade do processo suscitada pela reclamada; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1063/95**PROCESSO TRT RO 8493/94**

ORIGEM : JCJ DE CAPANEMA
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : FRANCINALDO GOMES FARIAS
Advogado(s) : Dr.(a) Luiz Otávio da Costa
RECORRIDO(S) : JOÃO MARQUES DE SOUSA
Advogado(s) : Dr.(a) Antonio Afonso Navegantes

EMENTA : PROVA - O ônus da prova é de quem alega, nos termos do art. 818 da CLT. Logo, se o reclamado alude a trabalho esporádico, em dias de sábados e domingos, deve fazer a prova desse fato, pois, em caso contrário, prevalece a prova oferecida pela testemunha do reclamante que alude a trabalho diário, com cumprimento de horário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, reduzir a parcela de salários retidos ao mês de março de 1994 e 13 (treze) dias do mês de abril de 1994, conforme os fundamentos. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1064/95**PROCESSO TRT RO 6112/94**

ORIGEM : 5ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA
Advogado(s) : Dr.(a) Agildo Monteiro Cavalcante e outros
E
CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A -
CAPAF
E
ELZA MARIA DA SILVA SANTANA (recurso
 adesivo)
Advogado(s) : Dr.(a) Paula Frassinetti Mattos e outros
RECORRIDO(S) : OS MESOS

EMENTA : APOSENTADORIA - BASA - Estabelecida a regra que determina a obrigação de reconhecer provimentos como se na vida civil fosse, essa, por estar contida no Estatuto do empregador, integra o contrato de trabalho do empregado, devendo ser respeitada em qualquer hipótese.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, limitar o pagamento do recesso escolar ao período de 16.01.94 a 30.01.94, mantida a r. sentença em seus demais termos, conforme os fundamentos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, preliminarmente, em determinar a juntada de documentos apresentados em sessão pela Exmª Juíza Relatora; unanimemente, em conhecer dos recursos; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1065/95**PROCESSO TRT REX OFF E RO 6821/94**

ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE-RECLAMANTE(S) : MARIA LUCIMAR RODRIGUES DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Maria José Cabral Cavalli
RECORRIDO-RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE BELÉM - SESMA

Advogado(s) : Dr.(a) Elza Maria M. dos Santos S. Franco

EMENTA : FGTS - LIMITAÇÃO - Para fazer jus aos depósitos do FGTS desde a data da admissão, devem os servidores comprovar a opção pelo regime a partir de então, pois, sem essa prova, impõe-se limitar o direito a partir de 05.10.88, data da promulgação da Constituição Federal 88, que tornou o regime fundiário obrigatório para todos os empregados.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; considerando a Jurisprudência do E. Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da lei 7730/89; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamante; dar provimento parcial à remessa ex officio para, reformando em parte a decisão, fixar a limitação das diferenças salariais decorrentes da URP de fevereiro 89 e seus reflexos, no percentual de 26,05%, a partir de fevereiro 89 até 04 de julho de 1989, mantida a r. sentença em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1066/95**PROCESSO TRT AP 6050/94**

ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
AGRAVANTE(S) : ALFREDO BRAGA FURTADO E OUTROS
Advogado(s) : Dr.(a) Edilá Rodrigues V. Santos e outros
AGRAVADO(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFP

EMENTA : PRECATÓRIO REQUISITÓRIO - ATUALIZAÇÕES - O art. 39 da Lei 8177/91 fixa a obrigação de aplicar juros e mora equivalentes à TRD cumulada no período compreendido entre a data do vencimento da obrigação e seu efetivo pagamento. Porém, se o regime de inflação dá mostras de que se estabiliza, através do Plano Real, descabe o prosseguimento das atualizações, pois corresponderia à eternização da dívida, o que seria injusto com o jurisdicionado, que, ao fim de tudo, deve arcar com os custos da Fazenda Pública.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do agravo; determinar o desentranhamento das contra-razões de fls. 268/270, porque subscritas por advogada não habilitada nos autos; no mérito, sem divergência, negar provimento, para manter a r. decisão agravada, conforme a fundamentação.

ACORDÃO Nº 1067/95**PROCESSO TRT REX OFF 7783/94**

ORIGEM : 6ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - SINTUPFA
Advogado(s) : Dr.(a) João José Geraldo e outros
RECORRIDO(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPa
Advogado(s) : Dr.(a) Rui Lobato Bahia e outros

EMENTA : PETIÇÃO INICIAL - Faltando os requisitos legais da petição inicial, exigidos, inclusive, nas reclamações plurimas e naquelas em que a entidade sindical funcione na condição de substituto processual, e sendo impossível verificar se os substituídos detêm a condição de empregados, bem como as datas de suas admissões, relevantes para a causa em julgamento, a consequência que se impõe é a extinção do processo sem julgamento do mérito, sobretudo quando a parte contrária, sem qualquer prova, lança a dúvida de que as substituídas são viúvas de ex-funcionários, que pretendem incorporar diferenças à pensão por morte recebida dos cofres da União.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em não conhecer do recurso voluntário da reclamada, porque intempestivo; em conhecer da remessa ex officio; determinar a ratificação da capa dos autos e demais registros para que conste o recurso voluntário da reclamada; sem divergência, dar-lhe provimento para julgar o reclamante Gilmar Silva de Lima carecedor do direito de ação nesta Justiça do Trabalho, em face da ausência de pressupostos de condições da ação, como seja a legitimidade das partes, extinguir o processo, sem julgamento do mérito, tudo com base no art. 267, VI, do CPC, de aplicação subsidiária. Custas pelo reclamante no importe de R\$200,00 calculadas sobre R\$10.000,00.

ACORDÃO Nº 1068/95**PROCESSO TRT RO 8316/94**

ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : MIQUEIAS CARVALHO DO COUTO
Advogado(s) : Dr.(a) Joaquim L. Vasconcelos e outros
RECORRIDO(S) : RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S/A
Advogado(s) : Dr.(a) George Amorim Paes e outros

EMENTA : PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - INTERRUPÇÃO - A contagem da prescrição inicia-se no momento em que o empregado toma conhecimento do ato que entende ser ilegítimo e a partir daí pode exigir a prestação. No que diz respeito à interrupção, não se pode admitir o raciocínio de que, interrompendo-se o prazo prescricional, volta essa a ser contada integralmente. Esse não é o objeto da lei, haja vista que o instituto visa resguardar a segurança das relações jurídicas e, se focado na forma pretendida pelo reclamante, as relações processuais se tornariam, ficando o empregador, sempre com uma palavra de ordem sobre sua cabeça, sujeito aos caprichos das partes, que poderiam aplicar a interrupção por toda a vida, provocando a eterna suspensão da prescrição e o empregador a manter sempre os autos em aberto.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1069/95
PROCESSO TRT RO 8251/94

PRONOME : 6ª JCJ DE BELÉM
ORIGEM : JUÍZA ODETE ALVES
RELATOR(A) : COMPANHIA BRASILEIRA DE BAUXITA
RECORRENTE(S) : Dr.(a) Mary Lúcia Xavier Cohen e outros
Advogado(s) : E
MANOEL EDUARDO NERES (Recurso Adesivo)
Advogado(s) : Dr.(a) Joaquim Lopes Vasconcelos e outros
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Tendo as partes celebrado contrato de experiência, descabe a concessão do aviso prévio, eis que se trata de ajuste por prazo determinado, estando correto o procedimento relativamente ao pagamento da metade dos salários dos dias faltantes para completar o contrato, a teor do art. 479 da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de não conhecimento argüida pelo reclamante, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, dar-lhes parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais decorrentes da projeção do aviso prévio quanto ao primeiro contrato; com relação ao segundo contrato, reduzir as férias proporcionais com 1/3 e o 13º salário proporcional para 1/12; incluir na condenação as parcelas de repouso semanais remunerados relativamente ao primeiro contrato, diferença da multa de 40% do FGTS e considerar na maior remuneração para efeito de pagamento das verbas rescisórias o que diz respeito ao reajuste salarial do mês de maio/92 e repouso remunerados com relação ao segundo contrato. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1070/95
PROCESSO TRT RO 8073/94

PROCESSO Nº 0000000-00.000000-00

ORIGEM	: JCI DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
RELATOR(A)	: JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S)	: HUGO ARAUJO CARDOSO
Advogado(s)	: Dr.(a) Miguel Vinicius Santos e outros
RECORRIDO(S)	: AROPECUÁRIA SÃO JOSÉ DO ARAGUAIA S/A
Advogado(s)	: Dr.(a) Daniel de Marchi e outros

EMENTA : ABANDONO DE EMPREGO - A prova das alegações incumbe ao empregador no que diz respeito ao justo motivo para a rescisão, por constituir fato impeditivo ao direito do autor. Logo sendo o empregado acidentado no trabalho, sem usufruir os benefícios da previdência, não basta que o empregador comprove, por atestado médico particular, a data da alta médica. Necessária é sempre a prova da intenção do autor em deixar o emprego, sobretudo quando a partir da alta médica não decorreu prazo suficiente para que seja possível presumir essa intenção, ou seja de 30 dias, conforme a reiterada jurisprudência.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; determinar o desentranhamento das contra-razões de fls. 83/86 porque intempestivas; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento, para, reformando em parte a r. sentença, incluir na condenação as parcelas de aviso prévio, férias proporcionais com 1/3, 13º salário proporcional e FGTS com 40%, mantida a r. sentença em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1071/95
PROCESSO TRT RO 8653/94

PROCESSO
ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : DEUZARINA ANDRADE DE SANTA BRÍGIDA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo César Ribeiro Caldas e outros
E
COMPANHIA AMAZÔNIA TÊXTIL DE ANIAGEM
Advogado(s) : Dr.(a) Leogênio Gonçalves Gomes e outros
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : INDENIZAÇÃO ADICIONAL - A indenização no valor de 50% do salário estabelecida de forma provisória durante o período de implantação do Real, não constitui afronta ao art. 7º da CF 88, eis que aquele dispositivo deixa clara a possibilidade de adoção de outros direitos com o mesmo objetivo de proteger a relação de emprego contra a despedida arbitrária.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1072/95
PROCESSO TRT AP 8202/94

PROCESSO Nº 14.024.000-1
ORIGEM : 4ª JCI DE BELEM
RELATOR(A) : JUIZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : PEDRO FERNANDES DE SOUZA
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Rubens F. Lopes e outros
RECORRIDO(S) : BELEM PESCA S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Haroldo Alves dos Santos e outros

EMENTA : AGRAVO DE PETIÇÃO - IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS - A impugnação à sentença de liquidação, nos termos do art. 884 da CLT, deve ser apresentada no mesmo prazo fixado para os embargos. Logo, se o Exequente conhece dos cálculos, manifesta-se sobre os embargos do Executado a deixa passar mais de dois meses, para vir questionar matéria que deveria estar provada desde a inicial, com certeza está precluso o direito.

DECISÃO - ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer o agravo; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento e manter a r. decisão agravada, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1073/95
PROCESSO TRT REX OFF 6882/94

PROCESSO Nº

ORIGEM : JCI DE TUCURUI
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECLAMANTE(S) : JOÃO NUNES CAMILO
Advogado(s) : Dr.(a) Raimundo Luis M. Meda
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : ESTABILIDADE - RENÚNCIA - Nada impede que o servidor renuncie à estabilidade conquistada pelo decurso do tempo. Entender de modo contrário ofende o sagrado direito de liberdade do trabalhador.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oltava Região, unanimemente em conhecer da remessa ex officio, no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, limitar a parcela de FGTS a partir de 05.10.88 até a dispensa, mantida a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1074/95
PROCESSO TRT RO 5068/94

PROCESSO Nº 0000000-07.2016.8.09.0000
ORIGEM : J.CJ DE BELÉM
RELATOR(A) : A. ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : MUNICÍPIO DE BELÉM
Advogado(s) : Dr.(a) Elza Maria Souza Franco
RECORRIDO(S) : APOLINÁRIO BARROS BAÍA (Reclamado)
Advogado(s) : Dr.(a) Manoel José Monteiro Siqueira e outros
E
JORGE FREITAS ALVES DE LIMA (reclamante)

EMENTA : VÍNCULO DE EMPREGO - CONTRATAÇÃO IRREGULAR - Nos termos do Enunciado 331 da Súmula do Colendo TST, a contratação de trabalhador por empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer dos recursos; no mérito, sem divergência, dar-lhes provimento para, reformando em parte a r. decisão recorrida, excluir da lide o Município de Belém, por ser parte ilegítima, conforme os fundamentos, mantida a r. sentença recorrida em seus demais termos. Custas como fixadas pelo primeiro grau.

ACORDÃO Nº 1075/95
PROCESSO TRT RO 8009/94

PROCESSO TRT RS 0000594

ORIGEM	: J CJ DE ANANINDEUA
RELATOR(A)	: JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) --	: FRANCINEIDE SILVA
Advogado(s)	: Dr.(a) Cláudio Monteiro Gonçalves
RECORRIDO(S)	: VITÓRIA SILVA TELES
Advogado(s)	: Dr.(a) José Alípio Silva de Lima

EMENTA : EMPREGADA DOMÉSTICA - Se a reclamada não nega a prestação de serviços no período aproximado de 10 meses, mas alude que a prestação era eventual, dela é a prova de que o trabalho era prestado sem subordinação jurídica.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência. dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença recorrida, reconhecer a relação de emprego entre as partes, determinando a baixa dos autos à Junta de origem, a fim de que examine o mérito, como entender de direito, mantida a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 1076/95
PROCESSO TRT RO 6745/94

ORIGEM : 8ª J.C.J. DE BELÉM
RELATOR(A) : JUÍZA ODETE ALVES
RECORRENTE(S) : DJAIR DE SOUZA RAMOS
Advogado(s) : Dr.(a) Edilson Araújo dos Santos e outros
RECORRIDO(S) : TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A
Advogado(s) : Dr.(a) Arnaldo Furtado Mendonça Neto e outros

EMENTA : I - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - DECRETO 93.412/86 - O mencionado Decreto excede a legislação a qual está vinculado como simples regulamentador, sendo incabível acolher o pagamento do risco proporcional, como se um acidente pudesse ser também proporcional ao tempo em que o empregado permanece na área de perigo.

II - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - INTERRUPTÃO

- A contagem da prescrição inicia-se no momento em que o empregado deixa o conhecimento do ato que entende ser ilegítimo e a partir daí pode exigir a prestação. No que diz respeito à interrupção, não se pode admitir o raciocínio de que interrompendo-se o prazo prescricional, volte esse a ser contado integralmente. Esse não é o objeto da lei, haja vista que o instituto visa resguardar a segurança das relações jurídicas e se fosse da forma pretendida pelas reclamantes, as relações processuais se eternizariam, ficando o empregador, sempre com uma espada de Dâmocles sobre sua cabeça, sujeito aos caprichos das partes, que poderiam ajuizar reclamações por toda a vida, provocando incertezas jurídicas e obrigando o empregador a manter sempre os documentos dos quais pode se livrar com o tempo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença recorrida, condenar a reclamada a pagar ao reclamante o adicional de periculosidade no percentual de 30% a partir de 12.04.89, abatendo o que já foi pago a esse título com reflexos em férias, 13º salário e FGTS do período, com juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios, mantida a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas pela reclamada, no importe de R\$50,00 calculadas sobre R\$2.500,00.

Belém, 08 de março de 1995

Belém, 08 de março de 1995

Lucia de Andrade Gonçalves Lopes

LUCIA DE ANDRADE GONÇALVES LOPES
Diretora do Serviço de Acórdãos e
Jurisprudência, em Substituição

NOTA NO 063/95

[illegible]

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO

NOTA Nº 064/95

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO

NOTA Nº 065/95

TRIP 1966 - SANTANA LEE'S NETO

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1995

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 6

0283 Pág. 7

NOTA Nº 066/95

PROCESSO TRT RP Nº 218/95
Exequentes : MARGARIDA DE FÁTIMA DIAS MARQUES E OUTROS
Executado : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 067/95

PROCESSO TRT RP Nº 224/95
Exequentes : DOLCE FRANK DE BARROS E OUTROS
Executado : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 068/95

PROCESSO TRT RP Nº 234/95
Exequentes : JARDIM DO RIBEIRO DA SILVA
Executado : FUNDAÇÃO LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 069/95

PROCESSO TRT RP Nº 244/95
Exequentes : CRISTINA MARIA PEREIRA E OUTROS
Executado : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 070/95

PROCESSO TRT RP Nº 246/95
Exequente : ANDRÉ NEMES DA SILVA
Executado : INSTITUTO NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 071/95

PROCESSO TRT RP Nº 251/95
Exequentes : FRANCISCO FERNANDES DE CARVALHO E OUTROS
Executado : SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO AMAZONIA
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 072/95

PROCESSO TRT RP Nº 252/95
Exequentes : JARDIM DO RIBEIRO DA SILVA
Executado : FUNDAÇÃO LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO

NOTA Nº 073/95

PROCESSO TRT RP Nº 253/95
Exequente : SILVIA MARIA MOREIRA FERREIRA
Executado : FUNDAÇÃO LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 074/95

PROCESSO TRT RP Nº 254/95
Exequentes : PEDRO RIBEIRO DE LIMA E OUTROS
Executado : SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO AMAZONIA
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 075/95

PROCESSO TRT RP Nº 255/95
Exequentes : MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA PEREIRA
Executado : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 076/95

PROCESSO TRT RP Nº 256/95
Exequentes : LUIZ CLAUDIO BORGES GAMA
Executado : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 077/95

PROCESSO TRT RP Nº 257/95
Exequente : MIGUEL PORRINO DOS SANTOS
Executado : ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 078/95

PROCESSO TRT RP Nº 258/95
Exequentes : JARDIM DO RIBEIRO DA SILVA
Executado : FUNDAÇÃO LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).
Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO

NOTA Nº 079/95

PROCESSO TRT RP Nº 355/94
Exequente: TOLANDA MONTEIRO DE ASSIS E OUTROS
Executado: MUN. DE BELÉM-PREF. MUNICIPAL-AG. DISSIMIL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 080/95

PROCESSO TRT RP Nº 359/94
Exequente: ZISOMAR CASTILHO DA COSTA E OUTROS
Executado: FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 081/95

PROCESSO TRT RP Nº 361/94
Exequente: DARCEY LUCAS DE SOUZA
Executado: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PREFEITURA MUNICIPAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 082/95

PROCESSO TRT RP Nº 364/94
Exequente: ANTONIO DE JESUS CHAVES
Executado: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 083/95

PROCESSO TRT RP Nº 365/94
Exequentes: GILSON DOS REIS PANTOJA E OUTROS
Executado: ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 084/95

PROCESSO TRT RP Nº 366/94
Exequente: MARIA JOSÉ SOARES DOS SANTOS
Executado: MUNICÍPIO DE PEIXE-BEL-PREFEITURA MUNICIPAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 085/95

PROCESSO TRT RP Nº 367/94
Exequente: ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES E OUTROS
Executado: ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 086/95

PROCESSO TRT RP Nº 370/94
Exequente: ROSINETE ARAÚJO DE SOUZA
Executado: MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS-PREFEITURA MUNICIPAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 087/95

PROCESSO TRT RP Nº 371/94
Exequente: JOSÉ MACEDO BRITO, representado por sua irmã FRANCISCA MACEDO AMORIM
Executado: MUNICÍPIO DE MARABÁ-PREFEITURA MUNICIPAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 088/95

PROCESSO TRT RP Nº 372/94
Exequente: COSMO SILVA REGO
Executado: MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS-PREFEITURA MUNICIPAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 089/95

PROCESSO TRT RP Nº 374/94
Exequente: RAIMUNDO CARNEIRO DA SILVA
Executado: MUNICÍPIO DE MARABÁ-PREFEITURA MUNICIPAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual

NOTA Nº 090/95

PROCESSO TRT RP Nº 375/94
Exequente: TEREZINHA DE JESUS BATISTA
Executado: MUNICÍPIO DE MARABÁ-PREFEITURA MUNICIPAL
O Exmº Sr. Juiz Presidente deferiu o precatório requisitório mandando cumpri-lo na forma da Constituição da República e do Regimento Interno deste Tribunal (art. 220 e seguintes).

Feito no Serviço Processual da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos três dias do mês de abril de 1995.

DORIVAL DE SANTANA LOPES NETO
Diretor do Serviço Processual